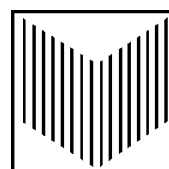


Eugenia Scarzanella / Mônica Raisa Schpun (eds.)  
**Sin fronteras:**  
**encuentros de mujeres y hombres entre América Latina y Europa**  
**(siglos XIX-XX)**



BIBLIOTHECA IBERO-AMERICANA

Publicaciones del Instituto Ibero-Americano  
Fundación Patrimonio Cultural Prusiano  
Vol. 123

BIBLIOTHECA IBERO-AMERICANA

Eugenia Scarzanella / Mônica Raisa Schpun (eds.)

## **Sin fronteras:**

**encuentros de mujeres y hombres entre América Latina y Europa  
(siglos XIX-XX)**

Iberoamericana · Vervuert

2008

**Bibliografic information published by Die Deutsche Nationalbibliothek**

Die Deutsche Nationalbibliothek lists this publication in the Deutsche Nationalbibliografie; detailed bibliografic data are available on the Internet at <http://dnb.ddb.de>

© Iberoamericana 2008

Amor de Dios, 1

E-28014 Madrid

[info@iberoamericanalibros.com](mailto:info@iberoamericanalibros.com)

[www.iberro-americaana.net](http://www.iberro-americaana.net)

© Vervuert Verlag 2008

Elisabethenstr. 3-9

D-60594 Frankfurt am Main

[info@iberoamericanalibros.com](mailto:info@iberoamericanalibros.com)

[www.iberro-americaana.net](http://www.iberro-americaana.net)

ISBN 978-84-8489-XXX-X

ISBN 978-3-86527-429-8

Diseño de la cubierta: Michael Ackermann

Ilustración de la cubierta:

©

Composición: Anneliese Seibt, Instituto Ibero-Americano, Berlín

Este libro está impreso íntegramente en papel ecológico blanqueado sin cloro

Impreso en España



## Índice

<i>Eugenia Scarzanella y Mônica Raisal Schpun</i> Introdução .....	7
<i>Katrin Hoffmann</i> Género y diferencia cultural: las coordenadas de una amistad epistolar entre Mary Mann y Domingo F. Sarmiento .....	17
<i>Sandra Carreras</i> “Spengler, Quesada y yo...”. Intercambio intelectual y relaciones personales entre la Argentina y Alemania .....	43
<i>Carmen Ramos Escandón</i> Genaro García: la influencia del feminismo europeo en sus posiciones sobre las relaciones entre hombres y mujeres en el matrimonio .....	65
<i>Sergio Miceli</i> Gênero, classe, afetividade e projeto criativo na vanguarda sul-americana (Ricardo Güiraldes/Adelina del Carril x Tarsila do Amaral/Oswald de Andrade) .....	91
<i>Rosalie Sitman</i> Trazos y ecos de una relación transatlántica: Victoria Ocampo, <i>SUR</i> y las letras francesas (1931-1955) .....	111
<i>Heloisa Pontes</i> Louis Jouvet e Henriette Morineau: o impacto de suas presenças na cena teatral brasileira .....	139
<i>Ulrike Schmieder</i> La condesa de Merlin: una aristocrática e intelectual entre Francia y Cuba .....	165

*Vavy Pacheco Borges*

O clã familiar Georges Leuzinger: negócios e afetos  
entre o Velho e o Novo Mundos (séculos XIX e XX) ..... 187

*Eugenia Scarzanella*

Amistad y diferencias políticas: Clara Campoamor,  
Paulina Luisi y la Guerra Civil española ..... 203

*Mônica Raisa Schpun*

Aracy Moebius de Carvalho Tess e Maria Margarethe  
Bretel Levy: História de um *happy-end* transatlântico ..... 223

Sobre los autores ..... 243

**Eugenia Scarzanella/Mônica Raisa Schpun**

## **Introdução**

A circulação de idéias e de pessoas entre a Europa e as Américas, entre o século XIX e os anos 1950, é o tema central deste livro. A abordagem oferecida é original, pois a atenção se concentra não em resultados, em conseqüências, mas sim nas formas em que se dá tal circulação. Trata-se aqui de traçar os contornos das redes de relações que se estabelecem entre intelectuais, escritores e artistas, mas também entre outros membros das elites de uma e outra margem do Atlântico, e mesmo entre pessoas que, se não fosse o contexto europeu crítico dos anos 1930-1940, não teriam de modo algum tecido outros fios dessa trama transatlântica.

A amizade, a admiração, a identificação, a cumplicidade, os interesses mais variados, sem esquecer a urgência, propiciam a criação de elos que chegam, em alguns casos, a compor uma “comunidade”. Marcadamente cosmopolitas, tais elos –e tal comunidade– são formados por homens e mulheres.

Focalizando os modos de constituição desta trama densa e variada de relações, os autores aqui presentes não foram escolhidos por acaso. Pois nossa preocupação foi também de reunir autores que testemunhassem desse cruzamento transoceânico, vindo de origens diversas e tendo por objetos de pesquisa personagens, contextos e espaços os mais variados possível. Quanto aos personagens, eles percorrem as Américas dos Estados Unidos à Argentina, passando pelo México, por Cuba, pelo Brasil e pelo Uruguai. Do outro lado do Oceano, eles têm suas raízes, deixam suas marcas e/ou entram em relação com seus interlocutores essencialmente na Espanha, na França, na Suíça e na Alemanha. Os percursos e as problemáticas que emergem deste emaranhado de cruzamentos permite que lancemos um olhar, ainda que inicial e incompleto, nas densas relações entre os dois continentes desde o século XIX, sobretudo em suas últimas décadas –quando a introdução dos vapores e das linhas transatlânticas regulares acelera e intensifica o trânsito de pessoas, informações e mercadorias– até meados do século XX, quando a Segunda guerra mundial freia brutalmen-

te tal intercâmbio provocando situações inusitadas, como veremos, onde relações se criam e se intensificam justamente graças ao contexto dramático em que se movem seus protagonistas. Entre as viagens iniciáticas dos artistas e as peregrinações das troupes, as trocas comerciais e os interesses financeiros, as alianças familiares e as ligações amorosas, mal ou bem-sucedidas, a correspondência e a amizade entre artistas e intelectuais, as migrações temporárias ou permanentes, mais ou menos livres, assistimos então à uma série de encontros e desencontros que, vistos de perto, sob a lupa das diversas abordagens aqui presentes, ajudam a recompor situações e contextos complexos, no mais das vezes atravessados pelos desníveis das relações desiguais entre Novo e Velho mundos.

E, através de tais movimentos, a ordem do gênero faz-se também notar, seja na construção dos diversos projetos biográficos, quanto na lógica das relações – amorosas, de parceria, de amizade, de admiração e aprendizagem.

Para o conjunto dos autores aqui reunidos, importa redesenhar as trajetórias biográficas dos protagonistas em questão, destrinchar os nós entre as relações profissionais e pessoais que ligam uns e outros, e identificar o papel determinante exercido pelo gênero nos encontros, projetos coletivos e debates que atravessam e marcam tais trajetórias e tais relações.

Não estamos no quadro de uma história das idéias, mas num registro mais próximo ao da história das mentalidades, já que os diversos estudos de caso que apresentamos a seguir tentam situar-se na confluência entre idéias, sentimentos, afetos, contextualizando e circunscrevendo as posições e trajetórias dos atores escolhidos no sentido de traçar com fineza os contornos das relações em que se inserem e que os transportam a outras paragens. Os casos estudados trazem à luz, e graças à natureza das fontes utilizadas, a importância das emoções. A desconfiança da historiografia tradicional em defrontar-se com os aspectos não racionais da história, de incluí-los às variantes explicativas, está ausente: amizades, afetos familiares, amores, desejos –satisfeitos ou frustrados–, rivalidades, ambições participam aqui, plenamente, das tramas descritas.

Os três primeiros artigos do volume mostram como a transferência das idéias não é um processo linear e unidirecional mas um mecanis-

mo complexo no qual entram em jogo informações, símbolos, preconceitos.

Katrin Hoffmann estuda a correspondência (1865-1881) entre a norte-americana Mary Mann (viúva de Horace Mann) e o argentino Domingo F. Sarmiento. A pedagogia moderna e a instrução pública –além do papel das mulheres no ensino– são os temas centrais dessa troca epistolar. Aqui, como em outros textos, torna-se evidente como o confronto intelectual entre a Europa e a América do Sul, ao qual serve de ponte, nessa ocasião, a América do Norte, versa sobre uma dupla necessidade. Por um lado, procura-se adaptar as experiências européias ao contexto americano e, por outro, valorizar as oportunidades oferecidas por um Novo mundo mais jovem e dinâmico, no sentido de melhorar e renovar as propostas do Velho.

No artigo de Carmen Ramos Escandón encontramos essa mesma preocupação de modular o pensamento ocidental às necessidades e especificidades do contexto americano, e a tensão entre modelos universalistas e a práxis local. Aqui, um intelectual mexicano, Genaro García, dialoga com a cultura européia (John Stuart Mill e Herbert Spencer) sobre a “questão feminina”. Para ele, a instituição de um direito matrimonial, como para Domingo Sarmiento a da instrução pública, constitui-se num elemento fundamental para a construção de uma nação liberal na América, a partir da experiência e dos modelos europeus. O confronto de Genaro García com a Europa não se dá através de trocas epistolares ou encontros pessoais, mas sim entre os livros, no isolamento da sua biblioteca. Trata-se, para ele, de uma janela que se abre não somente à cultura clássica e contemporânea européia, mas também à produção literária e jornalística feminina mexicana. O papel das bibliotecas privadas também encontra-se evidenciado no artigo de Sandra Carreras. Estas constituem, através de migrações sucessivas de fundos, graças a doações ou aquisições, um núcleo de irradiação de culturas de países distantes, e mantêm viva, com o passar do tempo, a troca entre os continentes.

Para que o diálogo possa ocorrer através dos livros, das cartas e dos encontros, é necessário que os interlocutores sejam capazes de se entender, que disponham do conhecimento das respectivas línguas. Contudo, a comunicação não é sempre fácil e a possibilidade de desentendimentos está sempre presente. A nível mais geral, o fato que a documentação seja, hoje, disponível em diversas línguas, dispersa

entre arquivos e bibliotecas de vários países incide sobre a possibilidade de reconstruir uma história dos intelectuais que supere as fronteiras nacionais. Sandra Carreras enfrenta estes temas em relação à correspondência mantida, de 1920 a 1936, entre, de um lado, o argentino Ernesto Quesada e sua mulher Leonore Deiters (jornalista e escritora de Colônia) e, de outro, Oswald Spengler.

Na relação entre Ernesto Quesada e Leonore Deiters, como naquela entre Domingo Sarmiento e Mary Mann, impõe-se com força uma nova configuração das relações homem-mulher que vem se consolidando no século XX – e que não por acaso está no centro das preocupações de Genaro García e dos seus escritos sobre o matrimônio.

Mary Mann e Leonore Deiters colocam-se em pé de igualdade com seus interlocutores masculinos. A correspondência foi, desde o final do século XVIII, um instrumento central do processo de progressiva legitimação da participação das mulheres no debate público, político e cultural. Agora, porém, as duas mulheres em questão reivindicam um papel de intelectuais profissionais. A continuidade com o passado faz-se presente no cruzamento entre cultura e natureza, razão e sentimentos. Assim, Mary Mann encontra sua legitimidade no papel de viúva, enquanto continuadora da obra do marido Horace, e assume ao mesmo tempo a metáfora da relação mãe-filho na sua correspondência com Sarmiento. Leonore Deiters, por seu lado, aceita o pedido de Ernesto Quesada de fazer, também, da troca intelectual que mantêm, uma relação amorosa. Respondendo a um homem que se diz só entre os volumes de sua biblioteca, ela viaja para a Argentina a fim de esposá-lo.

Neste sentido, o diálogo intelectual de Mary Mann com Domingo Sarmiento e de Leonore Deiters com Ernesto Quesada e Oswald Spengler deve, ao mesmo tempo, superar os limites culturais e de gênero, e encontrar as estratégias justas para tornar-se aceitável à sensibilidade e aos preconceitos do seu tempo. Vale lembrar que os documentos epistolares não são, de fato, um patrimônio pessoal, destinando-se, ao contrário, a circular entre outros intelectuais no âmbito de uma rede profissional e de amigos. E, muitas vezes, já são escritos tendo em vista sua futura publicação.

Os casais trazidos por Sergio Miceli aproximam as elites brasileiras e argentinas do início do século XX, inclusive quanto à centralidade da França e de Paris para ambas. Os dois protagonistas são, aqui, o escritor argentino Ricardo Güiraldes e a pintora brasileira Tarsila do

Amaral cujos itinerários, que não se cruzam, apresentam inúmeras semelhanças. Carregados de sobredeterminações históricas que os aproximam, tais itinerários iluminam as posições, as estratégias, o imaginário e os valores dos grupos de pertença respectivos, as elites agro-exportadoras dos dois países – e sua fração artística. As semelhanças aparecem tanto nos meandros da vida privada, com os casamentos feitos por ambos, quanto na evolução e na gestão das carreiras artísticas, para as quais a França pesa de modo central.

Condição *sine qua non*, na época, para a formação de um artista, as viagens a Paris estão ligadas, no caso de ambos os protagonistas, à tradição destas famílias abastadas, de permanecerem na cidade luz por longas temporadas. Buscando inspiração e formação artística, além de experiências mundanas, tanto Tarsila do Amaral, quanto Ricardo Güiraldes encontrarão ali seus mestres, protetores e/ou interlocutores privilegiados (Fernand Léger, no caso da pintora brasileira, Valérie Larbaud, no caso do escritor argentino).

Nesta trama, as posições desvantajosas em meio à fratria, como no caso de Ricardo Güiraldes –segundo filho, com a saúde frágil– e de Tarsila do Amaral –única filha, com o primeiro casamento anulado–, soma-se uma desigualdade maior, a das relações assimétricas entre as elites periféricas em questão e suas equivalentes francesas. Com efeito, nas relações mantidas pelos dois protagonistas com seus respectivos mestres, amigos e/ou protetores franceses, os dois pratos da balança não se nivelam, tanto quanto as duas margens do Atlântico.

Rosalie Sitman também escolheu como protagonista para sua contribuição uma filha das antigas elites argentinas, Victoria Ocampo, alfabetizada em francês e inglês antes de aprender as primeiras letras em espanhol, por causa das longas estadas da família na Europa, e principalmente em Paris, e das preceptoras européias empregadas pelos pais para cuidarem da educação esmerada das filhas. Seu amor pela França, principalmente por sua literatura, foi precoce. Mas tal ligação terá consequências realmente decisivas na viagem que realiza a Paris já após um primeiro casamento fracassado, em 1929. Muito próxima do caráter iniciático das viagens dos artistas de sua geração, esta estada abre para Victoria Ocampo o mundo das letras francesas e permite-lhe otimizar os trunfos advindos da formação familiar que recebera: o domínio da língua, a familiaridade com o mundo letrado, as facilidades mundanas em estabelecer relações. Nasce daí seu proje-

to maior, cuja realização a posição social herdada coloca ao seu alcance: a revista *Sur*, que financia, enquanto mecenas, mas também leva adiante do ponto de vista editorial e jornalístico, graças sua circulação facilitada nos meios artístico e intelectuais de seu país e, sobretudo, da França.

Se as relações com a França e os autores franceses é inegavelmente desigual, com nos mostra Sergio Miceli, a Ocupação alemã e o contexto dramático da primeira metade dos anos quarenta na França vai re-equilibrar a balança. De fato, intelectuais, artistas e escritores franceses em visita à América latina acabam ali retidos por vários anos por causa do armistício assinado por Petain. E outros, colocados em situação extremamente difícil na França, acabam se servindo de redes de relações que os ligavam a esses países. Victoria Ocampo se mobiliza imediatamente de diversas maneiras para socorrer e apoiar coletiva e individualmente seus amigos e conhecidos franceses. E faz de *Sur* um veículo de comunicação, expressão e trocas cujo conteúdo literário acaba sendo fortemente tingido com colorações políticas insuspeitadas inicialmente.

Dentre os artistas franceses que passam os anos da Ocupação na América Latina está Louis Jouvet, cuja presença no Brasil, onde passou, com sua troupe, grande parte daqueles anos, foi elemento fundamental para a emergência do teatro moderno brasileiro. Recompondo o panorama teatral brasileiro da época, com apresença de outros profissionais europeus –na maioria imigrantes definitivos– Heloísa Pontes focaliza as relações de Louis Jouvet com o país: de um lado, sua percepção dos profissionais e do público brasileiro e, de outro, a recepção e o impacto local dos espetáculos que ali montou. Diferentemente da construção de mão dupla traçada por Rosalie Sitman, entre os dois continentes, Heloísa Pontes aposta nas persistências das relações desiguais entre o francês Jouvet, cuja longa estada na América Latina, e sobretudo no Brasil, não chegou a transformar-se em instalação permanente, e seus interlocutores locais. Se Jouvet encontra no Brasil um espaço de liberdade inexistente na França e na Europa daqueles anos, mergulhadas no abismo da guerra e da barbárie nazista, um espaço onde pode exercer em paz e com autonomia seu trabalho teatral, isso não transforma de modo algum os olhares recíprocos, hierarquizados, entre o grande diretor francês e o modesto meio teatral brasileiro em formação. Estas relações de poder entre centro e perife-



ria são atravessadas, aqui, pelas relações de poder que estruturam a ordem do gênero. Heloísa Pontes mostra como, no mundo teatral brasileiro, as mulheres terão de esperar ainda vários anos antes de poderem ocupar a posição de diretoras e autoras. Na primeira metade do século, quando exerceram este papel, não puderam tê-lo reconhecido, sendo chamadas de repetidoras, e não de diretoras. A única possibilidade que tinham de construir uma carreira de prestígio nos palcos era no papel de atrizes, e neste alguns nomes femininos se destacaram efetivamente. Um deles, fundamental naquele momento de emergência de um teatro moderno, foi o da francesa Henriette Morienau que participou de uma parte da *tournee* de Juvet pelo Brasil e ali deixou sua marca junto a algumas grandes atrizes nacionais. Mas se Henriette Morineau, com seu sotaque francês, pôde subir nos palcos brasileiros e encenar em português, tal não foi a sorte da brasileira Aimée Clarisse que, falando francês fluentemente, só teve acesso a papéis de figurante na companhia de Juvet. Para este, seu sotaque era uma barreira intransponível para encenar textos franceses.

A França também exercera forte atração sobre a família da cubana Condessa de Merlin (1789-1852), bem antes de ter atraído Tarsila do Amaral, Victoria Ocampo e outras artistas e intelectuais das elites latino-americanas que ali encontraram um ambiente de liberdade, muitas vezes absorvido às pressas. Ulrike Schmieder nos transporta, assim, ao contexto das elites cubanas do século XIX e a essa família que, vivendo em Madrid, liga-se aos círculos filo-franceses. É assim que Maria de las Mercedes Santa Cruz e Montalvo casa-se com um general de Bonaparte, Christophe-Antoine Merlin (1771-1839). *Salonnière* de destaque, a Condessa de Merlin recebe, em Paris (depois de ter deixado Madrid às pressas com as tropas napoleônicas), nomes como Victor Hugo, Lamartine, George Sand, Balzac, Chopin e Rossini. Autora de vários livros, viveu fora dos padrões de comportamento das mulheres das elites cubanas – que voltou a encontrar quando retornou temporariamente ao país, viúva, três décadas após sua partida. Porém, seu descompasso com a mentalidade das elites locais não pára aí: escrevendo sobre vários assuntos, inclusive a política, foi acusada de cosmopolitismo por ter escolhido o francês como língua de expressão escrita. E suas opiniões também encontraram fortes resistências junto às elites locais, tendo defendido não somente o estatuto colonial da ilha quanto, contra as correntes abolicionistas então atuam-

tes, a manutenção da escravidão. Tampouco na França, pelas idéias que defendeu, pôde encontrar grande repercussão para seus escritos junto aos meios que freqüentou. Entre dois mundos, mesclando liberalismo e conservantismo, foi privada pelo irmão do seu quinhão da herança familiar e morreu na pobreza.

Nem todas as histórias de mulheres e famílias vivendo entre as duas margens do Atlântico têm o final infeliz que sofreu a Condessa de Merlin. Em 1832, o suíço-alemão Georg Leuzinger instala-se no Rio de Janeiro e inicia ali seu negócio de tipógrafo, editor, gravurista e fotógrafo. Desde então, os descendentes da família, por razões familiares e profissionais, atravessaram o Atlântico de um lado a outro para estudar, casar, comercializar. Fincando seus pés nos dois continentes, a empresa familiar descatou-se em ambos os lados do Atlântico e, graças ao trânsito freqüente de gravuras e fotografias, equipamentos e técnicos, num sentido e noutro, a família circulava com facilidade tanto na Europa –especialmente na Suíça, na França e na Alemanha–, quanto no Brasil. Empreendedores e progressistas no que se refere aos negócios aos quais se dedicaram, mantiveram, no interior da família, padrões de comportamento próprios do meio social de pertença, qual seja, de empreendedores com fortes ligações com a Europa no que se refere ao modo de educar os filhos e às relações intra-familiares. Assim, muitas mulheres da família receberam formação que lhes permitiu, quando necessário, exercerem a profissão de educadoras, e algumas tiveram suas próprias escolas, como uma das filhas Leuzinger, Eugénie, quando encontrou-se viúva com sete filhos sob sua responsabilidade. Em sua correspondência, Eugénie exprime o caráter anti-natural que tinha, para ela, o exercício profissional, o contato com a esfera pública, aquela mesma que tanto seduziu outras mulheres antes mencionadas.

Os artigos de Eugenia Scarzanella e Mônica Raisa Schpun enfrentam de novo o nexo entre público e privado no âmbito da troca cultural.

Em ambos os casos, a pesquisa concentra-se numa amizade entre duas mulheres e, ao mesmo tempo, numa rede de relações que, a partir desta amizade, liga várias pessoas para além das fronteiras políticas e ideológicas do tempo.

Tanto a história narrada por Eugenia Scarzanella, quanto aquela reconstruída por Mônica Raisa Schpun estão ligadas ao drama das

perseguições e do exílio. A comunidade cosmopolita dos intelectuais deve confrontar-se com conflitos que separam nações e famílias políticas (em parte, isso já ocorrera com a Primeira Guerra Mundial, como nos lembra Sandra Carreras, em seu texto, a propósito dos sentimentos anti-germânicos da opinião pública argentina). Paradoxalmente, o fechamento das fronteiras para a demanda cada vez mais pressante dos judeus alemães e austríacos em busca de asilo reforça sobremaneira o papel de funcionários trabalhando nas representações diplomáticas estrangeiras nos territórios do Reich e aproximam pessoas que, de outro modo, nunca teriam tido qualquer contato.

A espanhola Clara Campoamor abandona a Espanha de 1936 para procurar refúgio no Rio de Janeiro, junto à amiga e companheira de batalhas feministas Paulina Luisi.

Maria Margarethe Bretel Levy, judia nascida em Hamburgo, obtém, em 1938, graças à brasileira Aracy Moebius de Carvalho Tess, que trabalha no consulado brasileiro daquela cidade, um visto de entrada para o Brasil, salvando-se assim das perseguições nazistas.

As fontes utilizadas pelas autoras são diferentes: um conjunto de cartas no caso de Clara Campoamor, e entrevistas, recortes de jornais e antigas agendas no caso de Margarethe Bretel Levy. Ambos os conjuntos de fontes privilegiam a dimensão privada das relações. Não por acaso, diferentemente dos artigos precedentes, aqui entram em jogo questões relativas à imagem física das interlocutoras e às necessidades materiais destas. Fala-se de medo e de coragem, de honestidade e de traição.

Clara Campoamor e Paulina Luisi compartilham, no início da relação que as liga, valores comuns (o feminismo), mas dividem-se quanto ao julgamento político que fazem da guerra civil espanhola, destruindo assim a amizade que as unia. Aracy de Carvalho e Margarethe Levy, ao contrário, fazem parte, inicialmente, de dois universos culturais distantes: ainda que tenham uma língua em comum, pertencem a países e a religiões diversas, e não compartilham um ideal político. Entretanto, consolidarão, também graças a redes familiares e de amigos no Brasil e na Alemanha, uma relação afetiva nas circunstâncias excepcionais dos anos trinta.

As relações de amizade, amor, solidariedade e colaboração intelectual e política, descritas nos artigos deste volume, nos trazem conjunturas particulares, em diversos momentos da história da Europa e

das Américas. A necessidade do encontro e da troca nasce ou implica, de fato, projetos reformadores e de modernização política e cultural ou da urgência de crises e conflitos. Nestas circunstâncias, é mais forte a necessidade de superar fronteiras, de encontrar interlocutores que ofereçam, de longe, ajuda, apoio, reconhecimento. A rede dos intelectuais cosmopolitas cerra-se quando colocada diante de dificuldades ou da urgência de propor mudanças radicais na sociedade.

Eugenia Scarzanella  
Mônica Raisa Schpun

Katrin Hoffmann

**Género y diferencia cultural: las coordenadas  
de una amistad epistolar entre  
Mary Mann y Domingo F. Sarmiento<sup>1</sup>**

**1. Introducción**

El intercambio de ideas educativas entre reformadores liberales de los Estados Unidos y de la Argentina durante la segunda mitad del siglo XIX es paradigmático en la dinámica de los procesos transculturales interamericanos que tuvieron lugar entre intelectuales cosmopolitas del continente. Estos procesos se caracterizaron por un diálogo recíproco que no solamente fue de inspiración intelectual, sino que además se materializó en medidas concretas. Esta vinculación iniciada en 1847, cuando por primera vez Sarmiento tomó conocimiento de los textos del reformador norteamericano Horace Mann, se prolongó hasta fines del siglo XIX, cuando las últimas maestras norteamericanas llegaron a la Argentina.

El intercambio se realizó principalmente a través de la epístola, un medio de comunicación característico del período. Las cartas, aunque de carácter privado, encontraron gran recepción más allá del destinatario, ya que circulaban entre los intelectuales burgueses, quienes debatían acerca de sus contenidos. En torno a los actores principales del intercambio, Domingo F. Sarmiento y Mary Mann, se configuró una amplia red de comunicación de la cual participaron numerosos intelectuales americanos. Como interlocutores permanentes formaban parte de la red, entre otros, la educadora argentina Juana Manso, el reformador norteamericano Henry Barnard y los escritores Ralph Waldo Emerson, Henry Wadsworth Longfellow y Elizabeth Peabody. Esta

---

<sup>1</sup> Este artículo es resultado de la investigación que realicé para mi tesis de Magister en Historia en la Universidad Libre de Berlín. Agradezco a Sandra Carreras, Claudia Lozano y Sebastián Román sus comentarios críticos a las versiones preliminares

última, además de ser la hermana mayor de Mary Mann, era la promotora de los jardines de infantes en los Estados Unidos.

El intercambio comprendía el estudio de distintos aspectos político-culturales, como por ejemplo el sufragio universal y las leyes educativas de Nueva Inglaterra, la importancia de la educación común y el rol de las mujeres en la enseñanza primaria. En este contexto, la tarea continua y profunda de traducción de textos de diversa índole jugó un papel central en la difusión de conocimientos acerca de la sociedad argentina en los Estados Unidos y viceversa, siendo además parte del proyecto modernizador mínimo. Desde la perspectiva actual, la práctica de la traducción y difusión de textos puede entenderse en términos de la transferencia de representaciones culturales.

La materialización de este intercambio, más allá de la distribución de libros y elementos escolares, encontró su punto culminante en la radicación de personal docente norteamericano en la Argentina. Durante la presidencia de Domingo F. Sarmiento (1868-1874) y hasta 1898 llegaron a la República Argentina alrededor de cien maestras norteamericanas con el fin de organizar el sistema de educación normal.<sup>2</sup> Desde Jujuy hasta La Plata, las docentes norteamericanas colaboraron material y conceptualmente para fundar y/o reestructurar las primeras escuelas normales y los primeros jardines de infantes. De esta manera, se constituyeron en “modelos vivientes” de la figura de la maestra normal y de la práctica educativa como profesión femenina en la Argentina (Yannoulas 1996: 106-107).

El presente trabajo no trata de determinar el éxito o fracaso del mencionado proyecto de transferencia, cuestión que, a nuestro entender, carece de respuesta, sino que, más bien, intenta examinar cómo —desde cuáles posiciones estructurales— se desarrolló el diálogo intelectual entre Domingo F. Sarmiento y Mary Mann y cuáles fueron los factores que condujeron a la radicación de las maestras norteamericanas.

Las investigaciones sobre el tema se concentran comúnmente en la amistad entre Sarmiento y Horace Mann, considerada como el origen

---

2 Se desconoce la cifra exacta del personal docente norteamericano en la Argentina. Gustavo Cirigliano estima que alrededor de 150 norteamericanos desempeñaron esta tarea en la Argentina (Cirigliano 1996: 37). Por su parte, Alice Houston Luiggi, quien fue la primera a ocuparse del tema, elevó datos biográficos de 65 maestras norteamericanas hasta entonces desconocidas (Houston Luiggi 1959).

del intercambio pedagógico-cultural entre ambos países (Ewing 1947: 664). No cabe duda de que el encuentro con Horace Mann en 1847 constituyó para el político argentino “un momento clave en el desarrollo de su pensamiento” (Katra 1993: 853). Más allá de esta chispa inicial que encendió en Sarmiento la admiración por el modelo educativo de Nueva Inglaterra, fue recién en su segunda estadía como Ministro Plenipotenciario en los Estados Unidos entre 1865 y 1868 cuando se profundizó el diálogo con los reformadores y se cristalizó la idea de la transferencia cultural. Cabe destacar que, en este contexto, Mary Mann fue tutora, consejera política y comentarista de las ideas y los escritos de Sarmiento.

Partiendo de que Mary Mann y Sarmiento persiguieron un proyecto modernizador que puso énfasis en la educación común, la lectura de la correspondencia entre ellos sugiere dos líneas de análisis que se entretajan en la dinámica del intenso intercambio epistolar. Por una parte, vale la pena analizar este diálogo desde una perspectiva histórica de género. Desde esta perspectiva, el comportamiento de las personas es visto como parte de construcciones sociales que permiten atribuir el carácter femenino o masculino –“generizar”– a una persona cuando esta desempeña un rol social específico. Por otra parte, teniendo en cuenta las diferentes experiencias culturales de ambos interlocutores, cabe explorar las distintas formas de (auto)representación y de apropiación de saberes en el momento en que los interlocutores del diálogo entran en contacto entre sí. En este sentido, hay que examinar hasta qué punto los malentendidos culturales pudieron funcionar como generadores creativos del intercambio.

## **2. Antecedentes de la organización de las escuelas normales**

Sarmiento fue, como ha destacado Félix Weinberg, el primer pensador latinoamericano que reconoció la importancia de la educación para promover el desarrollo de las sociedades (Weinberg, F. 1988: 87). Brindamos a continuación un cuadro panorámico de la situación en el terreno educativo en la Argentina, lo cual nos permite evaluar los esfuerzos del gran educador por crear un sistema educativo fundamentado en ideales de igualdad y universalidad.

Durante la primera mitad del siglo XIX, la educación se limitaba a un grupo reducido, mientras gran parte de la población era analfabeta.

Los años posteriores a la independencia estuvieron marcados por los vaivenes de las luchas entre federales y unitarios por consolidar el territorio nacional, tanto como el sistema republicano. Una consecuencia de esos enfrentamientos bélicos fue la paulatina exclusión de las masas populares de las decisiones políticas (Weinberg, G. 1984: 116).

Desde la Revolución de Mayo de 1810 hasta 1868, cuando Sarmiento asumió a la presidencia, los políticos y educadores argentinos estuvieron bajo la influencia de las ideas de la Ilustración, en las cuales la educación era una variable independiente de las concepciones político-sociales. En este marco cabe destacar dos vertientes educativas en disputa que precedieron a la introducción del modelo de instrucción pública promovido por Sarmiento. Por un lado, el proyecto centralista, cuyo impulsor era Bernardino Rivadavia (Romero 1996: 68-69). Por el otro, los proyectos de diferentes caudillos conservadores y progresistas, de los cuales el de Justo José de Urquiza resultó ser el más avanzado.

En líneas generales, el modelo de la Ilustración se caracterizaba por su espíritu modernizador: promovía la secularización de la vida general, la diversificación productiva y la modernización cultural y educativa. Aunque la preocupación quedó limitada al propósito de instruir a una clase dirigente, hubo primeros intentos de incorporar nuevos sectores y, de esa manera, aumentar el número de personas formadas (Weinberg, G. 1984: 75). Este pensamiento progresista puede apreciarse en el plan de reformas educativas de Bernadino Rivadavia, quien estaba familiarizado con las doctrinas sociales y políticas europeas, principalmente con las de Francia. Como Ministro del gobernador de Buenos Aires, brigadier general Martín Rodríguez, y más tarde como presidente de la Nación, puso en acción un sistema educativo que abarcaba la enseñanza primaria, secundaria y universitaria y la formación del magisterio con el fin de promover el mejoramiento moral e intelectual de la sociedad. El 12 de agosto de 1821 fue fundada la Universidad de Buenos Aires donde se establecieron seis departamentos: de estudios preparatorios, de jurisprudencia, de ciencias exactas, de medicina, de ciencias sagradas y de primeras letras. Dentro del último se creó la primera escuela normal de maestros para satisfacer las necesidades docentes en la capital y la campaña (Chavarría 1947: 35-37).



El concepto de la escuela normal proviene de “norma” y tiene como objetivo la enseñanza del método, de la didáctica y de los principios pedagógicos para transmitir racionalmente los conocimientos al niño tanto como para instruirle y desarrollarle armónicamente su cuerpo y su espíritu (Chavarría 1947: 20). Sin embargo, la escasez de recursos humanos y económicos en los tiempos posteriores a la independencia constituyó uno de los mayores obstáculos que debieron enfrentar los reformistas para llevar adelante su proyecto emancipador. Por estas razones, tanto Rivadavia como otros miembros del nuevo grupo dirigente promovieron el llamado *monitorial system* o sistema de enseñanza mutua. Esta escuela lancasteriana permitía impartir la educación primaria a miles de niños simultáneamente, dado que el único maestro era auxiliado en sus tareas por alumnos más avanzados que actuaban como monitores (Weinberg, G. 1984: 98-99).

Con respecto a la enseñanza femenina, Rivadavia estableció un sistema corporativo de educación. El 2 de enero de 1823, decretó en Buenos Aires la fundación de la Sociedad de Beneficencia. De acuerdo con las funciones y facultades educativas dadas por su estatuto, sus tareas principales eran tanto la dirección e inspección de las escuelas de niñas como la dirección e inspección de la casa de expósitos, de la casa de partos públicos y ocultos, del hospital de mujeres, del colegio de huérfanas y de todo establecimiento público dirigido al bien de los individuos de sexo femenino (Little 1985: 282-285).

La Sociedad de Beneficencia fue la primera organización filantrópica exclusivamente femenina, se gobernaba en forma autónoma y se sostenía tanto con sus rentas propias como con fondos públicos. Sus dirigentes, elegidas por las socias mismas, pertenecían a la alta sociedad. Dado que al pensamiento filantrópico es inherente un concepto de desigualdad, promovían una enseñanza femenina con el fin de preparar a las niñas, según su origen social, para las futuras tareas femeninas como madre y esposa. De este modo, las niñas pertenecientes a la clase baja aprendían diversas manualidades, como por ejemplo coser, tejer y cocinar, mientras que a las niñas de clase alta se impartía formación en música, arte y economía doméstica. Más tarde, de 1858 a 1861, cuando Sarmiento cumplía la función de jefe del Departamento de Escuelas de la provincia de Buenos Aires, se encendió un polémico debate entre él y las damas de la Sociedad de Beneficencia por los fines de la instrucción pública (Bunkley 1966: 326-327). Como

confesó en una carta a Mary Mann, “estas viejas, ricas, ignorantes” eran el mayor obstáculo en la organización de la educación común en Buenos Aires (Sarmiento 1936: 105).

El régimen de Juan Manuel de Rosas, entre 1838 y 1852, marcó una ruptura en las primeras iniciativas hacia un sistema educativo público. Rosas anuló las libertades públicas y las prácticas federales. Bajo la invocación del lema: “Dios, Patria y Hogar”, impulsó una política conservadora que se caracterizó por una intolerancia religiosa, cierta xenofobia y prácticas violentas de intimidación y de muerte (Chavarría 1947: 14). Gregorio Weinberg observó en Rosas la manifestación de un desinterés hacia la escolarización de la población, que a su vez era acompañado por un uso de las posibilidades educativas de un amplio conjunto de instituciones privadas (Weinberg, G. 1984: 116).

Con la caída de Rosas, en la batalla de Caseros en 1852, no solo se retomaron prácticas políticas liberales, sino también las actividades educativas. El general Justo José de Urquiza mostró una profunda preocupación por el desarrollo de la educación pública, tanto en sus sucesivos períodos en la gobernación de la provincia de Entre Ríos como durante su actuación como Presidente de la Confederación Argentina (1853-1861). La historiadora Beatriz Bosch destaca que Urquiza impulsó la educación en un sentido integral (enseñanza primaria, secundaria, superior y especial, educación femenina, teatro, bibliotecas, periodismo). También aumentó el número de escuelas primarias tanto en las ciudades como en la campaña para aumentar el grado de instrucción pública (Bosch 1978: 178-181).

Pero fue Sarmiento quien, bajo la influencia del romanticismo, descubrió la importancia de la dimensión social para afianzar los procesos de desarrollo de las sociedades nacionales. Según su visión, la educación era un elemento de lo social, y, por lo tanto, era una variable intrínsecamente ligada a la constitución de la sociedad y de la nación. En este sentido, la enseñanza primaria debía promover la homogeneización de grupos heterogéneos con el fin de garantizar la universalidad de una nueva visión del mundo (Alliaud 1993: 46).

### 3. El papel de los viajes de estudio en el pensamiento educativo

Antes de que los dos educadores americanos emblemáticos, Domingo F. Sarmiento y Horace Mann, se conocieran, tanto uno como el otro emprendieron viajes de estudio a Europa. En los párrafos siguientes examinamos cómo influyó la experiencia de estos viajes en las políticas educativas que ellos impulsaron en sus respectivos países.

#### 3.1 *El viaje de Horace Mann a Europa*

En la primera mitad del siglo XIX, la sociedad de los Estados Unidos se encontraba en un proceso de constitución de identidad nacional. Bajo la presidencia de Andrew Jackson (1829-1837) se puso en práctica un programa político basado en la fe en el “hombre común” que promovía la igualdad social y jurídica (Adams 2000: 64-68). La constitución de un sistema educativo público estaba intrínsecamente ligada al proyecto de formación de la nación. El movimiento reformador *common school* fue llevado adelante, sobre todo en Nueva Inglaterra, por educadores protestantes que concebían a la educación como medio esencial para el progreso de la sociedad. Las ideas principales de la *common school* se basaban en las doctrinas pedagógicas de la Ilustración.

Uno de los representantes más destacados de este movimiento fue Horace Mann, quien nació en Franklin, Massachusetts, en 1796 y creció en un ámbito puritano. Desde joven mostró gran interés por la política educativa. Mann no concebía la educación como mera habilidad para leer y escribir, sino que entendía la misión educativa en un sentido más amplio que abarcaba el pleno desarrollo físico, espiritual e intelectual. En este sentido, definió la educación como:

Aquellos ejercicios del cuerpo que lo desarrollan con robustez y vigor, –protegiéndolo á la vez de las enfermedades, y habituándolo á actuar sobre las crudas sustancias de la Naturaleza– de manera que transforme los incultos desiertos en cultivados campos, las florestas en navíos, y las canteras y barrizales en aldeas y ciudades. [...] aquel grado de cultivo intelectual que habilita á descubrir aquellas permanentes y poderosas leyes que prevalecen en todas partes del creado universo, sea material ó espiritual. [...] aquella cultura moral de nuestras afecciones, y susceptibilidades religiosas, que en el curso de la Naturaleza y de la providencia, nos lleva á la sujeción ó conformidad de todos nuestros apetitos, propensiones y sentimientos con la voluntad de Dios (Mann 1872: 3-4).

Teniendo en cuenta la relación integral entre educación, libertad y gobierno republicano, sus proyectos aspiraban a que la escuela fuera accesible para todos los niños sin distinción de clase. Horace Mann partía de la idea de que el objetivo primordial de la escuela común consistía en establecer la “armonía social” y por ello otorgaba a la escuela común el papel de “gran igualador” entre distintos estratos sociales en un país receptor de inmigrantes como eran los Estados Unidos en aquella época.

Entre 1837 y 1848, Horace Mann fue secretario del recién fundado *Board of Education* en Massachusetts con la misión de unificar las dispersas escuelas municipales en un sistema único de educación público con el equilibrio adecuado entre inspección local y estatal (Morgan 1936: 16). En cuanto a la formación docente, impulsó la creación de institutos preparatorios y formadores del maestro de escuela. De este modo, fundó en 1839 la primera escuela normal estadounidense en Lexington. Además, en el cuarto informe anual del *Board of Education* (1841), formuló los principios del “buen maestro”, en los cuales puso énfasis en la sólida moral del docente y su condición de modelo y orientación para los niños (Mann 1841: 43-45).

En mayo de 1843 viajó a Europa junto con su segunda esposa Mary Peabody. Durante seis meses recorrieron el continente estudiando las distintas instituciones educativas en Inglaterra, Irlanda, Escocia, los territorios alemanes, Holanda, Bélgica y Francia. Sus observaciones abarcaron un amplio espectro de estudio, desde los espacios y edificios de enseñanza, las estructuras y sistemas educativos y métodos pedagógicos hasta las diferentes instituciones educativas como escuelas primarias, secundarias, normales, universidades, las escuelas públicas y privadas, para discapacitados y reformatorios. Además, captaron su interés las numerosas fundaciones caritativas para la educación de pobres y delincuentes tanto como los orfanatos y hospitales públicos. En Inglaterra se desilusionó al observar que la segregación social también se reflejaba en el sistema educativo. Encontró un contraste marcado entre la precariedad de las escuelas a las que asistían los niños provenientes de hogares pobres y las instituciones escolares de excelencia destinadas a la educación de los niños de la alta sociedad (Mann 1844: 39).

La mayor parte del viaje –dos meses– la destinó a la inspección de los centros educativos en las diversas ciudades alemanas, entre otras

Berlín, Potsdam, Halle, Weissenfels, Erfurt, Weimar y Francfort. Sobre todo le interesaba saber cuáles eran los modos y las prácticas de enseñanza, ya que en ese entonces los sistemas educativos de Prusia y Sajonia gozaban de renombre. Como él, muchos pedagogos de todo el mundo viajaban a estas tierras para estudiar sus modelos de enseñanza (Downs 1972: 91). Mann remarcó en su informe la autoridad y el control que el Estado prusiano ejercía sobre la instrucción de los niños, visible en la cantidad de orfanatos públicos y de niños que habían perdido a sus padres en las guerras europeas. Además, le impresionaron las escuelas en las cárceles tanto como las escuelas destinadas a la educación de jóvenes delincuentes. Detectó como elemento determinante de la calidad de la enseñanza pública al número reducido de alumnos por maestro, lo que permitía tener en cuenta las particularidades de cada alumno. Lo anterior también posibilitaba el control disciplinario de la clase. La formación de los maestros estaba organizada a partir de seminarios que duraban tres años. El sistema de inspectores de escuelas garantizaba la buena conducta y el alto nivel de calificación de los maestros. Finalmente destacó como rasgo particular de la enseñanza pública su carácter obligatorio (Mann 1844: 45-56). Según Juliane Jacobi-Dittrich, la combinación de funciones humanísticas, patrióticas e integradoras —específicamente norteamericana— fue resultado de la unión del protestantismo angloamericano con la interpretación prusiana de Pestalozzi (Jacobi-Dittrich 1988: 39).

### *3.2 Sarmiento en Europa y los Estados Unidos*

Domingo F. Sarmiento nació en 1811 en San Juan, donde creció en un contexto violento sufriendo el asedio constante de las montoneras al servicio de los caudillos. Estas circunstancias sociopolíticas despertaron en él una inquietud por la educación popular como salida de la “barbarie” (Bravo 1965: 17). Tempranamente reconoció que el desarrollo político y económico demandaba la constitución de una instrucción pública que tuviera como objetivo preparar a las nuevas generaciones para que desarrollaran competencias intelectuales individuales. De joven fundó el diario *El Zonda* en el cual criticaba con énfasis al régimen político de Rosas, quien lo persiguió y lo obligó a exiliarse en Chile en 1841, donde se radicó hasta 1853. Durante este período ingresó a los circuitos intelectuales locales y mantuvo una interlocución

estrecha con sus principales integrantes, entre otros, Manuel Montt. En 1842 fundó allí la primera escuela normal de preceptores de América del Sur. En 1845, se publicó su obra reveladora *Facundo. Civilización i Barbarie. Vida de Juan Facundo Quiroga. Aspecto físico, costumbres i ábitos de la Republica Argentina*. La dicotomía entre civilización y barbarie, ya expuesta en el título, se convirtió en lema del romanticismo argentino. Reflejaba claramente la ambivalencia de la Generación de 1837: aunque dentro del discurso literario, el desierto era reconocido como lugar simbólico para la construcción de una identidad, desde la perspectiva política había que conquistar el desierto; esta naturaleza caótica, que determinaba las estructuras bárbaras, debía ser dominada para poder construir un orden político y social acorde a las necesidades de la futura república (Weinberg, F. 1988: 84). Para Sarmiento, el sujeto pedagógico necesario para la construcción de la ciudadanía moderna no incorporaría elementos culturales indígenas o gauchescos identificados como parte de la barbarie, sino que éstos debían ser eliminados y excluidos de la instrucción pública y de una cultura nacional en despliegue.

En el mismo año de 1845, Sarmiento fue enviado en misión oficial por Manuel Montt, ministro de Justicia, Culto e Instrucción Pública de Chile para estudiar la formación de maestros y los métodos educativos en Europa. Durante las principales escalas de su visita en España, Italia, Francia y Prusia analizó en detalle las políticas y realidades educacionales. Por un lado, reconoció los altos niveles educativos alcanzados por la población, sobre todo en Prusia. Por otro lado, se vio enfrentado con condiciones de vida ajenas a la realidad latinoamericana. Sus previas ilusiones sobre la avanzada “civilización” europea cuyas sociedades “[...] oscilaban entre la revolución y la reacción [...]” quedaron decepcionadas. Sarmiento observó: “Vengo de recorrer la Europa, de admirar sus monumentos, [...] pero he visto sus millones de campesinos, proletarios i artesanos viles, degradados, indignos de ser contados entre los hombres” (Sarmiento 1993: 334). Por ello, él no postuló un traslado mecánico de las ideas educativas a América Latina, sino que las entendió como meta a alcanzar una vez transformadas las estructuras socioeconómicas (Weinberg, F. 1988: 88-89).

En Londres, ya al terminar su visita en Europa, tuvo la oportunidad de leer el informe del educador estadounidense Horace Mann, realizado durante su viaje por el viejo continente. Sarmiento quedó

admirado por el contenido de este documento, lo cual despertó su interés por conocer los Estados Unidos como escala en su regreso a Sudamérica y contactar al gran educador norteamericano:

El principal objeto de mi viaje era ver a Mister Horace Mann, el secretario del Board de Educación, el gran reformador de la educación primaria, viajero como yo en búsqueda de métodos y sistemas por Europa, y hombre que a un fondo inagotable de bondad y de filantropía reunía en sus actos y sus escritos una rara prudencia y un profundo saber (Sarmiento 1993: 170).

El primer viaje a los Estados Unidos, del 15 de septiembre al 4 de noviembre de 1847, fue un momento clave en el pensamiento político de Sarmiento. Partiendo desde Nueva York, conoció los estados del norte y la frontera con Canadá. Luego recorrió el país en tren y en barcos a vapor que navegaban por el río Mississippi (Katra 1993: 856). Le fascinaron particularmente los nuevos medios de transporte y, en general, el desarrollo técnico. Según su opinión, la construcción de infraestructura para el tráfico masivo de personas y mercancías constituía la piedra fundamental del progreso nacional. Himnos de alabanza al espíritu libre, a la forma igualitaria de la sociedad, “la mujer soltera [...] libre como las mariposas”, la movilidad de los norteamericanos, los telégrafos y el uso masivo de relojes como símbolos de la modernidad impregnan sus entusiastas bitácoras de viaje (Sarmiento 1993: 296, 300).

El sanjuanino fue alojado durante dos días en casa del matrimonio Mann, en West Newton, en las cercanías de Boston. Mary Mann, quien luego se convertiría en amistosa interlocutora y asesora de Sarmiento, ofició de intérprete entre ambos hombres, ya que Sarmiento tenía escasos conocimientos de inglés y Horace Mann, por su parte, no hablaba ni español ni francés (Tharp 1953: 212-213).

Tanto el matrimonio Mann como Sarmiento partían de la idea de que la educación habría de ser el motor de la civilización. Es por eso que pusieron énfasis en que la educación debía ser común e igual para todos los niños sin distinción de género, origen o religión. Las ideas reformistas y liberales de Horace Mann ejercían una decisiva influencia en la enseñanza pública en los Estados Unidos. Al huésped argentino le impresionó sobre todo la escuela normal de Newton, una aldea cercana a Boston, que conoció en una visita guiada por Mary Mann. Allí Sarmiento constató el modo en que se formaba a las maestras

junto con los colegas masculinos. Esta forma coeducativa de la enseñanza, tan extendida en los estados de Nueva Inglaterra, no le había sido revelada en su visita a las escuelas elementales de Europa. Además, la financiación de las escuelas públicas a través de los impuestos comunales y federales lo marcó de tal manera que, en una carta a su amigo Valentín Alsina, quien luego sería gobernador de la provincia de Buenos Aires (1857-1859), expresó el siguiente balance:

[...] estos yanquis tienen el derecho de ser impertinentes. Cien habitantes por milla, cuatrocientos pesos de capital por persona, una escuela o colegio para cada doscientos habitantes, cinco pesos de renta anual para cada niño, y además los colegios. Esto para preparar el espíritu (Sarmiento 1993: 172).

La escuela normal consistía en seminarios para la formación de maestros y maestras, que habilitaban para la enseñanza en escuelas elementales. El modelo educativo se basaba en la formación de aptitudes morales, intelectuales y físicas. Las mujeres estudiaban geografía, aritmética, álgebra, geometría, mecánica, física, anatomía, fisiología tanto como música, pedagogía, prácticas de gimnasia, botánica, jardinería y dibujo (Sarmiento 2001: 93). Más tarde, Sarmiento describió en su libro *Las escuelas, base de la prosperidad y de la República en los Estados Unidos (1866)* cómo la educación impartida a las masas era generadora de progreso económico y de desarrollo democrático. En ese marco observó cómo era transmitido a los niños el *spirit* de modernidad, a la vez que eran formados como ciudadanos.

En 1849 publicó el libro *Educación popular* el cual se basaba en el informe oficial que presentó al gobierno chileno. Aquí se observa claramente la influencia que las ideas de Horace Mann habían ejercido en su pensamiento. Trataba tanto la necesidad de los fondos independientes para las escuelas públicas como la ventaja de las nuevas instituciones de jardines de infantes que había encontrado en Europa y los Estados Unidos (Bunkley 1966: 270-271). Además profundizó las bases conceptuales en lo relativo a la idea de la feminización de la enseñanza. Sarmiento consideró decisivo otorgarle a las mujeres la facultad de transmisión de la identidad cultural oficiando de órgano histórico de la transmisión de las costumbres desde el seno del hogar. Por lo tanto, como primera medida, debía impartirse a la mujer un mínimo de educación moderna, para así separarla de las tradiciones coloniales españolas. Negarse a ello podría inclusive poner en peligro



la suerte de la nación. Entonces, desde una perspectiva funcional, Sarmiento impulsaba la educación de las jóvenes y las mujeres:

De la educación de las mujeres depende, sin embargo, la suerte de los Estados; la civilización se detiene a las puertas del hogar doméstico cuando ellas no están preparadas para recibirla. Hay más todavía, las mujeres, en su carácter de madres, esposas, o sirvientes, destruyen la educación que los niños reciben en las escuelas. Las costumbres y las preocupaciones se perpetúan por ellas, y jamás podrá alterarse la manera de ser de un pueblo, sin cambiar primero las ideas y hábitos de vida de las mujeres (Sarmiento 2001: 88).

Como hemos visto, tanto para Mann como para Sarmiento, Europa aparecía como referencia permanente. En este sentido, los unía el estudio crítico de los proyectos educativos modernos de Europa, los cuales profundizaron y modificaron por medio de viajes de estudio. Sarmiento formulaba su proyecto educativo como respuesta a la particular situación histórica de la Argentina. Frente al vasto territorio con su escasa población, la falta de mano de obra calificada y el poco capital para desarrollar el país, diseñaba una política inmigratoria y colonizadora donde la política educacional realizase la “nacionalización” de los inmigrantes.

#### **4. La correspondencia entre Mary Mann y Sarmiento**

##### *4.1 Características de la correspondencia*

En mayo de 1865, Sarmiento viajó por segunda vez a los Estados Unidos, esta vez en función de Ministro Plenipotenciario de la República Argentina. Llegó en un momento decisivo de la historia de los Estados Unidos dado que la guerra civil acababa de terminar. Pero en vez de cumplir con sus tareas diplomáticas, su propósito era comprender la sociedad estadounidense y sus políticas modernizadoras para examinar en qué medida éstas podían ser aplicadas en la Argentina (Bunkley 1966: 369). A esos fines, el 8 de julio de 1865, Sarmiento reinició el contacto dirigiendo una carta a la entonces viuda de Horace Mann, en ocasión de la inauguración de la estatua del gran reformador estadounidense en Boston, quien había fallecido seis años antes, lo cual podemos interpretar como acto inaugural de una relación epistolar. “Tal vez Usted no me recuerde”, comenzó Sarmiento modestamente, “pero si mi aprecio hacia el Sr. Mann ayuda en ganar su amistad, déjeme asegurar que nadie estimaba más su carácter y su servicio

a la humanidad” (Ard 1996: 59). Para cimentar su deseo de reencuentro, argumentó que después de la primera reunión en 1847 había tomado las ideas de Horace Mann como modelo para su política educativa en América del Sur:

Armed with these documents [Common School Journal] and a collection of his lectures, reports, and speeches, and nourished with his oral instructions, I returned to South America and during these years have done nothing else but follow in his footsteps, his great work in organizing education in Massachusetts serving as my model. My best and most secure guide has been the digest of laws and rules that regulate that beautiful school system, which is the richest inheritance left by Mr. Mann to his fellow citizens (Ard 1996: 60).

Como vemos, el objetivo primordial del intercambio entre Mary Mann y Sarmiento ya se definió en la primera carta en la cual el argentino alzó el modelo de *common school* como meta cuya aplicación debía realizarse en América del Sur. En este sentido, ambos correspondientes estaban unidos por la fe en un proyecto modernizador basado en la educación común. Tanto Mary Mann como Sarmiento marcaron en repetidas ocasiones que trabajaban siguiendo el espíritu y la obra de Horace Mann. De hecho, fue el difunto quien los unió en su accionar y quien les sirvió como amalgama en aquellos momentos en que diferían en sus pensamientos.

Mary Tyler Peabody nació en 1806 en Salem, Massachusetts. Creció en una familia socialreformista que profesaba el protestantismo. Su hermana mayor, Elizabeth Peabody, quien influyó en su ideario educacional, fue una gran admiradora de los conceptos pedagógicos desarrollados por el alemán Friedrich Froebel. Elizabeth viajó a Alemania para estudiar el funcionamiento de los jardines de infantes y después de su regreso a los Estados Unidos se dedicó a introducirlos en su patria. La pasión por la educación, especialmente la femenina, unió a ambas hermanas. A los 27 años, Mary Mann acompañó a su hermana menor Sophia a Cuba, donde permaneció desde diciembre de 1833 hasta abril de 1835. Allí aprendió el español que luego utilizó para mantener la comunicación con Sarmiento (Velleman 2001: 3). Viviendo casi dos años en una estancia cubana, Mary Mann se vio diariamente enfrentada con la realidad de los esclavos que trabajaban allí. Como reflexión sobre la posición social de los esclavos, escribió una de las primeras novelas abolicionistas titulada “Juanita” que, según Patricia Ard muestra claramente la influencia de *La cabaña del*

*Tío Tom* de Harriet Beecher Stowe (Ard 2000: XXIIss.). En 1843 Mary Peabody se casó con Horace Mann, uno de los impulsores del movimiento reformador *common school*, que afirmaba que la educación era la piedra fundamental de la modernización. Puso énfasis en la escuela primaria que según él debía ser coeducativa, común y no secular para que los niños aprendieran a convivir en una sociedad pluralista.

Sarmiento logró desarrollar una amplia correspondencia con Mary Mann en la cual podemos distinguir dos etapas con respecto a la intensidad del intercambio. La primera, entre 1865 y 1868, cuando el político sudamericano permaneció en los Estados Unidos, se caracterizaba por su riqueza y frecuencia. Luego, durante la segunda etapa que se inicia con el regreso de Sarmiento a la Argentina como Presidente de la Nación en 1869 y se mantiene hasta la muerte de Mary Mann en 1887, sostuvieron un intercambio epistolar menos frecuente (Ard 1996: 3-4).

La comunicación fue casi exclusivamente escrita, dado que se encontraron cara a cara solo cinco veces: en 1847 cuando Sarmiento visitó a Horace Mann, en 1865 por el *Día de Acción de Gracias* en Concord, en septiembre de 1866 en Cambridge, en febrero y octubre de 1867, y, finalmente en mayo de 1868 en ocasión de la partida de Sarmiento hacia la Argentina (Houston Luiggi 1953: 188).

La carta se convirtió así en un medio de diálogo personal. La correspondencia, en tono amistoso, hace referencia a una amplia variedad de temas pedagógicos, políticos, religiosos y culturales, tanto como a asuntos privados. Barry Velleman ha caracterizado esta relación epistolar como paradigma del intercambio de ideas social-reformadoras entre dos naciones americanas, basado en convicciones profundas respecto a la relación intrínseca entre democracia, igualdad y educación universal (Velleman 2001: xii).

#### 4.2 Motivos de la correspondencia

De la correspondencia entre Mary Mann y Sarmiento, podemos deducir dos proyectos centrales. En primer lugar, la traducción de *Facundo* al inglés como medio de promoción ante la sociedad intelectual estadounidense y, en segundo lugar, el tema del reclutamiento de maestros que se radicarían en la Argentina (Ard 1996: 14).

Sarmiento pretendía difundir sus ideas progresistas y, al mismo tiempo, dar a conocer su concepción de la realidad argentina dentro del ambiente reformista de Nueva Inglaterra. Creyente en el poder de la palabra escrita, hace traducir *Facundo*, obra a la que utiliza como tarjeta de presentación (Bunkley 1966: 373). Esta tarea demandó la dedicación de ambos actores durante toda la estadía de Sarmiento. Aunque Mann no lo tradujo en persona, vigiló su traducción, realizó la redacción final y escribió una introducción. La traducción en sí fue un trabajo colectivo entre amigos y familiares de Mary Mann (Ard 1996: 12-13).

Las cartas de Mann muestran su gran interés por la historia argentina. No solo requirió información para la redacción del prefacio de *Facundo*, sino que también lo hizo porque reconoció que las cartas eran un medio de expansión de sus conocimientos. En aquel momento, como ya mencionamos, la educación formal femenina se limitaba a un nivel elemental. Más allá de su identidad de viuda, lo que motivó a Mary Mann a mantener el intercambio fue sobre todo el medio de comunicación en sí. Desde la época del Iluminismo, redactar cartas y recibirlas era el medio de educación femenina por excelencia. No solo servía para recibir noticias e informaciones sobre cualquier tipo de acontecimiento político, social o cultural, sino que este espacio les dio lugar para expresarse, debatir e intercambiar opiniones e ideas. De esta manera, la correspondencia también permitió a las mujeres el acceso indirecto al ámbito público. No sorprende, entonces, que la intelectual norteamericana haya incluido a Sarmiento en su amplia red de interlocutores.

En lo que sigue examinaré cuáles eran los objetivos de Sarmiento para retomar el contacto con Mary Mann. El entonces embajador inició la correspondencia en función de su proyecto educativo imaginado para las jóvenes repúblicas de América del Sur. El análisis de las cartas muestra que él persiguió tres objetivos claves en la correspondencia con Mary Mann: el intercambio de informaciones, entrar al círculo intelectual estadounidense y transformarse en una personalidad de renombre público fuera de la Argentina en vistas a la próxima campaña electoral.

En el marco de su primer objetivo, buscaba familiarizarse con las prácticas educativas ya establecidas en Nueva Inglaterra tanto como conocer de cerca el proyecto modernizador de los Estados Unidos una

vez terminada la guerra entre el norte y el sur del país. En este sentido, Sarmiento advirtió:

El espectáculo del rapido desarrollo de este ante Far West, i ahora centro de los Estados Unidos, me enferma, al comparalo con nuestro atraso en iguales circunstancias: i al atesorar todas las utiles nociones que voi reuniendo me entristece; pensar que voi para viejo, i no tendré tiempo ni enerjia suficiente para aplicarlas al desarrollo de mi pais (Sarmiento 1935: 83).

Con el fin de difundir los conocimientos sobre “el otro”, fundó en 1867 la revista *Ambas Américas*, de la que se publicaron solo cuatro números. En esta revista presentaba sus observaciones e ideas sobre las sociedades argentina y norteamericana y sobre las políticas y los procesos de modernización.

Para lograr su segundo objetivo, entrar al circuito intelectual de Nueva Inglaterra, trató de aprovechar la influencia de la viuda del prestigioso educador en estos ámbitos. De hecho, Mary Mann lo introdujo en la amplia red de colegas y amigos de su difunto esposo escribiéndole cartas de recomendación. De esta manera, Henry Barnard, sucesor de Horace Mann en el cargo educativo, lo invitó —a pedido de la viuda— a asistir al Congreso de los Institutos Americanos de Educación en New Haven en 1865. Además, Barnard publicó varios artículos del educador argentino en su revista *The American Journal of Education*. También lo puso en contacto con el astrónomo Benjamin Gould, a quien Sarmiento luego convocaría para fundar y dirigir el observatorio de Córdoba. Además, Mary Mann le presentó al poeta e iniciador del movimiento trascendentalista Ralph Waldo Emerson (Houston Luiggi 1959: 34).

En función del tercer objetivo, la propaganda para la campaña electoral para llegar a la presidencia en la Argentina, ambos lograron que la Universidad de Michigan otorgara a Sarmiento el título de Dr. Honoris Causa en junio de 1868. En efecto, el nuevo grado adornó la portada de la primera edición en inglés de *Facundo*. Esta práctica fue interpretada por la historiadora Patricia Ard como una exitosa estrategia en la obtención de prestigio en el exterior y como medio para enriquecer su reputación en Sudamérica (Ard 1996: 11). De hecho, Sarmiento utilizó su prestigio como académico en su campaña política, si bien no es posible establecer en qué medida esto le facilitó el acceso al cargo de Presidente de la Nación.

Observamos que se trataba de una relación intelectual y en cuanto a la dimensión del intercambio cultural, desde una perspectiva del análisis de género, nos interesa destacar lo siguiente: mientras Sarmiento utilizaba los temas tratados en el intercambio epistolar para su proyecto modernizador, Mary Mann lo convirtió en un promotor de las ideas pedagógicas de su esposo. Para ello proveyó al futuro presidente argentino de contactos y de bibliografía. En esto identificó Barry Velleman una relación esencialmente simbiótica entre los interlocutores (Velleman 2001: 5).

Al mismo tiempo observamos una desigualdad que reside en el hecho de que las figuras productivas de ideas y proyectos son los esposos (Mann) y los presidentes (en este caso Sarmiento), mientras que las esposas y viudas ocupan un lugar secundario como promotoras de las carreras públicas de los esposos y de sus colegas.

#### *4.3 El género en la correspondencia*

Cabe destacar la originalidad de esta correspondencia en el contexto social del siglo XIX, dado que no constituyó un mero intercambio entre los extremos de América, sino que, más bien, consistió en la comunicación entre ambos intelectuales, pensadores desde posiciones diferentes y desiguales, sin mediar una relación amorosa. Esto es debido, en gran parte, al rol representativo de Mary Mann, quien, como viuda, actuó inicialmente como guardián de las ideas de su difunto esposo.

Si en la primera reunión de 1847, Mary Mann tenía un papel secundario en la conversación, sirviendo de intérprete a los hombres, esta vez, legitimada por el rol de viuda, podía efectivamente actuar y entrar como protagonista del espacio público. Según los estudios sobre las funciones sociales de las viudas burguesas del siglo XIX, éstas tomaban el lugar del difunto esposo en diversas dimensiones. No solo administraban la herencia, sino que continuaban y difundían la obra del fallecido, ya que la sociedad las reconocía como representantes legítimas del pensamiento de sus esposos. Además —y eso se ve claramente en las actitudes de Mary Mann— incorporaron el patrón de comportamiento del difunto en el ámbito público. Diferente a la posición social de mujeres solteras o divorciadas, la condición de viuda hacía que éstas no tuvieran problemas para moverse solas más allá de

las fronteras del hogar. En las cartas podemos analizar las representaciones culturales de la figura de la viuda como vehículo y como índice que posibilita un intercambio entre un hombre y una mujer sin temer sanciones sociales. Recurrir al nombre del difunto esposo otorgaba a Mary Mann autoridad en su accionar y servía para reforzar sus propios argumentos. Además, las cartas muestran que Mary Mann aprendió rápido a “manejar” a su protegido, Sarmiento, quien intentaba a su vez “manipular” a la protectora para que lo asistiera con estrategias políticas.

Al establecerse la correspondencia, es llamativo, en ambos actores, el afán por posicionarse en un rol atribuido al género. Mary Mann comenzó a asumir un papel casi maternal. Puede comprobarse que Sarmiento también auspició esta suerte de relación madre-hijo a través de un relato posterior sobre *Las santas mujeres*, donde describe a Mary Mann como la “encarnación del amor materno” (Sarmiento 2001: 212). Según Patricia Ard, las numerosas referencias a ella como figura materna sugieren un acuerdo tácito para disipar cualquier posible energía sexual mediante la aceptación de determinados roles epistolares. Tanto en Sarmiento como en ella misma había un necesario deseo de dessexualizar incluso el cuerpo epistolar (Ard 1996: 35-36).

#### 4.4 *El malentendido como generador de ideas*

Si se dirige la mirada a los procesos en el marco de la transferencia educativa, se percibe claramente que su dinámica no es un simple traspaso de conceptos pedagógicos desde los Estados Unidos hacia la Argentina, ya que los procesos de transferencia no representan una conexión lineal entre dos sujetos de investigación, sino que constituyen un procedimiento múltiple y polisémico de intercambio de informaciones, símbolos y prácticas, que a lo largo del proceso son sometidos a permanentes reinterpretaciones y transformaciones.

El intercambio transcultural de saberes con respecto a la educación era un tema predominante en la correspondencia de Mary Mann y Sarmiento. Ambos coincidieron en que la educación popular permitía implementar el proyecto modernizador de las sociedades, dado que cumplía una función tanto política como económica. Entonces, había un claro eje en esta transferencia, el cual era trazado por el interés común de ambos actores por la educación de las masas.

La percepción de diferencias culturales se entrecruza en el intercambio epistolar con la relación de género. Mediante un doble movimiento, Sarmiento intentó superar la desigualdad cultural y a la vez afianzarse en su rol masculino, intentando así compensar esta asimetría. De esta manera, tomó distancia de su origen cultural. Con eso pretendía desligarse de la imagen de retraso de su país en función de su proyecto modernizador:

Voi a decirle algo para Usted sola. Desde 1842, yo he llamado mucho la atencion publica con mis esfuerzos para derrocar las tiranias de barbaros, i tomado la parte mas activa en la *reconstrucción* del pais. [...] Mi proposito aun desde joven, era construir una Republica (Sarmiento 1935: 79).

Dado que Sarmiento se instalaba en esta singular posición, podía sobreponerse a Mary Mann, representante de la nación-modelo, y definir una colaboración según los roles tradicionales de género. En sus cartas, él involucró a Mary Mann en su proyecto político. Se presentó como reformador liberal de un país en el cual, si bien todavía reinaba la barbarie, podía encaminarlo, a través de su iniciativa, hacia la luz de la civilización. Respondiendo estas inquietudes, Mary Mann intentó participar del diálogo sobre la constitución de la nación.

Un ejemplo que nos lleva a comprender al malentendido como generador de ideas es el caso de la radicación de docentes en la Argentina, donde podemos apreciar la errónea percepción de Mann acerca de la realidad sudamericana. Velleman observó que fue Mary Mann quien por primera vez mencionó la posibilidad de el hecho de enviar maestros norteamericanos a la Argentina pero no para enseñar, sino para escapar de los prejuicios raciales (Velleman 2001: 7). En julio de 1865 consultó a Sarmiento sobre la posición social de los negros en la Argentina, porque tenía la intención de enviar a un joven maestro negro hacia allí, ya que éste sufría la discriminación racial en los Estados Unidos:

Permit me to request you to send one of your "Letters to the Consul" to the address of Charles Babcock, Esq., Salem, Mass. He is a very intelligent & pretty well educated colored man, who wishes to emigrate to some warm country where color is not made so great a criterion of respectability as here, – for not withstanding the wonderful change in public sentiment in regard to the colored races, they still suffer sadly in a social point of view. I believe Mr. Babcock has no African blood in his veins – he is a descent of the Narraganset Indians of Massachusetts – now a mixed race, – and several friends of his own & the other colored



race think of emigrating with him, to some place where there is free suffrage to all. Is it so there? (Velleman 2001: 39).

Aquí es donde entra la categoría del malentendido en el análisis del intercambio epistolar. En general, el malentendido es definido negativamente: el “mal-entender” indica que la comunicación ha fallado, por lo que existe una necesidad de esclarecimiento para poder “normalizar” la situación y así posibilitar la comprensión. Hacemos otra lectura del malentendido, partiendo de la idea de que en él existe una intención de comunicar, en la que se presentan las diferencias de identidad entre los interlocutores. Se produce así una comunicación que parte de intenciones comunes que sufren diferentes interpretaciones culturales. De hecho, cada uno escribía en su lengua materna: Sarmiento en español y Mann en inglés. La diferencia idiomática convirtió al intercambio en una permanente traducción por parte del destinatario. Según Patricia Ard, Mary Mann en su imaginario relacionaba a la Argentina con el sur de los Estados Unidos y comparaba a Sarmiento con los militares del norte, quienes pretendían liberar a la sociedad retrasada (Ard 1996: 13).

Sarmiento, quizá debido a su posición ambigua frente a los indios y los habitantes del campo, prefirió no responder al pedido. De todos modos, esta inquietud de Mary Mann despertó en él la idea de trasladar docentes entrenados en los métodos de enseñanza más modernos, lo cual se convirtió, en adelante, en tema central de la correspondencia.

Hay que tener en cuenta que en aquel momento la joven república del sur carecía de maestros preparados en la educación laica, dado que la educación estaba en manos de la Iglesia, y las niñas recibieron los primeros años de educación en la Sociedad de Beneficencia.

En septiembre de 1865, Sarmiento le propuso adoptar la *common school* como modelo para la creación de un sistema educativo público en la Argentina. Fue en esta carta donde pronunció por primera vez su intención fundamental:

Mi proposito es llamar la atención de los norteamericanos, a aquellos países, interesarlos en suerte, y cambiadas las malas tendencias de la política esclavocrata, de anexación y conquista, señalar a la filantropía americana el camino de estender la Republica, que es la educación comun. El libro valdrá poca cosa; pero la introducción que le preparo, ha de ir al corazon y al espitu yankie, si no soy un topo; y haremos tanto *tapage* V. y sus amigos y los de la educación que el publico educacionista leerá el

libro y lo hallará muy bueno, con lo que muchos maestros y maestras se trasladaran a America, y llevaran los sistemas de Massachusets [sic], i el nombre de sus promotores (Sarmiento 1936: 453-454).

En sucesivas cartas podemos observar que discutieron varias opciones para establecer el traslado de maestras. Surgió, por ejemplo, la idea de mandar a la hija de Sarmiento a los Estados Unidos para entrenarla en una Escuela Normal de Lexington.

Ya he escrito a mi hija sobre nuestro proyecto de traerla, i cuando reciba contestacion hablaremos. De la idea de Mr. Lewis de fundar colegios como el de Lexington [sic] en la America del Sur; podria yo aprovecharme quiza para la ejecucion de un pensamiento que tengo (Sarmiento 1936: 82).

Lo novedoso de esta institución era la inclusión de clases de gimnasia para niñas en el *curriculum* educativo.

Más tarde, en enero de 1866, Sarmiento propuso a Mary Mann fundar una colonia norteamericana con el fin de trasladar el modelo modernizador estadounidense a su provincia natal:

[San Juan] tiene ya la Escuela Sarmiento como base de sistema de educación: tendrá luego una Escuela Normal. Dados estos antecedentes, quisiera fundar una Universidad Norteamericana, para llevar las ciencias naturales, i sus aplicaciones prácticas a la minería a la agricultura, al interior de aquellos países; pues la civilización que se desenvuelve en las *costas* marítimas penetra mui lentamente en el interior. Desde San Juan se estenderia a las otras provincias. [...] Imagínese lo que seria un centro luminoso en el interior, una colonia norteamericana, en San Juan, produciendo plata, i cereales, i educando al pueblo (Sarmiento 1936: 84-85).

La posición social de Mary Mann favoreció el proyecto de trasladar maestras dado que ella estaba familiarizada con el sistema de las escuelas normales fundadas por su marido. Ella mantenía vínculos estrechos con los educadores y políticos de Boston. Una vez más se convirtió en colaboradora a la sombra de un gran hombre. Comenzó a elegir a jóvenes maestras dentro de su amplia red de amigos y conocidos y, de hecho, le presentó a Sarmiento varias candidatas para el desempeño de la tarea de enseñanza pública en la Argentina.

Cuando, en 1868, Sarmiento regresó a su país para ocupar el cargo de presidente de la Nación, había llegado el momento de concretar ambicionado proyecto. Aunque frente a una gran resistencia por parte de varios sectores de la sociedad argentina –entre ellos la Iglesia y la

Sociedad de Beneficencia—, Sarmiento llevó las primeras maestras norteamericanas a ese país.

## 5. Conclusión

Hay que destacar que la posición social de la viuda como depositaria del pensamiento de su fallecido esposo fue lo que legitimó a Mary Mann como interlocutora. Es decir, el rol de viuda de Horace Mann era un arma de doble filo: por un lado, le otorgaba más libertad de acción y reconocimiento en el ámbito público. Pero, por otro lado, no le permitía actuar independientemente sino mediante el sostén de la imagen de su esposo aun post-mortem.

Para concluir queremos rescatar el valor de la diferencia cultural como enriquecedora de la circulación de conocimientos. En este ejemplo se comprueba que aun en caso de una interpretación errónea, como la percepción de Mary Mann acerca de la situación sociopolítica argentina, puede surgir una propuesta innovadora. Eso se debe a que la transferencia nunca es un proceso lineal, sino más bien se trata de mecanismos múltiples de intercambio de informaciones, símbolos y prácticas, los cuales están sujetos a permanentes reinterpretaciones y transformaciones. La radicación de maestras norteamericanas fue el instrumento fundamental para la construcción de un sistema educativo moderno en la República Argentina y el avance de la educación común, como relató una de ellas, Isabel King, en el Congreso Internacional de Mujeres en 1893 en Chicago.

## Bibliografía

- Adams, Willi Paul (2000): *Die USA vor 1900*. München: Oldenbourg.
- Alliaud, Andrea (1993): *Los maestros y su historia. Los orígenes del magisterio argentino*, Vol. 1. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina.
- Ard, Patricia (1996): *Seeds of Reform. The Letters of Mary Peabody Mann and Domingo F. Sarmiento*. Ann Arbor: Univ. Microfilms Internat.
- (2000): “Introduction. Mary Peabody Mann’s *Juanita*: A Historical Romance of Antillean Slavery”. En: Mann, Mary: *Juanita. A Romance of Real Life in Cuba Fifty Years Ago*. Ed. and with an Introduction by Patricia M. Ard. Charlottesville/London: Univ. of Virginia Press, pp. XI-XXXVIII.
- Bosch, Beatriz (1978): *Historia de Entre Ríos (1520-1969)*. Santa Fe: Plus Ultra.
- Bravo, Héctor Félix (1965): *Sarmiento, pedagogo social. Las concepciones sociales en la pedagogía de Sarmiento*. Buenos Aires: EUDEBA.
- Bunkley, Allison Williams (1966): *Vida de Sarmiento*. Buenos Aires: EUDEBA.
- Chavarría, Juan Manuel (1947): *La Escuela Normal y la Cultura Argentina*. Buenos Aires: El Ateneo.
- Cirigliano, Gustavo F. J. (1996): *¿Por qué vino Ud., Clara J. Armstrong a la Argentina?*. Buenos Aires: Editorial Docencia.
- Downs, Robert B. (1972): *Horace Mann. Champion of Public Schools*. New York: Twayne Publishers.
- Ewing, Enrique E. (1947): “Centenary of a Friendship. Sarmiento and Horace Mann”. En: *Bulletin of the Pan American Union*, 81, pp. 664-667.
- Houston Luiggi, Alice (1953): “Some Letters of Sarmiento and Mary Mann, 1865-1876”. En: *The Hispanic American Historical Review*, 32, pp. 187-211, 347-375.
- (1959): *Sesenta y Cinco valientes. Sarmiento y las Maestras Norteamericanas*. Buenos Aires: Editorial Agora.
- Jacobi-Dittrich, Juliane (1988): *“Deutsche” Schulen in den Vereinigten Staaten von Amerika. Historisch-vergleichende Studie zum Unterrichtswesen im Mittleren Westen (Wisconsin 1840-1900)*. München: Minerva-Publ.
- Katra, William H. (1993): “Sarmiento y los Estados Unidos”. En: Fernandez, Javier (ed.): *Domingo Faustino Sarmiento. Viajes por Europa, Africa i América*. Madrid: CEP de la Biblioteca Nacional, pp. 853-911.
- Little, Cynthia (1985): “Educación, Filantropía y Feminismo: Partes intergrantes de la Feminidad Argentina, 1860-1926”. En: Lavrín, Asunción (ed.): *Las Mujeres Latinoamericanas. Perspectivas Históricas*. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, pp. 271-298.
- Mann, Horace (1841): *Fourth Annual Report of the Secretary of the Board of Education*. Boston: Dutton and Wentworth.
- (1844): *Seventh Annual Report of the Secretary of the Board of Education*. Boston: Dutton and Wentworth.
- (1872): *Necesidad de la Educación en el Gobierno Republicano*. Buenos Aires: Imprenta de Pablo E. Coni.

- Morgan, Joy Elmer (1936): *Horace Mann. His Ideas and Ideals*. Washington, D.C.: National Home Library Foundation.
- Romero, José Luis (1996): *Breve historia de la Argentina*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.
- [Sarmiento, Domingo F.] (1935): “Cartas de Sarmiento”. En: *Boletín de la Academia Argentina de Letras*, III, pp. 211-237, 373-410.
- (1936): “Cartas de Sarmiento”. En: *Boletín de la Academia Argentina de Letras*, IV, pp. 81-130, 295-362, 451-490, 589-656.
- (1993): *Viajes por Europa, África i América, 1845-1847*. En: Fernandez, Javier (ed.): *Domingo Faustino Sarmiento. Viajes por Europa, África i América*. Madrid: CEP de la Biblioteca Nacional.
- (2001): *Educación popular*. Obras Completas, Tomo 49. Buenos Aires: Ed. Universidad Nacional de La Matanza,
- Tharp, Louise Hall (1953): *Until Victory. Horace Mann and Mary Peabody*. Boston: Little, Brown and Company.
- Velleman, Barry L. (2001): “My Dear Sir”. *Mary Mann’s Letters to Sarmiento (1865-1881)*. Buenos Aires: ICANA.
- Weinberg, Félix (1988): *Las ideas sociales de Sarmiento*. Buenos Aires: EUDEBA.
- Weinberg, Gregorio (1984): *Modelos educativos de la historia de América Latina*. Buenos Aires: Kapelusz.
- Yannoulas, Silvia C. (1996): *Educación: ¿Una profesión de mujeres? La feminización del normalismo y la docencia (1870-1930)*. Buenos Aires: Kapelusz.



Sandra Carreras

**“Spengler, Quesada y yo...”.**  
**Intercambio intelectual y relaciones personales**  
**entre la Argentina y Alemania**

Si bien nadie parece dudar de la existencia de una circulación de ideas y conocimientos entre Alemania y la Argentina durante los siglos XIX y XX, este tema no ha sido estudiado hasta ahora en toda su profundidad en ninguno de los dos países. La mayoría de las investigaciones que existen al respecto se centran en los procesos de recepción y sobre todo en la (re)interpretación de la obra de ciertos pensadores alemanes por parte de intelectuales argentinos.<sup>1</sup> La existencia de otras formas y canales de transmisión entre ambas naciones permanece en gran parte inexplorada y la posibilidad de que haya habido transferencia de conocimientos de la Argentina a Alemania no ha sido considerada todavía. El hecho de que la documentación al respecto esté escrita en dos idiomas diferentes y las fuentes dispersas en archivos y bibliotecas de dos países con culturas académicas bastante disímiles provoca dificultades adicionales a la siempre ardua tarea de reconstruir los procesos que exceden los límites de los Estados nacionales.

En este trabajo intentaré aproximarme a la cuestión desde la perspectiva de los actores que intervinieron activamente en esa circulación de ideas y conocimientos. Para eso presentaré primero un breve panorama de las personas que desarrollaron carreras académicas entre ambos países y, en segundo lugar, me detendré en un caso sobresaliente y prácticamente desconocido hasta el momento: el intercambio personal establecido entre el argentino Ernesto Quesada, su esposa alemana Leonore Deiters y el filósofo alemán Oswald Spengler.

**1. Vidas académicas entre la Argentina y Alemania**

De acuerdo con las estimaciones de Ronald Newton (1977: 21), hasta el comienzo de la Primera Guerra Mundial llegaron a la Argentina

---

<sup>1</sup> Véase por ejemplo Dotti (1992; 2000) y Cragnolini (2001).

varios cientos de académicos alemanes, muchos de los cuales se quedaron en el país por el resto de sus vidas. Como sostuvo Wilhelm Keiper, presidente de la Asociación Científica Alemana en la Argentina (*Deutscher Wissenschaftlicher Verein*, DWV), se trataba de un grupo no muy numeroso, pero sus integrantes actuaban “en el centro mismo de la vida intelectual argentina, y algunos de ellos ocupaban posiciones destacadas” (Keiper 1913: 13).<sup>2</sup> Para dar una idea del papel que tuvieron los científicos alemanes en el proceso de formación e institucionalización del sistema académico argentino, me referiré brevemente a algunos de los casos más prominentes.

En la década de 1860 Hermann Burmeister fue contratado para organizar la Academia de Ciencias Exactas, Físicas y Naturales de Córdoba. En esa institución colaboraron también otros profesores alemanes como docentes e investigadores en las áreas de Geografía, Geología, Botánica, Física y Química (Tognetti 2000; Mantegari 2003).

Poco después, la comisión responsable de la presentación oficial de la República Argentina en la exposición internacional de Filadelfia encargó al publicista alemán Richard Napp la preparación de un voluminoso libro de alrededor de 500 páginas para tal fin. Napp y los científicos de su misma nacionalidad que se encargaron de los diferentes capítulos redactaron la obra *Die Argentinische Republik* (1876) en alemán, idioma a partir del cual fue traducida luego al español, francés e inglés.

A partir de su creación en 1884, el Museo de La Plata contrató científicos extranjeros. Allí se estableció en 1897 Robert Lehmann-Nitsche como jefe de la sección de Antropología. Luego de la fundación de la Universidad de La Plata, el Museo asumió tareas docentes propias de una facultad, para cuyo cumplimiento fueron contratados más profesores alemanes.<sup>3</sup>

Especialmente destacado fue el rol de los científicos alemanes en la Física. Cuando se nacionalizó la Universidad de La Plata en 1905, se decidió crear un instituto de esa especialidad. En 1910 se designó

---

2 Para agilizar la lectura he renunciado a reproducir las citas alemanas en el idioma original. Todas las traducciones al castellano son mías.

3 Sobre los antropólogos alemanes que se desempeñaron en la Argentina véase Arenas (1991); sobre los científicos alemanes radicados en La Plata, Ciappa (1987).



director a Emil Bose, quien gozaba entonces de renombre internacional, era editor de la *Physikalische Zeitschrift* y mantenía estrecho contacto con el Premio Nobel Walther Nernst. En el mismo instituto trabajó también Jakob Laub, quien había publicado dos artículos en coautoría con Albert Einstein y dio en esa universidad las primeras conferencias sobre la teoría de la relatividad pronunciadas en toda América. Luego de la muerte de Bose, fue designado director Richard Gans, un científico proveniente de Hamburgo.<sup>4</sup> En 1925 Albert Einstein visitó la Argentina para dar conferencias en las universidades de Buenos Aires, Córdoba y La Plata.<sup>5</sup>

Geógrafos alemanes actuaron en el desarrollo de la cartografía, especialidad instalada también en las instituciones militares. A ello se agregarían luego los instructores militares. A partir de 1890, varios oficiales alemanes colaboraron en la reorganización del Ejército argentino y más adelante actuaron como instructores en la Escuela Superior de Guerra. En 1904 se estableció en Buenos Aires un grupo de docentes alemanes que organizó el Instituto Nacional del Profesorado Secundario. Se designaron además técnicos alemanes en diferentes reparticiones del Ministerio de Agricultura y del Ministerio de Guerra. También había numerosos ingenieros y técnicos alemanes empleados en las empresas de electricidad y en las grandes constructoras.

Más difícil resulta determinar la cantidad de argentinos que pasaron al menos una estadía larga en los territorios alemanes. Se sabe que entre 150 y 175 oficiales argentinos habían recibido formación en Alemania antes del estallido de la Gran Guerra (Potash 1969: 4). Este país era también un destino muy interesante para los médicos argentinos, por lo que no es casual que entre los 345 miembros fundadores de la Institución Cultural Argentino-Germana creada en 1922 aparecieran muy reconocidos profesionales de esa área, como por ejemplo los doctores Gregorio Aráoz Alfaro y Mariano Castex (*Institución cultural* 2003: 12-16). Ese intercambio se intensificó en la década del 30, cuando aumentó el número de médicos que realizaron visitas de formación e información en Alemania.<sup>6</sup>

4 Véanse Pyenson (1984) y Andrini/von Reichenbach (2002). Sobre Richard Gans véanse Gaviola (1954) y Klich (1995).

5 Véanse Rinke (1996: vol. 2, cap. VI) y Ortiz (1995).

6 Sobre la atraktividad de Alemania para los médicos argentinos véase Reggiani (2005).

Contra lo que podría sugerir la nómina presentada, los contactos entre intelectuales y científicos alemanes y argentinos no fueron solo cosa de hombres. Si bien el tipo del “hombre de ciencia” predominó por mucho tiempo y la incorporación de las mujeres a los estudios superiores y a la actividad científica se realizó en forma tardía y lenta, tanto en Europa como en América Latina, una observación detallada de los procesos de intercambio indica que hubo mujeres que tuvieron una actuación importante en la zona de contacto científico entre la Argentina y Alemania. Aunque no es fácil encontrar muchas informaciones sobre sus actividades, quiero mencionar aquí algunas de ellas.

Margrete Heiberg provenía de Dinamarca y fue la primera mujer que obtuvo un doctorado en Química en la Universidad de Copenhague en 1901. Luego trabajó con Walther Nernst en Gotinga, donde conoció a Emil Bose, con quien se casó poco después. Cuando éste se hizo cargo del Instituto de Física de la Universidad de La Plata, ella también tuvo allí un puesto de trabajo. Emil Bose murió inesperadamente en 1910, ante lo cual su esposa se hizo cargo de la cátedra y del laboratorio de física hasta el arribo de Gans (Pyenson 1984: 260-279).

Juliane Dillenius nació en Buenos Aires en 1884 en el seno de una familia de origen alemán. En 1911 obtuvo su título de doctora con una tesis sobre craneometría comparada (Dillenius 1913), presentada en la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Buenos Aires. También trabajó en la Sección de Antropología del Museo Etnográfico de Buenos Aires. Luego de su casamiento con Robert Lehmann-Nitsche, con quien tuvo cinco hijos, su carrera científica se interrumpió. En 1930 se radicó con su marido en Alemania, cuando éste, luego de haberse jubilado, decidió volver a su país llevando consigo su biblioteca y la valiosa colección de materiales que había reunido en su larga vida académica en la Argentina. Lehmann-Nitsche falleció en Berlín en 1938. Apurada por retornar a la Argentina cuando ya había comenzado la guerra, Juliane Dillenius se vio obligada a vender gran parte de la biblioteca a un librero profesional, en tanto que la colección de literatura popular argentina reunida por Robert Lehmann-Nitsche y conocida como la “Biblioteca criolla” fue adquirida por el

Instituto Ibero-Americano de Berlín en 1939, con lo cual se completó la transferencia de una colección única de la Argentina a Alemania.<sup>7</sup>

Ingeborg Simons nació en Alemania y estudió Derecho en Buenos Aires. Era hija de la profesora Haenny Simons-Stocker, quien también trabajó en la Universidad de la Plata. Ingeborg Simons se desempeñó como asistente en la biblioteca de esa universidad. Publicó artículos en revistas culturales y científicas argentinas y alemanas, y tradujo el Código Civil argentino al alemán. Entre 1929 y 1935 trabajó en el recién fundado Instituto Ibero-Americano de Berlín como encargada del área del Río de la Plata, cumpliendo además una amplia variedad de tareas en la biblioteca y el archivo de prensa, y colaborando en la edición de publicaciones científicas. Sus propios trabajos contribuyeron a difundir en Alemania los conocimientos sobre el derecho argentino, incluida la situación jurídica de las mujeres.<sup>8</sup>

Edith Fleischauer nació en Magdeburgo en 1890 y provenía de una familia burguesa. En 1909 contrajo matrimonio con Wilhelm Faupel, a quien acompañó durante todas sus estancias en el exterior. Faupel se desempeñó como instructor militar en Buenos Aires entre 1911 y 1913, y por segunda vez entre 1921 y 1926. De allí se trasladó a Perú, donde asumió el cargo de Inspector General de Ejército. En 1929 Edith Faupel obtuvo el título de doctora en Ciencias Políticas en Lima, y en 1931, ya de regreso en Alemania, comenzó a trabajar *ad-honorem* en el Instituto Ibero-Americano. En 1934 Wilhelm Faupel asumió la dirección de esa institución y la puso al servicio de la política exterior del régimen nazi. A partir de entonces, su mujer fue asumiendo cada vez más tareas. Además de las que ya tenía como encargada de los países andinos, se ocupó por un tiempo de los países del Río de la Plata. También dedicó buena parte de su trabajo a tareas de asesoramiento combinando permanentemente correspondencia de tipo personal con otra de tipo institucional para irritación de un historiador contemporáneo, que califica ese estilo de gestión como “caótico”.<sup>9</sup>

7 Arenas (1991: 81-84) y “Bibliothek Prof. Lehmann-Nitsche (6.3.1931-15.1.1940)”, GStA (Archivo Secreto del Estado), I HA Rep 218 Ibero-Amerikanisches Institut, Nr. 375.

8 Gliech (2002a: 598-600); “Ingeborg Richard Simons”, Instituto Ibero-Americano (en adelante IAI), N-0028, Personalakten 1929-1939.

9 Gliech (2002a: 575-577; 2002b); “E. Faupel”, IAI, N-0028, Personalakten 1929-1939.

Todos estos ejemplos sugieren que los motivos familiares y personales tuvieron un rol muy importante para impulsar a estas mujeres a desarrollar actividades en el área de contacto entre la Argentina y Alemania. Este rasgo, que resulta muy visible en las biografías femeninas, puede rastrearse también en el caso de varios hombres, lo cual indica que la dimensión de los contactos personales no era de carácter meramente adicional para el proceso de intercambio, sino un factor esencial.

Para explorar esta hipótesis con más detenimiento consideraré a continuación un caso extraordinario tanto por la relevancia de las personalidades involucradas como por los documentos de que disponemos para reconstruirlo. En la historia que sigue interesa destacar, por un lado, el papel que jugaron en él dos hombres cuyo valor intelectual es tan reconocido como es ignorado el contacto que mantuvieron entre sí. Por otro, considero igualmente importante analizar el rol que le cupo a la mujer que estableció y mantuvo activos esos intercambios.

## **2. Una carrera académica en estrecho contacto con Alemania: Ernesto Quesada**

Ernesto Quesada, quien hoy es considerado como uno de los fundadores de las Ciencias Sociales en la Argentina, se cuenta entre los intelectuales y científicos más destacados de este país que mantuvieron vínculos estrechos con Alemania. Nacido en Buenos Aires en 1858, Ernesto Quesada fue iniciado tempranamente por su padre Vicente en las actividades intelectuales y heredó de él la pasión de coleccionar libros y documentos. Se graduó en Derecho, también como su padre, y participó en diferentes actividades políticas y diplomáticas. Pero su mayor interés profesional era la actividad académica. Fue profesor de Sociología en las Universidades de Buenos Aires y La Plata, y hacia el final de su carrera podía exhibir una lista de publicaciones que contenía varios cientos de títulos.<sup>10</sup>

Su relación con la cultura alemana se inició tempranamente. Con motivo de un viaje de su padre a Europa, el joven Ernesto estuvo en Alemania entre 1873 y 1874, periodo durante el cual realizó estudios secundarios en un *Gymnasium* de Dresde, que luego completó en el

---

10 Véanse Hagen/Oehlke (1933) y Canter (1936).

Colegio Nacional de Buenos Aires (Buchbinder 1995). En esa primera estadía aprendió la lengua alemana y estableció una relación profunda con el mundo cultural alemán que mantendría hasta el fin de su vida. Sin embargo, eso no significa que Quesada estuviese orientado exclusivamente a la cultura alemana. En 1905, por ejemplo, emprendió la tarea de investigar la enseñanza del Derecho, para lo cual tomó como ejemplo la Universidad de París, donde también había realizado estudios en esa disciplina.

Por encargo de la Universidad de La Plata realizó otro viaje a Alemania en 1908 con el objetivo de estudiar los modelos para la organización de la enseñanza de la Historia. En esa oportunidad visitó veintidós universidades alemanas, recopiló gran cantidad de materiales y realizó entrevistas a numerosos profesores y estudiantes. A su regreso a la Argentina, trabajó durante un año en la preparación de su informe, *La enseñanza de la historia en las universidades alemanas*, que fue publicado en 1910. Este volumen de más de 1.300 páginas constituye probablemente el estudio más detallado que existe sobre el tema, no solo en la Argentina sino también en Alemania. El libro está dedicado a Karl Lamprecht, catedrático de la Universidad de Leipzig, a quien Quesada consideraba inaugurador de una nueva corriente de estudios históricos con perspectiva universal y sociológica a la que él mismo adhería y recomendaba desarrollar en su país.

Las observaciones de Quesada respecto del sistema universitario alemán incluyen una serie de comentarios críticos. Como ejemplo pueden mencionarse los defectos que, sin menoscabo de su capacidad científica, atribuye a los catedráticos alemanes en general, es decir: especialización excesiva, desinterés por importantes cuestiones generales, falta de capacidad pedagógica, fiebre de productividad que se traduce en publicaciones superfluas y la tendencia a explotar en beneficio propio a los alumnos aventajados en lugar de estimular su desarrollo (Quesada 1910: 878-890).

Poco después de iniciada la Guerra Mundial, Quesada asumió públicamente la defensa de la cultura alemana contra los ataques de quienes buscaban inducir al gobierno argentino a abandonar su política de neutralidad, argumentando que se trataba de una confrontación entre la “civilización”, representada por Francia, y la “barbarie”, encarnada por el Imperio Alemán. En esa oportunidad, Quesada se colocó en una posición excéntrica respecto de la mayoría de los intelectua-

les de su país, lo que le valió ser objeto de burlas y caricaturas de parte de los aliadófilos argentinos y recibir, en cambio, calurosos elogios de algunos miembros de la colonia alemana en la Argentina. Años más tarde, sería mencionado junto al general José F. Uriburu como uno de los dos colaboradores argentinos más destacados de la causa alemana (Keiper 1942: 43). Ya hacia el final de su vida profesional, Quesada se convirtió en el primer y principal comentador, crítico y difusor del pensamiento de Spengler en la Argentina, y entre 1921 y 1925 publicó más de 1.000 páginas sobre ese tema en forma de libros y artículos.<sup>11</sup>

La relación cultural entablada entre Ernesto Quesada y Alemania culminó con la donación de su biblioteca, que para entonces contaba con más de 80.000 volúmenes, al Estado de Prusia con la condición expresa de que la colección pasara a constituir el núcleo de un “Instituto Germano-Latinoamericano” a fundarse en Berlín.<sup>12</sup> Él asignaba a este tipo de actividades mucha más importancia que a las políticas considerando que:

[...] los efectos políticos son fluctuantes y variables por su misma naturaleza; el adelanto del conocimiento significa, por el contrario, la conquista duradera de la razón por encima de las fronteras estatales cuyo desarrollo continuo sirve a toda la humanidad, sin distinción de países y razas (Quesada 1932: 76).

De acuerdo con la visión de Quesada, además de asegurar la ampliación continua de la biblioteca y dedicarse a la investigación científica y a la publicación de estudios especializados, el nuevo instituto debía constituirse en una institución central de los intercambios culturales y académicos entre Alemania y América Latina, recibiendo a los estudiantes y eruditos latinoamericanos que viajaran a Alemania y a los alemanes interesados en Latinoamérica, asesorando a ambos grupos y facilitándoles informaciones y contactos que permitieran profundizar las relaciones culturales. Sobre la base de su donación se fundó en Berlín el Instituto Ibero-Americano, que fue inaugurado en 1930.<sup>13</sup>

---

11 Véase sobre todo Quesada (1921a; 1921b).

12 Ernesto Quesada (1930). Cf. también Carreras (2004).

13 Si bien Quesada expresó varias veces su desacuerdo con el nombre que se le dio a la institución y con la orientación que fijó su primer director Otto Boelitz, lo cierto es que las tareas básicas que desarrolla actualmente el Instituto Ibero-Americano son prácticamente las mismas que imaginó originalmente Quesada. Cf. Carreras (2004: 317-320); y *75 años* (2005).



Biblioteca Americana de Ernesto Quesada en Buenos Aires, 1915<sup>14</sup>

Luego de despachar su biblioteca a Berlín, Quesada trasladó su residencia a la localidad de Spiez, Suiza, donde pasó sus últimos años trabajando en la preparación de una edición de las memorias de su padre, tarea que no había logrado completar cuando lo sorprendió la muerte en 1934.

Su posición con respecto a la Primera Guerra Mundial, su apasionado interés por la obra de Spengler y su decisión de donar su biblioteca a Prusia, suelen ser interpretados como manifestación de un “filogermanismo” que habría caracterizado toda su trayectoria desde su primera estadía en Dresde (Bujaldón de Esteves 1990). Algunos testimonios indican que incluso su apariencia física se había asimilado a la de un profesor alemán o a lo que se tenía por tal en el Buenos Aires de entonces:

Ya entonces [1919] Quesada había abandonado su antigua barba y dado a su bigote una forma aún más *kaiseriana*, que agregado a su gesto erguido, a sus lentes sujetos con cinta, a manera de otrora —en la casa usaba

14 IAI, N-0021, cápsula 40.

anteojos— a su eterna corbata *plastrón*, prendida con singular alfiler, otorgábale el aspecto exterior del profesor alemán (Canter 1936: 344).



Ernesto Quesada<sup>15</sup>

---

15 IAI, N-0021, cápsula 19.



Sin embargo, tanto su larga lista de publicaciones como el repaso de sus numerosas estadías en el exterior y de los testimonios que dejara de ellas indican que su actitud básica era más bien la de una tensión no resuelta entre un amplio cosmopolitismo y posiciones claramente nacionalistas.<sup>16</sup> Pese a esto, no hay duda de que a partir de la década de 1910, su relación con el ámbito alemán adquirió un peso mucho mayor en su vida pública y académica que el que había tenido hasta entonces. Si bien la producción historiográfica argentina ha constatado este cambio, el mismo no resulta fácil de explicar sobre la base de las publicaciones y documentos dejados por Quesada en castellano. La clave se encuentra, en cambio, en sus papeles privados y en la correspondencia que mantuvo en idioma alemán.

### 3. Una escritora alemana establece lazos con Buenos Aires: Leonore Deiters

En una carta fechada en Bonn el 25 de agosto de 1914, la escritora y periodista Leonore Deiters se dirigía muy formalmente al profesor Quesada solicitándole “un acto de caballerosidad, no para mí, sino para mi patria”.<sup>17</sup> Concretamente le solicitaba que interviniera en forma activa ante la opinión pública argentina para desmentir las informaciones provenientes de la propaganda francesa y británica sobre el desarrollo del conflicto bélico. La respuesta de Quesada no se hizo esperar: asegurándole que compartía su opinión, le envió el artículo que acababa de publicar sobre el tema en la *Revista de Derecho, Historia y Letras*.<sup>18</sup> Poco después volvió a escribirle pidiéndole materiales impresos con informaciones procedentes de Alemania con el objeto de darlos a conocer en la prensa local. En enero de 1915, Quesada le anunció a la periodista que pronto saldría otro artículo suyo sobre la

16 Quesada no solo recorrió la Argentina y diferentes países europeos, sino que también residió en Brasil y los Estados Unidos. En 1912 realizó un viaje que él mismo denominó “una vuelta al mundo”. Como ejemplo notable de una amplitud de criterio rara en los grupos intelectuales argentinos de su época, orientados casi exclusivamente a Europa, puede mencionarse el hecho de que, luego de haber estudiado en detalle la legislación inmobiliaria tunecina, Quesada llegó a recomendarla como modelo para su país. Cf. Canter (1936: pássim).

17 La correspondencia entre Leonore Deiters y Ernesto Quesada se encuentra en el Legado Quesada del Instituto Ibero-Americano, IAI, N-0021, cápsula 35. Todas las cartas están escritas en alemán.

18 Véase Quesada (1914).

cuestión en una prestigiosa revista científica.<sup>19</sup> Al mismo tiempo –y aquí aparece lo sorprendente– le solicitaba que no alabase su caballeridad:

Pues debo confesarle una triste verdad [...]. He escrito los artículos –los he escrito con afecto– no por caballeridad, sino en su recuerdo y en el de nuestro breve encuentro, con la esperanza de que de ese modo, Ud. se acordara mejor de mí! Porque –es realmente una tontería– no puedo alejar su imagen de mi alma: he hecho todo lo posible pero parece que ese recuerdo para mí infeliz y sin esperanzas ha echado inexplicablemente raíces profundas en mi corazón.<sup>20</sup>

Y poco después agregaba un comentario que parecía desmentir la inmovible imagen pública del erudito que sólo encontraba satisfacción en el trabajo intelectual:

No salgo casi nunca, paso todo el día en mi biblioteca... pero en lo profundo de mi alma me siento tan solo, tan solo que comienzo a preguntarme si realmente vale la pena vivir de esta manera.<sup>21</sup>

¿Quién era esta mujer a la que el profesor Quesada le dedicaba una confesión tan íntima? Leonore Deiters había nacido en Düsseldorf en 1879 y era hija del pintor Heinrich Deiters. En 1903 se casó con el abogado Johann Josef Niessen, del cual terminaría separándose en 1916 y divorciándose en 1919, después de conocer a Quesada. Siguiendo a su primer marido, Leonore Deiters se instaló en Colonia y trabajó allí como colaboradora estable del suplemento cultural del periódico *Kölnische Zeitung*, firmando sus artículos con su nombre de casada, Leonore Niessen-Deiters. En 1906 ganó la competencia literaria de los *Kölner Blumenspiele*, siendo la primera mujer de origen burgués que obtuvo ese reconocimiento. Su actividad literaria se tradujo además en la publicación de quince libros e incluyó tanto la poesía lírica como la narrativa. También realizó varios viajes por Europa como corresponsal del *Kölnische Zeitung*. Designada como la primera mujer corresponsal de ese periódico en Sudamérica, viajó a Buenos Aires en 1913. Durante esa estadía entrevistó a los Quesada.<sup>22</sup> Resultado de ese viaje fue una serie de veintinueve artículos que se publica-

---

19 Véase Quesada (1915).

20 E. Quesada a L. Deiters, 15 de enero de 1915, IAI, N-0021, cápsula 35.

21 E. Quesada a L. Deiters, 31 de enero de 1915, IAI, N-0021, cápsula 35.

22 Cf. Vollmer (2002: 30-32) y Neuhaus-Koch (s.a.).

ron ese año en el diario de Colonia.<sup>23</sup> Para esa época, Leonore Deiters comenzó a manifestar posiciones fuertemente nacionalistas, actitud que se reforzaría durante el desarrollo de la Primera Guerra Mundial.<sup>24</sup> El intercambio epistolar iniciado entre Leonore Deiters y Ernesto Quesada en plena Guerra Mundial se mantuvo durante todo el conflicto a pesar de las dificultades que ambos tuvieron que enfrentar, incluidas las intervenciones de la censura de los aliados. Una vez finalizada la guerra, la escritora alemana, que para entonces se había divorciado de su marido, viajó a Buenos Aires para unirse con Ernesto Quesada (ella tenía entonces 41 años y él 61) e instalarse a vivir con él en la gran casona de la calle Libertad, que no solo contenía la fabulosa biblioteca de los Quesada, sino además una cantidad importante de muebles y objetos artísticos que le otorgaban carácter más de museo que de vivienda. En los años posteriores, Leonore Deiters publicó en la Argentina un libro de poesía y algunos artículos en revistas culturales.<sup>25</sup> Además envió a Alemania otros ocho reportajes que aparecieron en el *Kölnische Zeitung* en 1920, una serie de trabajos sobre las culturas americanas publicados en los años siguientes y un libro de relatos.<sup>26</sup>

#### 4. Un intercambio triangular

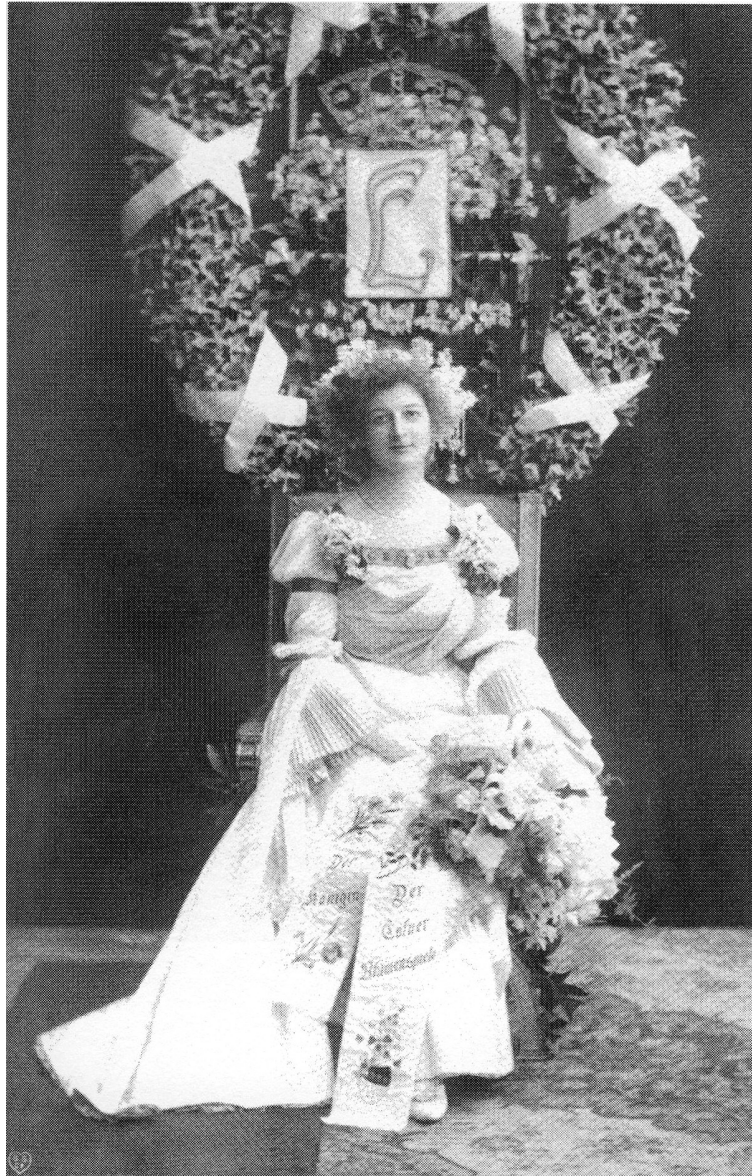
En la Navidad de 1920, Leonore Deiters de Quesada recibió un regalo enviado por una amiga desde Alemania. Se trataba de un libro recién publicado que pronto haría historia: *Der Untergang des Abendlandes: Umrisse einer Morphologie der Weltgeschichte* de Oswald Spengler. Luego de leerlo, ella quedó fascinada y le pidió a su sobrino que vivía en Munich que le enviara todas las informaciones que pudiera conseguir al respecto. El sobrino no solo cumplió el encargo sino que además se presentó en el domicilio de Spengler, quien residía entonces en la misma ciudad. A partir de entonces se inició un intercambio epistolar entre Munich y Buenos Aires, del cual surgiría luego una amistad de quince años. El mejor testimonio de esa relación son las 163 piezas

23 Todos los artículos están reproducidos en Vollmer (1994a).

24 Véanse sobre todo Niessen-Deiters (1913; 1915).

25 Niessen-Deiters (1923a; 1923b; 1925).

26 Cf. la lista de los manuscritos y publicaciones de Leonore Deiters en Vollmer (1994a: 100-102).



Leonore Deiters en 1906<sup>27</sup>

---

27 Literarische Gesellschaft in Köln (ed.): *Jahrbuch der Kölner Blumenspiele*, Vol. 6, Colonia, 1906.

de su correspondencia que se conservan hoy en Berlín.<sup>28</sup> Se trató de un intercambio de tres personas, en el que la mayor participación le correspondió a Leonore Deiters: Spengler envió 36 misivas a la pareja, 23 a Ernesto y 47 a Leonore. Ella le escribió 34 veces a Spengler, en tanto que Quesada lo hizo sólo en 17 oportunidades (Vollmer 1994b: VII).

La primera carta firmada por Oswald Spengler iba dirigida a Ernesto Quesada para comunicarle que hacía unos días lo había visitado su sobrino (en realidad, el sobrino de Leonore), quien le había comentado de las conferencias que Quesada ya estaba dando en Buenos Aires sobre la teoría de Spengler. También por medio del sobrino, Spengler se enteró de que Quesada había observado en forma crítica que no hubiera considerado las grandes culturas sudamericanas en su libro. Spengler se justificó diciendo que en Alemania no había material al respecto, por lo cual le solicitaba que le enviara la información que estuviera a su alcance.<sup>29</sup>

La respuesta que llegó a Munich estaba firmada por Leonore Deiters, quien respondía en nombre de Quesada, el cual al parecer se hallaba totalmente absorbido por las tareas que desempeñaba como juez y profesor simultáneamente. La carta anunciaba que ambos viajarían pronto a Alemania y que entonces le llevarían en persona el material que la biblioteca de los Quesada contenía sobre las culturas americanas.<sup>30</sup> Meses después, Quesada contestó a Spengler para enviarle la publicación de su primera serie de conferencias sobre su obra y le confirmaba que viajarían a Alemania poco después.<sup>31</sup>

Estas tres primeras cartas revelan ya las principales características de la correspondencia: Spengler solicita información para sus investigaciones. Quesada, absorbido por su trabajo, toma la palabra sólo para comentarle a Spengler el avance de su propia producción con respecto

28 El Legado Quesada del Instituto Ibero-Americano contiene 154 cartas y 9 telegramas (IAI, N-0021, cápsula 19). Existen además tres copias de una versión mecanografiada por Magdalene Schoch, la hermana de Leonore Deiters (IAI, N-0021, cápsula 20). Véase además Vollmer (2001).

29 O. Spengler a E. Quesada, 6 de julio de 1921, IAI, N-0021, cápsula 19. Todo indica que la justificación de Spengler era sincera, lo que no significa que la aseveración fuera correcta. Lo más probable es que Spengler simplemente desconociera la actividad que por entonces desempeñaban los americanistas alemanes.

30 L. Deiters a O. Spengler, 14 de agosto de 1921, IAI, N-0021, cápsula 19.

31 E. Quesada a O. Spengler, 12 de diciembre de 1921, IAI, N-0021, cápsula 19.

a la obra de éste. De asegurar la continuidad del contacto a través de los años se encargaría Leonore Deiters, como ella misma manifestó en una carta posterior:

Querido Doctor:

Dado que mi marido –(¡como siempre!)– está sobrecargado de trabajo y además tiene que aceptar una nueva invitación de la universidad de aquí para dar conferencias sobre Spengler (¡sabrá Dios de dónde sacará el tiempo para hacerlo!), soy yo (¡cómo siempre!) quien responde a sus amables líneas.<sup>32</sup>

Una mayor participación directa de Ernesto Quesada en la correspondencia se observa en los años 1922, 1928 y 1930, es decir, sólo en el año del primer encuentro personal, que se produjo en Munich, donde vivía Spengler, y luego del traslado de los Quesada a Suiza.

Entre los tres se desarrolló, entonces, una franca amistad expresada tanto en las cartas como en varias visitas posteriores. Gran parte de la correspondencia se refiere precisamente a esos encuentros, o más bien a su organización y a las numerosas postergaciones a que se vieron sometidos debido al mal estado de salud de alguno de los tres. Solo en contadas excepciones se incluyen comentarios sobre el contenido de los trabajos y las publicaciones. Eso no significa que el intercambio intelectual no haya sido importante. Pero por lo general no fue confiado al papel, sino que más bien quedaba reservado a las animadas discusiones que Leonore Deiters describió de la siguiente manera:

En ocasión de esa estadía en Europa estuvimos muchas veces con Spengler discutiendo hasta bien entrada la noche, y no compartíamos en absoluto siempre la misma opinión. Pero los dos quedábamos siempre impresionados por la exactitud incondicional de su pensamiento, su capacidad de imaginación y la implacabilidad con que se obligaba a sí mismo y a los demás a reflexionar. [...] Confieso que para mí era simplemente un placer incitar conscientemente a esos dos cerebros poderosos, que por su origen, su medio, su modo de trabajar y su filosofía de vida eran las dos personas más diferentes que se pueda imaginar, pero a la vez tan similares por la universalidad de su conocimiento y la obsesión por la investigación.<sup>33</sup>

En 1926 Spengler confió un texto que contenía el plan de una nueva obra, a Magdalene, la hermana de Leonore Deiters, que estaba a punto

---

32 L. Deiters a O. Spengler, 26 de mayo de 1924, IAI, N-0021, cápsula 19.

33 Leonore Deiters: "Über Kontinente und Jahrtausende", 1937, citado según la copia mecanografiada de Leni [Magdalene] Schoch, en IAI, N-0021, cápsula 20.

de viajar a Buenos Aires junto con su marido Henri Schoch para visitar al matrimonio Quesada. El texto comprendía seis páginas mecanografiadas y llevaba por título “Urfragen. Entwurf einer Frühgeschichte der Menschheit”. En respuesta, Spengler recibió una carta de trece páginas, datada en Buenos Aires el 16 de mayo de 1926, en la que los cuatro le exponían mancomunadamente sus comentarios.

Luego del traslado de los Quesada a Suiza, la amistad se intensificó y la comunicación se volvió aún más personal. De esa etapa dan testimonio las fotografías tomadas a los tres en el chalet de los Quesada y la contribución que escribió Oswald Spengler (1933) sobre las culturas sudamericanas en un volumen de homenaje a Quesada que se editó en Berlín cuando éste cumplió 75 años.

Luego de la muerte de Ernesto Quesada en 1934, su viuda continuó manteniendo correspondencia con Spengler hasta que, estando a bordo del vapor *Cap Arcona*, que la traía de regreso a Europa desde Buenos Aires, se enteró por un cable de la muerte de su amigo, ocurrida el 8 de mayo de 1936. La carta que había comenzado a escribirle datada el día anterior en ese barco quedó interrumpida en la mitad de una frase y nunca llegó a ser despachada.<sup>34</sup>

## 5. Epílogo

En ese mismo año, Leonore Deiters anunció a Hildegard Kornhardt, la hermana y heredera de Spengler, su intención de publicar un volumen que recogiera el intercambio epistolar completo. Ésta se entusiasmó primero con la iniciativa pero se negó a autorizar la publicación de las “Urfragen”, considerando que ese texto, que ella por su parte planeaba incluir en una obra de otro tipo, no tenía nada que ver con la correspondencia personal de su hermano con los Quesada.<sup>35</sup> Para Leonore Deiters, en cambio, no incluir ese manuscrito significaba cercenar de modo injustificable el testimonio de una relación que había sido tanto de carácter personal como intelectual. Ante la imposibilidad de incluir todos los materiales que consideraba necesarios, se decidió a abandonar el proyecto de publicar la correspondencia para encarar en cambio

34 L. Deiters a O. Spengler, 7 de mayo de 1936, IAI, N-0021, cápsula 19.

35 Correspondencia entre Leonore Deiters y Hildegard Kornhardt, IAI N-0021, cápsula 19.

la escritura de un libro que recogiera el contenido de las cartas, considerando que la amistad mantenida por tantos años la obligaba a ello:



Leonore Deiters, Ernesto Quesada y Oswald Spengler en Spiez<sup>36</sup>

---

36 IAI, N-0021, cápsula 19.



Publicar la correspondencia es para mí un deber de amistad. Si esto no es posible por motivos injustificados, me parece entonces apropiado describir esa época; no me voy a referir a las obras, que hablan por sí mismas. Mi propósito es simplemente revivir aquellos años siguiendo la correspondencia y hacerlo con todo el afecto que corresponde a nuestra amistad y con la objetividad que siempre percibí en los dos hombres en cuanto se trataba de la ciencia y del conocimiento.<sup>37</sup>

Leonore Deiters falleció en 1939 sin haber podido realizar su propósito. Su hermana Magdalene<sup>38</sup> intentó completar su obra, para lo cual se encargó de ordenar y copiar a máquina la correspondencia entre los Quesada y Spengler siguiendo las indicaciones de Leonore y completándola además con breves textos aclaratorios apoyados en sus propios recuerdos. Con ello dejó acabado un manuscrito titulado *Spengler, Quesada y yo*, que constituye un interesante testimonio aún inédito de la importancia que tiene la dimensión personal para la comprensión de los procesos de intercambio intelectual.<sup>39</sup>

## Bibliografía

- 75 años. Instituto Ibero-Americano (2005). Berlin: Ibero-Amerikanisches Institut.
- Andrini, Leandro/Reichenbach, Cecilia von (2002): “Las Ciencias Físicas en La Plata. Investigación y difusión de la Física a principios del siglo XX”. En: *Todo es Historia*, N° 413, pp. 36-45.
- Arenas, Patricia (1991): *Antropología en la Argentina. El aporte de los científicos de habla alemana*. Buenos Aires: Institución Cultural Argentino-Germana/Museo Etnográfico “J. B. Ambrosetti”, Facultad de Filosofía y Letras de la U.B.A.
- Buchbinder, Pablo (1995): “Los Quesada en Europa 1873-1874”. En: *Todo es Historia*, Vol. XXIX, N° 336, pp. 42-55.
- Bujaldón de Esteves, Lila (1990): “Ernesto Quesada y Alemania: un modelo de filia cultural”. En: *Ibero-Amerikanisches Archiv*, Nueva serie, Vol. 16, N° 2, pp. 261-272.
- Canter, Juan (1936): “Bio-bibliografía de Ernesto Quesada”. En: *Boletín del Instituto de Investigaciones Históricas*, Vol. XX, N° 67-68, pp. 343-722.

37 Citado según la versión mecanografiada de Leni [Magdalene] Schoch, en IAI, N-0021, cápsula 20, s.p.

38 Años antes Magdalene Schoch había hecho una traducción al alemán de una de las obras de Ernesto Quesada, *La Época de Rosas, su verdadero carácter histórico*, la cual no llegó a publicarse.

39 La versión final de la correspondencia preparada por Magdalene Schoch se conserva en tres copias en IAI, N-0021, cápsula 20.

- Carreras, Sandra (2004): "Die Quesada-Bibliothek kommt nach Berlin. Zu den Hintergründen einer Schenkung". En: Carreras, Sandra/Maihold, Günther (eds.): *Preußen und Lateinamerika. Im Spannungsfeld von Kommerz, Macht und Kultur*. Münster: LIT Verlag, pp. 305-320.
- Ciappa, Federico Carlos (1987): "La 'colonia científica' alemana en La Plata, 1906-1945". En: *Todo es Historia*, Vol. XXI, N° 244, pp. 34-45.
- Cragolini, Mónica (2001): "Nietzsche en la Argentina. 1880/1945. Alusiones y citas en los márgenes". En: *Instantes y Azares – Escrituras Nietzscheanas*, Vol. I, N° 1, pp. 107-123.
- Dillenius, Juliane (1913): *Craneometría comparativa de los antiguos habitantes de la Isla y del Pukará de Tilcara (Provincia de Jujuy)*. Buenos Aires: Imprenta Coni.
- Dotti, Jorge (1992): *La letra gótica. Recepción de Kant en Argentina desde el romanticismo hasta el treinta*. Buenos Aires: Facultad de Filosofía y Letras.
- (2000): *Carl Schmitt en Argentina*. Rosario: Homo Sapiens.
- Gaviola, Enrique (1954): "Richard Gans (necrología)". En: *Ciencia e Investigación*, Vol. 10, p. 8.
- Gliech, Oliver (2002a): "Bio-bibliographische Grunddaten zu den Referenten und Generalsekretären des IAI 1929-1945". En: Liehr, Reinhard/Maihold, Günther/Vollmer, Günter (eds.): *Ein Institut und sein General. Wilhelm Faupel und das Ibero-Amerikanische Institut in der Zeit des Nationalsozialismus*. Frankfurt am Main: Vervuert Verlag, pp. 571-609.
- (2002b): "Wilhelm Faupel. Generalstabsoffizier, Militärberater, Präsident des Ibero-Amerikanischen Instituts". En: Liehr, Reinhard/Maihold, Günther/Vollmer, Günter (eds.): *Ein Institut und sein General. Wilhelm Faupel und das Ibero-Amerikanische Institut in der Zeit des Nationalsozialismus*. Frankfurt am Main: Vervuert Verlag, pp. 131-279.
- Hagen, Hermann/Oehlke, Hedda (1933): "Bibliographie der Schriften Ernesto Quesada's (1877-1933)". En: *Ibero-Amerikanisches Archiv*, Vol. VII, N° 2, pp. 207-237.
- Institución Cultural Argentino-Germana. 80 años, 1922-2002* (2003). Buenos Aires: Ediciones Institución Cultural Argentino-Germana.
- Keiper, Wilhelm (1913): *Ziele und Aufgaben des Deutschen Wissenschaftlichen Vereins in Buenos Aires. Im Auftrage des Vorstandes*. Buenos Aires: O. B. Mengen.
- (1942): *Das Deutschtum in Argentinien während des Weltkrieges (1914-1918)*. Hamburg: Hans Christians Verlag.
- Klich, Ignacio (1995): "Richard Gans, Guido Beck and the Role of German Speaking Jewish Immigrants in the Early Days of Argentina's Nuclear Project". En: *Ibero-Amerikanisches Archiv*, Nueva serie, Vol. 21, N° 1, pp. 127-167.
- Literarische Gesellschaft in Köln (ed.) (1906): *Jahrbuch der Kölner Blumenspiele*, Vol. 6. Köln.
- Mantegari, Cristina (2003): *Germán Burmeister: La institucionalización científica en la Argentina del siglo XIX*. Buenos Aires: Baudino, Universidad Nacional de San Martín.

- Napp, Richard (1876): *Die Argentinische Republik. Im Auftrag des argentin. Central Comité's für die Philadelphia-Ausstellung*. Buenos Aires: Sociedad Anónima.
- Neuhaus-Koch, Ariane (s.a.): “Leonore Niessen-Deiters”. En: <[http://www.phil-fak.uni-duesseldorf.de/frauenarchiv/niessen\\_deiters/pdf/BioDeiters1.doc](http://www.phil-fak.uni-duesseldorf.de/frauenarchiv/niessen_deiters/pdf/BioDeiters1.doc)> (01.09.2005).
- Newton, Ronald (1977): *German Buenos Aires, 1900-1933. Social Change and Cultural Crisis*. Austin/London: University of Texas Press.
- Niessen-Deiters, Leonore (1913): *Die deutsche Frau im Auslande und in den Schutzgebieten*. Berlin: Fleischer.
- (1915): *Kriegsbriefe einer Frau*. Bonn: Marcus Weben.
- (1923a): “Ricardo Wagner y Matilde Wesendonk: La tragedia de amor en ‘Tristán e Isolde’”. En: *Nosotros*, Vol. 17, N° 167.
- (1923b): “Los Nibelungos”. En: *Humanidades* (La Plata), N° 7, pp. 171-231.
- (1925): *Verse*. Buenos Aires: Pares Vilasau.
- Ortiz, Eduardo L. (1995): “A Convergence of Interests: Einstein’s Visit to Argentina in 1925”. En: *Ibero-Amerikanisches Archiv*, Vol. 21, N° 1/2, pp. 67-126.
- Potash, Robert (1969): *The Army and Politics in Argentina. 1928-1945: Yrigoyen to Perón*. Stanford (CA): Stanford University Press.
- Pyenson, Lewis (1984): “In partibus infidelium: Imperialist Rivalries and Exact Sciences in Early Twentieth-Century Argentina”. En: *Quipu*, Vol. 1, N° 2, pp. 253-303.
- Quesada, Ernesto (1910): *La enseñanza de la historia en las universidades alemanas*. La Plata: Facultad de Ciencias Jurídicas y Sociales.
- (1914): “La actual civilización germánica juzgada por un latino-americano. Gonzalo de Quesada, *La patria Alemana* (Leipzig, 1913)”. En: *Revista de Derecho, Historia y Letras*, Vol. 17, N° 49, pp. 162-211.
- (1915): “El ‘peligro alemán’ en Sud América”. En: *Revista Argentina de Ciencias Políticas*, Vol. 5, N° 52, pp. 387-407; N° 53, pp. 489-539.
- (1921a): “La nueva doctrina sociológica, la orientación de la doctrina, su criterio”. En: *Revista jurídica y de ciencias sociales*, Año XXXVIII (mayo y julio), pp. 260-291 y (agosto y septiembre), pp. 571-588.
- (1921b): “La sociología relativista spengleriana”. En: *Revista de la Universidad de Buenos Aires*, Año XVIII, Tomo XLVI, pp. 125-732.
- (1930): “Die Quesada-Bibliothek und das Lateinamerika-Institut”. En: *Ibero-Amerikanisches Archiv*, Vol. IV, N° 1, pp. 11-18.
- (1932): “Kulturbeziehungen als Gegenwartsproblem”. En: *Inter Nationes. Zeitschrift für die kulturellen Beziehungen Deutschlands zum Ausland*, Vol. 2, N° 3, pp. 75-77.
- Reggiani, Andrés (2005): “Medicina y Kulturpolitik en la era del nacionalsocialismo: la Academia Médica Germano-Ibero-Americana (1936-1939)”. En: Carreras, Sandra (ed.): *Der Nationalsozialismus und Lateinamerika. Institutionen – Repräsentationen – Wissenskonstrukte*. Berlin: Ibero-Amerikanisches Institut, Vol. I, pp. 57-74.

- Rinke, Stefan (1996): “*Der letzte freie Kontinent*”: *Deutsche Lateinamerikapolitik im Zeichen transnationaler Beziehungen, 1918-1933*. Stuttgart: Verlag Hans-Dieter Heinz, Akademischer Verlag Stuttgart, 2 Vols.
- Spengler, Oswald (1933): “Das Alter der amerikanischen Kulturen”. En: *Ibero-Amerikanisches Archiv*, Vol. VII, N° 2: *Festschrift zum 75. Geburtstage Ernesto Quesadas*, pp. 95-102.
- Tognetti, Luis (2000): “La introducción de la investigación científica en Córdoba a fines del siglo XIX: la Academia Nacional de Ciencias y la Facultad de Ciencias Físico-Matemáticas”. En: Montserrat, Marcelo (ed.): *La ciencia en la Argentina de entre siglos. Textos, contextos e instituciones*. Buenos Aires: Editorial Manantial, pp. 345-364.
- Vollmer, Günter (1994a) (ed.): *Berichte aus Argentinien in der Kölnischen Zeitung 1913 und 1920 von Leonore Niessen-Deiters. Kopie in drei Fassungen nach einem Exemplar der Universitätsbibliothek Köln mit einer Vorbemerkung von Günter Vollmer*. Berlin: Ibero-Amerikanisches Institut.
- (1994b): *Oswald Spenglers Briefwechsel mit Ernesto Quesada und Leonore Deiters: 163 Briefe, Postkarten oder Telegramme aus dem Nachlaß Quesada des Ibero-Amerikanischen Instituts mit einer Vorbemerkung*. Berlin: Manuscrito no publicado.
- (2001): “Spengler, Quesada, Leonore und ich: Wie das Ibero-Amerikanische Institut wirklich entstanden ist”. En: Wolff, Gregor (ed.): *Die Berliner und Brandenburger Lateinamerikaforschung in Geschichte und Gegenwart. Personen und Institutionen*. Berlin: Wissenschaftlicher Verlag, pp. 17-45.
- (2002): *Inventar zum Nachlass Ernesto und Vicente G. Quesada und Leonore Niessen Deiters*. Berlin: Ibero-Amerikanisches Institut.

**Carmen Ramos Escandón**

**Genaro García: la influencia del feminismo europeo  
en sus posiciones sobre las relaciones  
entre hombres y mujeres en el matrimonio**

**1. Objetivos**

Este trabajo tiene por objeto rastrear, tanto en los papeles personales de García como en los numerosos volúmenes que constituyeron su biblioteca, los materiales que contribuyeron a su formación intelectual, en particular, aquellos que se refieren a un tema que le interesó a lo largo de su vida y que la mayoría de los estudiosos de la obra de García desconoce. Se trata del tema de la mujer, de las influencias intelectuales de origen europeo en las que basó su conocimiento sobre el tema. García tuvo un interés intelectual por la temática de las mujeres, por su situación y desigualdad. En 1891, al presentar su examen como abogado en la Escuela de Derecho, el tema de su trabajo final fueron los derechos de las mujeres en la institución matrimonial. En su tesis *La desigualdad de la mujer* desarrolló sus críticas a la legislación mexicana que define la situación de la mujer. Ese mismo año publicó su ensayo *Apuntes sobre la condición de la mujer*, donde exploró a los pensadores europeos más importantes de la época, remontándose hasta la prehistoria para explicar la condición femenina. Su argumentación se apoya en el origen histórico de la condición femenina, citando de Herbert Spencer el concepto de que en las sociedades primitivas, las mujeres son apenas un animal doméstico.

Estos trabajos, de corte muy similar, revelan su convicción de que la condición femenina era un producto de la cultura, un producto histórico. Le interesaba conocer la situación de las mujeres, las razones de su opresión, los orígenes de la desigualdad. Para averiguar estos problemas leyó y citó a una serie de sociólogos que se ocuparon del tema, sobre todo a John Stuart Mill: *L'assujettissement des femmes* (Paris 1876) y Herbert Spencer: *Problèmes de Morale et de Sociologie* (Paris 1894b), amén de muchos otros títulos entre los que destacan: *La*

*femme, essai de sociologie physiologique: ce qu'elle a été, ce qu'elle est les théories, ce qu'elle doit être* por Henri Thulié (Paris 1885); *La physiologie de la femme*, por Paul Mantegazza (Paris 1889); *La femme de demain*, por Etienne Lamy (Paris 1901); *La femme d'après Saint Ambroise* por Henriette Dacier (Paris 1900); *Historia, o pintura del carácter, costumbres y talento de las mujeres en los diferentes siglos*, escrita en francés por Monsieur Tomas y traducida al castellano por Don Alonso Ruiz Pina (Madrid 1773); *La femme devant le Parlement* par Lucien Leduc (Paris 1898) entre otros.

Así pues, la temática de la mujer y sus derechos en la obra de Genaro García resulta un tema constante, novedoso, aunque poco conocido, y sobre todo necesario para desmitificar dos aspectos de la historiografía contemporánea. El primero, quizás el más difundido, es que el feminismo no es un tema importante en la historia de México. Así, se dice con cierta holgura que no hubo feminismo en México antes de los años setenta del siglo XX. El otro mito no menos perverso asegura que la temática de la mujer no ha existido en la historiografía mexicana. Este trabajo intenta deshacer ambos mitos mediante el estudio del trabajo de un historiador mexicano tradicional, conservador, porfirista, de clase alta, perfectamente bien establecido en el panteón historiográfico mexicano. Este personaje, que hasta en su aspecto físico llena las condiciones del patriarca solemne, fue, sin embargo, indigenista, y más sorprendente aún, feminista. Para la formación de su pensamiento sobre estos temas, conoció y en ocasiones comentó a los pensadores europeos más relevantes del momento. Sus trabajos sobre la legislación matrimonial y sobre todo su argumentación en torno a los derechos matrimoniales de la mujer, así como su propia biblioteca personal, así lo revelan, amén de su propia confesión en el mecanoscrito autobiográfico conservado entre sus papeles personales y correspondencia.

La intención no es solo proporcionar un perfil más definido y completo de la figura de Genaro García, sino analizar también una vertiente específica del liberalismo mexicano con sus posiciones sobre los derechos femeninos y calibrar en qué medida existe una influencia entre este liberalismo local y las ideas sobre la mujer del feminismo europeo. Este conocimiento nos hará conocer mejor el panorama intelectual del México decimonónico, el de sus influencias externas y de

las relaciones e influencias entre los pensadores europeos y los mexicanos.

## 2. El momento histórico

A fines del siglo XIX, Genaro García se interesó por el tema de la mujer. Las grandes modificaciones que a la vida cotidiana de hombres y mujeres trajo la industrialización, la emigración masiva a las ciudades y sobre todo la incorporación de las mujeres como fuerza de trabajo a las emergentes empresas fabriles pusieron a la mujer como un tema central de discusión académica, social, de atención de la prensa. En los Estados Unidos y Europa las publicaciones sobre la condición de la mujer, lo que debería ser o no, se multiplican hasta el cansancio; y la nueva ciencia social, la sociología, la enfoca como objeto particular de su estudio. La *querelle de femmes*, la polémica sobre los derechos y situación de la mujer, fue una discusión frecuente y aún constante en la Francia de la época. También en el México de fin del siglo XIX aparecen el interés por los temas femeninos y las discusiones sobre lo que es y lo que no es la mujer. Sin embargo, no se trata de la mujer en abstracto, sino de la mujer mexicana, con las especificidades de su clase, su espacio, su persona concreta. La especificidad nacionalista, como en otros países de América Latina, resulta inseparable del tema de la mujer.

Si bien es cierto que no contamos con memorias de mujeres de la época, contamos en cambio con varios ejemplos de revistas dirigidas a la mujer, que contribuyen a la formación de ese parámetro de conducta femenina, a la delimitación de los espacios y los modos para ser una mujer mexicana en la época. En esta sinfonía de voces, se empieza a diferenciar la voz femenina, se identifican ya algunos nombres en los periódicos de la época, se hacen notar algunas fundadoras de periódicos, escritoras. Además de confirmar la presencia femenina en la prensa de la época, tanto en el tema de los artículos allí publicados, como en su rol de escritoras, autoras de poemas o ensayistas de las publicaciones, las mujeres se hacen presentes. Algunos de los autores menores de la época, como Zayas Enríquez, por ejemplo, presentan heroínas de corte feminista, si bien en novelas populares. Por otra parte, en 1884 se implementa un nuevo Código Civil mexicano, en donde los derechos de las mujeres están claramente delimitados. Es

esta delimitación de los derechos femeninos la que García critica en su tesis. El tema resultó polémico en ese momento y vale la pena preguntarse por qué en este momento, el fin de siglo, con la consolidación del gobierno autoritario de Porfirio Díaz cobra vigencia la temática femenina.

El determinar a qué obedecen los temas sobre la mujer, el asunto de la mujer, las mujeres, lo femenino, la nueva mujer en este momento, cobra significado al tratar de reflexionar sobre los altibajos de los procesos de formación de diferencias genéricas en el México de fines del siglo XIX. ¿Quién habla sobre la mujer? ¿Qué se dice sobre ella? ¿Existe una polémica sobre las mujeres? ¿Quiénes son los interlocutores? ¿Cuáles son los hitos de esa polémica? ¿Cómo coinciden o contrastan con la discusión sobre el tema en el ámbito europeo? Más importante aún, cuál es el significado de la discusión sobre la mujer. ¿Cómo se relaciona la discusión sobre la mujer, su situación en la familia y el proceso de largo alcance de la reorganización del Estado nacional?

La polémica sobre lo que deben ser hombres y mujeres o lo que constituyen los espacios femeninos y los masculinos es porque existe una falta de acuerdo, de consenso sobre el significado, sobre el papel de la mujer, precisamente por el carácter histórico, cambiante de este. En este sentido, es necesario identificar las voces que expresan sus opiniones sobre la mujer, a los polemistas, a los actores de esa polémica, pero sobre todo identificar también los temas de la polémica. Para el caso que nos ocupa, he elegido la polémica sobre los derechos matrimoniales de la mujer porque este es un espacio en donde efectivamente se ponen de manifiesto con toda claridad las atribuciones, las prerrogativas del aparato de poder, el Estado, en su intervención para reglamentar las relaciones interpersonales entre ellos y ellas sobre la base del derecho familiar.

Este es el tema de la polémica en la que García se interesa, como demuestra la elección de su tema de tesis como joven abogado. Allí, revela la clara influencia de pensadores como Herbert Spencer<sup>1</sup> y John

---

1 La familiaridad de García con Herbert Spencer es profunda. Genaro García, junto con su hermano Daniel, tradujo partes de la obra de Spencer *Descriptive Sociology* relativas a las antiguas culturas mexicanas. La edición que consultó García fue probablemente la de 1877. La traducción de los hermanos se publicó como *Los antiguos Mexicanos* (1896). También publicaron *El antiguo Yucatán* (Spencer).



Stuart Mill, a quienes cita constantemente aunque no de modo específico. Sobre el tema de los derechos de la mujer, Genaro García polemizó con Pablo Macedo. García sostuvo la injusticia de los derechos desiguales de la mujer frente al hombre. Macedo sostuvo la posición más tradicional de la necesidad de la sujeción femenina. Esta polémica refleja la importancia de una temática cuyo debate fue central para la política de la época.

### 3. Estado y matrimonio

La institución matrimonial y familiar fue objeto de una nueva reglamentación, de una reestructuración en donde el garante de su legitimidad resulta el Estado y ya no la Iglesia. En 1859 se establece en México el Registro Civil, institución cuyas atribuciones consistían en autorizar los actos de: 1) nacimiento, 2) matrimonio, 3) adopción y abrogación, 4) el sacerdocio y la profesión de algún voto, temporal o religioso, 5) la muerte. Las características específicas del matrimonio civil, en particular su carácter contractual, se regularon en la ley<sup>2</sup> del 23 de julio de 1859 expedida por el presidente Juárez. Allí, el Estado clama para sí la prerrogativa de reconocer, regular y legitimar las uniones matrimoniales, arguyendo que “ha cesado la delegación que el soberano había hecho al clero para que con solo su intervención este contrato tuviera todos los efectos civiles”. La nueva ley legitima el derecho estatal a regular las relaciones interpersonales en el matrimonio y reconoce básicamente su carácter de contrato. “El matrimonio es un contrato civil que se contrae lícita y válidamente ante la autoridad civil.” Es ahora el Estado quien legitima, quien decide sobre la legalidad o no de la unión matrimonial, sobre la posibilidad de implementar los principios en los que el matrimonio se basa; se sigue reconociendo la institución matrimonial como el único medio legítimo de fundar una familia. En este contexto de reclamo estatal a regular las relaciones

---

cer 1898a). El libro *Síntesis de los principios de moral de H. Spencer* (Spencer 1894a) se encuentra en la Biblioteca de Genaro García con la siguiente dedicatoria: “A Genaro García, mi hermano”. García tuvo en su biblioteca otras obras de Spencer: *La morale des différents peuples et la morale personnelle* (1893a), *Le rôle morale de la bienfaisance* (1893b), *Principes de Sociologie* (1883-1890), *Problèmes de Morale et de Sociologie* (1894b), *Les institutions professionnelles et industries fin des principes de Sociologie* (1898b).

2 “Ley de matrimonio civil”, en: Dublán/Lozano (1877: Vol. 8, 691-695).

interpersonales de la sociedad civil, la polémica sobre la significación del matrimonio cobra entonces una nueva dimensión. No se trata solamente de construir el papel de la mujer, ni siquiera de constreñirla o limitarla en sus derechos familiares. El problema es mucho más importante, de más peso. Se trata de reglamentar las relaciones interpersonales entre dos individuos de diferente sexo adscribiendo a cada uno de ellos un papel, un espacio diferente, reglamentando la forma en que estos dos deben y pueden relacionarse, sobre la base de sus diferencias. Al reconocer una diferencia en los derechos de ellos y ellas en la institución matrimonial, se supone una diferencia fundamental, que revela, en última instancia, una desigualdad, una diferencia en los derechos específicos personales. No se trata únicamente de una desigualdad, de una injusticia personal de tal o cual individuo, sino de la organización estatal que reglamenta las relaciones interpersonales entre los individuos de diferente sexo, construyendo así las diferencias genéricas. Prevalece el supuesto de que son estas diferencias genéricas las que justifican la diversidad de atribuciones, derechos y deberes diversos; precisamente porque son hombres, porque son mujeres.

La diferencia biológica origina y a su vez reproduce una diferencia social de derechos, de jerarquías diferentes tratándose de ellos y de ellas. En la justicia o no de este ordenamiento legal consiste la polémica.

Es a esta polémica a la que Genaro García se abocó en su tesis profesional: *La desigualdad de la mujer*, presentada en la Escuela Nacional de Jurisprudencia, el 20 de febrero de 1891. Este trabajo fue presentado como examen profesional después de completar la carrera de leyes en tres años y diez meses, en vez de los seis reglamentarios (García [1899]: 3).

La tesis fue publicada en 1891. A pesar de su brevedad, su importancia no puede pasar desapercibida por lo que se refiere a la temática y la novedad de su perspectiva. García es el único mexicano decimonónico que defiende la igualdad de la mujer y su interés en el tema le duró toda la vida; para nutrir este interés acudió sobre todo a autores europeos, franceses preferentemente o autores de otros países que leyó en francés, como es el caso de Stuart Mill, cuyo libro *Essais sur le Progrès* conserva los subrayados de García en lo referente a las mujeres.

En el ensayo *Apuntes sobre la condición de la mujer*, también publicado en 1891, García expande los argumentos de su tesis y revela la importancia que concede al antecedente histórico cuando, siguiendo a Bachofen<sup>3</sup>, Morgan<sup>4</sup>, Thulié<sup>5</sup> y otros, afirma que la primera forma de comunidad humana es la de la mujer con los hijos, como única forma de comunidad estable, antes del surgimiento del matrimonio. Sus convicciones feministas le llevan a afirmar que el estado de sujeción de la mujer “se origina exclusivamente en el egoísmo y la fuerza bruta del hombre, cuyos móviles en aquellas edades son del todo animales” (García 1891a: 7). También señala la importancia de la mujer cuando afirma que la actividad física de la mujer era similar a la del hombre en aquel momento, aunque más adelante la inferioridad de la mujer es el producto de las “sevicias crónicas de han sido siempre objeto” (García 1891a: 8).

El sentido culturalista de su argumentación se pone de manifiesto cuando afirma que:

- 
- 3 Bachofen, Johann Jakob (Basel 1815-1887). Fue presidente de la corte de apelación de la ciudad. Al retirarse se dedicó a los estudios de Derecho, y se le considera uno de los fundadores de la ciencia comparada del Derecho y la historia de la civilización. Entre sus obras sobre estos temas destacan *Das Nexum, die Nexi und die Lex Petillia* (1843) y *Versuch über die Gräbersymbolik der Alten* (1859).
  - 4 Morgan, Lewis Henry (New York 1818-1881): Sociólogo y etnógrafo norteamericano. Ejerció como abogado en Rochester, vivió con los indígenas iroqueses y escribió *The League of the Iroquois*, el primer libro que se ocupó de manera científica y seria del gobierno y la organización social de una tribu indígena. Escribió también *Systems of Consanguinity and Affinity in the Human Family* (1869) y *The Ancient Society* (1877), su obra más conocida. Coincidió con Bachofen en su rechazo de la universalidad de la familia patriarcal como la unidad primordial de la organización humana y postuló en cambio la existencia de un grupo amorfo y el matrimonio por grupo, que después de pasar por una serie de etapas intermedias, llega a la monogamia.
  - 5 Thulié, Henri. Nació en Burdeos 1832, murió en París en 1916. Médico y político francés, fue presidente de la Sociedad de Antropología y del Consejo municipal de París, fundador del periódico *Realismo*, autor del libro *La folie et la loi* (1866) y *La femme, essai de sociologie physiologique: ce qu'elle a été, ce qu'elle est les théories, ce qu'elle doit être* (1885), obra conservada en el acervo bibliográfico de García. El libro conserva los subrayados de García, entre otros en lo que se refiere a la inferiorización legal de la mujer. García parece haber estado particularmente interesado en la relación entre derecho y moral. También subrayó lo que se refiere a las semejanzas entre el hombre primitivo y los pueblos primitivos de su época. Se apoya en Thulié (1885: 27) en su afirmación de que el grupo familiar comienza con la esclavización de la mujer.

No habiendo gozado nunca la mujer de los mismos medios de educación y desarrollo que el hombre, ni habiéndosela observado tampoco en la esfera de acción que a éste, y en igualdad de circunstancias, ninguno puede sostener la realidad de sus inferioridades intelectuales y morales, como no sea de una manera gratuita e infundada (García 1891a: 8).

Su tema central es el del matrimonio porque lo considera la más importante de las instituciones en relación a la mujer. García revisa la legislación históricamente y una de sus críticas más severas se refiere a la contradicción que implica la legislación mexicana al establecer, por una parte, que la ley es igual para todos, mientras que por otro lado restringe específicamente las atribuciones de la mujer, precisamente por su condición femenina. En este sentido la primera contradicción que señala es la de la obligación de la mujer de obedecer a un consultor nombrado por el marido, en relación al ejercicio de la patria potestad. En este sentido, la patria potestad sigue ejerciéndose por el marido, quien puede dejar ese consultor para cumplir su voluntad, aun en caso de fallecimiento. La falta de reconocimiento de las capacidades femeninas al limitarla para ejercer cualquier tipo de tutoría, a excepción de sus hijos, también es objeto de su análisis. Su crítica no admite las limitaciones a la tutoría por el hecho de tratarse de una mujer. De igual modo señala la contradicción que implica que si bien por una parte la constitución concede a todo mexicano mayor de veintitún años la libertad para disponer de su persona y bienes, en cambio la mujer menor de treinta años no puede salir de su casa sola.

El otro aspecto que García critica en relación a la institución matrimonial es su carácter contractual. Para él, la condición *sine qua non* para la contratación es la igualdad de circunstancias entre los contratantes. El carácter mismo de la ley supone la equidad en su ejercicio, la absoluta igualdad del individuo frente a sus constricciones. Lo expresa así: “La Ley no puede nunca conceder derechos a unas personas sobre otras” (García 1891a: 12). Si esta igualdad es válida en toda forma de sociedad, para García resulta indispensable que lo sea también en la sociedad conyugal, y se apoya en Stuart Mill para sustentar la idea de que es obligación de la ley misma, de la sociedad, la protección de sus ciudadanos, pues de otra manera, si esto no es así, se trata de una falla imperdonable de la ley. En este sentido la crítica a las limitaciones que el contrato matrimonial impone a la mujer, citando a Mill textualmente:

Los actos de brutalidad y de tiranía de que están llenos nuestros informes de policía, son cometidos por los maridos contra sus mujeres, por los padres contra sus hijos. Que la ley no prevenga estas atrocidades, que ella casi no trate de reprimirlas y castigarlas seriamente, tal es la vergüenza de los que hacen y aplican las leyes (García 1981a: 13).

García considera la organización jerárquica de la familia y el liderazgo masculino, como sumamente perjudicial y una vez más cita a Stuart Mill en su crítica a la organización patriarcal de la familia y la falsedad de las relaciones fraternales en ella.

Si la familia es, como se dice frecuentemente, una escuela de simpatía, de ternura, de un afectuoso olvido de sí mismo, es todavía más para su jefe una escuela de pertinacia, de arrogancia, de abandono sin límites, y de un egoísmo refinado e idealizado del que el sacrificio mismo no es sino una forma particular, supuesto que el jefe no tiene en cuenta el interés de su mujer y de sus hijos sino porque son parte de sus propiedades, supuesto que sacrifica la felicidad de aquella y la de estos a sus más ligeras preferencias.

Para García, la parte más crítica de su trabajo es la que se refiere al carácter de sociedad del matrimonio, que puede tener diferentes modalidades: sociedad voluntaria o legal. La legal es aquella que la ley supone y se llama también contrato tácito y la voluntaria supone un acuerdo entre los cónyuges. García critica que en la sociedad legal sea el marido el administrador de los bienes de la mujer. Él afirma, contra lo que la ley establece, que en su opinión la mujer debe tener derecho a la administración de sus bienes, a su enajenación u obligación. Por otra parte, señala la injusticia implícita en el hecho de que los contratos de sociedad voluntaria y de separación de bienes necesiten la aprobación explícita por parte del marido. La crítica más aguda de García consiste en señalar la contradicción entre diversos artículos del Código Civil, en donde por una parte acepta que los cónyuges conserven la propiedad y administración de sus bienes muebles e inmuebles y por otra prohíbe a la mujer que enajene los bienes inmuebles; así pues considera el contrato matrimonial una inequidad: “contraria en todo para la mujer”, pues permite al marido apoderarse de los bienes que la mujer trae a la sociedad conyugal (García 1891a: 19). En su perspectiva, el Código mantiene: “una desigualdad inmensa entre las condiciones del hombre y de la mujer” a la vez que se nulifica la personalidad femenina (García 1891a: 19).

Semejante crítica, tan directamente en contra de la mentalidad patriarcal de la época y tan claramente favorable a los intereses de la mujer, revela un espíritu igualitario, de raíz claramente liberal, que no era común en aquel momento por lo que se refiere a las relaciones intergenéricas. Presentada como tesis profesional en una disciplina tan conservadora como la abogacía, la argumentación adquiere una fuerza discursiva excepcional. El aporte más importante está en el señalamiento de la capacidad racional y jurídica de la mujer. Sus argumentos están tomados de Condorcet, quien señala que la contradicción es de tipo legal, puesto que la capacidad que la ley reconoce a la mujer soltera desaparece con el matrimonio. García eleva su más dura crítica al hecho de que existe una contradicción de lógica legal en el Código, pues o bien se reconoce la capacidad de la mujer, o bien no existe tal. García abunda en su argumentación sobre la inequidad de los derechos matrimoniales para la mujer, cuando critica el ordenamiento legal según el cual la mujer debe vivir con su marido y seguirle a donde éste desee vivir, y se pregunta por qué no puede ser a la inversa, es decir, que el marido siga a la mujer al lugar de su residencia.

Sustenta su argumentación con lo que puede llamarse propiamente la tesis central de su trabajo:

Hay que declararlo, aunque duela a muchos: la desigualdad no tiene otro motivo que el abuso de la fuerza y el egoísmo ciego del hombre, ni otro objeto que perpetuar un privilegio infinitamente desmesurado a favor del mismo (García 1891a: 20).

Para esta afirmación se apoya, una vez más, en Stuart Mill, a quien considera “el primero y más sabio defensor de la mujer” (García 1891a: 20) y prueba su admiración transcribiendo el siguiente juicio:

Yo creo que las relaciones sociales de los dos sexos, que subordinan un sexo hacia el otro en nombre de la ley, son malas en si mismas, y forman hoy día uno de los principales obstáculos que se oponen al progreso de la humanidad, yo creo que deben dar lugar a una igualdad perfecta, sin privilegio ni poder para un sexo, como sin incapacidad para el otro.<sup>6</sup>

---

6 García no incluye la referencia específica aclarando a qué parte de la obra de Stuart Mill se refiere.

#### 4. Divorcio, adulterio y paternidad

Para García, la situación de la mujer respecto del divorcio resulta doblemente desigual, pues señala que de acuerdo al Código, el adulterio de uno de los cónyuges es causa legítima de divorcio, pero el adulterio del marido no es causa de divorcio sino excepcionalmente. A pesar de que en el México decimonónico no existía el divorcio, sino la separación de los cónyuges, ya que ni la legislación civil ni mucho menos la religiosa acepta el rompimiento del vínculo; García considera que ésta es una situación injusta dado que las penas que pesan sobre el adulterio femenino son mayores que sobre el masculino. A este respecto declara que:

la mujer, por tener un hijo ilegítimo durante el matrimonio, concebido antes de celebrarse el contrato, dará causa irremisible al divorcio, el hombre, en cambio, podrá engendrar cuantos hijos le plazcan antes del matrimonio y reconocerlos libremente durante él (García 1891a: 23).

Una vez más García se apoya en Mill para criticar la injusticia de los ordenamientos sobre el adulterio: “la mujer es la única persona, dice Stuart Mill, que, exceptuados los hijos, después de haber probado ante los jueces que ha sufrido una injusticia, sea vuelta a poner bajo la mano del culpable” (García 1891a: 21).

La última crítica de García al Código Civil de 1870, implementado finalmente en 1884, es la que se refiere a la investigación de la paternidad. Al respecto, establece que se trata de: “una violación flagrante de toda moralidad y justicia; una impunidad para el libertinaje de los hombres infames y un nuevo golpe para la ya tan triste condición de la mujer” (García 1891a: 23). El autor considera que la mujer

tendrá que cargar con la difícilísima obligación de mantener y educar a los hijos de los seductores que la engañaron, en la mayoría de los casos, la mujer es víctima de las maquinaciones de estos (García 1891a: 23).

Su crítica al ordenamiento legal a este respecto tiene un claro tinte social, pues afirma que la ley garantiza el bienestar egoísta de los potentados, arrojando “el hambre y la desesperación sobre los hijos sin culpa y sobre las pobres mujeres” (García 1891a: 23).

Aunque puede señalarse que García cae en el estereotipo de la mujer seducida y abandonada, cabe señalar que esta es la misma temática de la novela de más éxito en la época, *Santa*, publicada en 1904.

La argumentación final de García es en el sentido de que toda reforma de tipo social ha siempre beneficiado a la mujer, cuya situación es sumamente desigual en relación al varón.

En su segundo trabajo: *Apuntes sobre la condición de la mujer*, García profundiza en los argumentos de su tesis, sobre todo en lo que se refiere a la contradicción que implica, desde el punto de vista de un liberalismo tradicional, la falta de igualdad, en este caso entre hombres y mujeres:

La igualdad es la condición primera de la libertad, sin la cual no es posible bienestar alguno; una y otra, verdades hermanas no pueden tener vida separada: cualquiera desigualdad debe considerarse como una mutilación de la libertad de ciertos individuos, en beneficio de otros, mutilación que nunca legitimará una filosofía sana, porque para hacerlo tendría que hollar el principio más caro de la Humanidad, sobre el cual reposa el progreso como eje principal (García 1891b: 7).

Constatando la permanencia de la desigualdad femenina, establece que puede hablarse de una teoría de la desigualdad; llama teoría al sistema de la desigualdad, porque

no ha habido otra situación contraria que permita la comparación, la desigualdad es una teoría en la medida en que no se ha podido llevar a cabo una comparación sobre el sistema de la desigualdad frente al sistema de la igualdad, puesto que este no ha existido en la práctica (García 1891b: 8).

El razonamiento revela, en efecto, una fuerte influencia del empirismo racionalista del siglo XIX según el cual la confirmación del conocimiento puede darse sólo de manera experimental. En la perspectiva de García, es este justamente el método que él aplica a la cuestión de la desigualdad de la mujer. Dado que en las ciencias sociales el empirismo no puede llevarse a cabo de modo experimental, la manera de confirmar la veracidad, la efectividad de unas ideas de una situación determinada, consiste en la comprobación histórica. Es decir, se trata de usar la historia como el espacio de la corroboración, de la confirmación de la idea esgrimida. García señala que la vigencia de una idea, su popularidad, no necesariamente justifica su veracidad, su corrección. En este sentido la exploración histórica que él lleva a cabo es la que realmente confirma o no la veracidad de una idea y la justicia de una situación. Es en este sentido que puede decirse que García hace uso de un método experimental, para comprobar su afirmación sobre la injusticia de la desigualdad femenina. En efecto, muy a tono con la



idea positivista y evolucionista de que la sociedad humana pasa por varias etapas, nuestro autor inicia su análisis sobre la situación de la mujer en lo que él llama los estados primitivos, y para ello se refiere a John Lubbock<sup>7</sup> y a Herbert Bancroft,<sup>8</sup> dos pensadores del siglo XIX que trataron estos temas. García los cita para apoyar su argumento de que en estos pueblos primitivos la institución matrimonial es poco estable. Menciona a Lubbock apoyando su idea de que en el inicio de la civilización el apareamiento entre hombres y mujeres es indistinto, aunque Lubbock no expresó esta idea tan simplistamente. Para Lubbock el matrimonio es una relación de uno o más hombres con una o más mujeres, basada en la costumbre, reconocida y fundamentada en la opinión pública y en la ley cuando esta existe. En cambio es más exacta su interpretación de Lubbock cuando se apoya en él para sustentar la idea de que los pueblos primitivos contemporáneos pueden servir para explicar la evolución de la civilización entre los pueblos antiguos (García 1891b: 9).

García señala la amplia aceptación de la inferioridad femenina, pero, en su perspectiva, esta no es una razón suficiente para no ponerla en tela de juicio, no existen –dice– razones filosóficas que demuestren

---

7 Lubbock, John (1834-1913), sociólogo y naturalista inglés amigo de Darwin, a quien convenció de que estudiase ciencias naturales y la condición primitiva de los hombres. Sus dos obras fundamentales son: *Prehistoric Times as Illustrated by Ancient Remains and the Manners and Customs of Modern Savages* (1865), que alcanzó seis ediciones hasta 1900, y *The Origins of Civilization and the Primitive Condition of Man* (1870).

8 Bancroft, Herbert Howe, historiador nacido en Granville, Ohio en 1832, fue aprendiz de la librería de su cuñado en Bufalo y de allí pasó a California, donde después de retirarse del comercio agrícola en 1868 se dedicó a ordenar y clasificar la mayor colección de documentos sobre la historia de California, instalando en 1881 una biblioteca que contiene más de cuarenta mil volúmenes, entre los cuales están doce mil manuscritos sobre la historia de México en el siglo XVI. Entre sus publicaciones están: *History of the Pacific States from Central America to Alaska* (1882-1890); *History of Central America* (1883-1887); *History of British Columbia* (1887a); *Essais and Miscelanies* (1890a); *Literary Industries* (1890b). En particular su *History of Mexico*, 6 vols., conoció después varias otras versiones; las más importantes son: *A Popular History of the Mexican People: Being an abridged version from History of Mexico* (1887b) y *History of Mexico, Being a Popular History of the Mexican People, From the Earliest Primitive Civilization to the Present Time* (1914). Varios ejemplares de la *Historia de México* de Bancroft, se conservan hoy en la Colección de Genaro García en la Universidad de Texas en Austin, lo que prueba la familiaridad de García con este autor.

su conveniencia de una manera formal, porque no se puede defender razonablemente una “causa tan contraria a los principios más rudimentarios de moral y justicia” (García 1891b: 8).

Así, la desigualdad femenina no es defendible puesto que no es posible aceptar, desde la razón, una situación de desigualdad, de injusticia en las condiciones de vida de la mujer frente a las condiciones de vida de los hombres, a pesar de que esta se haya originado en la historia. Es precisamente este origen histórico de la desigualdad femenina lo que lo lleva a analizar las etapas históricas por las que ha pasado la humanidad, para descubrir el momento en que se origina la desigualdad femenina.

En el recuento histórico García se basa en el argumento, que toma de Spencer, de que “en las sociedades inferiores, la voluntad del más fuerte, a la cual las leyes políticas no imponen ningún freno, y que no esta guiada por ningún sentimiento moral, decide como soberana” (García 1891b: 9).

En este estado original, García afirma, citando a John Lubbock y a Herbert Bancroft, que los hombres y las mujeres se unen “a la manera de las bestias” y sin que intervenga sentimiento afectivo alguno. En esta etapa inicial, la unión de hombres y mujeres no está sujeta a duración ni a reglas determinadas; para García “las relaciones sexuales que hoy son imposibles y cuya sola idea horroriza, son entonces comunes”. Basa esta afirmación mencionando a otros autores que la han sostenido, tales como Herrera,<sup>9</sup> Lubbock, Petherick,<sup>10</sup> Bancroft. En su opinión, ni los lazos de sangre ni cualquiera otra consideración forman un impedimento para que se verifiquen relaciones que en la época moderna se consideran imposibles por su contenido incestuoso. Por lo

---

9 Herrera, Alfonso. Nacido en México en 1868, murió en 1942. Fue director del Museo de Historia Natural en la ciudad de México y autor de *Recueil des lois de la biologie generale* (1897) y de *El clima del Valle de México y la biología de los vertebrados* (1891), ambas incluidas en la biblioteca de Genaro García. Su obra *Le vie sur les hauts plateaux* (1899) fue premiada por el Instituto Smithsonian de Washington (Enciclopedia Universal Ilustrada: Vol. XXVII, 1262).

10 Petherick, John (1813-1882). Viajero y explorador inglés del África Central, recorrió el alto Egipto, Nubia, el Mar Rojo y se estableció en El Obeid, capital de Kordofan y luego en Karthum. Volvió a Inglaterra en 1859 y más tarde volvió al Sudán como cónsul, fue miembro de la Real Sociedad Geográfica. En 1868 publicó *Travels in Central Africa and Explorations of the Western Nile Tributaries* (Enciclopedia Universal Ilustrada: Vol. 44, 39).

que se refiere a Bancroft, este fue probablemente el autor que motivó en García su interés por los problemas de la historia y la antropología, puesto que sus trabajos sobre la historia de México fueron ampliamente difundidos. A pesar de la mención que hace de estos autores, es Herbert Spencer a quien cita sobre la necesidad de “mirar como primordial el método de reproducción que no está sometido a ninguna especie de interdicción” (García 1891b: 9).

En la perspectiva de Genaro García, este estado inicial de las relaciones genéricas es en definitiva no muy diferente de “la escala animal” en donde el varón muestra la necesidad de asumir el dominio y por lo tanto de imponer “a la mujer, cuyos músculos son más delicados, la peor condición que pueda imaginarse” (García 1891b: 8). Es decir, la base del argumento es de tipo biológico. Para García, la primera causa de dominación entre hombres y mujeres, es decir, la primera causa de desigualdad entre los géneros es una causa biológica que tiene que ver con la naturaleza de los músculos de la mujer. Su argumento revela la importancia que otorga al aspecto biológico; paralelamente, sin embargo, reconoce la relación entre la situación específica de la mujer y la aparición de las varias formas de organización marital.

Citando a Herodoto, Jenofonte, Clearco, Estrabón y Cook, García alega que la mujer se convierte entonces en una “cosa” que se toma o arrebatada con crueldad y fiereza dondequiera que se encuentra. Afirma que en este estado de indefensión “la mujer es víctima de toda clase de excesos: se la martiriza o se la deja insepulta” (García 1891ab 10). Es en esta situación de abuso que según él se lleva a cabo la disminución del número de mujeres en una sociedad determinada.

En este argumento, está haciendo uso de una perspectiva del más claro positivismo, en este caso del positivismo evolucionista, en la medida en que le atribuye al mal trato hacia la mujer, la poliandria de segundo grado y la exogamia. García registra la existencia de la poliandria al interior de la tribu y la exogamia al exterior de la misma. Respecto de la exogamia, cita a Spencer en el sentido de que:

La exogamia, tal como existía primitivamente, implica una condición excesivamente abyecta de las mujeres, una gran brutalidad en la manera de tratarlas, una ausencia completa de los sentimientos elevados que acompañan las relaciones entre los sexos (García 1891b: 11).

Según García, la exogamia asociada con el tipo más ínfimo de la vida política está igualmente asociada con el tipo más ínfimo de la vida social.

Es necesario señalar que en el planteamiento de este argumento parece coincidir plenamente con Spencer, pues ambos enfatizan la clara relación existente entre la vida política y la vida social. García considera la exogamia “el rapto en el exterior”, en cambio, en su perspectiva “la endogamia se trata de matrimonio con mujeres de la misma tribu que el marido” (García 1891b: 10).

García define además la poliandria de primer grado como la forma de organización social en que la mujer tiene muchos maridos que también tienen muchas mujeres, y de segundo grado, citada ya, cuando la mujer tiene muchos maridos que no tienen a su vez otra mujer. La poligamia es la unión de un solo hombre con un número indefinido de mujeres y por último la monogamia, matrimonio de un solo hombre y una sola mujer.

En su perspectiva, la poligamia constituye un “progreso social”, él analiza las diferentes etapas de las relaciones entre los sexos desde una perspectiva de corte positivista en la que la tendencia es el avance social, el progreso. En este sentido otorga a la poligamia un estatus superior al de la promiscuidad, puesto que “determina el parentesco por la línea paternal, si bien deja algo flojo en la colateral, y porque con ella empieza a nacer la ‘verdadera familia’ compacta y una, con la que adquieren las tribus mayor solidez”.

En una perspectiva que coincide con Engels, es el reconocimiento del parentesco por la vía paterna lo que determina la aparición de la “verdadera familia, compacta y una”. Vale la pena señalar que García se está refiriendo a una forma de organización familiar que él conoce, es decir, a la familia monogámica y con una sola línea de herencia.

## **5. Evolución y explotación femenina**

Sin embargo, a pesar de que García le reconoce a la poligamia una jerarquía superior, la situación de la mujer no se ve muy modificada, puesto que

en los estados anteriores quedaba expuesta a la feroz barbarie de todos los hombres de la tribu y en el de la poligamia no lo está sino a la de su marido, quien únicamente ejercerá sobre ella poder absoluto e irracional (García 1891b: 12).

El marido tiene pues el derecho de: golpearla hasta hacerla perder el sentido, agobiarla con trabajos rudos, herirla y matarla. En la perspectiva de García estas atrocidades subsisten “pero no brotan sino de una mano, la del marido” (García 1891b: 12).

Para García, con la aparición de la monogamia, aparece “el tipo más perfecto de matrimonio” y las sociedades conquistan uno de sus mejores progresos: el parentesco se fija de manera completa, y la unidad de familia se realiza.

Sin embargo, refiriéndose a su propio tiempo, establece que “la monogamia de nuestros días da a la mujer una condición de dependencia mitigada, condición en la que todavía permanecen estancados innumerables errores e injusticias” (García 1891b: 13). Toda esta argumentación, revela claramente la influencia del pensamiento contemporáneo a su época en relación a la importancia de estudiar la organización social de los pueblos primitivos existentes en ese momento como manera de conocer la evolución histórica de la humanidad. Dada la importancia que le concede a la historia se dedica al examen de textos clásicos, por ello, para apoyar sus argumentos con relación a la condición de la mujer, hace mención a instituciones antiguas, es decir, toma ejemplos de la Biblia, citando a San Mateo XIX, 8 y a San Marcos, X, 5, como instancias en que fue necesario conservar la poligamia, incluye también una cita del Corán Sura IV: 6, 12, 38 y Sura XLIII: 15-17.

Su erudición y formación de corte clásico se pone de manifiesto cuando hace hincapié en que en la sociedad griega la situación de la mujer es de sujeción y cita a Demóstenes en el sentido de que a su muerte, el marido podía designar un tutor a su mujer, y este tutor podía escoger un segundo marido para ella.

Asimismo cita a Platón, en el sentido de que “la virtud de la mujer se reducía a guardar la casa, ocuparse de las faenas domésticas y obedecer a los parientes de su marido” (García 1891b: 11). Cita a Aristófanes, Lisias, Iseo y Plutarco en el sentido de que la mujer vivía relegada al gineceo y solo podía salir en los pocos casos determinados por las leyes. En lo que se refiere a Roma, Genaro García simplemente afirma que a pesar de que la mujer tenía una “condición civil bastante adelantada” la herían, sin embargo, varias incapacidades: no podía ejercer la patria potestad ni adoptar, tampoco ser tutora de alguien quien no fuese su hijo o nieto, ni testigo en un auto civil ni arbitrio o

juez de un juicio. Por último la ley les prohibió que pudieran obligarse por otro. En efecto, el señalamiento de la importancia de la legislación romana para el caso mexicano es importante, puesto que la tradición jurídica que pasa a Nueva España de reconocimiento de hijos legítimos e ilegítimos se origina allí.

Genaro García se ocupa de las diferencias entre hombres y mujeres por lo que hace a la fuerza física. A pesar de que el sistema muscular de la mujer es más débil que el del hombre, esto no debe ya tener trascendencia en su época, puesto que en su perspectiva:

en la actualidad cualquier pueblo medianamente adelantado adopta como reglas fundamentales de conducta que todo poder que arranque de la fuerza debe aniquilarse y que la razón es el solo arbitro soberano. Nunca se han decretado incapacidades para los hombres poco robustos, tal insensatez no se ha llegado a suponer siquiera, sentado esto podrá decretarse la inferioridad legal de al mujer porque es débil (García 1891b: 15).

El reconocimiento de la debilidad física de la mujer no le impide a Genaro García el establecer que, a pesar de ello, es necesario reconocer la importancia del trabajo agrícola de la mujer en las sociedades primitivas. A este respecto, cita la importancia de la mujer en las sociedades primitivas en donde el valor de su trabajo no ha sido reconocido, pero sí descrito. Aquí García cita a Virey,<sup>11</sup> quien según García, afirma que la mujer: es “una acémila”.

En la perspectiva de García la sociedad primitiva resulta una sociedad en la que las mujeres tienen a su cargo las tareas de mayor responsabilidad, en primer lugar la mujer recoge los frutos de la tierra y levanta las piezas muertas de la caza, prepara las comidas, conduce los distintos objetos. En suma, son las mujeres las que llevan el peso de la totalidad de las faenas domésticas y de las tareas ligadas a la apicultura. En esta afirmación García sigue a Virey, quien concibe a la mujer como el corazón y el seno, de la misma manera que el hombre es la cabeza y los brazos de la familia: “el hombre obra y piensa, la mujer cuida y halaga” (García 1891b: 17). Esta argumentación supone una creencia firme en la supremacía de la razón como principio básico

---

11 Felipe Virey, orientalista francés nacido en París en 1853. Descubrió importantes documentos en Tebas y regaló a la Biblioteca Nacional de París un contrato matrimonial de la época de Ptolomeo. Entre 1886 y 1910 publicó más de una docena de obras sobre Egipto, en especial sobre Tebas. Su última obra fue *La religion de l'ancienne Egypte* (1910).

para el ordenamiento de la sociedad civil. Esta idea nace una vez más de sus convicciones positivistas, para él, el valor universal de la razón debe reconocerse por encima de todo.

García establece que la desigualdad de la mujer en su época no tiene punto de comparación con los estados sociales primitivos, porque

el progreso ha dejado diferencias inconmensurables, aunque sin realizar el bello ideal de la Filosofía, que condenara siempre toda desigualdad, cualquiera que esta sea (García 1891b: 14).

García concluye afirmando que

la sumisión de la mujer surgió del abuso de la fuerza y que no fue, ni podía ser, dado el estado semi-bestial del hombre primitivo, una condición meditada y racional para el bienestar y adelanto de los pueblos (García 1891b: 14).

Sobre el argumento de la evidencia histórica, que muestra la constante desigualdad y sumisión de la mujer, García presenta el devenir histórico entendido como progreso, puesto que afirma: “La historia nos demuestra muy por el contrario que el bienestar y ese adelanto son mayores mientras menor es la desigualdad de la mujer” (García 1891b: 14). De hecho, está repitiendo aquí el argumento clásico de Engels, según el cual la situación de una sociedad puede conocerse con relación a la situación de la mujer y está implícito también el argumento del feminismo contemporáneo según el cual la situación de la mujer arroja luz sobre la situación de la sociedad en su conjunto y sobre la situación de las relaciones entre los géneros.

Su posición respecto de la maternidad lo lleva a polemizar con Vi-rey en el sentido de que las mujeres tienen una urgencia de ser madres. García dice, en cambio, que la afirmación de que todas las mujeres tienen la urgencia de la maternidad no es sino una fantasía, puesto que de ser así, “el mundo tendría que luchar desesperadamente hasta vencer en la mayor parte de las mujeres esa decantada urgencia de la maternidad” (García 1891b: 18).

En el mismo sentido afirma que la idea ampliamente generalizada de que el nerviosismo femenino es una característica natural de las mujeres es totalmente falsa. Para él, el nerviosismo femenino es “un efecto artificial de la acción del hombre”, ya que en las situaciones en las que se encuentra a la mujer en estado natural, sin que la contrarres-

te la acción del hombre, no sufre ninguna diferencia en su sistema neurológico. A este respecto hace referencia a las diferencias entre la vida de las campesinas austriacas y la de las mujeres vienesas como prueba de la diferencia entre las mujeres más cercanas a la vida natural y las que sufren los efectos de la civilización. El mismo argumento le sirve para explicar “los desarreglos que ofrecen ciertas mujeres en sus fenómenos fisiológicos especiales y que hacen padecer tanto a las que habitan las grandes ciudades” (García 1891b: 19). Sostiene que en la medida en que la mujer está más cerca de la naturaleza, es decir, en la medida en que las mujeres “no están sometidas a la acción egoísta y ciega del hombre, la mujer presenta una mayor igualdad de facultades y aptitudes” (García 1891b: 19). En esta perspectiva cita también a Stuart Mill, quien afirma que:

Cuando las personas han sido educadas en invernáculo caliente como muchas mujeres de las altas clases y no han sido acostumbradas a los ejércitos y a las ocupaciones que excitan y desarrollan los sistemas circulatorio y muscular, mientras que su sistema nervioso, y sobre todo, las partes de este sistema afectas a las emociones están mantenidas en un estado de actividad anormal, no es preciso admirarse de que las mujeres que no mueren de consunción adquieran constituciones susceptibles de desarreglarse a la menor causa externa e interna, e incapaces de soportar un trabajo físico o mental que exija un esfuerzo de largo tiempo continuado (García 1891b: 20).

En lo que se refiere capacidades intelectuales de la mujer, García afirma que el debate no es sino una pérdida de tiempo, dado que no se ha llegado a ninguna conclusión y no se podrá hacerlo hasta que “se establezcan previamente las leyes psicológicas que determinan la influencia de las circunstancias sobre el carácter” (García 1891b: 20-21). Esta creencia de que el medio físico influye de manera determinante sobre el carácter revela, una vez más, el credo positivista de la época, que reconoce la influencia entre condiciones naturales y capacidades de los individuos.

García revela, en sus opiniones sobre las capacidades intelectuales de las mujeres, el tipo de prejuicio que prevalecía en su momento. En su perspectiva, la mujer no tiene la misma capacidad de abstracción que el hombre. Al admitir esto, García afirma también que las mujeres son:

Muy superiores por su prontitud para descubrir el lado práctico de cualquier asunto y porque jamás se extravían en los campos de la abstrac-



ción; la mujer tiene además la facultad de analizar de manera precisa y minuciosa los fenómenos que observa (García 1891b: 21).

El reconocimiento de estas facultades esencialmente femeninas lleva a García a una conclusión lógica en la que apoya la complementariedad entre hombres y mujeres; en razón de una división de tareas, ambos se implican como condiciones recíprocas para el mejor éxito intelectual y no asumen, separadamente, ninguna supremacía.

Este sentimiento de igualdad y complementariedad entre los géneros hace de García un pensador excepcional en el ambiente intelectual del fin del siglo mexicano. Para él, la división de tareas genéricas entre hombres y mujeres resulta una manera de producir lo que constituye el siguiente tema de su ensayo: la cuestión de la conveniencia o no de la igualdad de las mujeres y los hombres.

El argumento de García sobre la situación de las mujeres es el de que la naturaleza dotó a las mujeres de iguales facultades que al hombre. En su perspectiva, el progreso social y su estabilidad están en la igualdad de la mujer y acepta, con Virey, que “habrá mayor cultura y adelanto en un pueblo, mientras esa condición (de la mujer) se acerque más en el a la igualdad”. Es necesario señalar la coincidencia de este argumento con el de Engels, quien expresó que la igualdad es el único modo en que se puede ejercer la libertad: “y es la igualdad lo que deseamos todos como bien supremo”, añade García (1891b: 24).

Para él la desigualdad familiar, en la medida en que es considerada como natural, se percibe, por los miembros jóvenes de la propia familia, como necesaria, puesto que se asocia con un estado natural y como tal, inmodificable. En el varón, esto produce la idea de la inferioridad de la mujer, y en la misma medida, en la mujer produce la necesidad de esperarlo todo del hombre, sobre todo subsistencia y protección, “como un ser infinita y naturalmente superior, por lo que jamás intentará competencia alguna con él” (García 1891b: 25).

Es el peso de esa experiencia histórica que ha venido a percibirse como negativa lo que lleva a García a considerar que sería sumamente difícil que se desarrollase un movimiento emancipatorio que tuviese una cierta viabilidad.

Sin embargo, él teme que sean las propias mujeres las que expresen oposición al respecto, puesto que tales cambios podrían parecer ridículos para la generalidad de las mujeres, acostumbradas como están a considerar su inferioridad como natural. En este argumento no

revela una concepción muy optimista de las capacidades analíticas de las mujeres y mucho menos de sus capacidades organizativas, y sobre todo, revela la influencia que sobre las mujeres puede tener la censura social. A pesar de su reconocimiento de la capacidad de la mujer, duda que pueda traducirse en una organización social efectiva para la defensa de sus derechos.

Lo acertado de su análisis se revela cuando señala la importancia de la desigualdad económica entre hombres y mujeres. A este respecto, afirma que las mujeres no tienen oportunidades económicas, puesto que mientras que el hombre puede emprender cualesquiera trabajos sin encontrar nunca trabas, a la mujer le quedan solamente los menos productivos. “De aquí que el hambre, apremiador que no se resiste, arroje a un número increíble de mujeres hacia la prostitución y hacia el crimen, principalmente a la primera” (García 1891b: 26). García tenía razón en cuanto a la enorme prevalencia de la prostitución en la ciudad de México en la época, puesto que en su estudio *La prostitución en México*, publicado en 1908, Luís Lara y Pardo afirmaba que la prostitución en México estaba más difundida que en el propio París (Lara y Pardo 1908: 12).

## **6. Feminismo positivo**

Las convicciones feministas de Genaro García se revelan especialmente agudas en su argumentación sobre la situación de la mujer en cuanto a sus derechos individuales, en contra de la desigualdad de la mujer sobre la base de que la desigualdad es una forma de limitar el ejercicio de la libertad, que resulta –en su perspectiva– condición ineludible para el buen funcionamiento de la sociedad. Sus convicciones liberales se transparentan claramente en esta argumentación. La mujer, según Genaro García, no puede aspirar ni al bienestar ni a la gloria, sobre todo porque está limitada en sus acciones por los ordenamientos sociales que la constriñen.

La mujer no puede dar un solo paso que no esté reprimido por exigencias y preocupaciones sociales. En este juicio García coincide con otros autores en señalar la fuerza de las restricciones sociales en el fin de siglo mexicano y apunta que la mujer no tiene derecho al respeto y a la consideración.

A la mujer no le es lícito, como al hombre, alcanzar por su propio valer el respeto y la consideración, objetos últimos de nuestras aspiraciones, para que los obtenga es forzoso que se resigne a ser esposa, aunque no tenga vocación para el matrimonio, y que sacrifique a su marido su existencia entera entregándole su persona y bienes sin restricción ni requisito, en una palabra, es preciso que se convierta en su cosa, como he dicho (García 1891b: 26).

Este clarísimo señalamiento de la falta de legitimidad social de la mujer, de la renuncia a sus propiedades y personalidad jurídica con el matrimonio, convierte a Genaro García en un claro precursor del feminismo contemporáneo. La falta de legitimidad social de la mujer, al decir de García, no solo la convierte en cosa, sino más grave aun, para las propias mujeres, la convierte en:

presunta víctima de cualquiera, aún el más canalla, se creará con derecho a inmolar, atentando a su honor y felicidad. La mujer no tendrá día en su vida en que no deplora su impotencia y sujeción; vez llegará en que se persuada que es una desgracia real el accidente de su sexo. El hombre, por el contrario, tendrá en todo tiempo nuevos motivos para pensar que nació superior a la mujer y para dominarla (García 1891b: 27).

La actualidad del pensamiento de García lo convierte en un verdadero precursor del feminismo mexicano del siglo XX y la originalidad de su pensamiento, que abreva en el feminismo europeo, lo establece claramente como un intelectual excepcional en el panorama ideológico del México del siglo XIX, pero su vigencia alcanza hasta nuestros días.

## Bibliografía

- Bachofen, Johann Jakob (1843): *Das Nexum, die Nexi und die Lex Petillia*. Basel: Neukirch.
- (1859): *Versuch über die Gräbersymbolik der Alten*. Basel: Bahnmaier's Buchhandlung.
- Bancroft, Hubert Howe (1883-1887): *History of Central America*. San Francisco: A. L. Bancroft/The History Company, 3 Vols.
- (1882-1890): *History of the Pacific States from Central America to Alaska*. San Francisco: A. L. Bancroft/The History Company.
- (1883-1888): *History of Mexico*. 6 Vols. San Francisco: A. L. Bancroft.
- (1887a): *History of British Columbia*. San Francisco: The History Company.
- (1887b): *A Popular History of the Mexican People: Being an Abridged Version from History of Mexico*. San Francisco: The History Company.

- (1890a): *Essays and Miscellany*. San Francisco: The History Company.
- (1890b): *Literary Industries*. San Francisco: The History Company.
- (1914): *History of Mexico, Being a Popular History of the Mexican People, From the Earliest Primitive Civilization to the Present Time*. New York: The Bancroft Co.
- Dacier, Henriette (1900): *La femme d'après Saint Ambroise*. Paris: Charles Amat.
- Dublán, Manuel/Lozano, José María (1877): *Legislación mexicana o colección completa de las disposiciones legislativas expedidas desde la independencia de la República*. Vol. 8. Edición Oficial. México: Imprenta del Comercio.
- Enciclopedia Universal Ilustrada* (1968-2006). 70 volúmenes y suplementos. Madrid: Espasa Calpe.
- García, Genaro (1891a): *La desigualdad de la mujer*. México: Imprenta de Francisco Díaz de León.
- (1891b): *Apuntes sobre la condición de la mujer*. México: Compañía Limitada de Tipógrafos.
- (1894): “La condición jurídica de la mujer según Herbert Spencer”. En: *Revista de Legislación y Jurisprudencia*. Año de 1894. México: Antigua Imprenta del Comercio de Dublan y Lozano.
- [1899]: *Apuntes sobre mi vida*. Mecanoscrito. Colección Genaro García. Fól-der 40. García Papers Benson Latin American Collection. University of Texas at Austin.
- Herrera, Alfonso (1891): *El clima del Valle de México y la biología de los vertebrados*. México.
- (1897): *Recueil des lois de la biologie générale*. México: Oficina Tipográfica de la Secretaría de Fomento.
- Herrera, Alfonso/Vergara Lope, Daniel (1899): *La vie sur les hauts plateaux. Influence de la pression barométrique sur la constitution et le développement des êtres organisés*. México: J. Escalante.
- Lamy, Etienne (1901): *La femme de demain*. Paris: Perrin.
- Lara y Pardo, Luis (1908): *La prostitución en México*. Paris: Imprenta de la Vda. de Charles Bouret.
- Leduc, Lucien (1898): *La femme devant le Parlement*. Paris: Giard & Brière.
- Lubbock, John (1865): *Prehistoric Times as Illustrated by Ancient Remains and the Manners and Customs of Modern Savages*. London: Williams and Norgate.
- (1870): *The Origins of Civilisation and the Primitive Condition of Man*. New York: D. Appleton and Company.
- Mantegazza, Paul (1889): *La physiologie de la femme*. Paris.
- Mill, John Stuart (1876): *L'assujettissement des femmes*. Paris: Guillaumin.
- Morgan, Lewis Henry (1851): *The League of the Ho-De-No-Sau-Nee or Iroquois*. New York: Burt Franklin.
- (1869): *Systems of Consanguinity and Affinity in the Human Family*. Washington: Smithsonian Inst.

- (1877): *The Ancient Society, or Researches in the Line of Human Progress from Savagery through Barbarism to Civilization*. Chicago: Kerr.
- Petherick, John/Petherick, Katherine Harriet (1868): *Travels in Central Africa and Explorations of the Western Nile Tributaries*. Farnborough: Gregg.
- Ramos, Escandón (2005): “Entre la ley y el cariño. Normatividad jurídica y disputas familiares sobre la patria potestad en México (1873-1896)”. En: Potthast, Barbara/ Carreras, Sandra (eds.): *Entre la familia, la sociedad y el Estado: niños y jóvenes en América Latina (siglos XIX - XX)*. Frankfurt am Main: Vervuert/Madrid: Iberoamericana, pp. 115-141.
- Spencer, Herbert (1877): *Descriptive Sociology*. London: Williams & Norgate.
- (1883-1890): *Principes de Sociologie*. Traduit de l’anglais par M. E. Caselles. Paris: Aleon, 4 Vols.
- (1893a): *La morale des différents peuples et la morale personnelle*. Trad. M. Catelot. Paris: Guillaumin.
- (1893b): *Le rôle moral de la bienfaisance*. Paris: Guillaumin.
- (1894a): *Síntesis de los principios de moral de H. Spencer*. Selección y traducción de Ezequiel A. Chávez Aduato. México: Tipografía de la Secretaría de Fomento.
- (1894b): *Problèmes de Morale et de Sociologie*. Traduit et avant-propos par Henry de Varigny. Paris: Guillaumin.
- (1896): *Los antiguos Mexicanos*. Traducción y selección de Daniel y Genaro García. México: Tipografía de la Secretaría de Fomento.
- (1898a): *El Antiguo Yucatán*. Traducción y selección de Daniel y Genaro García. México: Secretaría de Fomento.
- (1898b): *Les institutions professionnelles et industries fin des principes de Sociologie*. Paris: Guillaumin.
- Thulié, Henri (1866): *La folie et la loi*. Paris: Librairie centrale.
- (1885): *La femme, essai de sociologie physiologique: ce qu’elle a été, ce qu’elle est les théories, ce qu’elle doit être*. Paris: A. Delahaye et E. Lecrosnier.
- Virey, Philippe (1910): *La religion de l’ancienne Égypte*. Paris: Beauchesne.



Sergio Miceli

**Gênero, classe, afetividade e projeto criativo na  
vanguarda sul-americana  
(Ricardo Güiraldes/Adelina del Carril x Tarsila  
do Amaral/Oswald de Andrade)**

Todo induce a creer que Güiraldes emprendió el áspero camino de las letras obedeciendo a un impulso realmente espiritual y que cumplió su viaje artístico no tanto para complacerse cuanto para expresarse o, si se prefiere, para realizarse, vale decir, para hacerse real y concreto en la medida en que ello es factible mediante elementos verbales. Todo da a entender que Güiraldes vió en la literatura el medio más adecuado para hacer sensible lo peculiar de su ser, inflamado (de puro profundo y verdadero que era) por el irresistible afán de comunicarse o, por mejor decir, de comulgar íntimamente con los demás seres (Francisco Luis Bernárdez, 1962).

Ricardo Güiraldes (1886-1927) e Tarsila do Amaral (1886-1973) são exemplos consumados da última geração de intelectuais e artistas latino-americanos que não dependiam desse trabalho para sua reprodução social<sup>1</sup>. Pertenciam à nata dirigente que se achava dona do país, numa conjuntura excepcional de bonança econômica e política, em meio a um conjunto de transformações desencadeadas pelos processos acelerados de urbanização e de industrialização, e mais o radical rearranjo da estrutura social em consequência da maciça imigração européia.

Tendo logrado transitar da condição de herdeiros presuntivos àquela de rentistas, convictos do prestígio da linhagem e de suas prerrogativas de supremacia estatutária, puderam fazer valer os trunfos consideráveis do patrimônio pessoal em favor de investimentos vultosos na própria carreira literária e artística, ao mesmo tempo que buscavam compensar as inclinações diletantes, tendentes à dispersão de interesses, por um disciplinamento regado dos esforços como autodidatas.

---

1 Sobre Güiraldes, consultar Previtali (1965), Bordelois (1966; 1999); Blasi (1970; 1996a; 1996b: 237-270, 425-454), Güiraldes (1985). Sobre Tarsila, consultar Amaral (1975; 2001), Gotlib (1998), Miceli (2003).

Pertenciam a famílias oligárquicas abastadas, que dispunham de um apreciável cabedal de influência e poder na fração dominante da elite dirigente, envolvimento que lhes garantiu meios e recursos de protelar um projeto de vida alternativo, tendo hesitado por alguns anos entre a assunção dos privilégios de classe e o empenho na feitura de uma obra criativa pessoal.<sup>2</sup>

Foram circunstâncias de algum modo imprevistas que, de mistura com disposições pessoais nutridas pela posição na linhagem, acabaram determinando a reorientação de suas trajetórias. No caso de Ricardo, a saúde frágil desde a infância e as agruras de uma asma renitente se juntaram à posição de segundo na linhagem;<sup>3</sup> Tarsila teve de superar os reveses de um primeiro casamento precoce e mal sucedido, engatados ao desafio de educar sozinha a filha, fruto desse mau passo, constrangida ainda a enfrentar os irmãos homens nas transações de herança familiar na condição de única irmã sobrevivente.<sup>4</sup>

A proximidade de suas experiências de vida, em contextos históricos peculiares, pode ser aferida pela homologia de alguns traços sociais decisivos: o vulto da fortuna familiar, as feições de sua educação, o estilo de vida desses clãs afluentes de grandes proprietários de terras ligados à agro-exportação de produtos primários, a inserção tardia nos movimentos de vanguarda e, claro, o empenho em explorar o acervo dessa seqüência de experiências de gênero e de classe como matéria-prima de uma produção autoral.

Toda a infância, a adolescência e o início da vida adulta desses dois herdeiros problemáticos sucederam, sem dificuldades de monta, nos marcos do cotidiano confortável da aristocracia rural. O tempo era repartido entre prolongadas temporadas nas fazendas ou estâncias, no

---

2 Tarsila do Amaral era neta e filha de abastados fazendeiros na frente cafeeira de Itupeva, proprietários de mais de duas dezenas de propriedades nessa região nobre do estado de São Paulo; Ricardo Güiraldes era filho de Manuel Güiraldes, intendente da cidade de Buenos Aires na gestão presidencial de Figueroa Alcorta (1906-1909), proprietário de estância de criação de gado na província de Buenos Aires, mecenas no mercado de arte portenho, e aparentado ao clã milionário dos Guerrico.

3 Entre 1898 e 1905, Ricardo foi enviado por diversas temporadas à casa de praia de um tio médico para se curar da asma.

4 O casamento de Tarsila com o primo de sua mãe André Teixeira Pinto, pai da única filha Dulce, em 1906, foi anulado antes de suas bodas com Oswald vinte anos mais tarde.



palacete da capital, e em expedições familiares na Europa. Com efeito, poder-se-á ajuizar o trem de vida dos círculos abastados a que pertenciam esses “criadores”, quer pelas rotinas dos deslocamentos domésticos, quer, sobretudo, pelo histórico de suas viagens no exterior, todas elas pontuando as sucessivas etapas de (des) capitalização familiar. Essa movimentação transatlântica recobria metas e significados reconhecíveis na dinâmica afetiva e identitária dessas famílias: pretensões de engrandecimento social ao se ombrear aos antepassados e àqueles que enxergavam como iguais; mostras de marcadores de êxito material; arreglos por desavenças no processo sucessório; guinadas impostas por eventualidades nefastas vividas como se fossem “fatalidades”.

Desde cedo, Ricardo e Tarsila se viram expostos aos ditames de destino pessoal cultuados pela aristocracia agroexportadora, tendo de se sujeitar aos caprichos de sociabilidade forçosa e aos dispêndios fenomenais de fortuna já antes praticados pelas gerações de seus pais e avós. Com apenas um ano de idade, Ricardo foi incorporado à comitiva familiar em viagem para Paris, em cujos arredores, em Saint-Cloud, os pais fixaram moradia por três anos. Por sua vez, os progenitores de Tarsila, então com dezesseis anos, residiram quatro anos na Europa, no intuito de propiciar às duas filhas uma instrução diferenciada no Colégio Sacré-Coeur, em Barcelona. Ao cabo desse período, empreenderam ainda aquela que seria a primeira viagem de Tarsila a Paris.

Nas fazendas e estâncias de suas famílias, Ricardo e Tarsila foram orientados nos estudos por governantas européias, a começar pelo manejo fluente de línguas estrangeiras, diferencial que lhes traria vantagens palpáveis como agentes estratégicos no processo de substituição de importações culturais. Ricardo teve ainda, já rapaz, um tutor esclarecido, um engenheiro mexicano, o qual contribuiu para que ele vislumbrasse a carpintaria do trabalho literário. Tirante alguns bicos em escritórios, exercidos de modo intermitente, Ricardo teve passagens breves pelas faculdades de arquitetura e de direito, em Buenos Aires, sem chegar a obter nenhum título no ensino superior.

Em 1920, separada, Tarsila retornou à Europa, com a deliberação de matricular a filha no Colégio Sacré-Coeur, em Londres, reiterando o padrão familiar que lhe fora imposto, quando tinha quase a mesma idade da filha agora. Sua iniciativa de fixar residência na capital francesa se reforçara pela decisão de dar continuidade ao aprendizado

artístico, iniciado em 1916 em São Paulo. Era o disparo de um prolongado ciclo de viagens, as quais foram moldando os rumos das sucessivas etapas de aperfeiçoamento de seu ofício como pintora, com funda repercussão na fatura dos trabalhos mais inovadores de sua autoria.

Em meio a uma agenda atribulada em que se mesclavam afazeres familiares, escapadas amorosas e treinamento profissional, Tarsila retornaria à Europa em 1923, em 1925, desta feita também em “viagem pré-nupcial”, e em 1926, quando de sua exposição individual em Paris, esta última entremeada por uma “volta ao mundo”, itinerário prestigioso na época, restrito à bolsa de uns raros milionários, a qual se estendeu aos confins da Europa (Grécia, Chipre, Turquia, Armênia) e do Oriente Médio (Palestina, Egito), em companhia de outros dois casais renomados da elite paulistana. Assim, no momento chave de seu amadurecimento artístico, entre 1920 e 1930, Tarsila permaneceu quase cinco anos no exterior.

Em 1910, com recursos brindados pelo pai, o jovem Ricardito, então com 24 anos, empreendeu sua primeira viagem sozinho à Europa, acompanhado pelo amigo Adán Diehl, dois anos mais moço, rapaz atraente, herdeiro único de uma fortuna considerável, com pretensões culturais avultadas, um rematado diletante *blasé*, o qual viria a se casar com sua futura cunhada (Délia del Carril). Durante dois anos, cumprem um roteiro extravagante do que então se considerava de fato uma “volta ao mundo”, tendo Paris como ponto de partida e destino final: Itália, Grécia, Egito, Índia, Ceilão, China, Japão, Berlim. Datam desse período os experimentos de Ricardo com drogas, os esboços de seus primeiros textos, os sentimentos de *cafard* por estar longe dos pampas e dos familiares. Já casado, Ricardo fez viagens ao Brasil (1914), aos países sul-americanos da costa do Pacífico até as Antilhas (1916-1917), à Europa (1919, 1922, 1927), tendo alugado casas de praia, em Mallorca, em dois verões, vindo a falecer de câncer em outubro de 1927 em Paris, para onde se deslocara em busca de uma derradeira tentativa de cura.

Inclusive as viagens domésticas mais alentadas de Ricardo e Tarsila parecem se justificar por exigências similares de ambição cultural, ao privilegiarem cidades e sítios históricos relevantes à reconstrução “criolla” de uma história nativista e depurada de seus países. Em 1921, por exemplo, Ricardo e Adelina visitaram a região do nordeste argentino –Tucumán, Salta e Jujuy–, decerto com o desígnio de se

reapossar de um país hispânico intacto, incontaminado pelos imigrantes, imagem que lhes consolava pela ressonância declinante das prerrogativas de autênticos grão-senhores criollos.<sup>5</sup>

Em 1924, Tarsila aderiu à famosa caravana modernista pelas cidades históricas de Minas Gerais, erigidas no auge da exploração do ouro, no século XVIII, nascedouro da insurreição pela independência brasileira liderada por Tiradentes, cujos participantes sentiam-se desafiados à missão patriótica de reescrever uma história cultural da nação, ancorada no apogeu do barroco artístico e arquitetônico do período colonial, fase afirmativa do que teria sido o surto inaugural de uma arte nacional autêntica.

As famílias de nossos herdeiros “problemáticos”, cujos dissabores e reveses lhes incitaram a se reconverter em criadores aclimatados às dicções vanguardistas, encontravam-se relativamente distanciadas dos produtores propriamente ditos da cena literária e artística. O pai de Güiraldes era um dos dirigentes da associação “Amigos del Arte” e havia constituído uma coleção de obras assinadas por artistas expressivos das tendências européias anti-modernistas, quase todos com ampla receptividade nos acanhados mercados de arte sul-americanos, em especial em São Paulo, Rio de Janeiro, Montevidéu e Buenos Aires – Meissonier, Henner, Fortuny, entre outros. Mais tarde, desfez-se desse acervo para adquirir um lote importante de telas do pintor uruguaio Pedro Figari. Encontrava-se, pois, situado no espaço social dos mecenas emergentes naquele período, numa situação transitiva semelhante àquela por que passou a mais conhecida promotora dos modernistas brasileiros, Olívia Guedes Penteado, formada no gosto pelo academicismo de tinturas simbolistas, mas também receptiva aos apelos da jovem guarda de artistas modernistas. Tais investimentos paternos nas artes visuais devem ter encorajado as amizades e o convívio de Ricardo com pintores, dentro e fora da Argentina, o qual também

---

5 Numa carta endereçada a Valéry Larbaud, em agosto de 1921, por ocasião da viagem a Salta, eis os termos com que Adelina qualifica os sentimentos do casal: “Para nosotros que sufrimos de la absorción y adulteración de nuestra raza en Buenos Aires, encontrarnos aquí es un consuelo [...]. La gente conserva el señorío que nosotros hemos perdido”. Em outra missiva, de fevereiro de 1921, ela já enxergava a cidade de Buenos Aires “cada día más agringada y heterogénea” (citado por Blasi 1996a: 260). O diário íntimo de Güiraldes e as cartas trocadas pelo casal com Valéry Larbaud incluem diversas passagens de idêntico sentimento de superioridade social em risco.

praticava o desenho e a pintura nas muitas horas de lazer na estância. Por conta de freqüentar quase com exclusividade os círculos jovens da cosmopolita elite portenha, em suas propriedades rurais e mansões na capital, ou então, em suas moradias no exterior, em especial em Paris, não é de estranhar que a aproximação entre Ricardo e os jovens remediados da vanguarda ultraísta tenha ocorrido por intermédio de Oliverio Gironde, outro assíduo conviva dessa turma de grãfinos, em meados de 1924, uns seis meses após o surgimento do periódico *Martín Fierro*.

O passo decisivo na trajetória desses herdeiros deserddados, com posições em falso no universo familiar, consistiu na escolha dos cônjuges, com os quais firmaram uma parceria amorosa e de trabalho, que lhes garantiriam condições excepcionalmente privilegiadas para tentarem virar o jogo a seu favor. Adelina del Carril (nascida em 1889) e Oswald de Andrade (nascido em 1890) lhes dariam suporte afetivo nas negociações familiares em torno do quinhão possível de herança a ser reclamado e mobilizado, ajudariam a definir, a firmar e a viabilizar seus projetos criativos, juntariam seus dotes e relações na ampliação do capital disponível para novas frentes de investimento, e encorajariam o estabelecimento de alianças e intercâmbios com mestres europeus prestigiosos. Em consequência de tais arranjos de percurso, essa poderosa aliança conjugal afetaria tanto o papel por eles desempenhado na divisão de trabalho em suas famílias de origem, ao despertar constrições de gênero não perceptíveis de imediato, como a substância temática, as linguagens e estilos adotados na fatura de sua produção literária e artística.

O fato de haver perdido as duas irmãs na mocidade garantiu a Tarsila uma posição confortável junto aos pais e aos cinco irmãos, tornando-a, a um tempo, a favorita como única filha mulher e a pretendente trunfada no rateio das fazendas e nas demais transações requeridas pela sucessão do patrimônio familiar. O primeiro casamento desfeito e a incômoda condição de mãe separada tornaram tanto mais premente a conquista de autonomia afetiva e financeira.

A paixão dela pelo escritor Oswald de Andrade, herdeiro exclusivo de uma colossal fortuna imobiliária na capital paulista,<sup>6</sup> em pleno surto de delírio especulativo, deve ser esclarecida à luz de injunções complementares: de um lado, a retenção de um apoio esclarecido decisivo para fazer frente à dianteira técnico-estética da concorrente Anita Malfatti; de outro, a expansão da liquidez de recursos para dar continuidade ao seu treinamento artístico. A contribuição estratégica do parceiro Oswald pode ser considerada de uma triplíce perspectiva. Tendo-se envolvido em relacionamentos amorosos com mulheres jovens e de extração social modesta, as quais passaram a depender por completo de sua ajuda material, pela primeira vez Oswald estava celebrando uma aliança afetiva e sexual com uma mulher madura, pouco mais velha do que ele, egressa de uma família tão ou mais rica do que a sua, ambos tendo de enfrentar o desafio de educar e sustentar filhos de outros casamentos, estando portanto prestes a firmar uma aliança equilibrada sob quaisquer pontos de vista.<sup>7</sup> Muito embora Tarsila houvesse investido no aprendizado pictórico, o enlace amoroso com Oswald convenceu-a do acerto de suas inclinações artísticas, abrindo-lhe espaço no imaginário de classe para começar a ousar no plano estético.

Tarsila e Oswald firmaram uma parceria amorosa e de trabalho que teria funda repercussão sobre a produção de ambos, mas de modo desigual. Em função do montante elevado de recursos disponíveis, tiveram meios de azeitar um projeto artístico de caráter semi-empresarial. Transitavam entre São Paulo e Paris e foram estabelecendo contactos e intercâmbios com mestres literários e plásticos franceses (Blaise Cendrars, Gleizes, Lhote, Fernand Léger, etc.). O casal Tarsilwald se empenhou em marcar presença em todos os domínios de con-

---

6 O paulistano José Oswald de Sousa Andrade, filho único de pais idosos, descendia de famílias antigas e abastadas, pelos ramos paterno e materno, proprietários de grandes extensões de terra e de imóveis na metrópole paulistana.

7 Oswald se envolveu, primeiro, com uma francesa servente de restaurante (Henriette Denise Boufflers), trazida por ele ao Brasil e mãe de seu primeiro filho, depois com uma jovem dançarina (Carmen Lydia Kosbab), de apenas quatorze anos de idade, e ainda com uma moça normalista com dezessete anos (Maria de Lurdes Castro Dolzani), de origem modesta do interior paulista, falecida em condições dramáticas, em consequência de um aborto mal feito, e com a qual Oswald, desconsolado, se casou in extremis. Tais romances lhe custaram dispêndios importantes, sob a forma de presentes, pensões e imóveis.

sumo ostentatório, valorizados pelas elites da época: indumentária, mobiliário e decoração, jantares e recepções, espetáculos vanguardistas, corridas de cavalos e de automóveis, livros e obras de arte. A garra de brilho social era indissociável das pretensões de supremacia cultural, numa fusão de práticas de consumo de luxo e investidas criativas.

Detentores de cacife social e material comparáveis, de uma idêntica situação conjugal, ambos egressos de outros casamentos, com filhos a serem mantidos e educados, e dotados de especializações complementares em matéria de produção cultural, Tarsila e Oswald dispunham de condições particularmente estimuladoras a um projeto compartilhado de vida e de trabalho. A ligação com Oswald infundiu em Tarsila energias criativas até então insuspeitadas, encorajou a prospecção de rumos menos convencionais de iniciação artística, e selou sua aproximação com mestres franceses de vanguarda. Logo, as eventuais desvantagens de sua condição feminina, naquela primeira geração de artistas e escritores do modernismo paulista, foram superadas, em larga medida, pela posição de força que lhe garantiu o risco calculado de seus pleitos, de suas audácias, das feições estéticas surpreendentes das telas então produzidas.

Tarsila reuniu assim estímulos preciosos que lhe permitiram redefinir tanto sua identidade feminina de elite como a transposição dessa mutação numa nova disponibilidade em termos de invenção formal, mesclando ambos registros de atuação, e fazendo ressoar as conquistas logradas em termos de afetividade no domínio impressionante de sua expressão plástica. Na verdade, em todas as fases desse período de graça, Tarsila tentou lidar com as constrições de gênero que a sensibilizavam mais de perto. Seus dois auto-retratos de 1921 e o retrato posterior da mãe registram traços distintivos das mulheres de sua classe, como trajés, penteados e adereços.<sup>8</sup> Esse processo de auto-conhecimento visual prosseguiu após seu convívio com o grupo dos cinco modernistas e o início de sua ligação com Oswald, conforme revelam os auto-retratos de 1922, em especial a figura deslumbrante de mulher bonita e artista consumada em *Manteau Rouge*, ou a efigie misteriosa

---

8 Tarsila do Amaral, *Auto-retrato*, 1921, óleo s/tela, 50 x 41,5 cm; *Auto-retrato*, 1921, óleo s/tela, 52 x 42 cm; *Chapéu azul (Senhora com chapéu)*, 1922, óleo s/tela, 67 x 50 cm.

e sedutora mimetizando as musas de Brancusi,<sup>9</sup> até chegar às telas fascinantes do curto período “antropofágico”, nas quais inventou figuras ambíguas onde se misturavam fantasias eróticas e personagens do folclore nativo.

Entretanto, todas essas mudanças e conquistas sucederam nos marcos de operação em que atuava o casal: as obras da fase “pau-brasil” e os poemas do livro *Pau-Brasil* se nutriam da mesma poética, obedientes aos princípios de uma estética ancorada na revalorização do acervo histórico e artístico brasileiro derivado do barroco como idade de ouro, na imersão no universo vistoso de práticas religiosas populares e na reciclagem figurativa de personagens de negros e trabalhadores. Tarsila lançou-se por inteiro na empreitada de recriar uma cultura figurativa em torno dos signos reveladores de um jeito brasileiro de ser, de sentir e de se expressar, lampejos eloqüentes de uma certa imagem da sociabilidade nativa a serviço de uma arte nacional insofismável.

As assimetrias de gênero e de idade, que de início haviam apimentado o enlace, não tardaram a minar o relacionamento. Oswald voltou a buscar parceiras mais jovens e Tarsila tentou se amoldar às posturas ideológicas de outros companheiros, decerto na intenção de preservar sua margem de respiro pessoal e artístico. A ruptura com Oswald coincidiu, não por acaso, com a crise econômica de 1929 e o consequente endividamento dos cafeicultores. Numa conjuntura em que se avolumavam os sinais de ameaça à continuidade do predomínio oligárquico paulista, afinal desbancado pela Revolução de 1930, Tarsila foi levada a hipotecar sua fazenda no exato momento em que desfez o segundo casamento. Sua pintura jamais atingiria outra vez os picos de força criativa dos tempos de seu convívio e parceria com Oswald, o que nos faz correlacionar o esvaimento do vigor de ousadia plástica à perda do companheiro de romance e de trabalho. Após essa década de trabalho intenso e atordoante, Tarsila passou os quarenta anos restantes de vida a elaborar réplicas quase decalcadas dos originais entronizados no panteão modernista.

Na altura de 1905, Ricardo Güiraldes se aproximou de sua futura esposa Adelina, então com dezesseis anos, nas festas promovidas pela

---

9 Tarsila do Amaral, *Manteau rouge*, 1923, óleo s/tela, 71,5 x 60 cm; *Auto-retrato I*, 1924, óleo s/papel-tela, 38 x 32,5 cm.

numerosa fratria dos del Carril,<sup>10</sup> ora no casarão portenho da calle Santa Fe, ora no símile de palacete francês em que a mãe, ao enviuvar, havia transformado a casa sóbria de estilo espanhol da estância familiar. A bonança material do clã del Carril pode ser aferida pelas decisões perdulárias da viúva, ao se ver a braços com treze filhos, após o suicídio do marido em 1899.<sup>11</sup> Nesse transe de crise familiar, a mãe não permitiu que os dois filhos mais velhos interrompessem os estudos na Inglaterra e adquiriu um apartamento em Paris num bairro elegante, onde passaria longas temporadas com as filhas solteiras. Adelina nascera quatro meses antes do suicídio paterno.

Embora advogado, o pai nunca exercera a profissão e, paralelamente ao desempenho de cargos políticos prestigiosos (deputado, vice-governador de Buenos Aires) a exemplo de seu progenitor (ex-ministro no governo Rivadavia), havia se dedicado à gestão das propriedades na província de Buenos Aires e dos negócios de exportação da família. Como os Güiraldes, os del Carril também haviam empreendido uma viagem suntuária à Europa, em 1892, levando, de navio, dez filhos e um séquito de empregados, governantas, galinhas e duas vacas de leite; se instalaram em dois andares de um hotel parisiense e matricularam as meninas como alunas internas num convento das monjas da Assunção. Essa mesma viagem encenada se repetiu outra vezes.

Já em 1910, poucos anos antes do casamento entre Ricardo e Adelina, o espólio del Carril vendeu a mansão na capital e adquiriu dois imóveis: um edificio na calle San Marín, destinado aos filhos e suas famílias; uma casa defronte à Plaza San Martín. Era o prenúncio dos arreglos em andamento em torno da partilha do patrimônio. Em 1913, ano em que se casaram Ricardo e Adelina, a estância familiar, situada em Polvaredas, foi vendida para fazer frente às demandas diferenciadas dos herdeiros. As pretensões de Adelina, aos vinte e quatro anos de idade, foram equacionadas pelo seu quinhão no patrimônio solvente dos del Carril, tornando-se cônjuge de outro herdeiro “problemático”. Sua situação de rentista detentora de um capital social invejável

---

10 Sobre a família de Adelina del Carril, consultar Sáez (1998).

11 Victor del Carril Domínguez tinha quarenta e nove anos quando se matou com um tiro, no jardim da casa de sua única irmã, durante um almoço após a missa de um ano pela perda da mãe.



logo traria benefícios palpáveis à progressão e consolidação da diferida carreira literária do marido.

Não é de estranhar que o deslanche definitivo da carreira literária de Ricardo tenha ocorrido após seu casamento com Adelina. Apesar de haver indicações a respeito de momentos anteriores em que rascunhou trechos de seus primeiros trabalhos, as fontes consultadas são unânimes em atestar o contributo chave de Adelina no sentido de pôr fim à dispersão das energias dele entre atividades extra-literárias –os esportes, a pintura, a guitarra–, obrigando-o a aprontar os dois volumes com que estrearia como escritor. Entre 1913 e 1918, nos cinco primeiros anos de casamento, Ricardo publicou quatro livros, uma coletânea de poemas, um volume de contos e duas novelas confessionais,<sup>12</sup> ambas inteiramente vazadas em moldes e materiais autobiográficos, com as despesas de composição e impressão desses livros às custas do autor.

No projeto de carta para Guillermo de Torre, “À maneira de autobiografia”, Ricardo afirma ter decidido se tornar escritor durante sua estadia em Paris em 1910-1912 e, adiante, qualifica *Raucha* como uma autobiografia de um eu diminuído, cujo primeiro título seria “Los impulsos de Ricardito”. A despeito das diversas justificativas e racionalizações aventadas, tanto por parte do autor como pelos críticos e biógrafos, com vistas a qualificar as razões de sua “vocação” literária, prefiro arriscar a hipótese de que, por conta de sua posição em falso como herdeiro “problemático”, estribada nas constrições de uma saúde frágil, bem como pelas atribuições não econômicas que lhe foram reservadas na divisão do trabalho entre os irmãos, Ricardo acreditou de fato estar “optando” pelo ofício de escritor. Nos primeiros tempos, exercia tal atividade em caráter bissexto, de modo intermitente, como emblema social prestigioso, no qual acabou se abrigando também por emulação de outros amigos de geração e de turma –os irmãos Giron-do, Adán Diehl, Alfredo González Garaño–, todos eles herdeiros de famílias ricas, dispondo de amplo numerário e abundante tempo ocioso. As sucessivas viagens à Europa lhes haviam atizado certas veleidades literárias e artísticas, as quais tendiam a se estiolar em meio a uma agenda repleta de compromissos mundanos, temporadas de praia, viagens de “volta ao mundo”, e gastanças de colecionadores de obras

---

12 Güiraldes (1915a; 1915b; 1917; 1918).

de arte. Acrescente-se, nesse molho existencial, experimentos limiares mais ousados, com haxixe, cocaína e outras drogas. Eis a moldura de experiências de classe que estavam na raiz dos projetos de vida ao alcance dessa geração de herdeiros da elite argentina.

A exemplo do casal Tarsiwald, a parceria Ricardo-Adelina se viabilizou num círculo abastado, requintado e, por conseguinte, não podia se furtar aos reptos e expectativas de seus pares, quase todos sentindo-se instados, ou melhor, tentados a adiar o adeus à indeterminação, à disponibilidade, ao desfrute de seus privilégios. Talvez premidos pelos prenúncios de aperto financeiro nas famílias de origem, perceptíveis mesmo antes do casamento, e cientes da instabilidade potencial dos rendimentos dos quais passaram a depender, eles não tiveram filhos e, ao mesmo tempo, canalizaram recursos para garantir a repercussão dos escritos de Ricardo. Sem dúvida, cada uma a seu jeito, eram condutas infensas às exigências reprodutivas das respectivas linhagens familiares.

No entanto, o empurrão decisivo para que Ricardo se enfronhasse de vez com a atividade literária sucedeu no encontro com o escritor francês Valéry Larbaud (1881-1957), em Paris, em 1919, o qual teria um papel crucial tanto na recuperação da auto-estima dele como no respaldo crítico das suas obras, na Argentina e no exterior. Com efeito, algumas das principais empreitadas em que se lançaram Ricardo e Adelina daí em diante, em especial a gestão financeira e intelectual da revista *Proa* –ponta de lança na divulgação dos autores e obras com os quais Ricardo se identificava– têm a ver com os intercâmbios de todo tipo com seu mentor de que Ricardo passou a se beneficiar. O reconhecimento e a consolidação de sua voz autoral na cena literária portenha ficaram quase a reboque dos escritos, resenhas, juízos e tomadas de posição realizados por Larbaud, o qual fez as vezes de árbitro de consagração do escritor argentino.

1919 foi o *anno mirabilis* na trajetória literária de Güiraldes, o marco divisório associado à figura de Larbaud.<sup>13</sup> Basta comparar, por exemplo, as circunstâncias existenciais e doutrinárias que presidiram à viagem pela costa do Pacífico (1916-1917), em companhia dos amigos íntimos, o casal Alfredo González Garaño e Marieta Ayerza, àquelas que motivaram o giro pelas cidades históricas do nordeste argentino

---

13 Consultar Larbaud (1998).

(1921). Enquanto a primeira viagem não destoava em nada do trem de vida mundano de burgueses endinheirados, adeptos de vilegiaturas excêntricas, a passagem por sítios antigos já se pautou pelos novos parâmetros de juízo cultural adquiridos nos encontros com Larbaud. O fascínio exercido pelo mestre deve ter sido tão assombroso, a ponto de motivar uma segunda visita do casal forasteiro ao escritor francês, ainda em 1919, desta feita em sua casa mítica na cidade de Vichy, onde residia a mãe e na qual mandara reformar um andar inteiro para lhe servir de escritório e local de refúgio. Güiraldes tentou implantar na estância paterna um espaço idêntico de trabalho.

Tanto o pintor Fernand Léger, o principal mestre de Tarsila, como Valéry Larbaud, o patrono de Güiraldes, quiseram estender sua área de atuação a outras praças européias e até em mercados emergentes, nos Estados Unidos e na América Latina. Conforme demonstra a documentação existente a respeito das transações comerciais em torno de suas obras, Léger possuía uma carteira de fregueses norte-americanos e sul-americanos, a cujas demandas por um figurativismo passadista ele buscou atender pela confecção de pequenas telas destituídas de maiores pretensões formais, ora lhes infundindo uma cultura mimética de moldes tradicionalistas, de fatura bem comportada, ora lhes aticando a cobiça por suas telas mais arrojadas.

A colossal deambulação turístico-diletante de Valéry Larbaud por diversos países europeus –Inglaterra, Alemanha, Itália, Espanha, entre os visitados com maior frequência, em períodos de estadia prolongada– favoreceu o acesso aos respectivos mercados intelectuais, e estimulou sua incrível maestria no domínio de idiomas estrangeiros. Larbaud se habilitou assim a traduzir clássicos dessas literaturas, a exercer uma atividade crítica de obras e autores estrangeiros contemporâneos, a ministrar conferências e a redigir textos e cartas na maioria dessas línguas.

O momento de sua aproximação com Güiraldes coincidiu, não por acaso, com o pique de seu interesse e de seu envolvimento com a Espanha e a cultura espanhola, durante a primeira grande guerra. Após haver cumprido missão jornalística em fins de 1915, Larbaud permaneceu aí diversos meses no ano seguinte, trabalhando no que se tornaria, pelos próximos quatro anos, sua residência secundária favorita, em Alicante. A condição confortável de herdeiros burgueses, a folga financeira, a disponibilidade de tempo e o esteticismo convicto decer-

to reforçaram os laços de identidade entre ele e seu protegido argentino.

Nessa época, Larbaud publicou artigos numa revista de Madrid, teve a oportunidade de conhecer os escritos e a pessoa de Ramon Gómez de la Serna, de quem logo traduziu uma parte das *Greguerías*, divulgadas na revista francesa *Hispania*, em 1918. O ano de 1919 ficou marcado por uma estadia na França e viagens à Inglaterra, de onde retornou a sua morada em Alicante em 1920. Em 1923, Larbaud fará ainda uma série de palestras, em Madrid e Barcelona, tendo realizado antes, na capital francesa, um ciclo de conferências sobre os romancistas espanhóis contemporâneos. Tais atividades e compromissos revelam a voltagem de envolvimento de Larbaud com a tradição intelectual e literária espanhola, justo no momento de surgimento das principais obras das grandes figuras da geração de 98 –Unamuno, Ganivet, Ortega y Gasset, etc.–, os quais teriam impacto considerável sobre o ultraísmo espanhol e, por ricochete, sobre as lideranças da geração emergente da vanguarda hispano-americana (Borges, em especial).

Estou insistindo em qualificar as razões do interesse demonstrado por Larbaud em cultivar o relacionamento com Güiraldes, no intuito de se poder avaliar melhor o combustível desse mútuo entusiasmo. Afora colaborações regulares em periódicos franceses, inclusive na *Nouvelle Revue Française*, tutelada por André Gide, então no apogeu de seu prestígio e influência, Larbaud foi um dos idealizadores de uma nova revista, *Commerce*, puramente literária, patrocinada pelos príncipes de Bassano, cujo modelo serviu de guia e inspiração a Güiraldes no processo de criação da revista *Proa*.

O relacionamento entre Larbaud e o casal Ricardo Güiraldes/Adelina del Carril atçou investimentos, energias e empenhos de parte a parte. Entre 1919 e 1927, foi tomando vulto um intercâmbio multifacetado, pontuado, o tempo todo, por manifestações e gestos de apoio e de reciprocidade. Larbaud redigiu artigos elogiosos sobre os livros de Ricardo e intermediou a tradução e a difusão de traduções de trechos escolhidos, em revistas francesas, com menções frequentes à liderança exercida por Ricardo em textos críticos e balanços sobre literatura em língua espanhola. A investida de Larbaud no mercado hispano-americano chegou a ponto de aceitar o encargo remunerado de escrever uma

longa série de crônicas para o jornal argentino *La Nación* (1923-1925).

Por sua vez, Ricardo tratou de retribuir concedendo ao mentor na metrópole serviços e préstimos de teor idêntico: traduziu textos de Larbaud, divulgou suas obras e posturas no mercado argentino e, sobretudo, converteu a revista *Proa* num órgão a serviço dos autores e obras em sintonia com os princípios e os procedimentos da “nova crítica”, praticada e alardeada nos periódicos franceses em que militava Larbaud. A condição subalterna de Ricardo como parceiro menor nesse dueto fica cabalmente demonstrada pela propensão freqüente à oferta de livros, obras de arte e variados presentes em espécie (poncho, cutelo, manta, etc.).

Em virtude da posição um tanto isolada de Ricardo no campo literário argentino, distanciado de sua geração de escritores e letrados e, ao mesmo tempo, guardando certa reserva em relação ao grupo emergente de jovens vanguardistas dos quais se aproximara, no início dos anos 20, o suporte e o encorajamento prestados por Larbaud foram decisivos para que persistisse no ofício literário, para onde canalizou o grosso de energias nos últimos anos de vida.

As relações entre Fernand Léger e Tarsila se desenvolveram de modo igualmente assimétrico, em termos de aprendizagem e apuro de domínio técnico, sem quaisquer lampejos de amizade concessiva. Não obstante, reconhecem-se de imediato tensões idênticas entre os requisitos e os procedimentos de linguagem, postulados pelos modelos concorrentes da vanguarda européia, e o universo de valores e prioridades assumidos pelas lideranças culturais renovadoras em nossos países periféricos.

Tarsila procurou valer-se do paradigma compositivo de Léger com vistas a reordenar elementos da paisagem natural e social brasileira. Em lugar de privilegiar as obras mais arrojadas, Tarsila mirou em séries marcadas pela diluição de repertório, como, por exemplo, a das “paisagens animadas”, nas quais o mestre se socorria de expedientes de uma visualidade anódina, de muletas certas de representação figurativa. Essa recriação plástica engenhosa da atmosfera nativa tendeu a exagerar o rendimento garantido pelo reforço hiper-realista, simplificando o léxico expressivo e reintroduzindo elementos apaziguadores como a perspectiva, os figurantes personalizados de um quase quadrinho animado, os elementos emblemáticos da “vegetação”

brasileira e outros símbolos “nacionais”. Tarsila carregou nas tintas do tratamento saudosista de um paisagismo híbrido, ao mesclar marcadores do passado e do presente, ao intercalar marcos da modernidade econômica e industrial em meio às cenas populares, ou então, na trama de flagrantes panorâmicos de cidades em transformação.

Os três primeiros livros de Güiraldes remexem as entranhas do universo social e existencial do patriciado argentino com o qual ele se identificava por inteiro. Talvez por força de certa ingenuidade expressiva, que o faz dizer na lata coisas que um escritor mais tarimbado e ardiloso faria por circunlóquios, esses relatos pareçam por vezes quase decalques de fatias de vida. A tosca reelaboração ficcional de personagens, de eventos, de sentimentos, colhidos sem rebuscos, direto da experiência do narrador para as páginas do texto, ainda estuantes de emoção, infunde aos causos, às peripécias do enredo, aos dilemas e comentários do narrador, uma inconfundível toada autobiográfica.

A linguagem empregada revela o empenho do autor em fazer vibrar o vigor de sua imersão emocional na paisagem natural e social do pampa, a empatia calorosa pelos trabalhadores, peões e vaqueiros, a violência convicta com que tinge o linguajar que faz reviver vivências e ardores destemperados de uma cultura masculina, de hombridade, recuperada da perspectiva do grão-senhor, que refaz seu itinerário de socialização. Esse trajeto abrange, na infância, a aprendizagem dos modelos de macheza calcados em personagens míticos, invejados no porte, na conduta e nos emblemas arrepiantes dos gaúchos serviçais, mais tarde a apreensão iniciática dos ritmos embolados da natureza com a vida dos habitantes da estância, na pujança de sua hierarquia de poder e mando, e por fim os ritos de passagem e os estágios probatórios a que estão sujeitos os herdeiros prestes a se transmutar em *criollos* de estirpe e vocação.

Esse projeto de apreensão literária de um pampa mítico e primitivo, gestado por princípios universais, entregue às forças ingovernáveis da natureza, a qual refluí sobre os habitantes e lhes crava, nos corpos e nas mentes, traços vívidos de mimese reativa e defensiva, não consegue borrar as demais injunções de classe a que estão expostos os integrantes dos círculos de elite a que pertence o escritor. Muito antes de ser “a riqueza do país”, tal como ele nomeia num verso, os bens móveis e imóveis do pampa constituem o lastro do patrimônio da classe de estancieros.

Basta confrontar as leituras dissonantes do desfecho da novela *Raucha*, formuladas por Larbaud e Güiraldes, para se entender o que está de fato em jogo nesse relacionamento tenso e desequilibrado entre os luminares da vanguarda na metrópole e na periferia. Güiraldes procurou sublinhar o retorno do narrador à terra natal, à estância paterna, ao pampa de sua infância, como o restauro de um equilíbrio vital, a salvação de um jovem herdeiro que esteve à beira da destruição física e mental; Larbaud interpretou tal desfecho com as lentes do intelectual metropolitano, convicto da superioridade de sua cultura, e transmitiu ao autor sua decepção pelo fato de o personagem ter fraquejado, ao se revelar incapaz de reunir trunfos e recursos que lhe permitissem permanecer em Paris e prosseguir suas incursões literárias na legitimidade do ambiente europeu.

*El cencerro de cristal* reúne poemas compostos na estância familiar, outros feitos na estância dos sogros, versos reminiscentes da viagem pós-nupcial ao Brasil, uns poucos elaborados em Buenos Aires, e outros tantos em Paris, a maioria deles com data posterior à mencionada “volta ao mundo”. O livro atesta a socialização de um jovem herdeiro, cuja progressiva tomada de consciência abarca desde as lembranças de suas andanças e folguedos pelas propriedades da família, em convívio muito próximo com servidores rurais, em diversas ocupações da divisão do trabalho na pecuária, passando pelas temporadas de estudo na capital, até o vislumbre e o experimento do sexo mercantil e das drogas na então capital do mundo.

O haxixe, a morfina, o éter, o álcool, a cocaína, eis os marcadores limiares dessa socialização forçosa de um rapaz da elite *criolla* nos transe vocacionais de assunção de uma cultura masculina, a começar pelo prostíbulo. A eloquência um tanto arrogante do nativo travestido de viajante sofisticado, refinado, com menções a figuras menos conhecidas desse panteão (Meissonier, etc.), desarma por vezes a veia lírica e arrefece os lampejos confessionais do poeta iniciante.

Nessa geração vitoriosa “dos que mandam” na economia agroexportadora, as relações de dependência com a metrópole européia e, ainda mais no caso dos nossos países sul-americanos, com Paris em particular, se estendiam ao regime de trocas intelectuais, configurando um padrão inescapável de sujeição e rebeldia controlada perante os ditames da norma cultural dominante. Nestas circunstâncias de tamanha assimetria cultural, a viagem a Paris –familiar, conjugal, indivi-

dual, em companhia de amigos, com quem quer que seja— constitui uma iniciação obrigatória no processo de socialização dos futuros artistas e escritores, o mergulho na absorção de parâmetros, princípios e paradigmas de uma cultura alheia, cuja apreensão possível se efetua pelo distanciamento programado do universo familiar, por meio, entre outros instrumentos, dos filtros proporcionados por idiomas estrangeiros, habilitando os detentores dessa prontidão a tomar distância do universo familiar de origem.

### Bibliografia

- Amaral, Aracy (1975): *Tarsila, sua obra e seu tempo*. São Paulo: Perspectiva/Edusp, 2 Vols.
- (ed.) (2001): *Correspondência entre Mário de Andrade & Tarsila do Amaral*. São Paulo: Edusp/Instituto de Estudos Brasileiros/USP.
- Bernárdez, Francisco Luis (1962): “Prólogo”. Em: Güiraldes, Ricardo: *Obras completas*. Buenos Aires: Emecé Editores, pp. 21-22.
- Blasi, Alberto (1970): *Güiraldes y Larbaud: una amistad creadora*. Buenos Aires: Ed. Nova.
- (1996a): “Güiraldes: vida y escritura”. Em: Güiraldes, Ricardo: *Don Segundo Sombra*. Edição crítica (ed. Paul Verdevoye), 2ª. ed. Madrid: Coleção Archivos.
- (1996b): “Una amistad creadora: las cartas de Valéry Larbaud a Ricardo Güiraldes (1919-1927)”. Em: Güiraldes, Ricardo: *Don Segundo Sombra*. Edição crítica, (ed. Paul Verdevoye), 2ª ed. Madrid: Coleção Archivos.
- Boaventura, Maria Eugenia (1995): *O salão e a selva: uma biografia ilustrada de Oswald de Andrade*. São Paulo: Ex Libris/Editora da Unicamp.
- Bordelois, Ivonne (1966): *Genio y figura de Ricardo Güiraldes*. Buenos Aires: Editorial Universitaria.
- (1999): *Un triángulo crucial, Borges, Güiraldes y Lugones*. Buenos Aires: Eudeba.
- Gotlib, Nádia Battela (1998): *Tarsila do Amaral, a modernista*. São Paulo: Editora Senac.
- Güiraldes, Ricardo (1915a): *El cencerro de cristal*. Buenos Aires: Juan Roldán editor, Librería La Facultad, Imprenta de José Tragant.
- (1915b): *Cuentos de muerte y de sangre*. Buenos Aires: Juan Roldán editor, Librería La Facultad, Imprenta de José Tragant (capa e ilustrações de Alberto Güiraldes).
- (1917): *Raucha. “Momentos de un juventud contemporánea”*. Buenos Aires: Juan Roldán editor, Librería La Facultad, Imprenta de José Tragant.
- (1918): “Rosaura, un idilio de estación”. Em: *El Cuento Ilustrado* (dir. de Horacio Quiroga), año I, n. 4. Buenos Aires.



- (1985): *Obras completas*. Buenos Aires: Emecé Editores (pref. de Francisco Luis Bernárdez).
- Larbaud, Valéry (1998): *Œuvres*. Paris: Gallimard, Bibliothèque de la Pléiade (pref. de Marcel Arland).
- Miceli, Sergio (2003): *Nacional estrangeiro, história social e cultural do modernismo artístico em São Paulo*. São Paulo: Cia. das Letras.
- Previtali, Giovanni (1965): *Ricardo Güiraldes, biografía y crítica*. México, D.F.: Ediciones de Andrea (pref. de Jorge Luis Borges).
- Sáez, Fernando (1998): *Delia del Carril, mujer argentina del poeta Neruda, biografía íntegra*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana.



Rosalie Sitman

**Trazos y ecos de una relación transatlántica:  
Victoria Ocampo, *SUR* y las letras francesas  
(1931-1955)**

El alfabeto con el que aprendí a leer era francés, francesa la mano que me ayudó a trazar las primeras letras y la pizarra en la que escribí mis primeros números. Todo esto me ocurría mientras contemplaba la avenida de Friedland. Desde aquellos días en que yo pescaba ranas en el Pré Catelan, Francia dejó en mi vida un sello indeleble (Ocampo 1941).

Por “aquellos días” corría el año 1896 y la familia de Victoria Ocampo, fiel a las costumbres de la oligarquía argentina de la época, se había instalado en París, en la primera escala de un periplo de casi un año por distintas capitales europeas. Victoria tenía seis años durante aquel “mágico” primer encuentro con el Viejo Mundo, cuyo hechizo la iba a seducir durante toda su vida.

Conscientes de la necesidad de instruir a sus hijas, los Ocampo contrataron a una institutriz francesa para que enseñara a leer y escribir a su primogénita y a su hermana, Angélica. Luego harían lo mismo en Londres, con una *nanny* inglesa. Una vez de regreso en Buenos Aires, Mademoiselle Alexandrine Bonnemaïson y Miss Kate Ellis serían las encargadas de continuar la educación tradicional de las seis niñas Ocampo, otorgándoles “el privilegio de entrar directamente, sin intermediario, como en nuestra propia casa, en las obras maestras de dos literaturas, y dos de las más ricas” (Ocampo 1963: 50). Así fue cómo la futura primera dama de las letras argentinas aprendió a leer y escribir en francés, luego en inglés y, por último, en español. Así nació la inquebrantable amistad de la joven Victoria con los libros franceses e ingleses: Charles Perrault, la condesa de Ségur, Jules Verne, Alphonse Daudet, Victor Hugo, Guy de Maupassant, Arthur Conan Doyle, Edgar Allan Poe, Charles Dickens, Daniel Defoe y Harriet

Beecher Stowe, como también Jean Racine, Pierre Corneille y William Shakespeare...<sup>1</sup>

Años más tarde, Ocampo sabría aprovechar los privilegios de su estamento –el dinero, los viajes, los contactos, las amistades– y traducir aquella destreza lingüística, su pasión por los libros y la facilidad con la que transitaba por espacios diferentes en un proyecto vital y cultural sin precedentes: la longeva revista *SUR* y la casa editorial homónima, punto de encuentro entre el Viejo y el Nuevo Mundo. Fuertemente enraizadas en el acervo cultural de ambos lados del Atlántico, tanto la directora como su revista fueron tachadas de extranjerizantes y cosmopolitas por sus detractores –principalmente los nacionalistas católicos de la extrema derecha argentina; las dos, sin embargo, eran también americanas y profundamente argentinas. A continuación veremos cómo los vínculos bidireccionales entre Victoria Ocampo, *SUR*, y Francia especialmente, fueron labrando el cariz de la revista ante los hitos históricos del momento –la Guerra Civil Española, la Segunda Guerra Mundial, el peronismo– y, eventualmente, también el lugar de las letras argentinas, americanas, en el seno de la literatura universal.

Durante el segundo viaje de la familia Ocampo a Europa, el cual duraría dos años, Victoria, ahora con 18 años, volvió a respirar la libertad que le ofrecían las calles y el ambiente de París. Se le permitió asistir a algunas clases en la Sorbonne, donde descubrió a Schopenhauer y Nietzsche, y escuchó las conferencias de Henri Bergson en el Collège de France. En el Hotel Majestic, donde se hospedaban, la joven coqueteó con Maurice Rostand, hijo del famoso autor de *Cyrano de Bergerac*. Todo un cúmulo de placeres inconcebibles en la Gran Aldea bonaerense de comienzos de siglo, donde una sociedad conservadora y endogámica imponía duras restricciones a la autonomía de las mujeres de su clase, sin otra perspectiva que el matrimonio, la maternidad y la administración del hogar (Ocampo 1982: 77-139).

---

1 En el curso de su vida, Ocampo haría frecuente referencia a sus lecturas infantiles (Ocampo 1963: 134-148; 1979: 19-24, 58-67; 1982: 61-62; 1984: 117-145). Su amor por los libros de infancia era tal, que cuando se incendió su casa le confesó a Pepe Bianco (su amigo y jefe de redacción de *SUR*) en una carta que lo que más le había dolido era la pérdida de los libros de Jules Verne (Ocampo 1980: 102-103).

Una vez de vuelta en Buenos Aires, sofocada por los prejuicios y las convenciones sociales, la veinteañera cambia la jaula dorada de la casa paterna por la jaula gris de un matrimonio destinado al fracaso. De luna de miel por Europa, cómo no, con su juventud, su hermosura y su riqueza, la señora de Bernardo Mónaco Estrada pronto se vio convertida en el centro de atracción de los salones parisinos, solicitada por nobles, modistos y artistas. El desengaño de su marido era soportable porque por fin podía leer todo lo que se le antojaba y asistir a espectáculos que antes le habían estado prohibidos, tales como los famosos ballets rusos de Diaghilev (Ocampo 1988: 11-23).

### 1. Hacia el reencuentro con el Viejo Mundo

Hacia 1929, con una vocación teatral frustrada, un matrimonio fracasado, un amor clandestino y unas desalentadoras primeras incursiones en las letras (escritas en francés y traducidas al español),<sup>2</sup> Victoria Ocampo buscaba dar un sentido a su vida y se embarcaba por cuarta vez hacia Europa, en lo que esta vez sería un viaje de (auto)descubrimiento que cambiaría para siempre el rumbo de su vida. Durante esta larga y significativa estadía en el viejo continente, Ocampo forjaría muchas nuevas amistades, las cuales le abrirían horizontes insospechados. En un banquete ofrecido por la condesa Isabelle Dato, conoció al joven y seductor escritor francés Pierre Drieu La Rochelle (Ayerza de Castilho/Felgine 1993: 100-105). Los dos vivieron un breve y tormentoso romance, que luego se transformaría en una amistad duradera, por encima de las abismales diferencias ideológicas que los separaban.<sup>3</sup>

---

2 Animada por su amante, Julián Martínez, a concretar su vocación literaria, Victoria Ocampo de Estrada firmaba su primer artículo para el matutino porteño *La Nación* el 4 de abril de 1920, tres días antes de cumplir 30 años. “Babel” fue recibido con reprobación por la familia y con escarnio por la crítica. Cuatro años después, su ensayo *De Francesca a Beatrice* tampoco correría mejor suerte; el crítico francés Paul Groussac, director de la Biblioteca Nacional argentina y consagrado *doyen* de los círculos literarios bonaerenses, le reprochaba a la autora la pedantería de haber abordado una exégesis de la *Divina Comedia* de Dante y la urgía a que “[...] me tomara a mí misma como tema de mis escritos si es que me encaprichaba en escribir, o me divertía hacerlo” (Ocampo 1957: 23).

3 Ocampo dedica una extensa sección del quinto volumen de su autobiografía a la descripción de su relación con La Rochelle (Ocampo 1983a: 65-175). Sobre este último, ver Andreu/Grover (1979).

Fue Drieu quien le presentó a André Malraux y Aldous Huxley e introdujo a Ocampo al efervescente mundo de la bohemia europea. Conoció a Gabriel Miró, André Gide, Paul Valéry, Benjamin Fondane, Nicolás Berdiaeff y Anna de Noailles, por nombrar a algunos, y en las librerías de Adrienne Monnier y Sylvia Beach, en la *rue de l'Odéon*, descubrió las obras de Virginia Woolf, James Joyce y otros ilustres miembros de la intelectualidad europea.<sup>4</sup> Solo que ahora, a punto de cumplir cuarenta años, Victoria hace mucho que dejó de ser la joven fácilmente deslumbrada del viaje de bodas. Así, una vez pasado el primer entusiasmo del reencuentro con París, con Europa, al reelaborar todos esos nuevos e inesperados referentes, la bella argentina que “no pensaba en Francia como algo distinto de *ella* misma” (Pelosi 2003: 133) comienza a tomar conciencia de su aparente otredad y se da cuenta de que, a pesar del perfecto dominio de las lenguas y la facilidad con la que *ella* se desenvolvía por aquellos espacios que *ella* sentía como propios, para los europeos *ella* no dejaba de ser una extranjera oriunda de un continente considerado salvaje y exótico, aún informe. Sintiendo una desterrada de Europa en América y una desterrada de América en Europa, “la propietaria de un alma sin pasaporte” procede a reflexionar sobre su identidad como argentina y como americana, y asume los tres elementos constitutivos e inajenables de su identidad, y de la que sería su revista: lo argentino, lo americano, lo europeo (Ocampo 1981: 109-117, 299).<sup>5</sup>

De regreso en Buenos Aires, la anfitriona patricia ha cambiado. Lo vivido en Europa, y especialmente en Francia —en particular, su asociación con los intelectuales agrupados en torno a la *Nouvelle Revue Française*—, había fertilizado el terreno para que la innovadora pro-

4 Sobre el viaje a Europa, ver Meyer (1990: 99-104); Vázquez (1991: 115-123); Ayerza de Castilho/Felgine (1993: 99-110).

5 Más tarde, Ocampo reconocería esa misma insuficiencia en Waldo Frank y por ello llegaría a sentirse tan identificada con el intelectual norteamericano: “Waldo Frank ha experimentado en el norte lo que algunos de nosotros sentimos en el Sur. Cuando descubrimos que compartíamos el mismo estado de ánimo, la misma sensación de orfandad, también pensamos que podía cesar algún día en todo el continente por el hecho mismo de que tantas personas la compartían. Echamos de menos a Europa, terriblemente, los dos. Y sin embargo cuando vivimos en Europa, sentimos que no puede darnos la clase de alimento que necesitamos. Algo nos falta. Sentimos, en una palabra, que pertenecemos a América” (Ocampo 1983b: 96-97).

puesta del intelectual norteamericano Waldo Frank de fundar una revista de proyección *intra e intercontinental* encontrara en Ocampo un oído receptivo y un bolsillo abierto; lo vivido en Europa le permitirá ahora a esta mujer contestataria y poco convencional reubicarse, resignificarse y reidentificarse en el horizonte del campo intelectual argentino (Medin 2005: 9-15) y asumir su nuevo papel de mecenas y promotora cultural al timón de una de las empresas culturales más influyentes que conoció la Argentina en el siglo XX.

## 2. *SUR* da sus primeros pasos

En enero de 1931, después de dos años de maduración, *SUR* nacía en un cuarto de la casa de Ocampo, en los albores de la “década infame” inaugurada por el golpe militar uriburista, que sacudió los cimientos de la sociedad argentina, y en medio de la polarización ideológica entre democracia y fascismo que estaba por sumir al mundo en una conflagración sin precedentes.<sup>6</sup> Durante este período, la Iglesia católica cobró fuerza e influencia en la Argentina, así como también distintas vertientes del nacionalismo militante y xenófobo, caracterizado por un marcado filofascismo y un declarado antisemitismo, instigados por la Iglesia.<sup>7</sup> Estos grupos no vieron con buenos ojos la aparición de una revista de la índole de *SUR*, cosmopolita y firmemente inscrita en la tradición demoliberal que ellos rechazaban. Con el tiempo, el choque entre ambas tendencias del campo intelectual argentino se haría inevitable y se convertiría en uno de los ejes más importantes del debate cultural-político en la Argentina de aquellos años.

Modelada según la *Nouvelle Revue Française* y proyectada como una síntesis de las Américas y Europa, portavoz de las inquietudes culturales de las dos orillas del Atlántico, *SUR* sería para “los que han

---

6 Sobre la trayectoria de la revista de Ocampo, ver: Calomarde (2004); Silva (2004); Sitman (2003a); Pasternac (2002); Hermes Villordo (1993); King (1989).

7 Claro está que no conformaban un bloque monolítico y había cabida para una gama de actitudes diferentes. Manuel Gálvez, por ejemplo, no compartía ni la judeofobia ni el antisemitismo excluyente de notorios nacionalistas católicos de la derecha como Enrique Osés (Senkman 2002). La lectura del prefacio y la introducción al libro de Finchelstein (2002: 9-40) es particularmente útil como punto de referencia para una historiografía del nacionalismo católico de derecha argentino.

venido a América, de los que piensan en América y de los que son de América”. Pero siempre cuidando de no dar la espalda a Europa:

Su América y la mía – escribamos para simplificar ‘nuestra América’ [...] nuestra América es un país por descubrir y nada nos incita más al descubrimiento, nada nos pone más seguramente en el rastro de nuestra verdad como la *presencia*, el interés y la curiosidad, las reacciones de nuestros amigos de Europa (Ocampo 1931: 7-18),

escribía la flamante directora de *SUR* en la carta fundacional dirigida a Frank.

Efectivamente, a partir del primer número, con La Rochelle en la nómina del consejo extranjero (donde figuraría hasta que sus simpatías fascistas obligaran a Ocampo a borrarlo)<sup>8</sup> y una carta del recientemente fallecido y consagrado escritor argentino Ricardo Güiraldes dirigida a Valéry Larbaud, el poeta francés que tanto había hecho por dar a conocer América en Europa en los años veinte,<sup>9</sup> la presencia de Francia sería una constante, tanto en el cuerpo de la revista, donde con frecuencia aparecería una sección especial dedicada a las letras francesas, como en las obras publicadas por la editorial *SUR*, muchas de ellas traducidas por la misma Victoria, Jorge Luis Borges, Pepe Bianco u otros colaboradores de *SUR*.<sup>10</sup> Desde un comienzo, Ocampo recurrió con frecuencia a sus amistades entre las élites intelectuales francesas, tales como el poeta franco-uruguayo Jules Supervielle, colaborador de la *Nouvelle Revue Française* y amigo de su director, Jean Paulhan, para recabar colaboraciones para su revista; por lo menos

8 Si bien Ocampo quitó el nombre de La Rochelle del consejo extranjero de su revista, jamás le retiró su amistad e inclusive, en más de una ocasión, intentaría explicar el “fenómeno Drieu” (Ocampo 1950: 13-40). No deja de llamar la atención el hecho de que la última carta que escribiera el francés antes de suicidarse estuviera dirigida a la directora de *SUR*.

9 De hecho, Larbaud fue uno de los primeros en reconocer el talento y la erudición de Jorge Luis Borges, en un elogioso comentario sobre *Inquisiciones* publicado en *La Revue Européenne* en 1925 (Bell-Villada 2003-2006).

10 Entre muchos otros: en 1936, la editorial Sur publica *Perséphone* de André Gide, traducido por Jorge Luis Borges, y *La condición humana* de André Malraux; en 1937, *Regreso de la U.R.S.S.* y *Retoques a mi regreso de la U.R.S.S.*, de Gide; en 1938, *Los judíos entre las naciones*, de Jacques Maritain y *Los católicos, la política y el dinero*, de Pierre-Henri Simon, traducido por Pepe Bianco; en 1939, *El mito y el hombre*, de Roger Caillois; en 1948, *La Peste*, de Albert Camus y *Reflexiones sobre la cuestión judía*, de Jean-Paul Sartre.



hasta que el estallido de la Segunda Guerra Mundial puso fin a sus viajes, entorpeciendo el flujo de importaciones del Viejo Mundo.

Bajo la égida de *SUR* se organizaban, además, actividades culturales de diversa índole; entre ellas, se gestionaron los ciclos de conferencias que hicieron posibles las visitas a Buenos Aires de Drieu La Rochelle en 1932 y de Benjamin Fondane en 1936. Fue durante este viaje que el primero descubrió a Borges y se inspiró para su *L'homme à cheval*, obra en la que Victoria y Angélica Ocampo figuran disimuladas en los personajes de Doña Camila y Doña Isabel Bustamante. A su regreso a París, Drieu publicó un elogioso comentario sobre el escritor argentino en la revista *Megáfono*, en el que afirmaba que “Borges vaut le voyage” (Borges vale el viaje). Evidentemente, las observaciones de este tipo servían para ir consolidando la reputación de Borges, tanto en Francia como en Europa, y sobre todo en la propia Argentina (Ayerza de Castilho/Felgine 1993: 142-148).

Fondane, el escritor y cineasta judeo-francés, de origen rumano, y discípulo del filósofo ruso León Chestov, había visitado Buenos Aires por primera vez en 1929, también invitado por Ocampo, con quien había trabado una estrecha amistad durante la visita de esta a París unos meses antes. Desde entonces, gracias a sus diversas contribuciones aparecidas en *SUR*, no era desconocido en los círculos culturales porteños (Fondane 1931; 1936; 1938; 1939). En esta ocasión, Fondane aprovechó la invitación de su amiga argentina para permanecer varios meses en Buenos Aires rodando la película *Tararira*, sobre el tango.<sup>11</sup> Ni sus colaboraciones en la revista ni su presencia en la Argentina, auspiciada por *SUR*, deben haber sido gratas para el nacionalismo recalcitrante de la época; al mismo tiempo, son indicativas del mesurado comentario filojudío y antirracista que se fue perfilando en *SUR* y que serviría como contrapartida a la retórica antisemita y xenófoba que vertían las páginas de los órganos del nacionalismo católico y filohispano (Sitman 2005a).

En la misma línea se inscribe la publicación de un número especial de *SUR* dedicado íntegramente a los participantes y las actividades del Congreso Internacional de los PEN Clubs,<sup>12</sup> celebrado en Buenos Ai-

---

11 El primer número de *Cahiers Benjamin Fondane* está dedicado en su totalidad a Fondane y la Argentina (Jutrin 1997). Sobre *Tararira*, específicamente, ver Jutrin (2001-2002).

12 *SUR* 23 (agosto 1936).

res en septiembre de 1936; ocasión “en que se protestó contra la persecución a los judíos, y se habló de los peligros que entrañaban las dictaduras totalitarias”, según apuntaría años más tarde Ocampo, en unas páginas dedicadas al recuento de la medida de su amistad (y la de *SUR*) con Francia y las letras francesas (Ocampo 1964: 19). En representación de Francia asistieron, entre otros, Jacques Maritain, Jules Romains, Georges Duhamel, Benjamin Crémieux, Jean Giraudoux y el poeta belga Henri Michaux, de quien Ocampo, en su capacidad de miembro de la comisión organizadora, se había encargado que fuera invitado de honor (Ayerza de Castilho/Felgine 1993: 168-171). Convertidos en embajadores de lo que estaba sucediendo en sus respectivos países, sobre el telón de fondo de la crisis mundial, los delegados, representantes de casi todos los colores políticos, arrastraban consigo los lastres de las discordancias que los enfrentaban, unos a otros, en Europa. De este modo, a pesar de la esperanza expresada por Ocampo en la introducción al número de que, frente al imperativo de la verdad (en clave de Maritain), de fue las discusiones se llevaran a cabo en un ambiente de cordialidad y de tolerancia, la realidad fue que las escisiones que dividían a los intelectuales europeos repercutieron sonora y ásperamente en suelo argentino, y *SUR* dejó viva constancia de ello.<sup>13</sup>

### 3. De la estética a la reflexión ética

*SUR* se había anticipado a la llegada a la Argentina de Maritain con la publicación de su “Carta sobre la independencia”,<sup>14</sup> en la cual el humanista francés, remitiendo a la discusión que se estaba llevando a cabo en el seno del catolicismo, debatía acerca de cuál debía ser la actitud de los intelectuales cristianos frente a los acontecimientos políticos del momento. Maritain concluye que el deber del filósofo (léase, intelectual) cristiano en épocas de crisis graves era mantenerse independiente de los partidos, tanto de derecha como de izquierda, pero al mismo tiempo permanecer comprometido con la salvaguarda “de la dignidad de la persona humana, del bien común de la multitud congregada, de los valores morales y espirituales”. Como una alternativa intermedia a la identificación partidaria, que rechazaba de plano, pro-

---

13 Sobre el congreso de los PEN, ver Patout (1990: 580-588); Gálvez (1962: 283-302); Ibarguren (1999).

14 *SUR*, 22 (1936: 54-86).

ponía la creación de “formaciones políticas, estrictamente políticas de inspiración cristiana”.

Esta posición de Maritain con respecto a las decisiones políticas de los intelectuales coincidía con las tendencias de los miembros del grupo *SUR*, quienes, renuentes a todo partidismo y adscritos a salvar el patrimonio de la cultura occidental, aspiraban a mantener cierto estándar literario y formar una élite intelectual al margen de la política y siempre en función de una concepción de la existencia humana que priorizaba el valor del individuo y de su libertad como fundamento de toda creatividad artística y cultural.<sup>15</sup> Por el otro lado, las propuestas del filósofo católico deslegitimaban la postura de la derecha católica argentina, que se identificaba con la Iglesia española y apoyaba activamente a las fuerzas fascistas y nacionalistas europeas.

Ante la creciente politización de la coyuntura histórica, ningún bando conseguiría sustraerse al fragor de las pugnas ideológicas y los sismos bélicos europeos que convulsionaron a la intelectualidad argentina en las décadas de 1930 y 1940. Había llegado el momento de responder al llamado a la revolución moral del hombre amenazado y de someter la elaboración artística a los rigores de la reflexión ética, suscitada por las nuevas fórmulas que postulaban la total subversión de la estructura política, económica y social del mundo. La gente de *SUR*, de flexión liberal y esencialmente laica, encontraría en el humanismo integral de Jacques Maritain y el personalismo propuesto por Emmanuel Mounier, Berdiaeff, y los demás intelectuales franceses agrupados en torno a las revistas *Esprit* y *L'Ordre nouveau*, las herramientas conceptuales que les permitirían intervenir políticamente en los debates apremiantes del momento: la polémica en torno a la naturaleza de la Guerra Civil española y la cuestión del papel del intelectual frente a las crisis, a la hora en que el liberalismo se encontraba a la defensiva ante el avance de regímenes totalitarios y nacionalistas.

La doctrina personalista apelaba a los valores universales de la cultura occidental y subrayaba el papel de las élites en la formación de las ideas. Con su rechazo de los falsos mitos contemporáneos en favor de una tercera posición intermedia, y una síntesis de pensamiento so-

---

15 Influidos por las ideas acerca de la separación entre política y actividad intelectual expuestas por el filósofo español José Ortega y Gasset en *La rebelión de las masas* (1930) y por el francés Julien Benda en *La trahison des clercs* (1927). A modo de ilustración, ver Romero (1936), Benda (1936).

cial cristiano progresista y democracia que priorizaba a la *persona*, o sea la dimensión espiritual del hombre, por sobre el individualismo, el personalismo les ofrecía a los intelectuales de *SUR* una vía conciliatoria de maniobra – “más allá del fascismo, del comunismo y del mundo burgués decadente” (Mounier 1936)– que aprovecharían para situarse entre las ideologías conflictivas, manteniéndose a un tiempo aislados de la praxis política concreta, pero comprometidos con ella en un nivel ético e ideológico (Berdiaeff 1935: 7-39; Burgos 1996: 21-45).

Así, a partir del texto emblemático de Berdiaeff sobre “Personalismo y marxismo”, *SUR* publicó una proliferación de contribuciones de inspiración cristiana y personalista, muchas de ellas artículos de fondo de larga extensión, los cuales casi podría decirse que componen un cuerpo doctrinario.<sup>16</sup> Además de compartir la preocupación con la idea del intelectual no comprometido ni con un partido ni con una ideología, muchos de los textos, tales como “El testimonio de Bernanos y la responsabilidad del cristianismo” y “Los católicos franceses y las matanzas de España”,<sup>17</sup> manifiestan un esfuerzo consciente, por parte de *SUR*, por perfilar el rostro del catolicismo supuestamente bien entendido, en contraposición al catolicismo malentendido (al parecer de la gente de *SUR*) practicado por los nacionalistas argentinos, quienes apoyaban la “Cruzada” franquista. Vistos en su totalidad, al trasluz del prisma cultural de la época, no cabe duda de que estos textos –no pocos por franceses o sobre los franceses– constituyen un conjunto ideológico coherente, con una clara función opositora y contestataria, que *SUR* utilizó para posicionarse con respecto a sus interlocutores entre los órganos del nacionalismo católico de derecha y, por extensión, también dentro del campo intelectual argentino.

#### 4. La política toca a las puertas de *SUR*

La política irrumpió de forma definitiva en *SUR* a partir del enfrentamiento con el semanario *Criterio*, el vocero del catolicismo ortodoxo argentino, a raíz de los discursos pronunciados por Maritain en el congreso de los PEN, sus conferencias auspiciadas por *SUR* y la publicación en la revista –además de la “Carta sobre la independencia”– de

16 A modo de ilustración: Mounier (1937; 1938; 1939); Mallea (1935); De Torre (1938); Berdiaeff (1938; 1939).

17 Escritos por Weibel-Richard (1938) y la Redacción de *SUR*, respectivamente.

unos importantes textos del humanista francés sobre el problema de las polarizaciones ideológicas y políticas de la época.<sup>18</sup> La firma de Maritain también figuraba entre las de los escritores católicos franceses que habían denunciado los bombardeos de Durango y Guernica, en un manifiesto publicado en *SUR* en junio de 1937:

Centenares de no-combatientes, de mujeres y de niños, han perecido en Durango, en Guernica, en otras ciudades [...]. Sea cual sea la opinión que se tenga sobre los partidos enfrentados hoy en España, está fuera de dudas el hecho de que el pueblo vasco es un pueblo católico y que el culto público no ha sido interrumpido un solo instante en el País Vasco. En estas condiciones, todos los católicos, sin distinción de partidos, están en la obligación de levantar su voz los primeros, para evitar que el mundo sufra una masacre sin piedad de un pueblo cristiano.<sup>19</sup>

No cabe duda de que *SUR* comparte las opiniones expresadas aquí por boca de sus pares franceses, aunque cabe señalar que tal posición no tenía como referente exclusivo –ni para Victoria ni para el grupo *SUR*, ni por cierto tampoco para Maritain– a los pueblos católicos.<sup>20</sup> De hecho, especialmente en la sección “Calendario”, dedicada a cuestiones de actualidad, mes tras mes y número tras número, *SUR* fue denunciando los crímenes y las atrocidades perpetrados en Europa, tanto contra los republicanos españoles como contra los judíos (Burgos 1999: 72-84). Al expresar su apoyo a la república y su preocupación por la suerte de los exiliados españoles y los judíos europeos, los de *SUR* se identificaban con los demás sectores del campo intelectual argentino de flexión liberal y antifascista, en oposición a los sectores

18 En la “Conferencia de Jacques Maritain (1936a) a propósito de la ‘Carta sobre la Independencia’”, pronunciada para *SUR* el 6 de octubre de 1936 pero publicada en diciembre del mismo año (*SUR*, 27, pp. 7-70, incluidas las preguntas del público y el subsiguiente debate sobre la guerra), este reiteró su rechazo de la “violencia dictatorial de derecha” (el fascismo), como de la “violencia dictatorial de izquierda” (el comunismo). En el número 31 de *SUR* (abril de 1937) se publicaron dos artículos importantes de Maritain: “Con el pueblo” (1937a: 7-21), sobre la identificación de los cristianos con los “no privilegiados”, y “De un nuevo humanismo” (1937b: 22-49), en el que se expresa la necesidad de un humanismo cristiano que se distinga de los “humanismos ateos”.

19 En la sección “Calendario”, *SUR*, 33, pp. 111-112.

20 En su estudio sobre el nacionalismo, el peronismo y la Argentina en la crisis ideológica mundial, Cristián Buchrucker escribe acerca de la posición del filósofo católico francés: “Maritain rechazó los sueños de una restauración medievalizante y propugnó una síntesis de la democracia y del cristianismo, llegando hasta mostrarse bien dispuesto hacia los judíos y claramente ‘antifascista’” (Buchrucker 1987).

intelectuales del nacionalismo católico de derecha, filofranquistas y profascistas.<sup>21</sup> En cierto modo, esta yuxtaposición de lo republicano/judío en las páginas de la revista, sobre el trasfondo de los conflictos bélicos europeos, funcionaba como un código cultural (Volkov 1978) que le sirvió a la gente de *SUR* para definirse política e ideológicamente dentro de la sociedad y la cultura argentinas frente a las trascendentes coyunturas históricas (Sitman 2005b).

Obviamente, para la Iglesia católica argentina, de orientación española, al igual que para los epígonos del nacionalismo de derecha, la percibida cooptación de Maritain por una publicación como *SUR*, de inspiración cristiana humanista y liberal, e independiente de la jerarquía tradicional, era insostenible; es más, la consideraban una verdadera defección. Indignado por la publicación en *SUR* de “Sobre la guerra santa”, donde Maritain denunciaba el fratricidio español como un sacrilegio horrible y además deslegitimaba por completo la campaña de “santificación” del conflicto llevada a cabo por la Iglesia española, el director de *Criterio*, Monseñor Gustavo Franceschi –quizás el mayor defensor de la causa nacionalista ante la opinión pública argentina– lanzó un virulento ataque contra la revista de Ocampo tachándola de izquierdista y arreligiosa. En esta ocasión *SUR* decidió romper su característico silencio y publicó una réplica a *Criterio*. Para ello recurrió a la retórica de las corrientes cristianas espiritualistas, en un intento deliberado por rebatir a sus interlocutores profascistas de la derecha católica argentina con las mismas armas:

Se nos acaba de aludir en una publicación católica de esta capital

calificándonos de revista “francamente de izquierda” [...]. No sabemos lo que significa ser una revista de izquierda. No nos interesa la cosa política sino cuando está vinculada con lo espiritual. Cuando los principios cristianos, los fundamentos mismos del espíritu aparecen amenazados por una política, entonces levantamos nuestra voz.<sup>22</sup>

La respuesta de *SUR* a *Criterio* recoge otros puntos de interés en cuanto al compromiso declarado de la revista con algunas cuestiones pertinentes del momento. “Todas las persecuciones sectarias –sean de raza, sean de política, sean injustas persecuciones disimuladas bajo formas codificadas y legales– nos parecen igualmente odiosas, igualmente

21 Sobre el impacto de la Guerra Civil Española en los intelectuales argentinos, ver: Rein (1997; 2000); Quijada (1991); Goldar (1986).

22 Editorial “Posición de SUR”. En: *SUR*, 35 (1937: 7-9).

monstruosas”, rezaba la “Posición de SUR”, apoyándose en el discurso del catolicismo social para defender al campo republicano. Evidentemente, la protesta de la revista de Ocampo en esta ocasión no iba dirigida solamente contra los excesos del franquismo, que disfrutaba de la ayuda de Mussolini y de Hitler, sino que se extendía por igual a las persecuciones nazis y las purgas estalinistas, como así también a los abusos disimulados del gobierno argentino y la (a sus ojos) implacable persecución de los judíos en los medios nacionalistas. Un poco más adelante, recuperando las proposiciones políticas de Maritain sobre lo espiritual y la posible toma de partido de los intelectuales, una mordaz crítica a la cúpula eclesiástica aludía, sin ambages, a las actividades de Franceschi en apoyo a la causa franquista: “Queremos un clero mejor, un clero al que le interese más la cuestión eterna de lo espiritual que los manejos transitorios de la política”.

No cabe duda de que *SUR* había hecho propia la polémica entre Maritain y los presbíteros del nacionalismo restaurador antirrepublicano y antisemita.<sup>23</sup> Al hacerlo, también había echado su suerte en lo que respecta a la confrontación más amplia entre profranquistas y prorrepublicanos, entre democracia y fascismo/totalitarismo; la hora de la política había llegado para la revista de Ocampo, y *SUR* había encontrado su voz, asumiendo el desafío del compromiso ineludible:

No concebimos más que un clero apostólico, una Iglesia sin excesiva sumisión a los poderes temporales.

Estamos contra todas las dictaduras, contra todas las opresiones, contra todas las formas de ignominia ejercidas sobre la oscura grey humana, que ha sido llamada *la santa plebe de Dios* [...]. Pero si la publicación llamada *Criterio* designa todas esas cosas con el nombre general de izquierdismo, esto es tal vez lo que nosotros somos –por fortuna– y lo que la verdadera tradición ha querido para todos los hombres.<sup>24</sup>

A partir de entonces, una vez despojados del manto de supuesto apoliticismo que habían reclamado para sí, *SUR* reiteró su apoyo a la causa republicana publicando numerosas contribuciones en las que se opo-

---

23 Sobre la polémica *Criterio*-Maritain, ver Monserrat (1996: 186-196). Graciela Ben-Dror ha investigado extensamente la actitud de estos sacerdotes y de la Iglesia católica argentina en este período. Ver, entre otros, Ben-Dror (1996; 2003).

24 Editorial “Posición de SUR”. En: *SUR*, 35 (1937: 7-9).

nían las opciones del catolicismo social frente al conflicto español.<sup>25</sup> La apropiación de los contenidos del discurso cristiano progresista europeo para rebatir la retórica de la prensa nacionalista católica en la arena nacional caracterizaría la intervención política de *SUR* con respecto a la guerra fratricida en España. De esta manera, a través de la polémica desatada por los vínculos de *SUR* con las letras francesas, y manejada igualmente a través de la traslación de las letras francesas al debate nacional, se fue definiendo la posición ético-política de *SUR*.

### 5. Con Francia en el corazón durante la guerra

El compromiso político de *SUR* se volvió aún más pronunciado durante la Segunda Guerra Mundial, con el abierto alineamiento de la revista del lado de los Aliados y su adopción del discurso panamericanista impulsado por los Estados Unidos, en flagrante desafío a la política neutralista del gobierno argentino. Con todo, y a pesar del cierre de los canales de comunicación con Europa durante la guerra, la presencia de Francia en *SUR* fue muy palpable en esos años. Los números de la revista develaban una constante preocupación por los padecimientos de su patria espiritual e hicieron todo lo posible por mantener a los lectores informados acerca del curso de la guerra y su repercusión sobre la cultura francesa.<sup>26</sup>

El júbilo colectivo con que acogieron la liberación de París, en un número especial dedicado al tema, sirvió para confirmar el lugar privilegiado que el país galo ocupaba en el corazón de *SUR*. Al mismo tiempo, dicho número ratificaba el compromiso absoluto de los de *SUR* con el antifascismo y el triunfo de las democracias anglo-francesa, dejando al descubierto la distancia abismal que existía entre su posición y la del gobierno de su país —empecinado en mantenerse neu-

25 Entre otros: Pividal (1937; 1938a; 1938b); Durelli, Augusto (1938): “La unidad entre los católicos”. En: *SUR*, 47, pp. 72-80, (1939): “Tres pueblos mártires”. En: *SUR*, 52, pp. 62-65 y (1939) “Los cristianos y el reposo”. En: *SUR*, 60, pp. 74-80.

26 Ver, por ejemplo, los informes del frente de André Malraux (*SUR* 85 y 86, julio y agosto de 1941); los tres extractos de un diario de guerra de Jean Malaquais, en: *SUR*, 104-106 (mayo a agosto de 1943); “Caminar”, un cuento de León Paul Fargue sobre Francia al estallar el conflicto, en: *SUR*, 111 (enero de 1940); un relato de Sartre, acerca de París durante la ocupación, en: *SUR*, 124 (febrero de 1945); de cara al futuro, “El papel de América en la nueva Europa”, de Jacques Maritain (*SUR*, 103, abril de 1943), subrayaba el papel vital que les cabría desempeñar a las Américas en el desarrollo de Europa después de la guerra.



tral-, al que sospechaban de albergar simpatías pro-Eje.<sup>27</sup> Esta compenetración queda ampliamente manifiesta en las palabras de Ezequiel Martínez Estrada:

Muchos hemos sentido la liberación de Francia como un acontecimiento que se relacionara con nuestra suerte personal, con nuestro personal destino. Nos hemos sentido moralmente liberados de una opresión... (Martínez Estrada 1944: 18).

Ocampo, que militaba en las filas de la organización antifascista Acción Argentina, también asistió, en compañía de algunos miembros de *SUR*, a la celebración organizada por los sectores antifascistas en Plaza Francia, obviamente, pero la concentración fue dispersada por la policía, ya en los albores del peronismo. Para María Rosa Oliver, la gran amiga de Ocampo y colaboradora de *SUR*, la sombra de lo que para ellos sería el largo invierno peronista había comenzado a insinuarse en el horizonte (Oliver 1981: 330).

La oposición de *SUR* a toda forma de opresión y a todos los autoritarismos, dictaduras o totalitarismos sería una constante en la larga trayectoria de la revista y no se circunscribiría a sus páginas, sino que se manifestaría también a nivel personal. De la misma manera como siempre actuó para socorrer a sus amigos españoles necesitados, Ocampo hizo esfuerzos loables por proporcionar salvoconductos y asistencia a sus amigos franceses bajo la Ocupación nazi. En el caso de Benjamin Fondane, sus esfuerzos fueron vanos, ya que éste no alcanzó a recibir la visa que le había conseguido su amiga argentina para dejar Europa (Ayerza de Castilho/Felgine 1993: 280-283). Pese a este fracaso, Ocampo sí logró salvar a Gisèle Freund, a quien había conocido años antes en casa de la librera Adrienne Monnier, hospedándola en su propia casa hasta que la fotógrafa estuvo en posición de valerse por sí misma (Freund 1979).

A instancias de Freund, Ocampo estableció el Comité de Solidaridad con los Escritores Franceses y puso en marcha la Operación Encomiendas,<sup>28</sup> por medio de la cual se distribuían paquetes de socorro a

---

27 En: Editorial "Francia liberada". *SUR*, 120 (octubre 1944).

28 A semejanza de la Comisión Argentina de Ayuda a los Intelectuales Españoles, a la que también pertenecían muchos de los íntimos allegados a *SUR* y cuyo propósito consistía en conseguir los fondos necesarios para liberar a los refugiados españoles de los campos de concentración en los Pirineos y proporcionarles los medios para trasladarse a los países donde les fuera posible reanudar su vida.

intelectuales franceses necesitados desde la librería de Monnier en París (Sitman 2005b). Tanto Gide como Valéry escribieron cartas expresándole su agradecimiento a Victoria por lo que ella había hecho por ellos durante la guerra:

Dudo pueda usted comprender cabalmente lo que representa para nosotros el nombre de Victoria Ocampo [...]. Digo ‘nosotros’ pues no hablo solamente en mi nombre sino también en nombre de todos aquellos a quienes usted ayudó tan generosamente (Gide 1980: 37).<sup>29</sup>

Gide prosiguió a rendirle un homenaje, cuando Ocampo viajó a París invitada por el gobierno francés en 1946, llamándola el “mythe argentin” que incorporaba todo lo bueno y generoso que la Argentina podía ofrecer (Ocampo 1957: 83-92).

Sobre el trasfondo de la obcecada neutralidad mantenida por el gobierno argentino durante la casi totalidad del conflicto bélico, las gestiones de Ocampo en beneficio de sus conocidos y demás intelectuales franceses, coherentes con su actuación en pro de los republicanos españoles, pueden entenderse como un acto político en abierto desafío a la política oficial y las simpatías franquistas y pro-Eje de los sectores nacionalistas y la Iglesia, quienes se habían movilizado para restringir la entrada al país de refugiados europeos (judíos, bolsheviks, republicanos) que ellos consideraban elementos indeseables. Cabe mencionar que a la hora en que fue Ocampo quien se viera en apuros, sus amigos André Malraux y Albert Camus (como tantos otros) acudieron en su ayuda e intercedieron ante Perón para que este diera orden de liberar a la directora de *SUR* (entonces de 63 años) de la cárcel del Buen Pastor, donde había sido recluida bajo sospecha de haber llevado a cabo actividades contrarias al régimen.

En una línea semejante se inscribe también toda la ayuda prestada por la directora de *SUR* a la compañía teatral de Louis Jouvet, para que el elenco francés pudiera permanecer en América y montar una segunda temporada de representaciones en la Argentina en 1942. Más allá de satisfacer la pasión de Victoria por las tablas,<sup>30</sup> estas gestiones

---

<sup>29</sup> Véase también Valéry (1945).

<sup>30</sup> En su juventud, a Ocampo le habían permitido estudiar con la inefable Marguerite Moreno, durante una larga estadía de la actriz francesa en Buenos Aires. Ocampo no escatimaría elogios para la labor de difusión cultural llevada a cabo por su maestra: “Lo que el conocimiento de las letras francesas le debe a Marguerite Moreno en la Argentina ha de quedar registrado en la historia de nuestra

revestían un determinado cariz político. La compañía de Jouvét había llegado a América Latina un año antes, en una gira organizada por el gobierno de Vichy con un claro propósito de propaganda cultural destinada a desmentir la imagen de la sujeción francesa al gobierno alemán. Jouvét había aceptado porque la distancia física le daba una libertad de acción y de criterio que no tenía en París. La gira fue un rotundo éxito. Cuando llegó el momento de retornar a Europa, Jouvét optó por la libertad que le ofrecía América y decidió quedarse allí, aun a riesgo de perder el apoyo del gobierno francés. Esta decisión comportaba una postura política, pues implicaba la elección consciente de no volver a una París bajo la ocupación alemana. En este contexto, las gestiones de Ocampo para retener a los actores franceses en la Argentina no lo son menos, tanto como expresión de su característica solidaridad con Francia como de su rechazo a un régimen que encarnaba las manifestaciones de la “barbarie” que la gente de *SUR* aborrecía (Ocampo 1957: 61-69; Pelosi 2003: 119-135).

## 6. Un amigo especial: Roger Caillois

Sin duda, el intelectual francés que más se benefició de su asociación con el grupo *SUR*, y quien más dio a cambio, fue Roger Caillois, al que Ocampo había conocido en casa de su amigo Jules Supervielle. Deslumbrada después de oír las conferencias que se pronunciaban en el *Collège de Sociologie*, fundado por Caillois y Georges Bataille, Ocampo no tardó en invitar al joven sociólogo a dictar un ciclo en Buenos Aires. Este llegó a la Argentina en mayo de 1939, donde lo pilló la declaración de la guerra, razón por la cual acabó quedándose allí seis años<sup>31</sup>. Caillois aprendió español y pronto se convirtió en un asiduo e influyente colaborador de *SUR*, contribuyendo a lo largo de todo el período numerosos artículos, ensayos y reseñas sobre una

---

amistad con Francia, y aprovecho esta ocasión para recordarlo. Fui su alumna y hablo con conocimiento de causa” (Ocampo 1964: 11).

- 31 A pesar de la gran diferencia de edad, Caillois y Ocampo mantuvieron una relación amorosa que duró más de un año. Cuando la directora de *SUR* se enteró de que Caillois había dejado atrás a su novia, Yvette, y que habían tenido una niña, se ocupó de traerlas a Buenos Aires. Una vez casados, Ocampo ayudó a la pareja hasta que consiguieron establecerse como profesores de francés y de otras materias en el Instituto Francés de Estudios Superiores, que fundaron con otros exiliados. Sobre las relaciones entre la directora de *SUR* y el sociólogo francés, ver Felgine/Ayerza de Castilho (1999); Felgine (1994) y Frank (2003).

variedad de temas —arte y política, la naturaleza de la democracia y del hitlerismo, las élites, el paisaje argentino, el destino de “las Américas” y la literatura francesa—, los cuales decididamente contribuyeron a perfilar el cariz de *SUR* en estos años.<sup>32</sup> Muchas de sus intervenciones en la revista revelan su preocupación con el análisis del “poder, lo sagrado y los mitos”, de los principios y de la naturaleza de los regímenes totalitarios.<sup>33</sup> La posición de *SUR* se dejaba entrever con nitidez al trasluz de semejantes voceros.

Durante su exilio en Argentina, Caillois trabajó incansablemente por Francia con las armas de su oficio, publicando numerosos libros en francés y colaborando con revistas afines como *La France Libre*, de Londres, y *Fontaine*, de Alger, que “lucha[ba]n para mantener el brillo de la inteligencia y del espíritu francés” (Ocampo 1945: 103-107). Animado y financiado por Ocampo, y siguiendo el ejemplo de *SUR* en tanto revista y editorial, Caillois pudo concretar dos proyectos muy importantes del exilio francés: la publicación de la revista *Lettres Françaises* y la creación de la editorial “La Porte Étroite”,<sup>34</sup> cuyos libros se vendían exclusivamente a beneficio de las obras llevadas a cabo por el Comité Francés de Socorro a las Víctimas de la Guerra. *Lettres Françaises* incluso llevaba el mismo logotipo de la flecha de *SUR*.

Tanto la revista como la editorial de Caillois publicaban fundamentalmente autores de lengua francesa, ya fueran escritores que se habían refugiado en el extranjero u otros que habían permanecido en Francia, pero tal como lo hacía *SUR*, solamente se daba espacio a aquellos que estuvieran comprometidos con la causa de la democracia: Aragon, Eluard, Valéry, Saint John Perse, Saint Exupéry, Sartre, Etiemble, André Maurois, Jules Romains, incluso Marguerite Yourcenar (por entonces exilada en los Estados Unidos) desfilaron, entre otros muchos, por las páginas de la revista argentina de Caillois. En París, donde algunos números hallaron su camino clandestinamente, al

32 A modo de ejemplo, ver Caillois (1939a; 1939b; 1939c; 1940; 1941).

33 Particularmente críticas del ‘uso y abuso’ de la ortodoxia son las dos entregas de “Descripción del marxismo”, de Caillois (1951: 10-26; 1952: 79-103).

34 *Correspondencia Ocampo-Caillois*, especialmente para el año 1941, arroja luz sobre la génesis y el desarrollo de este proyecto (Felgine/Ayerza de Castilho 1999). Sobre las actividades de Caillois durante su estadía en Buenos Aires, ver también Ayerza de Castilho/Felgine (1993: 182-220).

igual que en lugares tan remotos como Egipto, *Lettres Françaises* era codiciada, considerándose entre las mejores revistas publicadas durante la Ocupación (Ocampo 1945: 104).

Significativamente, *Lettres Françaises* publicó por primera vez traducciones al francés de “La lotería en Babilonia” y “La biblioteca de Babel” de Borges, además de algunos textos de Ocampo y de la chilena Gabriela Mistral. Quizás aún más importante, las páginas traducidas de Borges fueron incluidas en la edición antológica hecha en Londres en 1944, la cual fue arrojada por aviones en la Francia ocupada, en octubre del mismo año. Acto de desafío, manifestación de solidaridad, toma de posición, expresión de francofilia, si se quiere, pero siempre coherentes con la conducta de Ocampo, de Borges, de Caillois, de los demás miembros de *SUR*, de los allegados a ellos, dentro y fuera de sus revistas. Mas ahora con la diferencia de que, por primera vez, las letras argentinas, las letras americanas, fueron elevadas literalmente, en plan de igualdad, desde el sur hacia el norte, por encima del océano —¿hacia la universalidad?— a conciencia, en un ejercicio de interculturalidad, de construcción de puentes, de afirmación identitaria, de posicionamiento, de cosmopolitismo declarado, incluso (Majstorovic 2006), promovido por la certeza de que se estaba cumpliendo la misión (auto)impuesta de salvaguardar la cultura y la libertad del espíritu creador, amenazadas por los aires de contienda del momento histórico.

Durante su larga estadía en la Argentina, Caillois se había vuelto un gran entusiasta de la literatura argentina y latinoamericana. Cuando regresó a Francia al terminar la guerra, se empeñó en encontrar la manera de dar a conocer a los autores de América Latina en Europa. El clima era propicio, por varias razones. En primer lugar, en 1945, la poeta chilena Gabriela Mistral (gran amiga de Victoria) se había convertido en la primera escritora latinoamericana en recibir el premio Nobel de literatura, marcando el inicio de un lento proceso en dirección a una recepción internacional más amplia de las letras latinoamericanas. En segundo lugar, los editores franceses, ansiosos por superar el aislamiento cultural e intelectual que había sufrido Francia durante los años de la Ocupación, estaban más dispuestos a traducir y publicar obras de escritores extranjeros. Las experiencias de exilio que habían traído consigo varios intelectuales franceses, como el mismo Caillois,

a su regreso a Francia, también contribuyeron al clima de apertura hacia el exterior.<sup>35</sup>

La oportunidad por fin llegó con la creación de la colección “La Croix du Sud”, una colección especial para Latinoamérica lanzada por la editorial Gallimard bajo la dirección de Caillois. Este último se encargó personalmente de tramitar la traducción inmediata de Borges, de quien ya había dado algunos adelantos en *Lettres Françaises*. Ello no deja de tener cierto mérito considerando que las relaciones entre el argentino y el francés habían detentado una hostilidad aparente durante la prolongada estadía de Caillois en Buenos Aires. El mismo Borges expresó con sinceridad su reconocimiento de la deuda que tenía con el sociólogo francés:

Creo que le debo mucho a alguien que no está ligado por una gran amistad conmigo, a Roger Caillois. Creo que si Caillois, con quien yo estaba enemistado en aquel tiempo –digo esto en honor de Caillois– no hubiera pensado en traducirme, jamás se hubiera pensado en traducirme al alemán, al sueco, al italiano [...]. Incluso pienso que en España, actualmente, me toman muy en serio, quizá por encima de mis méritos, a causa de mi consagración francesa. También aquí, en Argentina. Le debo mucho a Francia.<sup>36</sup>

Más adelante Caillois también intervendría para que se le concediera a Borges el prestigioso Prix Formentor, que el escritor argentino e insigne colaborador de *SUR* compartió con el escritor franco-irlandés Samuel Beckett en 1961 y que consagraría su fama internacional.

La aparición de *Ficciones*, de Borges, en 1951 fue seguida por la publicación sistemática de autores del calibre de Eduardo Mallea, Ricardo Güiraldes, Julio Cortázar, Miguel Ángel Asturias, Rómulo Gallegos, Alejo Carpentier, Ciro Alegría, Enrique Amorim, Rosario

35 Antoine Berman divide la historia de las traducciones de la literatura latinoamericana al francés en cuatro etapas generales: antes de la Segunda Guerra Mundial, cuando se publicaban libros exóticos, llenos de color local; después de la guerra, con la “Croix du Sud” de Caillois (unas 50 publicaciones entre 1954 y 1968, incluyendo a Asturias, Borges y Carpentier); el *boom*, dominado por Gabriel García Márquez, Mario Vargas Llosa, Cortázar y Carlos Fuentes; “el presente”, con traducciones de autores menos conocidos como Roberto Arlt, Augusto Roa Bastos (Berman 1985: 208-209).

36 En De Roux/De Milleret (1964: 379), traducido y citado por Pasternac (2002: 180). Por cierto, Roger Caillois contribuyó la introducción a dicho número, según le comenta a Ocampo en una carta fechada el 9 de octubre de 1963 (Felgine/Ayerza de Castilho 1999).

Castellanos y Juan Rulfo, entre tantos otros. Todo un recorrido por el continente de las letras hispanoamericanas. Otras editoriales europeas importantes no tardaron en seguir el ejemplo.<sup>37</sup>

Asimismo, desde un alto cargo que ocupaba en la UNESCO, Caillois inauguró la “Collection Unesco des Oeuvres Représentatives” para la difusión de la literatura latinoamericana en francés y en inglés, y también tradujo a autores latinoamericanos para *La Licorne*. Indiscutiblemente, este embajador francés de las letras argentinas, americanas, es quizás la figura más representativa de los puentes *bidireccionales* tendidos por Ocampo a través de su proyecto cultural.<sup>38</sup> Puentes por los que en años venideros seguirían transitando escritores como Cortázar, para afincarse en París, donde los frutos de su imaginación acabarían convirtiendo a la capital de Francia en la capital europea de las letras latinoamericanas.

## 7. La sombra del Líder y la hora del silencio

*SUR* celebró la reapertura de Europa después de la guerra con una excelente antología de literatura francesa y aprovechó la nueva disponibilidad de escritores europeos para publicar una serie de textos franceses que, trasladados al ámbito nacional, asumían una clara intencionalidad y un significado que el lector de *SUR* entendía perfectamente pero que el peronismo prefería ignorar mientras fuera públicamente inaudible. Para los intelectuales de *SUR*, el peronismo equivalía a una versión vernácula del fascismo, aunque tanto más peligrosa por tratarse de una amenaza que los esperaba a la vuelta de la esquina. Así, en lugar de adoptar una postura explícita en esta coyuntura, tal como lo habían hecho durante la Guerra Civil española y la Segunda Guerra Mundial, *SUR* mantuvo un silencio poco característico durante los duros (para ellos) años de la gestión peronista. Un silencio alusivo, preñado de significación, que se valdría de las voces de otros, de voces francesas, para transmitir su oposición al régimen, con textos

---

37 Molloy (1972); Weiss (2003); Maugey (2000). También, Pasternac (2002: 177-187) y Ayerza de Castilho/Felgine (1993: 244-249).

38 La directora de *SUR* resaltaría la contribución cultural de su *protégé* en repetidas ocasiones (Ocampo 1979: 27-32; 1967: 196-197). Después de la muerte de Caillois, *SUR* le dedicó un número especial de homenaje, que reunió muchas de sus colaboraciones en la revista, así como también páginas que Ocampo escribió o leyó sobre él.

como “Retrato de un antisemita” y “El existencialismo es un humanismo”, de Sartre, o “Calígula”, “El artista es el testigo de la libertad” y “El artista preso”, de Camus, para entonces ya íntimo amigo de la directora de *SUR*.

La selección de textos no fue casual. En esos años de la temprana posguerra, a la hora de la reivindicación de Europa, Sartre podía verse como un intelectual independiente en pugna con el totalitarismo, al igual que Ocampo y su grupo; asimismo, los dos textos seleccionados coincidían con las líneas filosemita y humanista de la revista. Por otra parte, “Calígula” podía entenderse como un ataque a las dictaduras y, por extensión, al gobierno de Perón, tal como insinuara la misma Victoria en una carta a Roger Caillois: “...una muy buena pieza teatral para esta época y este continente. A buen entendedor [...]”. Del mismo modo, “El artista preso”, ostensiblemente sobre la prisión de Oscar Wilde, podía interpretarse como una referencia implícita al encarcelamiento de la directora de *SUR*, por orden del presidente argentino, en mayo de 1953 (King 1989: 166-171).

Más adelante, la polémica Camus-Sartre, sobre el trasfondo de la confrontación entre las democracias occidentales y el incipiente bloque comunista, le serviría a los de *SUR* para definir su posición con respecto a la Guerra Fría y al régimen justicialista de Perón. La crítica a los regímenes autoritarios o totalitarios en otros países —el franquismo, el nazismo, el fascismo, el comunismo soviético— implicaba una crítica sobreentendida a todo régimen totalitario o autoritario, y por consiguiente también al peronismo. Al trasladar la polémica al ámbito nacional argentino y reemplazar *totalitario* por *peronista*, estos textos podían interpretarse como una protesta oblicua, de parte de *SUR*, en defensa de los valores demoliberales y de la libertad intelectual en la Argentina, bajo la amenaza de un régimen nacionalista, filofascista y antidemocrático, tal cual percibían al populismo de Perón. Este es el caso de la defensa de Camus, escrita por Thierry Maulnier, que *SUR* publica en respuesta al ataque de Sartre a *L’homme revolté*: la mordaz crítica del primero a los abusos cometidos por los comunistas soviéticos. Trasladada al marco argentino, la reflexión de Camus acerca de la destrucción de los ideales revolucionarios por los sistemas totalitarios modernos podía instrumentarse contra Perón, argumentando que estos ideales representaban la lucha constante por la libertad intelectual bajo un gobierno anti-intelectual por antonomasia.



Una vez más, las letras francesas prestaban su voz para que, por su intermedio, los de *SUR*, forzados por las circunstancias a mantener un perfil bajo, pudieran avalar su posición en la arena internacional y también expresar su enconada oposición al gobierno argentino, en concierto con la flexión estrictamente democrática que los había caracterizado desde siempre. Dentro de este contexto, los conceptos expresados por André Gide al recibir el Premio Nobel, según fueron reproducidos en *SUR*, adquieren una resonancia adicional:

[...] lo que importa aquí es la protección, la salvaguardia de ese espíritu ‘sal de la tierra’ que aún puede salvar al mundo [...] la de la minoría contra la masa, la de la libertad contra toda especie de dictadura, la de los derechos del hombre y del individuo contra la opresión amenazadora, las consignas, los juicios dictados, las opiniones impuestas; lucha de la cultura contra la barbarie (Gide 1947: 152).

En definitiva, la razón de ser de *SUR*.

## 8. Para terminar...

La actuación de Victoria Ocampo y de *SUR* ante las conmociones desencadenadas por los conflictos bélicos europeos fue coherente con su ideología liberal y su concepción particular de la existencia humana. Para ellos, el triunfo del franquismo, del nazismo y, aunque con diferencias objetivas, del peronismo, era insufrible. A la hora de hacer frente a cada una de estas coyunturas históricas, las letras francesas les proporcionaron una alternativa discursiva e ideológica para esclarecer su posición política. Impelidos a definirse por el imperativo histórico de la hora, las herramientas del personalismo les sirvieron para explicitar su apoyo a la república española con el aval de una dimensión moral, mientras que el insistente recuerdo de la suerte de Francia durante la conflagración europea no solo machacaba su denuncia del fascismo y su adhesión a la causa aliada, sino que subrayaba su protesta contra el gobierno argentino, empeñado en mantener la neutralidad. Durante los años peronistas, el mensaje escasamente velado de ciertos textos franceses, cuidadosamente seleccionados, revelaba el sonoro repudio de *SUR* a lo que percibían como la “segunda tiranía”. De esta forma, con la ayuda de las letras francesas, *SUR* fue definiendo su posición dentro del campo intelectual argentino, en franca oposición a los sectores profranquistas y profascistas del nacionalismo católico de la extrema derecha argentina (Sitman 2003b).

No menos importante, la trayectoria de la revista demuestra hasta qué punto Victoria Ocampo, aquella “reina de ningún país”, como la apodara en algún momento su amigo Malraux, consiguió desarticular el guión prefigurado para las mujeres de su clase y supo canalizar su experiencia de la marginalidad periférica, durante aquel lejano cuarto viaje a Europa, para transformarla en un exitoso proyecto de vida y de quehacer cultural. Hija de América y nieta de Europa, la revista argentina de Ocampo, inicialmente proyectada como un puente cultural entre el Viejo y el Nuevo Mundo, acabaría labrando para las letras americanas un lugar de igualdad en el olimpo de la cultura occidental, “un mundo propio –ni aparte, ni enfrente de los otros mundos– pero jamás sometidos a ellos” (Paz 1980: 92).

### Bibliografía

- Andreu, Pierre/Grover, Frédéric (1979): *Drieu La Rochelle*. Paris: Hachette.
- Ayerza de Castilho, Laura/Felgine, Odile (1993): *Victoria Ocampo*. Barcelona: Circe.
- Bell-Villada, Gene H. (2003-2006): *Borges and His Fiction. A Guide to His Mind and Art, A Revised Edition*. Austin: University of Texas Press.
- Benda, Julien (1936): “La cuestión de la élite”. En: *SUR*, 27, pp. 117-120.
- Ben-Dror, Graciela (1996): “Posturas del catolicismo argentino durante los primeros años de la Segunda Guerra Mundial”. En: *Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe*, 7, 2, pp. 101-132.
- (2003): *Católicos, Nazis y Judíos: La Iglesia Argentina en los tiempos del Tercer Reich*. Buenos Aires: Ediciones Lumiere.
- Berdiaeff, Nicolás (1935): “Personalismo y marxismo”. En: *SUR*, 13, pp. 7-39.
- (1938): “La misión de los intelectuales”. En: *SUR*, 46, pp. 10-17.
- (1939): “La paradoja de la mentira”. En: *SUR*, 62, pp. 7-18.
- Berman, Antoine (1985): “La traduction des œuvres latino-américaines en France”. En: *Multilingua*, 4, 4, pp. 208-209.
- Buchrucker, Cristián (1987): *Nacionalismo y peronismo. La Argentina en la crisis ideológica mundial (1927-1955)*. Buenos Aires: Sudamericana.
- Burgos, Nidia (1996): “Mallea y el personalismo: textos significativos para un paralelismo”. En: Cvitanovic, Dinko et al. (eds.): *La Argentina y Europa (1930-1950)*. Bahía Blanca: Universidad Nacional del Sur, pp. 21-45.
- (1999): “La repercusión de la Guerra Civil Española en la sección ‘Calendario’ de la revista *SUR*”. En: *Cuadernos Americanos*, 74, pp. 72-84.
- Caillois, Roger (1939a): “Sociología del verdugo”. En: *SUR*, 56, pp. 57-83.
- (1939b): “La Pampa”. En: *SUR*, 60, pp. 16-19.
- (1939c): “Naturaleza del hitlerismo”. En: *SUR*, 61, pp. 93-107.

- (1940): “Defensa de la República”. En: *SUR*, 70, pp. 49-53.
- (1941): “Exámenes de conciencia”. En: *SUR*, 79, pp. 102-107.
- (1951): “Descripción del marxismo”. En: *SUR*, pp. 10-26.
- (1952): “Descripción del marxismo”. En: *SUR*, pp. 79-103.
- Calomarde, Nancy (2004): *Políticas y ficciones en Sur (1945-1955). Las operaciones culturales en los contextos de “peronización”*. Córdoba: Editorial Universitas.
- Camus, Albert (1946a): “Calígula”. En: *SUR*, 137, pp. 7-44.
- (1946b): “Calígula”. En: *SUR*, 138, pp. 63-92.
- (1949): “El artista es el testigo de la libertad”. En: *SUR*, 178, pp. 7-14.
- (1953): “El artista preso”. En: *SUR*, 222, pp. 2-7.
- De Roux, Dominique/De Milleret, Jean (1964): *Cahier de l’Herne* (dedicado a Jorge Luis Borges). Paris: Editions de l’Herne.
- De Torre, Guillermo (1938): “La revolución espiritual y el movimiento personalista”. En: *SUR*, 44, pp. 37-64.
- Durelli, Augusto (1938): “La unidad entre los católicos”. En: *SUR*, 47, pp. 72-80.
- (1939a): “Tres pueblos mártires”. En: *SUR*, 52, pp. 62-65.
- (1939b): “Los cristianos y el reposo”. En: *SUR*, 60, pp. 74-80.
- Editorial (1937): “Posición de SUR”. En: *SUR*, 35, pp. 7-9.
- (1944): “Francia liberada”. En: *SUR*, 120 (octubre).
- Fargue, León Paul (1940): “Caminar”. En: *SUR*, 111 (enero).
- Felgine, Odile (1994): *Roger Caillois. Biographie*. Paris: Stock.
- Felgine, Odile/Ayerza de Castilho, Laura (eds.) (1999): *Correspondencia Victoria Ocampo-Roger Caillois (1939-1978)*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana.
- Finchelstein, Federico (2002): *Fascismo, liturgia e imaginario: el mito del general Uriburu y la Argentina nacionalista*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.
- Fondane, Benjamin (1931): “El cinema en el atolladero”. En: *SUR*, 1, pp. 158-165.
- (1936): “Prefacio para el presente”. En: *SUR*, 21, pp. 72-86.
- (1938): “Nietzsche y los problemas ‘repugnantes’”. En: *SUR*, 42, pp. 53-60.
- (1939): “Lévy-Brühl o el metafísico a pesar suyo”. En: *SUR*, 57, pp. 65-75.
- Frank, Claudine (ed.) (2003): *The Edge of Surrealism: A Roger Caillois Reader*. Durham: Duke University Press.
- Freund, Gisèle (1979): “Reina Victoria”. En: *La Prensa*, 10 de junio.
- Gálvez, Manuel (1962): *Recuerdos de la vida literaria, III. Entre la novela y la historia*. Buenos Aires: Hachette.
- Gide, André (1947): “Gratitud”. En: *SUR*, 157, pp. 151-152.
- (1980): “Correspondencia”. En: *SUR*, 347, p. 37.
- Goldar, Ernesto (1986): *Los argentinos y la guerra civil española*. Buenos Aires: Plus Ultra.
- Hermes Villordo, Oscar (1993): *El grupo SUR. Una biografía colectiva*. Buenos Aires: Editorial Planeta.

- Ibarguren, Carlos (1999): *La historia que he vivido*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana.
- Jutrin, Monique (ed.) (1997): *Cahiers Benjamin Fondane (Fondane et l'Argentine)*, Vol. 1. Israel: Société d'études Benjamin Fondane.
- (2001-2002): "Tararira, une mise au point". En: *Les Cahiers B. Fondane*, no. 5 <<http://www.fondane.org/cinema.htm>> (09.09.2007).
- King, John (1989): *Sur. Estudio de la revista argentina y de su papel en el desarrollo de una cultura 1931-1970*. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica.
- Majstorovic, Gorica (2006): "Cosmopolitanism and the Nation: Reading Asymmetries of Power in Victoria Ocampo's 'Babel'". En: *A Contracorriente*, 3, 3, pp. 47-64.
- Malaquais, Jean (1943): *SUR*, 104-106 (mayo a agosto de 1943).
- Mallea, Eduardo (1935): "El escritor de hoy frente a su tiempo". En: *SUR*, 12, pp. 7-29.
- Malraux, André (1941): *SUR* 85 (julio) y 86 (agosto).
- Maritain, Jacques (1936a): "Carta sobre la independencia". En: *SUR*, 22, pp. 54-86.
- (1936b): "Conferencia de Jacques Maritain a propósito de la 'Carta sobre la independencia'". En: *SUR*, 27, pp. 7-70.
- (1937a): "Con el pueblo". En: *SUR*, 31, pp. 7-21.
- (1937b): "De un nuevo humanismo". En: *SUR*, 31, pp. 22-49.
- (1937c): "Sobre la guerra santa". En: *SUR*, 35, pp. 98-117.
- (1943): "El papel de América en la nueva Europa". En: *SUR*, 103.
- Martínez Estrada, Ezequiel (1944): "Francia en la salvación". En: *SUR*, 120, pp. 18-23.
- Maugéy, Axel (2000): *Les élites argentines et la France*. Paris: Editions L'Harmattan.
- Medin, Tzvi (2005): *El cristal y sus reflexiones. Nueve intérpretes españoles de Ortega y Gasset*. Madrid: Biblioteca Nueva.
- Meyer, Doris (1990): *Victoria Ocampo. Against the Wind and the Tide*. Austin: University of Texas Press.
- Molloy, Sylvia (1972): *La diffusion de la littérature hispanoaméricaine en France au XXe siècle*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Monserat, Marcelo (1996): "La polémica doctrinaria: el caso Maritain". En: *Usos de la memoria*. Buenos Aires, pp. 186-196.
- Mounier, Emmanuel (1936): *Manifeste au service du personalisme*. Paris: Editions Montaigne.
- (1937): "La vida privada". En: *SUR*, 33, pp. 7-32.
- (1938): "Inteligencia y personalismo". En: *SUR*, 46, pp. 38-42.
- (1939): "La tradición del personalismo francés". En: *SUR*, 57, pp. 76-80.
- Ocampo, Victoria (1931): "Carta a Waldo Frank". En: *SUR*, 1, pp. 7-18.
- (1941): "Racine et Mademoiselle". En: *Lettres Françaises*, 1 (julio).
- (1945): "Despedida a Roger Caillois". En: *SUR*, 343, pp. 103-107.
- (1950): *Soledad sonora*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana.
- (1957): *Testimonios Quinta Serie (1950-1957)*. Buenos Aires: Editorial Sur.

- (1963): *Testimonios Sexta Serie (1957-1962)*. Buenos Aires: Editorial Sur.
- (1964): *La Belle y sus enamorados*. Buenos Aires: Editorial Sur.
- (1967): *Testimonios Séptima Serie (1962-1967)*. Buenos Aires: Editorial Sur.
- (1971): *Testimonios Octava Serie. 1968-1970*. Buenos Aires: Editorial Sur.
- (1979): *Testimonios Novena Serie (1971-1974)*. Buenos Aires: Editorial Sur.
- (1980): *Victoria Ocampo. Correspondencia*. Buenos Aires: Editorial Sur.
- (1981): *Testimonios Primera Serie (1920-1934)*. Buenos Aires: Ediciones Fundación Sur.
- (1982): *Autobiografía II. El imperio insular*. Buenos Aires: Ediciones Revista Sur.
- (1983a): *Autobiografía V. Figuras simbólicas – Medida de Francia*. Buenos Aires: Ediciones Revista Sur.
- (1983b): *Tagore en las barrancas de San Isidro*. Buenos Aires: Ediciones Fundación Sur.
- (1984): *Testimonios Segunda Serie (1937-1940)*. Buenos Aires: Ediciones Fundación Sur.
- (1988): *Autobiografía III. La rama de Salzburgo*. Buenos Aires: Ediciones Revista Sur, pp. 11-23.
- Oliver, María Rosa (1981): *Mi fe es el hombre*. Buenos Aires: Ediciones Carlos Lohle.
- Pasternac, Nora (2002): *SUR, una revista en la tormenta. Los años de formación. 1931-1944*. Buenos Aires: Paradiso Ediciones.
- Patout, Paulette (1990): “Los congresos de 1936 en Buenos Aires”. En: Id. *Alfonso Reyes y Francia*. México, D.F.: El Colegio de México, pp. 580-588.
- Paz, Octavio (1980): “De Octavio Paz”. En: *SUR*, 346, pp. 92-93.
- Pelosi, Hebe Carmen (2003): *Vichy no fue Francia. Las relaciones franco-argentinas (1939-1946)*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano.
- Pividal, Rafael (1937): “Católicos fascistas y católicos personalistas”. En: *SUR*, 35, pp. 87-97.
- (1938a): “Un ministro nacionalista insulta a Maritain”. En: *SUR*, 47, pp. 70-72.
- (1938b): “Los judíos, Céline, Maritain y Gide”. En: *SUR*, 44, pp. 95-96.
- Quijada, Mónica (1991): *Aires de república, aires de cruzada: la guerra civil española en Argentina*. Barcelona: Sendai Ediciones.
- Rein, Raanan (1997): “Another Front Line: Francoists and Anti-Francoists in Argentina, 1936-1949”. En: *Patterns of Prejudice*, 31, 3, pp. 17-33.
- (2000): “Entre la España Republicana y la España Nacionalista: Argentina y la Guerra Civil Española” (en hebreo). En: Rein, Raanan (ed.): *They Shall Not Pass: The Spanish Civil War, 1936-1939*. Tel Aviv: Zmora-Bitan Publishers.
- Romero, Francisco (1936): “Presencia de Ortega”. En: *SUR*, 23, pp. 11-19.
- Sartre, Jean-Paul (1945): *SUR*, 124 (febrero).
- (1946): “Retrato del antisemita”. En: *SUR*, 138, pp. 7-41.
- (1947): “El existencialismo es un humanismo”. En: *SUR*, pp. 147-149, 246-288.

- Senkman, Leonardo (2002): "La representación ficcional del fascismo católico en Manuel Gálvez". En: Klich, Ignacio (ed.): *Sobre nazis y nazismo en la cultura argentina*. College Park, MD: University Press of Maryland, pp. 37-50.
- Silva, Paulo Renato da (2004): *Victoria Ocampo e intelectuais de "Sur": cultura e política na Argentina (1931-1955)*. Brasil: PhD., Universidade de Campinas.
- Sitman, Rosalie (2003a): *Victoria Ocampo y SUR: entre Europa y América*. Buenos Aires: Ediciones Lumiere.
- (2003b): "Resistencia cultural a un régimen autoritario: el 'sonoro' silencio de SUR durante el primer peronismo". En: *Temas de historia argentina y americana*, 3, pp. 173-198.
- (2005a): "Counter Discourse in Argentina. Victoria Ocampo and *Sur*'s Attitude toward the Jews during World War II". En: Ruggiero, Kristin (ed.): *The Jewish Diaspora in Latin America and the Caribbean. Fragments of Memory*. Brighton/Portland: Sussex Academic Press, pp. 18-33.
- (2005b): "¿Una estrategia de protesta antifascista? En torno a la presencia de exiliados republicanos españoles y judíos en SUR, 1936-1947". En: *Judaica Latinoamericana. Estudios Históricos, Sociales y Literarios*, V, pp. 287-309.
- Valéry, Paul (1945): "Lettres de Paul Valéry à Victoria Ocampo". En: *SUR*, 132, pp. 80-104.
- Vázquez, María Esther (1991): *Victoria Ocampo*. Buenos Aires: Grupo Editorial Planeta.
- Volkov, Shulamit (1978): "Antisemitism as a Cultural Code". En: *Leo Baeck Institute Yearbook*, XXIII, pp. 25-46.
- Weibel-Richard, Robert (1938): "El testimonio de Bernanos y la responsabilidad del cristianismo". En: *SUR*, 47, pp. 64-69, 88-90.
- Weiss, Jason (2003): *The Lights of Home: a Century of Latin American Writers in Paris*. New York: Routledge.

Heloisa Pontes

**Louis Juvet e Henriette Morineau:  
o impacto de suas presenças na cena  
teatral brasileira**

A partir do exame dos deslocamentos, das redes de sociabilidade e das relações de homens e mulheres que atravessaram fronteiras nacionais e de gênero, este artigo visa rastrear o impacto e a presença de dois artistas franceses na cena teatral brasileira nos anos de 1940 e 1950. São eles: Louis Juvet (1887-1951) e Henriette Morineau (1908-1990).

Homem de teatro, no sentido pleno do termo, Juvet foi não só um grande ator e diretor como um observador e ensaísta atento a todas dimensões da experiência teatral. Tendo escrito bastante sobre a dramaturgia, a cenografia, o trabalho do diretor e dos atores, Juvet contribuiu decisivamente para a renovação da cena teatral francesa, em conjunto com os demais encenadores integrantes do Cartel – Dullin, Pitoëff e Baty. Em 1941, no contexto da guerra e da ocupação alemã na França, Juvet e sua companhia partem para a América do Sul. A *tournee* prevista para durar pouco tempo, recebeu, de início, o patrocínio do governo de Vichy e, após inúmeras reviravoltas, e foi apoiada pela forças da Resistência, tendo durado quase quatro anos.

Essa viagem inusitada pela América Latina foi narrada com certa minúcia por Juvet e vários dos integrantes de sua trupe. Nos escritos de Juvet encontram-se observações esclarecedoras sobre o público latino-americano e, em especial, brasileiro, sobre os longos meses em que residiu no Rio de Janeiro, sobre a recepção entusiástica que sua companhia teve aqui. Sua presença ente nós, no início dos anos de 1940, tornou possível conhecer a domicílio alguns dos espetáculos teatrais de ponta na Europa e influiu diretamente na montagem da peça *Vestido de Noiva* (de Nelson Rodrigues), considerada por todos os estudiosos do assunto como uma espécie de marco zero do moderno teatro brasileiro. Dirigida pelo polonês Ziembinski (1908-1978) e encenada pelo grupo de amadores Os Comediantes, a peça foi esco-

lhida, segundo depoimentos de pessoas que participaram de sua montagem, graças à influência que receberam, na época, de Louis Jouvet.

Henriette Morineau, atriz que integrou a companhia de Jouvet durante a segunda temporada pela América do Sul, ocorrida em 1942, no lugar de prosseguir a viagem e de retornar a França, voltou ao Brasil, onde fixou residência e teve uma atuação importante no teatro carioca, tendo contribuído diretamente na formação de vários atores e atrizes, como Fernanda Montenegro, considerada a maior atriz viva do teatro brasileiro. Na Companhia de “Madame” (como era chamada Morineau), Fernanda deu, em 1953, a guinada necessária para a sua profissionalização como atriz, graças à influência decisiva que dela recebera. Em suas palavras,

Ela me fez ver que eu tinha encontrado uma profissão qualificada, disciplinada, conseqüente [...] Morineau era um monumento, um arquétipo. Mantinha sempre a distância própria de uma primeira figura do elenco. Não permitia intimidades, mas forjava sempre um caráter teatral. A sensação que eu tinha era a de estar diante de um primeiro-ministro. Fui sua súdita agradecida.<sup>1</sup>

### **1. Cruzando o Atlântico: uma travessia de mão dupla?**

Antes de examinar o impacto e a presença de Jouvet e de Morineau na cena teatral brasileira, é preciso fazer um comentário geral sobre o lugar das viagens na definição e manutenção do padrão de relacionamento estabelecido pelas elites culturais e intelectuais brasileiras com as suas congêneres européias, francesas especialmente, até os anos de 1930. Se nas décadas seguintes esse relacionamento sofre alterações, em razão da Segunda Guerra Mundial e de suas conseqüências, elas não são suficientes para abalar alguns de seus traços mais estruturais. A começar pela dependência das elites brasileiras com a metrópole européia, em particular com Paris. Como mostra Sergio Miceli, o regime de trocas intelectuais e artísticas entre as vanguardas sul-americanas e européias, configurava

[...] um padrão inescapável de sujeição e rebeldia controlada perante os ditames da norma cultural dominante. Nessas circunstâncias de tamanha assimetria cultural, a viagem a Paris –familiar, conjugal, sozinho [ou sozinho], em companhia de amigos, com quem quer que seja– constitui

---

1 Trechos do depoimento de Fernanda Montenegro transcrito no livro de Rito (1995: 49-50).



uma iniciação obrigatória no processo de socialização dos futuros artistas e escritores, o mergulho na absorção de parâmetros, princípios e paradigmas de uma cultura alheia, cuja apreensão possível se efetua pelo distanciamento programado do universo familiar, por meio, entre outros instrumentos, dos filtros proporcionados por idiomas estrangeiros, habilitando os detentores dessa prontidão a tomar distância do universo familiar de origem (Miceli 2008: 108).<sup>2</sup>

Cientes de sua condição metropolitana, convictos mesmo que discretamente da superioridade de sua cultura, os intelectuais e artistas europeus, quando em viagem para a América Latina, davam a essa experiência um caráter muito diverso do caráter “iniciático” e formador que ela tinha para os latino-americanos. Com a guerra e a partir dela, no entanto, alguns sinais de atenuação, mais do que de alteração desse padrão, passam a ser emitidos. Nas palavras de Gilda de Mello e Souza, que na época ensaiava os primeiros passos como escritora na revista *Clima*.<sup>3</sup>

O início da guerra, paradoxalmente, foi, em São Paulo, um período de grande efervescência cultural. Com o bloqueio do Atlântico, as companhias de teatro e balé que haviam saído da Europa para as *tournées* costumeiras pela América do Sul, ficaram obrigadas a circular, indefinidamente, pelas grandes capitais, Rio de Janeiro, São Paulo, Montevideu, Buenos Aires. O teatro *de l'Atelier*, por exemplo, dirigido por Jouvet, fez grandes temporadas no Brasil, o que tornou possível conhecer a domicílio alguns dos mais belos espetáculos teatrais da época (Mello e Souza 1984: 138-39).

A temporada de Jouvet entre nós serviu, entre outras coisas, para mostrar que o trabalho do diretor é essencial para garantir a “unidade, a coesão interna e a dinâmica da realização cênica”. Sem o que o espetáculo deixa de ser uma totalidade para aparecer como sobreposição de “cenários e personagens, objetos e discursos, luzes e gestos” (Roubine 1998: 41). Verdadeira lição prática sobre a importância e a função desse profissional, que fizera a sua entrada nos palcos europeus no final do século XIX e se introduzira no Brasil, com um atraso de quase cinquenta anos. Jouvet, sem dúvida, deu o chute inicial nessa direção e ajudou, mesmo que indiretamente, a subverter a hierarquia de valores que sustentava o nosso panorama teatral, cujos espetáculos “organizavam-se por assim dizer das partes para o todo. Cada ator interpretava a

---

2 Para uma análise densa do impacto e importância da viagem a Paris na conformação dos ideários artísticos do modernismo brasileiro, ver Miceli (2003).

3 Sobre a revista *Clima* e o grupo que a editava, ver Pontes (1998; 2002).

seu modo o seu papel e daí resultava o conjunto – quando resultava” (Prado 1993: 95). Depois de suas duas “iluminadoras temporadas” no Brasil, “não havia mais lugar para comédias de costumes ou para ‘fantasias’ em forma de festa” (Prado 1993: 159), tampouco para o desconhecimento do significado das palavras *mise-en-scène* e *metteur-en-scène*. Com ele, os mais aficionados pelas artes do espetáculo aprenderam a “conhecer o teatro por dentro, para ver como um texto se transforma em mecanismo vivo”.<sup>4</sup>

## 2. Jovet na cena teatral francesa

Na cena teatral francesa da época, Jovet era a um só tempo referência e presença obrigatórias. Homem de teatro no sentido pleno da palavra, observador e ensaísta atento a todas as dimensões da experiência teatral, ele não só escreveu bastante sobre a dramaturgia, a cenografia, o trabalho do diretor e dos atores, como fez diversas incursões pelo mundo do cinema.<sup>5</sup> A capacidade com que transitava de uma área para outra, sem jamais abrir mão da sua verdadeira vocação e paixão, o teatro, advém em larga medida do seu tipo físico longilíneo, da dicção perfeita, da voz marcante, dos belos e incisivos olhos azuis.<sup>6</sup> Sem ser propriamente bonito, hipnotizava as platéias com a sua maneira de atuar, marcada antes de tudo por “um desvio e uma tomada de consciência carnal”.<sup>7</sup> Se no cinema “o que tem importância é o olho, ao passo que, no teatro, é a voz”<sup>8</sup> –na frase precisa de outro grande ator, o italiano Marcello Mastroianni– Jovet podia gabar-se de ter os dois.

Mas bem mais importante do que a capacidade que ele tinha de maximizar os seus atributos físicos eram as suas concepções, postas em prática, sobre a arte do ator. Segundo um dos integrantes da companhia, Julien Bertheau,

---

4 Cf. “Ruy Affonso volta para onde tudo começou”, *Ilustrada*, Suplemento da *Folha de S. Paulo*, 9 de maio de 2000.

5 A primeira incursão de Jovet no cinema ocorreu em 1932 e a última em 1951, ano de seu falecimento. Ao todo, atuou em 20 filmes. Informações obtidas em Dusigne (1997: 220).

6 Essas qualificações estão baseadas no registro cinematográfico da atuação de Jovet como ator.

7 Expressão usada pelo crítico francês Bernard Dort para definir o impacto causado por Jovet como ator. Cf. *Revue d'Histoire du Théâtre* (1998: 50-58).

8 Cf. Mastroianni apud Augusto Massi, “Memorável Mastroianni”, *Jornal de Resenhas* (suplemento da *Folha de S. Paulo*), 10 de junho de 2000, p. 10.

A palavra que melhor o definiria seria “exigência”. Ele era a exigência personificada. E como toda pessoa de grande qualidades, ele era, em primeiro lugar, exigente diante dele mesmo, o que o autorizava a sê-lo com o outro [...] Um ensaio com ele significava 23 formas de enfrentar um verso de Molière.<sup>9</sup>

Se hoje tal procedimento virou o “feijão-com-arroz” do trabalho de atores e diretores, é preciso não perder de vista que estava muito longe de ser regra geral na época. Mesmo na França, era ainda uma prática inusitada cuja rotinização foi, em larga medida, alcançada graças ao trabalho de Louis Jouvet, Charles Dullin, George Pitoëff e Gaston Baty. Independentes, mas interrelacionadas, as carreiras desses quatro diretores se encontraram em momentos precisos ao longo dos anos de 1920 e 30.

Jouvet e Dullin integraram o elenco de atores do *Vieux-Colombier*, fundado pelo crítico literário Jacques Copeau (1879-1949) que, desde o decênio de 1910, lutara pela libertação do teatro francês das velhas convenções, sobretudo daquelas habituais nas montagens de *boulevard*. Rejeitando “o espetáculo espetacular”, o purismo de Copeau e suas opções estéticas expressavam-se na “arquitetura cênica do *Vieux-Colombier* e na nudez do palco”, que, plasticamente, confirmavam a “convicção de que aquilo que emana da literatura dramática – a dicção exata, o gesto expressivo – constitui a essência do teatro” (Roubine 1998: 52). Com ele, Jouvet e Dullin iniciaram-se no teatro de arte e aprenderam o necessário para ousar uma carreira solo como diretores. Em 1921, Dullin criaria o grupo *L’Atelier*, espécie de teatro escola. Jouvet, por sua vez, aceitaria em 1922, o posto de diretor técnico de duas salas da *Comédie des Champs-Élysées* e, dois anos depois, o cargo de diretor artístico.

Nesse meio de tempo, o ator russo Pitoëff, que se instalara em Paris, em 1921, e por dois anos partilhara com Jouvet a direção artística dos *Champs-Élysées* (1922-1924), se volta, como diretor, para a montagem de um amplo repertório internacional, russo em particular, desconhecido até então pelo público parisiense. Enquanto isto, Baty dava os primeiros sinais de descontentamento com o postulado da submissão ao texto, tão caro a Copeau e a seus dois ex-discípulos, por temer que a sua defesa intransigente acabaria por deixar escapar

---

9 Declaração de Julien Bertheau, transcrita em *Revue d’Histoire du Théâtre* (1998: 39).

que a sua defesa intransigente acabaria por deixar escapar aquilo que, a seu ver, era central no teatro: o espetáculo.<sup>10</sup>

Mais do que divergências intransponíveis, diferentes pontos de vista que, somados ao trabalho concreto que vinham fazendo como diretores empenhados na renovação da cena teatral da época, contribuíram para selar a ligação entre eles, expressa pela criação, em 1927, do Cartel. Definido como “uma forma de associação baseada na estima profissional e no respeito recíproco”, garantia a cada um a “conservação plena da liberdade artística” e o direito de permanecer senhores de suas escolhas. Ao lado do combate à mediocridade, da defesa apaixonada de um teatro puro, do tratamento das questões de ordem profissional, seus integrantes comprometiam-se a se solidarizarem “em todos os assuntos em que os interesses profissionais e morais de cada um deles estivessem em jogo”.<sup>11</sup>

Ao longo dos anos de 1930, os integrantes do Cartel tornariam a se encontrar para mais uma missão cultural, consagrada, desta vez, à renovação no tratamento dos clássicos da dramaturgia francesa. Com a indicação, em 1936, de Édouard Bourdet para o cargo de administrador da *Comédie-Française*, pelo então ministro da Educação Nacional, Jean Zay, abriu-se um precedente na história dessa instituição e Juvet, Baty e Dullin foram, juntamente com Jacques Copeau, convidados a dirigir alguns dos seus espetáculos.<sup>12</sup> O único senão era a ausência de Pittoëff, motivada por razões extra-profissionais. A nacionalidade russa fora, neste caso, o motivo para a sua não inclusão. Sinal inequívoco de que o símbolo da tradição teatral francesa não passaria incólume pelos conflitos étnicos e pelas ondas nacionalistas que atravessavam a Europa. A guerra estava próxima. E não só a dos militares, como também a que se instauraria entre escritores e artistas em geral - na qual clivagens políticas retraduziriam querelas, disputas e rivalidades próprias do campo literário.<sup>13</sup>

---

10 Para uma discussão pormenorizada das posições defendidas por Baty, consultar os trabalhos citados de Dusigne (1997) e Roubine (1998).

11 Todas as citações desse parágrafo foram retiradas do manifesto de fundação do Cartel, datado de 6 de julho de 1927 e assinado por Juvet, Dullin, Baty e Pitoëff. Reproduzido no livro de Dusigne (1997: 188).

12 O contrato que lhes fora proposto pelo administrador da *Comédie-Française* não implicava no abandono da direção dos seus respectivos teatros. Ver a esse respeito Joubert (1998).

13 Para uma análise aprofundada dessa questão, ver Sapiro (1999).

### 3. Política e cultura: as *tournées* de Jouvet pela América Latina

As razões que levaram Jouvet, juntamente com a sua companhia, a deixar Paris, em 1940, e partir primeiro para a Suíça, em seguida para Portugal e, finalmente, para a América do Sul, não foram, em suas palavras,

Nem religiosas nem políticas, mas unicamente profissionais [...] Eu deixei [a França] porque me proibiram de encenar dois dos meus autores: Jules Romains e Jean Giraudoux. Achavam-nos anticulturais, propuseram-me trocá-los por Schiller e Goethe. [...] Só se faz teatro por prazer, e em liberdade. Ter uma profissão e praticá-la de acordo com a exigência de todos os seus princípios [...] é a melhor maneira e a forma mais certa, para um homem de teatro, de fazer política e ter uma religião (Jouvet 1945: 10).

Recusando-se, em suas palavras, a “cumprir o programa cultural estabelecido pelos alemães” durante a ocupação francesa, Jouvet deixou a Europa no dia 6 de junho de 1941. De Lisboa, embarcou com mais vinte e cinco pessoas (entre atores e técnicos) e 34 toneladas de material. Vinte dias depois chegariam ao Rio de Janeiro para a estréia da temporada. A guerra, a política francesa, a acolhida entusiástica que a companhia receberia por aqui, a intempestiva e apaixonada relação de Jouvet com a atriz Madeleine Ozeray, tudo isso contribuiu para a longevidade desta *tournee* que, programada inicialmente para três meses, durou quase quatro anos.

Quando Jouvet saiu da França, aos 54 anos, ele era um ator popular e um diretor renomado, com passagem pela *Comédie-Française* e experiência teatral sedimentada durante a década de 1920 no *Vieux-Colombier* e, ao longo dos anos 30, no *Théâtre de l'Athénée* – onde firmara a associação com o escritor Jean Giraudoux e com o cenógrafo Christian Bérard. Ali encenara alguns dos seus maiores sucessos, entre eles *Tessa*, *La guerre de Troie n'aura pas lieu* (ambas de Giraudoux) e *L'École des femmes* (Molière).<sup>14</sup>

E foi com essa experiência acumulada que Jouvet chegou ao Brasil em fins de junho de 1941, para dar início àquela que deveria ser a sua primeira *tournee* na América do Sul. No dia 7 de julho, estreou no Rio de Janeiro com a peça de Molière, *L'École des femmes*. O silêncio da plateia, erroneamente confundido pelos atores como sinal de indife-

14 Essas e outras informações sobre a trajetória e a carreira de Jouvet foram obtidas em Mignon (1991; 1996).

rença, logo seria desfeito por uma avalanche de aplausos, repetidos ao término de cada uma das sete apresentações que o grupo faria no Teatro Municipal, ao longo do mês de julho de 1941. Num misto de encantamento e excitação –por poder assistir a sete peças diferentes, de dramaturgos diversos, encenadas pelo mesmo elenco, praticamente dia sim, dia não–,<sup>15</sup> o público carioca manifestou a aprovação incondicional ao teatro francês. A ponto de seus integrantes serem vistos por Jouvét como “autênticos europeus”.

Uma sociedade seleta, que fala o francês correntemente, com graça e distinção, deu-nos, entre todos os públicos diante dos quais representamos, uma audiência que poderia rivalizar com a de Paris, por sua elegância, por ser sensível às nuances de nossa língua, uma simpatia que fez de uma representação no grande teatro do Rio de Janeiro uma reunião de bom-tom, onde era verdadeiramente agradável de se estar. Chegamos a São Paulo e o fervor dessa primeira acolhida se renovou (Jouvét 1945: 22).

Essa observação de Jouvét, além de bastante convencional, é uma meia verdade. De um lado, por centrar-se na apreensão dos aspectos mundanos da elite carioca e paulista que compareceu aos espetáculos. De outro, porque ela, em conjunto com o tom de heroísmo que marca a narrativa dessa longa, inusitada e, sob vários aspectos, extravagante experiência de quatro anos pela América Latina, silencia o patrocínio inicial que a companhia recebeu do governo de Vichy.

Jouvét, no entanto, não foi o primeiro a apagar esse dado –importante demais para ser esquecido– da memória. Em fevereiro de 1943, Marcel Karsenty, judeu e organizador da turnê –que estivera no Brasil e na Argentina, em 1939, como promotor da temporada oficial da *Comédie-Française* naquele ano– deu uma entrevista para o jornal colombiano, *El Bogotá*, no qual afirmava que a companhia de Jouvét deixara a França por ter sido impedida pelos alemães de representar os autores franceses prediletos de seu diretor. Inscrevendo a viagem no registro da resistência, Karsenty não fez qualquer menção ao patrocínio oficial recebido. Em 1945, dois anos depois dessa entrevista e

---

15 Além de *L'École des femmes* (de Molière), encenada no dia 7 de julho de 1941, o grupo apresentou as seguintes peças no Rio de Janeiro, durante o mês de julho: *Knock* (de Jules Romains), *La jalousie du Barbouillé* (de Molière), *La folle journée* (de Emile Mazaud), *La coupe enchantée* (de La Fontaine), *Ondine* (de Giraudoux), *Monsieur Le Trouhadec saisi par la débauche* (de Jules Romains), *Electre* (de Giraudoux) e *La guerre de Troie n'aura pas lieu* (de Giraudoux). Informações obtidas em Mignon (1991; 1996).

já instalado em Paris como uma espécie de embaixador cultural da Resistência, Jouvet faria a conferência que sedimentaria esse esquecimento e que seria publicada, em seguida, com o título *Prestiges et perspectives du théâtre français*.

Iniciada por Karsenty, ampliada por Jouvet, cristalizada pelos livros que alguns dos integrantes da companhia escreveram sobre as *tournées* pela América Latina, corroborada pelos biógrafos do diretor e pelos historiadores do teatro francês, essa memória só começou a ser desconstruída em função do trabalho de Denis Rolland (2000). Vasculhando arquivos que até então estiveram fora do alcance público –como o “Fundo Jouvet” sediado na Biblioteca Nacional da França e só recentemente aberto à consulta– ou do foco dos pesquisadores –como alguns dos arquivos da Biblioteca do Congresso em Washington, centrados nas relações dos Estados Unidos com a França durante a Segunda Guerra–, Denis Rolland mostra que tanto a turnê de 1941 quanto a de 1942 foram patrocinadas pelo governo de Vichy. Um montante considerável de dinheiro, quando visto à luz da penúria de receitas do estado francês na época –algo em torno de um milhão de francos, segundo estimativa do autor (Rolland 2000: 29-30)– foi concedido à companhia de Jouvet. Do ponto de vista administrativo, o financiamento foi obtido através da intermediação da AFAA (*Association Française d’Action Artistique*), órgão ligado ao Ministério dos Negócios Exteriores e da Educação Nacional. Foi este órgão que deu início às tratativas necessárias para que os integrantes masculinos da companhia pudessem sair da França. Com a ocupação alemã, todos os homens entre 17 e 40 anos estavam proibidos de deixar o país, a não ser em casos excepcionais e com autorização direta das autoridades. Duas autorizações eram exigidas: uma, francesa, para sair da França administrada por Vichy, outra, alemã, para passar de uma zona a outra e deixar a França ocupada.

Enfático na afirmação de que a turnê pela América Latina não foi decidida, como queria Jouvet, de forma brusca, o autor mostra as implicações cruzadas que estão na base de seu patrocínio. Principal “aventura externa da cultura promovida a partir de Vichy, uma escolha política de um itinerário teatral”, ela revela ainda a permeabilidade dos países latino-americanos durante a guerra “às culturas estrangeiras” e as redes da “francofilia” no continente (Rolland 2000: 14).

Ao patrocinar a companhia de Jouvet, o governo de Vichy esperava fazer dela uma espécie de mensageiro, a provar em alto e bom som que a cultura francesa clássica continuava viva e poderosa. Para o estado francês, ela contribuía para a afirmação da representatividade nacional e da posição internacional que ele esperava manter, funcionando como um desmentido de que a pátria francesa estivesse subjugada à Alemanha. E ainda que não se possa atribuir a Jouvet a pecha de colaboracionista, ele serviu a Vichy. Antes de tudo, porque os integrantes de qualquer turnê no exterior, além de serem objeto de atenção das elites locais e de demonstrações oficiais e mundanas, são “explícita ou implicitamente, os embaixadores do pensamento e da arte nacional” (Rolland 2000: 227). Mas também serviu a Vichy por proporcionar à política cultural da ocupação alemã um *álibi* benfazejo de que se estaria preservando o *rayonnement* da cultura francesa no mundo.

O saldo das primeiras temporadas capitaneadas por Jouvet foi dos mais positivos em termos de política cultural, sobretudo quando visto a partir da ótica do público dos países que as sediaram. Por isso, o governo de Vichy não foi o único a vislumbrar os lucros simbólicos e políticos dessa excursão pela América Latina. Membros dos comitês de Resistência no continente logo se deram conta que o objetivo central de Jouvet era assegurar a existência do teatro francês livre de ingerências extra-artística. Sendo assim, passaram a oferecer ajuda, material e logística, para que a companhia pudesse se manter por aqui tão logo cessaram os recursos oficiais em 1942.<sup>16</sup>

Ao longo dos quase quatro anos em que estiveram viajando pela América Latina, Jouvet e sua companhia percorreram mais de 67 mil km e atravessaram onze países. Apresentando-se diante de públicos variados e, por vezes, em condições bastante precárias –compensadas em larga medida pela acolhida calorosa e pela simpatia das platéias locais– viveram uma profusão de situações inusitadas, habituais apenas para os grupos mambembes. Encenando “nas condições primitivas dos encenadores de outrora”, foram obrigados a procurar um sentido mais largo para as próprias vidas. Nas palavras de Jouvet,

---

16 Esses recursos foram concedidos até o final da temporada. Segundo Mignon (1996: 110), em janeiro de 1944, pouco antes da estréia da temporada mexicana, Jouvet recebeu uma ajuda financeira de dez mil dólares do general De Gaulle.



“ao procurar um sentido para minha vida, encontrei o sentido da minha profissão” (Jouvet 1945: 10).

Longe de uma afirmação retórica, a afirmação do diretor francês ao mesmo tempo em que sintetiza a sua irrestrita e apaixonada adesão ao mundo do teatro, deixa entrever as dificuldades enfrentadas no decorrer dessa longa viagem pela América Latina. De fato, elas não foram poucas e muito menos pequenas. Após o sucesso retumbante da primeira temporada, no Rio de Janeiro e em São Paulo –confirmado em Buenos Aires e Montevidéu– Jouvet decidiu permanecer por aqui para uma nova turnê. A decisão, contudo, não teve o consenso de toda a companhia. Alguns de seus membros retornaram à França, outros vieram de lá, e novos participantes, refugiados da Guerra ou residentes no Rio de Janeiro, engajaram-se temporariamente no grupo.

Além da reapresentação, com o acréscimo de novas peças e repetição de outras, nos mesmos países da América do Sul onde estivera em 1941, Jouvet pretendia ampliar a rota da segunda temporada de forma a incluir também a América do Norte.<sup>17</sup> O projeto, no entanto, não se concretizou na medida em que o visto para os Estados Unidos lhe foi negado.<sup>18</sup> O sucesso da segunda temporada, cuja estréia deu-se em junho de 1942 no Rio de Janeiro, não foi exatamente o mesmo do ano anterior, nas demais cidades percorridas. Não por uma alteração da qualidade do elenco, das apresentações ou da direção, e sim pelo curto espaçamento entre as duas *tournées*, reforçado pelo tamanho diminuto do público culto da época, apto a entender uma encenação em francês. Ao lado das dívidas acumuladas e da diminuição das receitas, a companhia enfrentaria, nos anos seguintes, a saída e remanejamento de seus integrantes que viveram a viagem como uma experiência teatral radical e como uma missão política no sentido amplo do termo.

---

17 Durante a Primeira Guerra, entre 1917-1919, Jouvet participou da (longa) temporada, nos Estados Unidos, do teatro do *Vieux-Colombier*. A experiência de atuar num país estrangeiro e de acompanhar a cena teatral de Nova York, onde residiu a maior parte do tempo, foi fundamental para o aprimoramento da sua formação como ator, interessado, já naquela época, em aprofundar também os seus conhecimentos na esfera da cenografia.

18 Embora Jouvet tenha afirmado que essa recusa fora motivada pelas críticas que ele fizera à política norte-americana durante uma conferência no Rio de Janeiro, Denis Rolland (2000) mostra a partir dos arquivos consultados em Washington, que a razão estava em outro lugar: no conhecimento, por parte do governo americano, de que Jouvet estava sendo patrocinado por Vichy.

Teatro e política estiveram juntos nesse empreendimento. Sob a roupagem de uma missão cultural destinada a difundir a imagem de uma França imemorial e clássica, centrada em um repertório de autores como que impregnados por uma pátina de artisticidade apolítica, a excursão pela América Latina foi avalizada pela política cultural do ocupante alemão instalado em Vichy e depois pelas forças da Resistência. A encenação de um dos símbolos da tradição cultural francesa, o dramaturgo Molière, representado em sua própria língua para platéias francófilas e a acolhida entusiástica que Jouvet e sua companhia tiveram em todos os países por onde passaram são a prova incontestável do reconhecimento pelo trabalho inovador que eles vinham fazendo no âmbito do teatro. São também e simultaneamente o sinal seguro de que palavras como liberdade, igualdade e fraternidade foram atualizadas em novas chaves no contexto mais geral da Segunda Guerra e de seu impacto na América Latina. O visível apoio do público às lutas travadas pela Resistência foi simbolicamente transferido para a companhia de Jouvet ao longo de toda a (inusitada) temporada – como atestam as inúmeras vezes em que ao final de seus espetáculos, as platéias locais misturaram aplausos com o canto da Marselhesa. O hino francês, condensando o repúdio à ocupação alemã, restituía para o público e para os atores –mesmo que por instantes e no domínio cultural circunscrito pelo teatro– a liberdade ameaçada e um imaginário político fundado na soberania nacional da França.

Com a libertação de Paris, em agosto de 1944, a vitória da Resistência, a instalação do Governo Provisório da República, o desmoronamento do governo de Vichy, e a eminente derrota (final) dos alemães, Jouvet iniciaria a viagem de volta, desembarcando em Marseille em 11 de fevereiro de 1945. Sete dias depois chegaria finalmente a Paris, de onde estivera ausente por quase quatro anos. Outros eram os ânimos, o alinhamento político e o perfil do teatro francês.

#### **4. Madame Morineau e *le patron***

A passagem de Jouvet pelo Brasil faz parte da história do teatro brasileiro. De um lado, por se inscrever, como mostra Teresa Guimarães,

entre os exemplos e estímulos que concorreram para os movimentos de atualização da nossa cena na década de 1940. O amadorismo culto, o profissionalismo, a atividade crítica e a cenografia, entre outras áreas,

beneficiaram-se com as temporadas e a permanência de encenador francês entre nós (Guimarães 1981: 5).<sup>19</sup>

De outro, por trazer de volta aos palcos, como atriz e diretora, a francesa Henriette Morineau. Em 1931, quando chegou ao Rio de Janeiro para se casar, ela já havia feito a primeira troca de nome, substituindo o “Rouleau” –que tomara de empréstimo do marido da mãe– por Risner. O “nome artístico”, uma alusão ao sobrenome do ebenista encarregado dos objetos de arte feitos de madeira na corte de Luís XVI, lhe fora sugerido por Albert L’Ambert, diretor da companhia na qual trabalhou durante seis anos, o último deles (1929) excursionando pela França, Bélgica, Suíça e norte da África. Mas foi como Morineau, sobrenome do primeiro marido, o francês Georges, com quem se casou em maio de 1931, cinco dias após se instalar no Rio de Janeiro, que ela conquistou um lugar importante na história do teatro brasileiro.<sup>20</sup>

Sua vocação para o teatro foi delineada na época do colégio em Niort (cidade onde nasceu em 1908, situada a 400 quilômetros de Paris), por meio da representação dos clássicos franceses encenados por colegiais do sexo feminino. Em 1922, iniciou a formação, em Paris, com o professor Henry Mayer. Durante esse ano, quinzenalmente, ia de Niort à capital francesa para ter aulas de dicção com ele. Responsável por colocar a sua voz no lugar certo, ele lhe mostrou as “diversas maneiras de dizer os textos, sérios, alegres, neutros, como deveria jogar a voz, dependendo da idade das personagens”. Com ele, Henriette entrou em contato com os dramaturgos mais renomados, franceses sobretudo, e aprendeu que “a voz, a maneira de se expressar, é tão importante quanto a sensibilidade”. Tendo absorvido em um ano tudo que ele poderia lhe ensinar, ela deu prosseguimento à sua formação no *Conservatoire du Théâtre* de Paris, instituição que, ao longo do

---

19 Nesse trabalho minucioso de pesquisa, a autora faz uma descrição detalhada de todos os passos e aspectos das duas temporadas de Jouvet no Brasil, valendo-se da consulta à produção escrita publicada na imprensa brasileira no período e de entrevistas com alguns dos integrantes da companhia na época (Leo Lapara, Henriette Morineau, entre outros).

20 Todas as informações relativas à vida e à trajetória de Henriette Morineau contidas nesse parágrafo e nos seguintes foram retiradas da entrevista que ela concedeu a Simon Khoury, antes de seu falecimento em 1990 (cf. Khoury 2001a).

século XIX, fora considerada “como a melhor escola de arte dramática do mundo” (Martin-Fugier 2001: 29).<sup>21</sup>

Durante três anos, aplicou-se com obstinação. Sua meta, uma vez concluído o conservatório, era ingressar no elenco de atores da *Comédie-Française*, o que não aconteceu em razão do resultado que obteve no exame de seleção. Ao saber que ficara em segundo lugar, Henriette desmaiou. “Quando recobrou os sentidos”, entre as muitas palavras de estímulo que recebeu de alguns dos concorrentes e de atores consagrados da instituição, uma em especial lhe devolveu o prumo e lhe abriu as portas para a sua profissionalização como atriz: a lembrança de que a grande diva do teatro francês, Sarah Bernhardt, também ficara em segundo lugar há muitos anos atrás.<sup>22</sup> Albert L’Ambert, o autor dessa lembrança, ao despedir-se dela, disse ainda que esperava contar com ela em sua companhia.<sup>23</sup> E foi o que seu deu até a vinda de Henriette para o Rio, em 1931.

Mas entre 1931 e 1942, quando seria apresentada a Louis Juvet e receberia dele o convite para ingressar na sua companhia, Morineau esteve longe dos palcos. “Mal casada” e proibida de praticar a profissão pelo marido, ela só mantivera contato com o teatro por meio de conferências que ministrava ocasionalmente sobre os clássicos da dramaturgia francesa para um público diversificado que freqüentava a sede da ABI (Associação Brasileira de Imprensa). E foi ali, após o término da segunda conferência feita por Juvet no Rio de Janeiro, que ambos foram formalmente apresentados. Ela que já o vira atuar em Paris, assistira a vários de seus filmes e estivera na platéia do teatro Municipal do Rio quando da sua primeira temporada no Brasil, ficou encantada com o convite para participar da companhia e dar continuidade à segunda *tourné*e pela América do Sul. A resposta positiva era um alento para ambos. Para Morineau, porque viabilizou a sua primeira atuação no Brasil como atriz, na única língua que dominava

---

21 Rico em informações sobre a carreira e a trajetória de várias atrizes francesas de renome no século XIX, o livro de Martin-Fugier (2001) é uma referência obrigatória para os interessados em entender as transformações que se produziram no recrutamento profissional das atrizes e na mudança de status social sofrida por elas ao longo do século XIX. Sobre a importância do Conservatório e da cena teatral francesa nesse período, consultar Charle (2004).

22 Para informações detalhadas da carreira da atriz, consultar Gold/Fizdale (1994).

23 Todas as citações desse parágrafo foram retiradas da entrevista citada de Henriette Morineau (cf. Khoury 2001a: 34).

até então na perfeição, o francês, uma vez que o seu português ainda era sofrível. Para Jouvét, porque diante da relação tumultuada e por um triz com Madeleine Ozeray, poderia contar com uma atriz formada na melhor tradição teatral dos clássicos franceses, apta a atuar como protagonista em algumas das peças selecionadas para a segunda *tour-née*.

Depois da estréia, em 1942, no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, protagonizando *Léopold le bien aimé*, de Jean Sarment, Morineau seguiu viagem com a companhia de Jouvét. Largou o marido e levou a filha de ambos, Antoinette, que tinha na época nove anos e chegou a fazer três peças nas quais era necessária a presença de uma atriz mirim. Integradas na *troupe*, mãe e filha percorreram boa parte da América do Sul. Em Lima, no Peru, as coisas se complicaram para Morineau em razão das ameaças feitas pelo marido e endereçadas por carta. Elas não deixam dúvidas sobre as suas intenções: a “liberdade” dela em “troca da filha”. Trocando em miúdos, caso ela seguisse em frente com a companhia, a guarda da filha seria judicialmente conferida a ele.<sup>24</sup>

Diante disso, Morineau recuou e voltou ao Rio de Janeiro, em meio a um turbilhão de emoções desencontradas e com um intenso sentimento de perda. De volta ao Brasil e instalada definitivamente no país, Morineau ingressou na companhia de Bibi Ferreira. Em 1944, e ao lado dela, representou pela primeira vez em português. Em 1948, voltaria a atuar em francês, na noite de estréia do Teatro Brasileiro de Comédia (TBC), fazendo o monólogo *A voz humana*, de Jean Cocteau. O convite para participar da inauguração do que viria ser um marco no teatro brasileiro, expressava o reconhecimento pelo trabalho que vinha fazendo como atriz e diretora de Os Artistas Unidos, fundado por ela em conjunto com o médico Carlos Brant. Nos treze anos que esteve à frente desse grupo (1946-1959), foi uma presença marcante na cena carioca. Depois da dissolução da companhia, passou por vários grupos – entre eles, o Teatro dos Sete, dirigido por Gianni Ratto e o Oficina, por José Celso Martinez Corrêa, os quais na primeira

---

24 As informações contidas nesse parágrafo foram obtidas na entrevista citada de Morineau (cf. Khoury 2001a: 49).

metade dos anos de 1960 estavam contribuindo decisivamente para um novo acerto dos ponteiros do teatro brasileiro.<sup>25</sup>

### 5. As marcas de Juvet e de Morineau na renovação da cena teatral brasileira

No decorrer das duas temporadas de Juvet no Brasil (1941-1942), quatro dos maiores nomes da história do teatro brasileiro contemporâneo –um crítico (Décio de Almeida Prado), uma atriz (Cacilda Becker), um dramaturgo (Nelson Rodrigues) e um grupo de teatro amador (Os Comediantes)– ensaiavam os primeiros passos rumo a essa posição. Décio de Almeida Prado (1917-2000), estreara na crítica de teatro, em 1941, na revista *Clima*. Nesse mesmo ano, Cacilda Becker (1921-1969) iniciava-se como atriz e Nelson Rodrigues (1912-1980) como dramaturgo, com a peça *A mulher sem pecado*.<sup>26</sup> Protagonistas e artífices do movimento de renovação do teatro no país, eles sentiram de maneiras distintas a presença de Juvet entre nós. Décio de Almeida Prado, diretamente. Nelson Rodrigues, indiretamente, pela mediação do grupo carioca amador, Os Comediantes, responsável pela encenação de *Vestido de noiva*, tida por todos, e desde a sua estréia em dezembro de 1943, como o marco zero do moderno teatro brasileiro.

Na lembrança de um dos integrantes desse grupo e mais tarde crítico de teatro, Gustavo Dória, a presença de Juvet e sua companhia obrigou-os, em 1942, a “refletirem mais demoradamente” sobre o que “deveriam apresentar como repertório”. Obviamente, prossegue Dória,

Todos nós conhecíamos a importância de Juvet, sua posição no teatro francês, sua descendência direta do movimento de Copeau. Mas jamais podíamos imaginar que o espetáculo teatral pudesse atingir aquele grau de elaboração artística. Jamais tínhamos visto uma conjunção tão perfeita entre texto, interpretação e montagem. Além do mais, o caráter “novo” que Os Comediantes pretendiam estava perfeitamente justificado no seu

25 Depois de uma rápida passagem pelo Teatro dos Sete, em 1960, atuando em *A profissão da senhora Warren*, de Bernard Shaw, Morineau integrou-se, em 1962, no *Teatro Oficina*, como atriz, nas seguintes peças: *Todo anjo é terrível*, de Ketti Frings, *O sorriso de pedra*, de Pedro Bloch, e *Andorra*, de Max Frisch. Informações obtidas no site da Enciclopédia Itaú Cultural de Teatro, <[www.itaucultural.org.br/aplicexternas/enciclopedia/%5Fteatro](http://www.itaucultural.org.br/aplicexternas/enciclopedia/%5Fteatro)> (15.06.2006).

26 Para uma visão mais aprofundada da vida e da obra de Nelson Rodrigues, consultar Magaldi (1987) e Castro (1992).

aspecto mais elevado com a presença do ilustre diretor francês, que passou a ser figura comentada nos nossos meios artísticos e intelectuais. Ali estava, no seu mais apurado aspecto, a concretização de um projeto modesto que Os Comediantes pretendiam pôr em aplicação. Na verdade, Jouvet nos ajudou e muito. Mostrou uma nova maneira de apresentar o espetáculo teatral; salientou a importância do teatro e mostrou, ainda, as possibilidades do artista brasileiro; quando de sua segunda temporada chama, para com ele colaborar, pintores e desenhistas brasileiros aqui radicados, revelando o que nós mesmos desconhecíamos (Dória 1975: 15-16).

Generoso com os atores amadores, Jouvet os recebia em seu apartamento, durante os sete meses em que residiu no Rio de Janeiro, em 1942. Brutus Pedreira e outros integrantes de Os Comediantes voltaram de uma dessas visitas, relembra Gustavo Dória,

Com a verdade estarrecedora: qualquer iniciativa que pretendesse fixar no Brasil um teatro de qualidade, um teatro que atingisse verdadeiramente a uma platéia, não estaria realizando nada enquanto não prestigiasse a literatura nacional! [...] O ponto de partida era o autor brasileiro (Dória 1975: 16-17).

O conselho de Jouvet logo se tornou uma idéia fixa do grupo.<sup>27</sup> Era preciso encontrar um dramaturgo brasileiro à altura da pretensão do grupo e de seu diretor, o polonês Zbigniew Ziembinski (1908-1978) que, fugindo da Guerra, chegara no Rio de Janeiro em 6 de julho de 1941, um dia antes da estréia da companhia do diretor francês. A coincidência das datas, decorrente do panorama internacional, não implicou no mesmo destino para ambos: Jouvet viera de passagem, com um objetivo claro; Ziembinski, que não falava uma palavra de português e tampouco conhecia alguém no Rio, viveu o restante da

---

27 O conselho que Jouvet deu aos Comediantes em 1942, para procurarem um autor brasileiro, sem o que não seria efetiva a renovação do teatro local, seria repetido, em 1947, no mesmo sentido mas com outro conteúdo, para o diretor Giorgio Strehler, fundador, junto com Paolo Grassi, do Piccolo Teatro de Milão, em 1947. Como todo diretor, Strehler tinha problemas de repertório e, de início, se interessava por peças americanas e inglesas. Num de seus encontros com Jouvet, este disse: – “tu préfères le Chianti au Coca-Cola, alors monte plutôt des pièces italiennes”. E foi montando autores italianos, como Pirandello, Gozzi, Goldoni, Bertolazzi, entre outros, que Strehler efetivamente se destacou, contribuindo, assim, para a renovação do teatro italiano. Cf. Trechos da carta que Strehler escreveu em homenagem a Jouvet, reproduzida na *Revue d'Histoire du Théâtre* (1988: 36).

sua vida aqui.<sup>28</sup> Em comum, partilharam o mesmo ponto de vista em relação à importância do autor nacional. Desse encontro entre um conselho dado, um ponto de vista partilhado, um grupo de amadores empenhados na renovação da cena teatral, um autor ainda desconhecido (Nelson Rodrigues) e um cenógrafo promissor (Santa Rosa), resultou o marco simbólico do teatro moderno brasileiro – segundo a opinião dominante na crítica da época, compartilhada também pelos historiados das artes do espetáculo.

A dicção expressionista que Ziembinski imprimiu à montagem de *Vestido de Noiva*, a atuação dos grupos amadores e as duas temporadas de Jovet, no Rio de Janeiro e em São Paulo, desenharam o quadro inicial da renovação do teatro brasileiro. O movimento nessa direção no âmbito do teatro profissional não se deu, contudo, de forma linear, como atesta o início da carreira de Cacilda Becker, um dos maiores nomes do teatro nacional que, ao contrário de Décio de Almeida Prado, Nelson Rodrigues e do grupo Os Comediantes, não sofreu, de início, qualquer influência de Jovet. Estreando no Rio de Janeiro, em 1941, com a peça *Altitude 3.200 metros* (comédia de Julien Luchaire encenada pelo grupo Teatro do Estudante), ela sequer soube que, naquele mesmo ano, ele também estivera por lá.

Cacilda Becker, que nos seus melhores momentos “era uma pura chama ardendo diante de nós”<sup>29</sup> –tal o impacto da sua atuação no palco– iniciara-se na contramão dos ensinamentos e concepções de Jovet. A lembrança desse começo –quando atuou na companhia de Raul Roulien– ilumina, pelo avesso, o tamanho do impacto que o diretor francês produziu aqui. Segundo Cacilda,

Naquela época, os atores não recebiam o texto da peça, mas apenas folhas soltas de papel com as *falas* que teriam de dizer em cena, após uma *deixa* de outra personagem. Neste caso, todo o aspecto do relacionamento das personagens era sempre um mistério só desvendado em cena. Na época, normalmente, montavam-se peças de 15 em 15 dias. Os atores contavam sempre com o ponto. Isso sempre me pareceu um absurdo, mas quem era eu naquela época para reagir contra a norma aceita por todo o teatro?<sup>30</sup>

---

28 Para uma visão aprofundada da vida e da trajetória profissional de Ziembinski, ver Michalski (1995).

29 Décio de Almeida Prado, “Adeus a Cacilda”, *O Estado de S. Paulo*, 15.06. 1969.

30 Trechos do depoimento de Cacilda Becker transcrito em Vargas/Fernandes (1995: 34).



Se ela não era ainda capaz de reagir, outros foram. Menos por uma questão de ousadia pessoal, ainda que este ingrediente estivesse presente, e muito mais pelo reconhecimento social e pelo prestígio cultural que desfrutavam como universitários ou membros das elites, no caso de vários dos integrantes dos grupos amadores. Ou, ainda, como estrangeiros (uma condição distinta da vivida pelos imigrantes), no caso dos diretores de teatro, de nacionalidades diversas, que para cá vieram, como o polonês Ziembinski, os franceses, Jouvet e Henriette Morineau, os italianos, Adolfo Celi, Ruggero Jacobbi, Gianni Ratto, Luciano Salce, Flaminio Bollini Cerri e Alberto D'Aversa, o belga Maurice Vaneau. Prova eloqüente de que as notáveis transformações que se produziram no teatro brasileiro e asseguraram a sua modernidade são inseparáveis da presença desses estrangeiros e impensáveis sem a atuação deles.

Aquilo que ocorrera no âmbito da universidade, especialmente a de São Paulo, graças aos professores estrangeiros, franceses em particular (Jean Magüé, Claude Lévi-Strauss, Pierre Monbeig, Roger Bastide, entre outros) também aconteceu no campo do teatro. No mesmo período e não aleatoriamente, sob a pressão de escolhas políticas radicalizadas pela situação da Guerra na Europa e suas repercussões aqui. Desse encontro entre um novo contingente de alunos e de atores amadores (oriundos em sua maioria de famílias intelectualizadas de classe média, várias delas de distintas procedências étnicas), provenientes de cidades como o Rio de Janeiro e especialmente São Paulo (que rapidamente ganhava ares e estatura de metrópole, atestada por mudanças significativas na estrutura social e em outras esferas), com estrangeiros em início de carreira (como os professores da Missão Francesa) ou mais experientes, como os diretores de teatro que para cá vieram em decorrência da Guerra, deu-se a implantação de um sistema cultural e intelectual complexo, sem precedentes na história brasileira.<sup>31</sup> Dela fazem parte Louis Jouvet e Madame Morineau.

Tal assertiva não deve, porém, perder de vista as dimensões e inflexões de gênero nesses domínios da produção cultural brasileira. No caso do teatro havia, nesse período, uma clara demarcação simbólica

---

31 Para uma análise densa da relação entre o processo de metropolização de São Paulo, o sistema cultural e acadêmico e as alterações na estrutura social da cidade, no decorrer dos anos de 1950, ver Arruda (2001).

entre o trabalho dos diretores que foram reconhecidos como verdadeiros *metteurs-en-scène*, todos eles homens, e o das atrizes como Henriette Morineau, Dulcina de Moraes, Itália Fausta e Bibi Ferreira, que também dirigiram espetáculos ao longo de suas carreiras. Em virtude do reprocessamento das marcas de gênero nessa atividade, elas, no entanto, foram vistas mais como “ensaiadoras” e formadoras de atores e atrizes do que como diretoras.

Sem entrar no mérito da formação e competência necessárias para o desempenho do trabalho de direção e ainda que os diretores estrangeiros que vieram para o Brasil tivessem esses atributos em quantidade maior que as “ensaiadoras”, não é aleatório que as mulheres só viessem a se destacar como diretoras bem mais tarde. Ou seja, muitos anos depois do reconhecimento obtido pelos brasileiros como Antunes, Flávio Rangel, Augusto Boal e José Celso Martinez Corrêa, para citar os mais importantes que substituíram os estrangeiros nessa modalidade de trabalho cênico. Na divisão de trabalho que presidia as diversas modalidades da carpintaria teatral, as marcas de gênero estiveram presentes em todas, mas com inflexões distintas em cada uma delas. Enquanto o trabalho de ator era facultado a homens e mulheres, o da dramaturgia era privilégio ou atributo dos homens. Nesse domínio, as mulheres só iriam se aventurar a partir de finais dos anos de 1960, quando Consuelo de Castro, Isabel Câmara, Maria Adelaide Amaral e Leilah Assunção<sup>32</sup> fizeram-se notar como dramaturgas promissoras. Entre os dois pólos, o da representação, ocupado por atores e atrizes, e o da dramaturgia, exercido pelos autores, encontravam-se os diretores e as “ensaiadoras”, com claro e diferenciado reconhecimento para os primeiros.

O peso simbólico específico de cada um desses pólos não deve, porém, nos levar a uma apreensão anacrônica da atividade teatral, na contramão da sua vivência pelas pessoas que dela participaram diretamente, especialmente para as atrizes bem sucedidas, como Henriette Morineau, que conquistaram o bem simbólico mais prezado na cena teatral. A saber, o “nome próprio” e tudo que dele decorre: a notoriedade, o prestígio e a autoridade.<sup>33</sup>

---

32 Para um estudo denso da dramaturgia brasileira feita por mulheres ver Vicenzo (1992). Consultar também Assunção (1998) e Castro (1989).

33 A esse respeito, ver Pontes (2004; 2004a).

No caso de Henriette Morineau, há um certo consenso entre os críticos e historiadores do teatro brasileiro de que ela não “podia competir com Ziembinski em imaginação e originalidade de visão” (Prado 1988: 42). O que não quer dizer que essa avaliação partilhada não venha acompanhada de outra, relativa à sua importância como atriz, uma das “grandes” na época, como formadora de atrizes e de atores, quando esteve à frente de sua companhia, Os Artistas Unidos, entre 1946 e 1959, dirigindo a maioria das peças que encenaram.

Ela que, em cena, podia ser “um alambique ou um delicado frasco de perfume”<sup>34</sup> – como provaria a sua atuação precisa, aos 38 anos, como a sensual Blanche Dubois, em *Uma rua chamada pecado* (título da primeira montagem de *Um bonde chamado desejo*, de Tennessee Williams, dirigida por Ziembinski em 1947), era a mais “viril” das atrizes renomadas da época, em virtude da altura, do porte avantajado, da voz grossa, pesada e altiva. Sobretudo quando contrastada a Dulcina de Moraes,<sup>35</sup> que, como ela, também conjugou o trabalho de atriz com o de diretora, mas que diferentemente dela, encarnava os atributos associados, na época, ao máximo de “feminilidade”: os olhos amendoados, a sobrancelha fina, a boca delineada, a cintura fina bem marcada, a leveza do andar, o porte esguio, a “elegância” e a “desenvoltura no vestir – a ponto de ditar a moda nos anos de 1940.”<sup>36</sup> Em comum, dirigiram espetáculos bem cuidados, privilegiaram o *boulevard* sofisticado, empenharam-se em levar o público a apreciar um repertório mais elaborado, que, se não está na raiz da renovação teatral, em muito contribuiu para a sua sedimentação.<sup>37</sup>

O depoimento de Laura Suarez, atriz da “velha guarda”, nascida em 1909 e cultivada como poucas, fluente no francês e no inglês, escalada quase sempre para representar mulheres sofisticadas, é esclarecedor:

Quando comecei a ser dirigida por Madame Morineau, novos caminhos se abriram para mim, pois ela trazia um forte embasamento do teatro francês, e seus espetáculos eram muito bem cuidados e altamente profis-

34 Segundo a visão que tinha de si mesma (Khouri 2001b: 33).

35 Para uma biografia alentada de Dulcina de Moraes (1900-1996), consultar Viotti (2001). Filha da atriz Conchita de Moraes e do ator Átila de Moraes, Dulcina é considerada como uma das maiores atrizes brasileiras.

36 Sobre a relação entre moda, arte e atrizes, ver Berlanstein (2001), Martin-Fugier (2001) e, indiretamente, Pontes (2006).

37 Ver a esse respeito, Prado (1988: 42-43) e Brandão (2005).

sionais [...] Ela ajudou a levantar o nível do teatro brasileiro [...] e foi de importância capital na formação de uma porção de autores e na consagração de uma série de autores [...].<sup>38</sup>

Vinda da parte da “única atriz brasileira que tinha gabarito e autoridade suficiente para tomar uma xícara de chá nos palcos” –na imagem expressiva do crítico Yan Michalski– essa avaliação de Morineau é sugestiva também para aquilatarmos uma das razões da sua importância entre nós: a procedência metropolitana da atriz. Ser francesa era um trunfo poderoso na época. O forte acento de Morineau, que até o final da vida sempre falou português com sotaque, longe de um impeditivo, foi um “charme” que ela jamais deixou de explorar. Sinal eloquente da centralidade que a França e a sua língua ocupavam no imaginário dos círculos culturais da época e da rápida incorporação de seus representantes entre eles. Sinal inequívoco também da assimetria que pontuava as relações intelectuais e culturais entre as elites brasileiras e francesas, especialmente no âmbito das trocas lingüísticas.

Se falar português com sotaque francês podia ser “chique”, “refinado” e “elegante”, o inverso era o contrário de tudo isso com sinal bastante negativo. E, em se tratando de teatro, chegava mesmo a ser um impeditivo em termos de progressão na carreira, como atesta o caso da atriz Aimée Clarisse, que, como Morineau, também participou da companhia de Louis Juvet. Ao contrário do que sugere o seu “nome artístico”, Aimée Clarisse não era francesa e sim brasileira de “boa família”, batizada como Vera Amado, filha do embaixador Gilberto Amado e mulher do ator francês Léo Lapara.<sup>39</sup> Apesar de ter passado a infância em Paris, onde cursou o primário no *Des Oiseaux*, uma das mais tradicionais escolas para meninas de elite, de ter retornado à França na adolescência, de lá permanecer até o início da guer-

38 Frases transcritas da entrevista com Laura Suarez (cf. Khoury 2001b: 368-370).

39 Léo Lapara e Vera Amado integraram-se à Companhia de Juvet na segunda temporada pela América Latina. Naquele momento, o casal, em função da Guerra, estava vivendo no Rio. A oportunidade de participarem da trupe do diretor francês fez com que deixassem novamente o Brasil. Lapara seria desde então e até a morte de Juvet, em 1951, um dos seus colaboradores mais dedicados, tendo atuado ao seu lado como intérprete, ensaiador, secretário. Seu livro de memórias, *Dix ans avec Louis Juvet*, publicado em 1975, traz relatos dessa convivência prolongada. Para maiores informações sobre a repercussão na imprensa carioca da presença de Vera Amado Lapara entre a trupe de Juvet, ver Guimarães (1981: 129-130).

ra, e de falar francês fluentemente, ela só faria figurações na companhia de Jovet e jamais alcançaria os primeiros papéis. O estatuto mais elevado de protagonista lhe fora vetado, não por razões intrínsecas às suas qualidades artísticas e, sim, porque ela falava francês com sotaque. Esse “deslize” de pronúncia era mais que uma fraqueza “lingüística”. Na visão de Jovet, era uma falha incontornável a impedir a encenação dos clássicos e dos modernos da dramaturgia francesa.

Voltando à “Madame” Morineau, foi na sua companhia que, em 1953, a então atriz da novíssima geração, considerada hoje a maior intérprete viva do teatro brasileiro, Fernanda Montenegro, deu a guinada necessária para a sua profissionalização, graças à influência decisiva que dela recebera.

Como toda grande atriz para quem a vida só é completa no palco, Morineau, no início dos seus setenta anos, quando fez o papel de Maude, em *Ensina-me a viver* (de Collins Higgins), chegou a acalantar a fantasia de morrer representando. Não como a personagem que se suicidava, mas de morte natural. Nisso também Jovet lhe servira de inspiração. Em 1951, em Paris e no meio de um dos ensaios, ele sentiu-se mal e praticamente faleceu em seu camarim no teatro l’Athénée, em decorrência de um infarto fulminante. Mas se o sonho de morrer no palco não se realizou para Madame, ela teve, sim, o reconhecimento em vida por parte de todos os que acompanharam a sua bem-sucedida carreira no Brasil.

## Bibliografia

- Arruda, Maria Arminda do Nascimento (2001): *Metrópole e cultura: São Paulo meio de século*. Bauru: Edusc.
- Assumpção, Leilah (1998): *Na palma da minha mão*. São Paulo: Globo.
- Berlanstein, Lenard R. (2001): *Daughters of Eve: A Cultural History of French Theater Women from the Old Regime to the Fin-de-Siècle*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press.
- Bourdieu, Pierre (1996): *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Brandão, Tania (2005): “Um teatro se improvisa: a cena carioca de 1943 a 1968”. Em: *Brasil: palco e paixão - um século de teatro*. Rio de Janeiro: Aprazível Edições, pp. 122-140.
- Castro, Consuelo de (1989): *Urgência e ruptura*. São Paulo: Perspectiva.

- Castro, Ruy (1992): *O anjo pornográfico: a vida de Nelson Rodrigues*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Charle, Christophe (2004): “L’attraction théâtrale des capitales au XIXe siècle: problèmes de comparaison”. Em: Id. (ed.): *Capitales européennes et rayonnement culture*. Paris: Editions Rue D’Ulm, pp. 151-167.
- Dória, Gustavo (1975): “Os Comediantes”. Em: *Dionysos*. Rio de Janeiro, Ano XXIV, n. 22 (edição monográfica dedicada ao grupo Os Comediantes), pp. 5-30.
- Dusigne, Jean-François (1997): *Le théâtre d’art: aventure européenne du XXe siècle*. Paris: Éd. Théâtrales.
- Gold, Arthur/Fizdale, Robert (1994): *A divina Sarah: a vida de Sara Bernhardt*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Guimarães, Teresa Paes Lemes (1981): *Louis Juvet no Brasil (1941-42): um mestre francês nas raízes da renovação teatral da década de 40*. São Paulo, dissertação de mestrado defendida na Universidade de São Paulo.
- Joubert, Marie-Agnès (1998): *La Comédie-Française sous l’Occupation*. Paris: Talandier.
- Juvet, Louis (1945): *Prestiges et perspectives du théâtre français: quatre ans de tournée en Amérique Latine, 1941-45*. Paris: Gallimard.
- Khoury, Simon (2001a): *Bastidores: série teatro brasileiro*. Rio de Janeiro: Letras & Expressões, Vol. 3 (depoimentos de Henriette Morineau, Edwin Luisi, Nicette Bruno e Jorge Dória).
- (2001b): *Bastidores: série teatro brasileiro*, Rio de Janeiro: Letras & Expressões, Vol. 4 (depoimentos de Maria Della Costa, Diogo Vilela, Laura Suarez e Ednei Giovenazzi).
- Magaldi, Sábato (1987): *Nelson Rodrigues: dramaturgia e encenações*. São Paulo: Perspectiva/Edusp.
- Martin-Fugier, Anne (2001): *Comédienne: de Mlle Mars à Sarah Bernhardt*. Paris: Seuil.
- Mello e Souza, Gilda (1984): “Depoimento”. Em: *Língua e Literatura*, 10-13, pp. 138-139.
- Miceli, Sergio (2003): *Nacional estrangeiro: história social e cultural do modernismo artístico em São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- (2008): “Gênero, classe, afetividade e projeto criativo na vanguarda sul-americana (Ricardo Guiraldes/Adelina del Carril x Tarsila do Amaral/Oswald de Andrade)”, neste volume, pp. 91-109.
- Michalski, Yan (1995): *Ziembinski e o teatro brasileiro*. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Ministério da Cultura/Funarte.
- Mignon, Paul-Louis (1991): *Louis Juvet*. Lyon: La Manufacture.
- (1996): “Enfin Louis Juvet vint”. Em: Godart et al. (eds.): *Athénée-Théâtre Louis Jouve*. Paris: Éditions Norma, pp. 71-133.
- Ozeray, Madeleine (1966): *A toujours Monsieur Juvet*. Prefácio de Marcel Aymé. Paris: Buchet/Castel.

- Pontes, Heloisa (1998): *Destinos mistos: os críticos do Grupo Clima em São Paulo, 1940-68*. São Paulo: Companhia das Letras.
- (2002): “Destins entremêlés: le *Grupo Clima*, la faculté de philosophie et le champ culturel *paulista* dans les années de 1930, 40 et 50”. Em: Schpun, Mônica Raísa (ed.): *Elites brésiliennes: approches plurielles. Cahiers du Brésil Contemporain*. Paris: Centre de Recherches sur le Brésil Contemporain, Maison des Sciences de l’Homme, n. 47/48, pp. 199-224.
- (2004a): “Ciudades e intelectuales: los ‘neoyorquinos’ de *Partisan Review* y los ‘paulistas’ de *Clima* entre 1930 y 1950”. Em: *Prismas, Revista de história intelectual*. Buenos Aires, ano 8, n. 8, pp. 183-204.
- (2004b): “A burla do gênero: Cacilda Becker, a Mary Stuart de Pirassununga”. Em: *Tempo Social. Revista de Sociologia da Usp*, Vol. 16, n. 1, pp. 231-262.
- (2006): “A paixão pelas formas: Gilda de Mello e Souza”. Em: *Novos Estudos Cebrap*, n. 74, março, pp. 87-105.
- Prado, Décio de Almeida (1988): *O teatro brasileiro moderno*. São Paulo: Perspectiva.
- (1993): *Peças, pessoas, personagens: o teatro brasileiro de Procópio Ferreira a Cacilda Becker*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Revue d’Histoire du Théâtre* (1998). Paris: Publications de la Société d’Histoire du Théâtre, n. 158.
- Rito, Lúcia (1995): *Fernanda Montenegro em o exercício da paixão*, 4ª ed. Rio de Janeiro: Rocco.
- Rolland, Denis (2000): Louis Jouvét et le Théâtre d’Athénée: “promeneurs de rêves” en guerre de la France au Brésil. Paris: L’Harmattan.
- Roubine, Jean-Jacques (1998): *A linguagem da encenação teatral*. Tradução e apresentação de Yan Michalski, 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar.
- Sapiro, Gisèle (1999): *La guerre des écrivains, 1940-1953*. Paris: Fayard.
- Vargas, Maria Thereza/Fernandes, Nanci (1995): *Uma atriz: Cacilda Becker*, 2ª ed. revista, São Paulo: Perspectiva.
- Vicenzo, Elza Cunha de (1992): *Um teatro da mulher: dramaturgia feminina no palco brasileiro contemporâneo*. São Paulo: Perspectiva.
- Viotti, Sérgio (2001): *Dulcina e o teatro de seu tempo*. Rio de Janeiro: Lacerda Editor.





Ulrike Schmieder

**La condesa de Merlin:  
una aristocrática e intelectual entre  
Francia y Cuba**

**1. Relaciones familiares y sociales de la condesa de Merlin**

La condesa de Merlin, María de las Mercedes Santa Cruz y Montalvo,<sup>1</sup> nació el 5 de febrero de 1789 en Cuba, en el seno de una de las familias más ricas y poderosas de la isla. Su padre fue el conde de Mopox (I) y Jaruco (III), Joaquín Beltrán de Santa Cruz y Cárdenas (1769-1807) y su madre María Teresa Montalvo y O’Farrill (1771-1812). Ambos eran muy jóvenes cuando nació Mercedes. La familia Santa Cruz era una antigua familia de la ciudad de Huete, provincia de Cuenca (España); obtuvieron los títulos de conde San Jaruco y conde de Santa Cruz de Mopox con Grandeza de España. Residían en Cuba desde la primera mitad del siglo XVII (Santa Cruz y Mallen 1940, I: 318). El tío materno de Mercedes, el general Gonzalo O’Farrill y Herrera (1754-1831),<sup>2</sup> de familia de origen irlandés, había prestado servicios a la Corona española como militar y diplomático; fue Ministro de Guerra y Presidente de Consejo del Reino durante Carlos IV y gozó de un status social muy alto. Poco tiempo después del nacimiento de Mercedes, sus padres fueron a Italia y a España, donde el padre de Mercedes fue consejero y gentilhombre de cámara del rey Carlos IV. Durante la larga ausencia de sus padres en Europa, Mercedes fue criada por su bisabuela materna Luisa Herrera y Chacón y la nodriza negra Mama Dolores (Prieto). Mercedes amó mucho a su bisabuela quien la trataba con cariño, pero sufrió por el abandono de su madre.

---

1 La biografía de la condesa de Merlin fue descrita en Araujo (1983: 113-116); Prieto (2002); Yviricu (2003); Méndez-Rodenas (1998); Santa Cruz y Montalvo (1974; 1990: Introducción).

2 Para datos biográficos de Gonzalo O’Farrill y Herrera, ver Santa Cruz y Mallen (1942: 338); Herrero Mediavilla (1991).

La niñez feliz y libre en la plantación fue cortada por el ingreso de Mercedes al convento de la Orden de Santa Clara, ordenado por su padre durante su visita a Cuba en calidad de subinspector general de las tropas de la isla. La idea fue sugerida por su abuela paterna que consideró demasiado suave y libre la educación que Mercedes recibió de parte de su otra bisabuela (Arambel-Guiñazú/Martin 2001, I: 109-110). En el convento, Mercedes comenzó a entrenar su bella voz pero se sintió aburrida e infeliz; huyó de la vida encerrada con ayuda de una monja llamada Sor Santa-Inés, a la cual quiso mucho. Ella misma relató esta historia en el cuento romántico *Histoire de la Sœur Inés*, París 1832.

En 1802, Mercedes fue enviada a Madrid. Allí conoció a sus hermanos menores y trató de ganarse el amor de su madre de la cual había estado separada durante largo tiempo. En *Souvenirs et Memoirs* (1836) dedicó muchas páginas a la relación complicada con la madre. El salón de su madre, en Madrid, era frecuentado por intelectuales y artistas conocidos, como el autor de comedias Leandro Fernández de Moratín, el poeta Manuel José Quintana, el ex-vicey de Nueva España, Manuel José de Azanza, y el pintor Francisco de Goya (Prieto 2002).<sup>3</sup> Después de la entrada de los franceses en 1808, el salón de Teresa Montalvo llegó a ser el principal salón de los afrancesados que aceptaron el régimen del rey José I Bonaparte (Mercader Riba: 1983) por las reformas introducidas: la Constitución de Bayona y la abolición de la Inquisición. Teresa Montalvo fue, después de la muerte de su esposo en 1807, la amante de este rey (Prieto 2002). Su tío Gonzalo O'Farrill fue el ministro de guerra, lo que más tarde le costó ser suspendido de todos sus empleos y dignidades por Fernando VII, aunque años más tarde logró su rehabilitación (Santa Cruz y Mallen 1940, III: 338).

Mercedes, quien había rechazado a dos pretendientes, al marqués de Cerrano y al mariscal Sebastiani de la Porta (Prieto 2002), conoció en el salón de su madre a Christophe-Antoine Merlin (1771-1839),<sup>4</sup>

---

<sup>3</sup> Completé los nombres, porque Prieto omitió los nombres de pila.

<sup>4</sup> En la literatura biográfica hay diferentes indicaciones acerca de su marido: Méndez-Rodenas y Prieto indican a Antoine-Christophe Merlin respectivamente a Cristóbal Antonio Merlin de Thionville como su esposo (Méndez-Rodenas 1998: 22; Prieto 2002). Araujo dice que Antoinette de Merlin (Araujo 1983: 113) era el marido de María de las Mercedes de Santa Cruz. Yviricu destaca, según una obra

general francés distinguido del ejército de emperador Napoleón Bonaparte, con el cual José I la quiso casar. No se sabe exactamente si Merlin ya era conde al conocer a Mercedes, o consiguió el título de José Bonaparte para tener el mismo nivel social de su novia (Prieto 2002). Mercedes se casó con el general Merlin en 1809, después de haberse enamorado realmente de él. En sus memorias, la condesa escribe: “J’aimais mon mari sincèrement, et j’étais heureuse de son amour pour moi, qui était extrême” (Santa Cruz y Montalvo 1990: 274). De este matrimonio nacerían tres hijos (Yviricu 2003).

En 1812, año de la muerte de su madre, la condesa con una hija recién nacida tuvo que huir con las tropas francesas que evacuaron Madrid. En Francia fue parte de la corte de José I en el exilio, en Mortefontaine (Santa Cruz y Mallen 1940, III: 305). Después de la restauración de los Borbones la condesa logró mantener en París un salón literario y político, a pesar de ciertos problemas con el régimen de Luis XVIII y Carlos, a causa de la adhesión de la familia de su marido al régimen de Napoleón.<sup>5</sup> Este era frecuentado por intelectuales y artistas franceses como los escritores Victor Hugo, Alphonse de Lamartine, Alfred de Musset, George Sand, Honoré de Balzac, Sophie Gay y la condesa de Bassanville, los compositores Frédéric Chopin, Gioacchino Rossini y Hector Berlioz, Giacomo Meyerbeer, Gaetano Donizetti; el barón de Rothschild, los intelectuales cubanos José Antonio Saco, Domingo Del Monte y José Luz y Caballero y los exiliados españoles afrancesados y liberales como Francisco Martínez de la Rosa y Salustiano de Olózaga<sup>6</sup> y muchas personalidades conocidas de la sociedad parisina.<sup>7</sup> El aire exótico de la criolla “hija del sol”<sup>8</sup> no le hizo daño, sino que la hizo más atractiva aún. Se destacó con su voz

---

de Albert Révérend, que el marido de la condesa era Christophe-Antoine Merlin (1771-1839), hermano menor de Antoine-Christophe Merlin de Thionville y sin parentesco con el tribuno revolucionario Philippe-Antoine Merlin (1754-1838) (Yviricu 2003).

5 Su marido sirvió activamente en el ejército francés a los Borbones entre 1816 y 1821, y a la nueva dinastía desde 1832 hasta su muerte en 1839 (Santa Cruz y Mallen 1940, I: 347).

6 Olózaga votó a favor de la expulsión de los diputados cubanos, filipinos y puertorriqueños de las Cortes en 1837 (Schmidt-Nowara 1999: 15).

7 Los visitantes del salón de la condesa indican: Araujo (1983: 114); Prieto (2002); Bassanville (1862, II: 127-128); Santa Cruz y Mallen (1940, I: 348).

8 Así la llamó Lady Holland (Prieto 2002).

en muchos conciertos privados y de beneficencia, como por ejemplo en un concierto en Ginebra a favor de los griegos alzados contra el Imperio Otomano (1825) (Prieto 2002). Llegó a ser una personalidad conocida, no solo en Francia, sino también en otros países europeos y creó una red personal de relaciones internacionales que incluyó personajes de su patria Cuba.

Además, recibió elegios por *Mes premières douze années* (París 1831), *Histoire de la Sœur Inés* (París 1832), *Souvenirs et Memoires* (París 1836) y *Madame Malinbra* (Bruselas 1838); el último trataba la vida y obra de una cantante famosa y amiga de la condesa. El estilo literario de la condesa perteneció al movimiento literario del romanticismo, muy de moda en aquella época. Desde 1830 tuvo considerable influencia social en París durante el reinado de Luis Felipe. La condesa de Bassanville escribió sobre este salón:

Au commencement de la monarchie de Juillet, un des salons le plus à la mode était celui de la comtesse Merlin, femme aimable, gracieuse, et attirant à elle tout ce qui Paris renfermait d'illustrations en tous genres, mais surtout en musique; car ses concerts étaient célèbres par toute l'Europe, et il ne venait pas un musicien chez nous sans qu'il se crût obligé à aller d'abord se présenter chez elle, afin d'en recevoir un passeport de célébrité (Bassanville 1862, II: 125).

Enviudó en 1839 y viajó a su patria en 1840, después de casi treinta años de ausencia. Camino a Cuba pasó por los Estados Unidos; país del que se llevó una mala opinión. Negó que existiera igualdad social y más bien lo percibió como “imperio del dinero”.

Regresó a Francia donde tuvo unos años muy desgraciados, pues su amante (Philarète Chasles) la arruinó por la mala administración de su hacienda, terminó en la cárcel por deudas y finalmente la abandonó para unirse a una mujer más joven (Yviricu 2003). La condesa de Merlin murió abandonada y empobrecida en 1852.

## 2. Situación de Cuba en los años 40 del siglo XIX

La Cuba a la cual viajó la condesa fue “la siempre fiel isla de Cuba”, que siguió perteneciendo a España cuando la mayoría de las otras colonias de esta potencia en América ya se habían independizado, aunque también hubo varias conspiraciones fallidas contra el poder

colonial.<sup>9</sup> Los aristócratas de Cuba, favorecidos siempre por la Corona española y portadores del derecho de libre comercio, temían que si la isla lograba la independencia, los esclavos, al sublevarse, destruirían la floreciente economía de plantaciones azucareras, tal como había ocurrido en Haití. Por otro lado, los señores de ingenio cubanos resultarían beneficiados con la destrucción de la economía azucarera de Haití como lo demuestra el gran auge en la producción de la caña de azúcar en Cuba a partir de 1792. Los partidarios de una Cuba esclavista fiel a España, como Francisco de Arango y Parreño, el “ideólogo máximo de la plantocracia” (Moreno Friginals 1995: 149), o el conde de Pinillos y Ramón de la Sagra, se vieron confrontados con una oposición liberal independentista, bajo José Antonio Saco y José de la Luz y Caballero y el grupo intelectual de Domingo del Monte, abolicionista. Muchos criollos liberales cubanos tuvieron miedo ante una Cuba negra; favorecieron un “blanqueamiento” por medio de inmigración. Eran enemigos de la esclavitud, no tanto por solidaridad con los africanos esclavizados, sino por miedo ante una “africanización” de Cuba. Este fenómeno podía darse a causa del incremento de la población esclava que subió desde el 25,8% en 1774 hasta el 43,4% en 1841 (Zeuske/Zeuske 1998: 323, tabla 2). Por otro lado, los propietarios de ingenios necesitaban esclavos y estuvieron involucrados en el comercio de esclavos de África, actividad clandestina después de los tratados sobre su abolición con Inglaterra de 1817 y 1835.

La antigua aristocracia de azúcar habanera, la “sacarocracia” (Moreno Friginals 1995), muchas veces portadora de títulos nobiliarios y militares de las milicias coloniales, destacando su origen puramente blanco, siguió un modelo de endogamia en su política familiar. Los miembros de las familias Santa Cruz, Herrera, Peñalver, Núñez del Castillo, Oseguera, Cárdenas, O’Farrill, Zayas y Chacón, que habían poseído en 1761 los ingenios de exportación más importantes (Zeuske/Zeuske 1998: 195), vieron con cierta desconfianza a los refugiados blancos de Haití y a los norteamericanos y europeos que llegaron al país y compraron plantaciones y esclavos para participar en el *boom* del azúcar. Temían también a los ricos comerciantes y negreros españoles con influencia creciente en la política y economía de la isla. Las

---

9 Franco (1963); García (2003) (Información sobre la conspiración de Aponte y otras de 1812, de 1821-22 y de 1839, más sobre varias sublevaciones esclavas).

familias Del Monte, Aldama, Madan, Alfonso y Soler poseyeron en el siglo XIX cuarenta ingenios con 15.000 esclavos en conjunto (Zeuske/Zeuske 1998: 285). Había graves conflictos entre los *señores de ingenio* cubanos y los comerciantes españoles porque los primeros estaban endeudados con los segundos y porque España había sofocado a la colonia con altísimos impuestos. Además, las autoridades y tribunales coloniales actuaron a favor de los intereses del poder colonial y de los inmigrantes españoles, y, excluyeron a los cubanos de la política.

La alianza entre el poder colonial y la aristocracia cubana finalmente se quebró en 1837 cuando España decidió excluir a la isla del territorio gobernado según la Constitución y administrarla como si fuera una mera colonia, es decir, favorecer los intereses de la metrópoli en detrimento de los cubanos, que además quedaban casi completamente excluidos de los altos cargos públicos. La élite cubana, interesada en las ciencias naturales, muy orgullosa de dirigir una agricultura mucho más moderna y tecnológicamente más avanzada que la española, fue humillada por la represión en el ámbito cultural-literario de parte de la metrópoli. En aquella época muchos miembros de la aristocracia hubieran preferido que la isla fuera anexada por los Estados Unidos e incomparada en los Estados del Sur esclavistas. En 1844, el mismo año en que fue publicado el libro de la condesa sobre Cuba, hubo allí una ola de represión dirigida contra la llamada conspiración de “La Escalera” que tocó duramente a todos los adversarios de régimen español y de la esclavitud: hubo 3.000 condenados, 78 a muerte, y muchos fallecidos bajo la tortura (Paquette 1988: 229). Bajo “La Escalera” se sumó una serie de sublevaciones de esclavos que comenzaron en 1837 y llegaron a su cenit en 1843 con las dos grandes rebeliones esclavas en Matanzas, además de las varias conspiraciones de los criollos y pardos libres a favor de la independencia y la abolición de la esclavitud, supuestamente vinculadas con los alzamientos esclavos. Aún hoy es difícil saber la verdad y el grado de colaboración de esclavos y libertos en la resistencia anticolonial, como es dudoso el tenor de las declaraciones bajo tortura de los acusados ante la Comisión Militar y Ejecutiva Permanente (García 2003: 114-132).

### 3. El viaje a Cuba y su relato

Viajando a Cuba, la condesa visitó a su hermano Francisco Xavier de Santa Cruz, IV conde de Jaruco para reclamar su herencia, lo que no logró (Yviricu 2003). Fue recibida por los círculos más altos de la aristocracia de los grandes propietarios de ingenios, plantaciones de caña de azúcar. Se alojó en la casa de su tío Juan Montalvo y O'Farrill (Santa Cruz y Mallen 1942, III: 309).<sup>10</sup> Los hijos de la condesa, Francisco Xavier y Gonzalve, más tarde se casaron con parientes cubanas.<sup>11</sup>

También fue muy bien acogida en la tertulia de Domingo Del Monte, líder intelectual cubano y abolicionista, que conoció por lo menos parcialmente su obra literaria y su reputación de cantante, y que antes del viaje aceptó a la condesa como parte de la comunidad cubana imaginada. El poeta mulato Gabriel de la Concepción Valdés le dedicó versos que expresaban su admiración (Méndez Rodenas 1998: 78-79, 88-89, 296).<sup>12</sup> Resultó que había graves diferencias entre ella y el círculo: ella se pronunció a favor de reformas pero contra la separación de España; era partidaria del mantenimiento de la esclavitud. En cuanto a Del Monte, fomentó el movimiento anti-esclavista. La condesa de Merlin estaba más vinculada con la Cuba grande<sup>13</sup> de los grandes ingenios con esclavos en el Occidente de la Isla, que con la Cuba pequeña oriental, de los campesinos libres que cultivaban tabaco o verduras, o vivían de la ganadería. Esta Cuba era para los nacionalistas la verdadera Cuba. Ella prefirió el romanticismo cosmopolita frente al realismo costumbrista de los escritores cubanos (Prieto 2002).

Además, sobrepasó en los ojos de hombres y mujeres de la élite cubana los límites de lo permitido para una mujer, por ejemplo hablando sobre temas políticos y económicos, y destacándose en sus

---

10 Juan Montalvo y O'Farrill (1778-1844), Mariscal de Campo de los Reales Ejércitos, Consejero de Estado, sirvió en la guerra con Francia, difunto en La Habana.

11 Francisco Xavier (1816-1887) se casó con su prima Teresa Sáenz de Santa María y Santa Cruz, hija de su tía María Josefa. Gonzalve se casó con Juana de Cárdenas y Cárdenas, hija del marqués de Campo Florido I y viuda de conde de San Fernando de Peñalver II (Yviricu 2003).

12 Agustín de Palma había traducido *Mis primeros doce años* para el *Diario de La Habana* (1839) y partes de *Memorias y recuerdos* que fueron publicados en el *Aguinaldo Habanero* y en *El Album*.

13 Sobre los términos Cuba grande, Cuba pequeña véase Zeuske (2000: 90-93).

conciertos como cantante profesional cuyo nivel las cantantes diletantes cubanas no podían alcanzar. De lejos, la condesa era una personalidad admirable mientras que, de cerca, era una amenaza para las conservadoras relaciones de género en Cuba, más aún porque una viuda con amante no correspondía a los valores morales de la sociedad cubana. La condesa se percibió como una identidad ambigua, criolla y europea cuyo mirada a Cuba correspondía a la de una cubana y una extranjera a la vez. La mirada europea y el hecho de haber escrito su obra en francés sirvieron a la crítica contemporánea y del siglo XX para excluirla del canon la literatura cubana.

### 3.1 La obra *La Havane* y los asuntos políticos en Cuba

La condesa de Merlin describió el sistema colonial español en Cuba así (cito según la traducción al castellano en el libro *Viajeras al Caribe*):

La colonia todavía está sometida a una dictadura feudal, nacida de la Edad Media y de la Conquista, sin relación con el progreso del tiempo, con las circunstancias, el comercio, la industria y las necesidades de la isla, que se muere, sofocada así, sin ley y sin gobierno ordenado; pero sigue siendo española, y es todo lo que se quiere. [...] El gobierno de la isla se reduce a un puro despotismo militar, concentrado en la cabeza de un solo hombre, sin control, sin responsabilidad, sin vigilancia. Con frecuencia ese jefe ha sido hombre honesto, hombre capaz; pero su omnipotencia es inevitablemente contraria al interés de la colonia que rige. [...] El capitán general lo tiene todo bajo su mando; todas las autoridades se someten; todo tiembla ante él; la suerte de cada cual depende de su voluntad o de su capricho; puede encarcelar, deportar, condenar a su gusto y sin juicio previo; y la prensa, encadenada, duerme un sueño profundo (Araujo 1983: 132).<sup>14</sup>

Juzgó gravemente el sistema judicial en Cuba:

La administración de la injusticia reemplaza aquí la administración de la justicia (Santa Cruz y Montalvo 1844b, II: 186).<sup>15</sup>  
Desde el *juez lego*, o capitán general, hasta el *juez pedáneo* o juez de paz de pueblo, todos los individuos que componen la gran maquinaria judicial no tienen más que un interés, el de perpetuar los procesos, fuente abundante y única de sus ganancias (Araujo 1983: 130).<sup>16</sup>

14 Véase también Santa Cruz y Montalvo (1844b, II: 214-215).

15 Traducción mía.

16 Carta de la condesa a M. Berryer. Véase también: Santa Cruz y Montalvo (1844b, II: 197-198).



En su crítica al sistema jurídico en la colonia, se basó supuestamente en la información brindada por José Antonio Saco, el líder de la sacarocracia (Méndez Rodenas 1998: 176)

Para resumir la crítica, expuesta en todas las cartas, se concentró sobre los siguientes aspectos:

1. El despotismo militar de los capitanes generales españoles, su poder ejercido ilimitada y arbitrariamente, su afán de enriquecerse, la presencia masiva de policías y militares;
2. la ausencia de un gremio representativo que defendiese los intereses de los criollos cubanos, la no-existencia de una prensa libre;
3. la monopolización de los cargos públicos por los españoles, quienes además abusaban de su poder autoritario en varias maneras;
4. los elevados impuestos, por ejemplo, el impuesto de sello sobre todos los documentos oficiales, las aduanas de importación para cereales/harina norteamericana y todos los productos de consumo de origen no español, la prohibición de producir ciertos productos como el trigo, la explotación de los hacendados criollos por los comerciantes españoles;
5. la falta de una promoción de la educación pública por parte de España;
6. la justicia en Cuba. El sistema jurídico era poco claro y demasiado complicado, caro y penoso (Araujo 1983: 130ss.).<sup>17</sup>

La condesa de Merlin exigió las siguientes reformas:

1. una ley básica que introdujera una asamblea colonial que determinara los impuestos y su uso y la garantía de los derechos constitucionales para los cubanos;
2. la inviolabilidad de la persona y el cese de los arrestos arbitrarios por los comandantes militares;
3. la responsabilidad de los funcionarios españoles;
4. la reforma del sistema jurídico, en el sentido de simplificarlo y reducir los costos para quien buscara su derecho en los tribunales;
5. leyes particulares enérgicas contra rebeliones internas y garantía de la propiedad de los esclavos para sus amos;

---

<sup>17</sup> Cartas a M. Berryer, M. de Golbery, duque de Decazes, M. Martínez de la Rosa. Véase también: Santa Cruz y Montalvo (Golbéry 1844b, II: 183-209, 211-237; 1844b, III: 5-19, 189-205).

6. fomento del sistema educativo con más escuelas y de la atención religiosa por la introducción de más sacerdotes;
7. fomento de la inmigración blanca;
8. reducción de los impuestos y aduanas (Santa Cruz y Montalvo 1844b, II: 187, 213-237, III: 17, 107-123, 189-205).<sup>18</sup>

Estas ideas reflejan sus opiniones políticas liberales, adquiridas en Europa. Ella pensaba que, si se realizaban estas reformas, los cubanos querrían quedarse con España. “Los cubanos” eran para ella la élite de la sociedad, ignoraba que ya en esta época había mucha gente de las clases medias y bajas de la sociedad que aspiraban a la independencia de Cuba.

### 3.2 La obra *La Havane y la esclavitud*

La condesa de Merlin repitió en *La Havane* en forma resumida sus pensamientos sobre la esclavitud que ya había publicado en la revista *Revue des deux mondes* en 1841.<sup>19</sup> En ambas obras defendió la esclavitud (Santa Cruz y Montalvo 1844b, II: 71-137),<sup>20</sup> basándose mucho en la obra de Francisco Arango, economista destacado de la sacarocracia. La condesa resumió sus pensamientos sobre la esclavitud:

Nada más justo que la abolición de la trata de negros; nada más injusto que la emancipación de los esclavos. Si la trata es un abuso indignante de la fuerza, un atentado contra el derecho natural, la emancipación sería una violación de la propiedad, de los derechos adquiridos y consagrados por las leyes, una verdadera expoliación.<sup>21</sup>

18 Cartas XXIII a M. Berryer, XXIV a M. de Golbéry, XXVIII al Duque de Ducazes, XXXI a M. Rothschild, XXXIII a M. Martínez de la Rosa.

19 Santa Cruz y Montalvo (1841): En este artículo, la condesa de Merlin reproduce los argumentos usuales de los defensores de la esclavitud: que los negros esclavizados por los europeos también eran esclavos en África donde sus enemigos los devoraron o los sacrificaron a sus dioses (sin tomar en cuenta que la mayoría de los esclavos en África fueron trabajadores del campo o sirvientas domésticas, y que muchas cazas de esclavos fueron llevadas a cabo porque existió el mercado lucrativo de esclavos en América) y que su destino como esclavos en la Cuba civilizada y cristiana era mejor que su vida “bárbara” en África, que la situación de esclavos en Cuba era mejor que las condiciones de vida de trabajadores europeos etc.

20 Carta XX al barón Charles du Dupin.

21 Carta de la condesa de Merlin al barón Charles du Dupin. Véase también Santa Cruz y Montalvo (1844b, II: 71-72).

Destacó las leyes humanitarias españolas sobre la esclavitud sin preguntarse si el sistema judicial –al cual ella misma criticaba severamente en otro lugar– funcionaba de veras a favor de los esclavos. Según la condesa existía una relación casi familiar entre los esclavos bien tratados y sus amos, quienes manumitían a muchos de ellos. Supuestamente ella ignoró la condición de los esclavos en ingenios y otras fincas y solo vio la relación paternalista entre amo y esclavo de casa. Al mismo tiempo tuvo que admitir:

[Los negros y las negras] Rara vez se casan: ¿para qué? El marido y la mujer pueden ser vendidos de un día para otro a amos diferentes y su separación entonces se hace eterna. Sus hijos no les pertenecen (Araujo 1983: 127).<sup>22</sup>

Advirtió que en caso de emancipación, los esclavos ya no trabajarían pero exigirían derechos políticos, querrían ser jueces y ministros, y casarse con mujeres blancas lo que ella pintó como escenario horroroso:

Supongamos que los ingleses lograron obtener sin sacudidas, sin disturbios, la emancipación de los esclavos en nuestras colonias. ¿Cual será en nuestro país la existencia de más de setecientos mil negros frente a trescientos mil blancos? ¿Su primer sentimiento, su primera necesidad, cuál será? No hacer nada. Lo he dicho: un trabajo regular les es insostenible. Solo la fuerza ha podido someterlos. Las colonias inglesas, después de haber vertido más de 25 millones de francos, no han obtenido otro resultado que la ruina de la agricultura y la transformación de la antigua esclavitud en un estado de ociosidad y vagabundeo más aciago y más inmoral que la servidumbre [...].

Supongamos aún que, por un milagro, la educación moral de los esclavos libertos, desarrollándose de repente, los llevara al amor por el trabajo; vueltos trabajadores, los negros no tardarían en atormentarse con el deseo de hacerse propietarios; de ahí, rivalidad, ambición, envidia contra los blancos y sus prerrogativas. ¿Bajo un régimen político constitucional, en un país gobernado por leyes equitativas, no podrían reclamar el reparto de las mismas instituciones? ¿Les concederíais todos vuestros derechos, todos vuestros privilegios? ¿Haríais de ellos vuestros jueces, vuestros generales y vuestros ministros? ¿Les daríais a vuestras hijas para el matrimonio? (Araujo 1983: 128-129).<sup>23</sup>

---

22 Carta al barón Charles du Dupin. Véase también Santa Cruz y Montalvo (1844b, II: 103).

23 Carta de la condesa de Merlin al barón Charles du Dupin. Véase también Santa Cruz y Montalvo (1844b, II: 131-133).

Aquí la condesa resume muy bien los intereses económicos y el racismo de los *señores de esclavos*. La solución del problema de la fuerza laboral para ella fue el desaparecer muy lento de la esclavitud a través de la abolición de la trata y la emancipación individual sustituyendo los esclavos por trabajadores blancos cuya inmigración se debía fomentar.

### 3.3 *La obra La Havane y la vida social de los diferentes grupos sociales de la isla*

Como es de suponer la condesa de Merlin escribió preferentemente sobre las capas muy altas de la sociedad cubana, donde ella se movía. Adoraba los vestidos de elegancia simple, de telas muy finas, que llevaban los hombres y mujeres de la aristocracia. Lujo era “una manera de ser y de vivir” para las habaneras. Jamás llevarían vestido de baile dos veces, se adornaban con diamantes de París (Araujo 1983, II: 251-252).<sup>24</sup> Las familias de la aristocracia azucarera cubana eran muchas veces muy grandes. En la casa del abuelo de la condesa vivían diez de sus hijos, otros tantos nietos y más de 100 esclavos para el servicio. No le gustaba que las casas de sus parientes estuvieran siempre abiertas para acoger a huéspedes y solicitantes, y que la vida familiar tuviera un carácter tan público. Merlin se sorprendió de ver a niños negros que se la pasaban desnudos, lo cual no afectaba al parecer la moral de las hijas de la clase alta cubana; destacó también que ellas no conocían “lecturas depravadas” (Araujo 1983: 134).<sup>25</sup> Las hijas de estos aristócratas cubanos solían recibir de niñas a una muchacha negra de regalo y acostumbraban liberar a esta última al llegar a la edad adulta (Araujo 1983: 135).<sup>26</sup> Los muchachos eran aún más mimados ya que sus madres, generalmente muy jóvenes, no tenían la suficiente autoridad para imponerles límites y ni siquiera trataban de hacerlo, así que sus vástagos desarrollaban caracteres muy dominantes. Los niños eran vestidos a corta edad como adultos y adoptaban las costumbres de la gente mayor: paseaban muchas veces en volante y

---

24 Carta de la condesa de Merlin a George Sand. Véase también Santa Cruz y Montalvo (1844b, II: 251-252).

25 Carta de la condesa de Merlin a George Sand. Véase también Santa Cruz y Montalvo (1844b, I: 237, II: 245-248).

26 Carta de la condesa de Merlin a George Sand. Véase también Santa Cruz y Montalvo (1844b, II: 250).

estaban acostumbrados a contar con los servicios de sus esclavos (Araujo 1983: 136-137).<sup>27</sup>

La condesa de Merlin afirmaba que los matrimonios entre parientes eran comunes en el seno de la aristocracia, práctica que no conllevaba conflictos porque los cónyuges se conocían desde la infancia, tenían los mismos intereses y estaban vinculados por su amor a los hijos. Las esposas eran fieles, no buscaban tener amantes y no tenían motivos para vengarse de eventuales humillaciones por parte de sus maridos. La posición de la dama cubana era mejor que la de las mujeres en otros países, se veía en su casa y de parte del marido “rodeada de consideración y de amor”. Ella vincula la alta posición de las mujeres en Cuba con el hecho de que se trata de un país de esclavos, sin explicar este nexo (Araujo 1983: 134-135).<sup>28</sup> Sobre las infidelidades de los maridos no habló, y hay que suponer que las damas cubanas toleraban a las concubinas de sus esposos, siempre cuando ellos respetaran a la esposa y dieran una imagen de armonía doméstica hacia afuera. Aunque también otras viajeras y viajeros alaban el buen tratamiento de las mujeres en Cuba, parece que aquí tiene una visión muy idealizada: una mirada en otras fuentes de la historia, como actas de divorcios, procesos criminales y quejas ante las autoridades muestran que había en Cuba conflictos matrimoniales e interfamiliares, también en la élite social, incluyendo casos de violencia física contra esposas (Schmieder 2003: 411-414).

Describió la vida de los “guajiros”, los campesinos cubanos de origen parcialmente indígena, desde una perspectiva idealizada y romántica, la cual adoptó de los costumbristas cubanos sin conocer esta capa de la población personalmente (Santa Cruz y Montalvo 1844b, II: 40-67).<sup>29</sup>

---

27 Carta de la condesa de Merlin a George Sand. Véase también Santa Cruz y Montalvo (1844b, II: 251, 253-254).

28 Carta de la condesa de Merlin a George Sand (1844b, II: 249). Véase también Santa Cruz y Montalvo.

29 Carta XIX a Sophie Gay.

#### 4. La recepción de la relación de viaje de la condesa de Merlin sobre Cuba, en Europa y América

La condesa de Merlin publicó su relato de viaje bajo el título *La Havane* en forma de cartas a personalidades famosas de aquella época lo que muestra la amplia red social y política de la cual la escritora era parte. La carta fue uno de los medios literarios preferidos por las autoras de la época; la sueca Fredrika Bremer (1801-1865) lo usó también para su descripción del viaje a Cuba (Bremer 1981) algunos años más tarde.

El duque Élie de Decazes (1788-1860), político monarquista moderado francés, ministro de policía, más tarde de ministro de asuntos interiores y por fin primer ministro bajo Luis XVIII, aceptó la monarquía de julio de 1830. En los años 1840 fue diputado de la Chambre de Pairs. Se retiró de la política en 1848. En las cartas a él, la condesa de Merlin criticó la opresión de Cuba de parte de la metrópoli y la falta de escuelas populares en la isla así como destacó los méritos intelectuales de algunos famosos cubanos como José de la Luz y Caballero, José Antonio Saco y Domingo del Monte.<sup>30</sup> La condesa de Merlin dirigió sus cartas sobre la esclavitud en Cuba a Pierre Charles François Dupin (1784-1873).<sup>31</sup> Dupin fue un matemático, geométrico, autor de libros científicos y oficial naval, fundador del museo marítimo en Toulon y miembro del Instituto de Francia. Llegó a ser ministro de Asuntos Marítimos en 1834 por influencia de su hermano André Dupin, Presidente de la Cámara de Diputados de 1832 a 1840. En esta función actuó a favor de los propietarios de esclavos (Jennings 2000: 77). Pierre-Antoine Berryer (1790-1868)<sup>32</sup> fue abogado, quien por ejemplo, defendió a Napoleón contra la Chambre de Pairs, además fue parlamentario, monarquista liberal, colaborador de muchas revistas y electo a la academia en 1852. La condesa de Merlin dirigió sus cartas sobre el sistema judicial en Cuba al señor Berryer, quien visitó el salón de la condesa en París (Bassanville 1862: 127), era delegado de la

30 Los tres habían publicado la *Revista Bimestre Cubana* y tratado de fundar una Academia de Literatura Cubana, lo que fue evitado por el capitán general Tacón. Por fin tuvieron que abandonar la isla (Méndez Rodenas 1998: 72-73).

31 O'Connor/Robertson (s.a.) <<http://www-groups.dcs.st-and.ac.uk/~history/Mathematicians/Dupin.html>> (08.04.2005).

32 <<http://www.academie-francaise.fr/immortels/base/academiciens/fiche.asp?param=397>> (08.04.2005).

ciudad portuaria Marseille, astuto defensor de la esclavitud en la cámara de diputados (Jennings 2000: 107). Marie Philippe Aimé de Golbery, abogado, como político partidario de Guizot (Jennings 2000: 57) es el destinatario de la carta sobre el carácter del gobierno español en Cuba y la necesidad de reformas. La carta sobre la conquista de América y la obra de Bartolomé de la Casas está dirigida a François-René Chateaubriand (1761-1848), escritor, político monarquista y diplomático francés, antes ministro de asuntos exteriores desde diciembre de 1822 hasta junio de 1824 (Schmieder 1998: 256; Clément 1998: 633-634).<sup>33</sup> A Henri Ellis se dirigió escribiendo sobre las “razas originales” de Cuba.

George Sand (1804-1876),<sup>34</sup> originalmente Amantine-Aurore-Lucile Dupin de Francueil, escritora muy famosa francesa, era una mujer muy independiente y emancipada para su época. Reivindicó el amor libre también para las mujeres. Divorciada de su marido, el barón Dudevant, tuvo relaciones amorosas entre otros con Alfred de Musset y Frédéric Chopin. Vivió en París y Nohant, era amiga de muchos intelectuales y artistas franceses de entonces, entre otros Honoré de Balzac, Alexandre Dumas, Gustave Flaubert y Eugène Delacroix. Sus novelas tratan también temas de crítica social (las llamadas novelas socialistas) y de la vida social en el campo.<sup>35</sup> Sobre *Mes douze premières années* y los *Souvenirs de madame Merlin*, George Sand había escrito una crítica dudosa; después de haber destacado que las obras literarias de mujeres todavía no alcanzaron el nivel intelectual de las obras masculinas, dijo que los *Souvenirs* no fueron “sans mérite”, se caracterizaron por “la simplicité et la bonté” pero que la condesa mejor habría renunciado a las “réflexions métaphysiques faites après coup, et attribuées aux rêveries de ses premières années” en esta obra (Sand 1980: 58, 60). La condesa de Merlin dirigió a George Sand una carta que refleja la posición de las mujeres en la sociedad cubana y la educación familiar de los niños.

---

33 Fechas exactas: fue Ministro de Asuntos Exteriores: 28.12.1822-06.06.1824.

34 Biografía: <<http://www.george.sand.culture.fr>> (03.12.2005); Schlienitz (1987); Wiggershaus (1996).

35 *Le Compagnon du Tour de France* (1840), *Horace* (1842), *Jeanne* (1844), *Le Meunier d'Angibault* (1845), *La Mare au Diable* (1846), *Les noces de campagne* (1846), *Le Pêché de Monsieur Antoine* (1847) <<http://www.georgesand.culture.fr>> (03.12.2005).

Al señor Gentien de Dissay (Firmin-Désiré Gentien de Dissay), yerno de la condesa, está dirigida la carta sobre los productos agrícolas de Cuba. Con el barón J. Rothschild se lamentó sobre los impuestos que pesaban sobre la exportación y paralizaban la industria cubana. El vizconde de Siméon, director francés de tabacos, recibió información sobre la cultura de tabaco en Cuba. Para el conde de Tracy<sup>36</sup> y el coronel George Damer, la condesa describió la sociedad de La Habana. Al marqués Adolphe Louis de Custine, famoso escritor de viajes y visitante del salón parisino de Merlin, envió una descripción de las costumbres funerales y religiosas en La Habana. Al conde de St. Aulaire, otro conocido de París, la condesa dirigió un texto sobre la historia de la isla desde la Conquista. Ante el político liberal-moderado Francisco Martínez de la Rosa (1787-1862), quien tuvo varias veces altas funciones políticas en España,<sup>37</sup> criticó los impuestos onerosos, los abusos de parte de España y de los españoles inmigrantes, seguramente con el intento de que él usase su influencia para cambiar el régimen colonial de Cuba.

Para su hija Teresa, la señora Gentien de Dissay (1812-1876) describió la quinta del marqués de las Delicias y la vida del campo así como sus vivencias en su familia y en la sociedad habanera (Yviricu 2003), para la escritora, Madame Sophie Gay,<sup>38</sup> pintó la vida de los guajiros y a la vizcondesa de Walsh escribió una carta *in memoriam* sobre un velorio en La Habana. Estas dos damas también habían frecuentado el salón parisino de la condesa. La excursión a Vuela Abajo está descrita en la carta al príncipe Federico de Prusia.

Las cartas de la condesa de Merlin, publicadas originalmente en París (1844), tuvieron repercusión internacional. Fueron reseñadas en revistas de varios países, por ejemplo en Alemania en las *Hojas para el entretenimiento literario* en las cuales se escribió que la obra de la condesa Merlin “pertenece a los relatos de viaje mejores que produjo

---

36 Supuestamente Alexandre Victor de Tracy (1781-1864), vice-presidente de la Société française pour l'abolition de l'esclavage, hermano de la esposa del hijo del general Lafayette, Georges Lafayette (Motylewski 1998: 47, 96).

37 Marzo-Julio 1822: Ministro de Estado; enero 1834-junio 1835: Primer Ministro bajo la Reina Cristina; 1852-1861: Presidente de la Cámara de Diputados de las Cortes: Tuñón de Lara/Valdeón Baroque/Domínguez Ortiz 1991: 387, 388, 391); Mayberry (1988: Cronología).

38 Sophie Gay de su parte expresó un juicio muy favorable sobre los talentos musicales como sociales de la condesa de Merlin en su libro (Gay 1837: 181-203).



el último tiempo” pero se criticó que Cuba, particularmente la situación de los esclavos, fuese presentada “al agua de rosas”.<sup>39</sup> Las cartas fueron publicadas en extractos, por ejemplo en la revista francesa *La Presse* (Méndez Rodenas 1998: 294), fueron leídas y citadas por otros viajeros a Cuba (Sivers 1861: 41, 174; Hurlbut 1855: 95). Se hicieron cinco ediciones en 1844 pero no produjeron las ganancias esperadas quizás por la mala administración de Philarète Chasles en cuyas manos la condesa había puesto la parte técnica de la publicación (Méndez Rodenas 1986: 97, nota 35).

Publicar un relato de viaje o un ensayo político-económico-cultural sobre Cuba entonces fue un riesgo, pues todas las obras tuvieron que competir con el famoso *Ensayo político sobre la Isla de Cuba* publicado en París (1826), del erudito Alejandro de Humboldt. Las notas para este libro las hizo Humboldt durante sus viajes a Cuba (diciembre 1800-marzo 1801 y marzo-abril 1804) donde se había alojado en la casa del tío de la condesa de Merlin, Gonzalo O’Farrill, quien de su parte había visitado al barón de Humboldt en Prusia cuando fue ministro extraordinario del rey de España en aquel país.<sup>40</sup> Humboldt también mencionó en sus cartas al conde de Jaruco, el padre de la condesa, en cuya casa permaneció durante su visita en el campo para estudiar los ingenios, pero no se sabe si los dos se encontraron personalmente. Si de verdad se conocieran, el conde de Jaruco le habría podido informar a Humboldt sobre los resultados de la Real Comisión de Guantánamo, una expedición para explorar los recursos naturales de la isla dirigida por el conde de Jaruco (Zeuske 2002: párrafos 8, 11).<sup>41</sup> La obra de Humboldt había tenido una fuerte repercusión internacional, en gran parte positiva. Había muchas ediciones y traducciones de su ensayo en otras lenguas. Humboldt percibió la esclavitud en Cuba con mucho más crítica que la autora cubana.

---

39 *Blätter für literarische Unterhaltung*, 03.08.1844.

40 *Archivo Biográfico de España, Portugal e Ibero América*. No se dice si visitó a Alexander von Humboldt o a Wilhelm von Humboldt, hermano del primero y alto funcionario del Estado prusiano.

41 Humboldt utilizó también información recibida por Nicolás Calvo de la Puerta y O’Farrill, un tío de madre de la condesa de Merlin, propietario de ingenios y personaje muy importante en la ilustración científica de la isla, o de uno de sus hijos.

La primera versión en español (1844) de *Viaje a La Habana* con un prólogo de la escritora cubana Gertrudis Gómez de Avellaneda,<sup>42</sup> quien expresó mucha simpatía frente a la obra y su autora, fue cortada en la parte que había criticado más fuertemente el régimen colonial de España y se refirió solo a la descripción de la vida social y cultural de la Isla. Las revistas cubanas el *Faro Industrial de la Habana* y el *Diario de La Habana* publicaron fragmentos de estas cartas: las revistas imprimieron las “Cartas dirigidas por la Sra. Merlin a Jorge Sand” bajo el subtítulo “Las mugeres de La Habana” (Méndez Rodenas 2002: 31-52).<sup>43</sup> El *Viaje a La Habana* fue rechazado claramente en Cuba. El círculo Domingo Del Monte, que –vacilante– le había prestado materiales sobre comercio, agricultura y legislación a la condesa, no aceptó la obra resultante. La carta a George Sand sobre la situación de las mujeres fue respondida en el *Faro Industrial* por una persona llamada Serafina bajo el título “Cartas a Chucha. Las mugeres de La Habana” (Méndez Rodenas 2002: 33).<sup>44</sup> No se sabe si verdaderamente se trataba de una mujer que quería oponerse a la opinión de Merlin o si fue el editor del periódico o una pariente de él quien escribió las cartas de Serafina. Serafina defendió a las mujeres criollas contra el estereotipo divulgado por la condesa –que durante el día caluroso se sentaban todo el día en una butaca comiendo frutas e interrumpiendo esto solo para tomar baños– y destacó la muchedumbre de deberes que las criollas tuvieron que cumplir. Además dudó la versión idealizada de los matrimonios en la clase alta de la sociedad cubana, particularmente destacó que no se trataba de matrimonios celebrados según el ideal romántico del amor, sino por obligación social (Méndez Rodenas 1998: 45-46). Félix Tanco y Bosmeniel publicó en 1844 bajo el seudónimo “Veráfilo” en el *Diario de La Habana* la *Refutación al folleto intitulado Viage a La Habana, publicada en el Diario* (Méndez Rodenas 1998: 80; 2002: 35).<sup>45</sup> La agudeza de la crítica de Tanco seguramente tiene su origen en las opiniones políticas de Tanco, quien escri-

42 Incluye 10 de las 36 cartas escritas por la condesa, excluye las 12 que se refieren al recorrido por los Estados Unidos y las 14 con crítica contra España (Santa Cruz y Montalvo 1844b; otras ediciones en español 1892, 1905, 1922, 1974, 1981).

43 Serie en el *Diario de La Habana*: 10-12 de septiembre de 1843, el mismo texto sin comentario en el *Faro Industrial*, 10 de septiembre de 1843.

44 *El Faro Industrial*, 21, 24, 28 de septiembre de 1843.

45 *Diario de La Habana*, 22 de abril y 4 de mayo de 1844.

bió la novela anti-esclavista *Escenas de la vida privada en la isla de Cuba* que denunció las crueldades en los ingenios y el abuso de las esclavas por sus amos (Méndez Rodenas 1999: 83, 87).<sup>46</sup> La *Refutación* por fin negó el derecho de Mercedes de participar en el discurso nacional por ser extranjera y mujer. José de la Luz y Caballero defendió a la condesa en el mismo diario bajo el seudónimo Fair-Play (Santa Cruz y Montalvo 1974: 32).

Hay que tener en cuenta que los cubanos leyeron el texto de la condesa después de los acontecimientos de la conspiración de “La Escalera” y la severa represión siguiente. La dedicación de la obra al capitán general Leopoldo O’Donnell, asesino de centenas de cubanos (lo que ella no pudo saber en el momento de escribir su obra), y el hecho que Merlin se expresó a favor del status colonial de Cuba, les pareció una burla. No se debe olvidar además que muchos cubanos supuestamente todavía no conocían las partes de la obra que criticaban el despotismo español. Pero los que conocieron la versión francesa del libro tampoco defendieron a la autora. Los críticos de la obra de la condesa de Merlin además la criticaron por la descripción sentimental de la naturaleza cubana, prefirieron la visión realista de los costumbristas o científica del viajero investigador alemán Alejandro de Humboldt. Los críticos también destacaron que elle había copiado partes de obra costumbrista de Cirilo Villaverde, *Excursión a la Vuelta Abajo* y de Ramón de Palma, *Una Pascua en San Marcos*.<sup>47</sup> No aceptaban que no había copiado literalmente, sino que había adaptado los textos para expresar sus propias ideas: por ejemplo, cambió el fin de la novela *Una Pascua en San Marcos* donde la protagonista no se somete a las normas tradicionales sobre honor y sumisión de la mujer. No veían el afán de la condesa de adherirse a través de la referencia a los costumbristas a la comunidad cubana, a la nación naciente, a la cubanidad. Además este plagiarismo fue una práctica común de la literatura de la época; los escritores cubanos masculinos copiaron también obras de sus compatriotas.

Aunque Agustín de Palma tradujo *Les souvenirs et mémoires de Madame la Comtesse de Merlin* al castellano (Méndez Rodenas 1998:

---

46 En el siglo XIX esta novela solo circuló como manuscrito, fue publicada en 1925.

47 Villaverde: carta XXXV (a Federico Príncipe de Prusia). Palma: carta XXIX (destinataria desconocida). Véase también Santa Cruz y Montalvo (1844b, III: 21-90, 235-294).

293),<sup>48</sup> en general la élite cubana no la reconoció como escritora cubana. Es difícil decir si el uso de la lengua francesa fue de veras la causa de este rechazo: lo habrían excusado en un escritor masculino. La exclusión de la obra de Mercedes de Santa Cruz y Montalvo del canon de la literatura nacional cubana perduró en el siglo XX. Fue redescubierta con la publicación del *Viaje a La Habana* en 1974,<sup>49</sup> y a fines del siglo XX, con las obras de Adriana Méndez Rodenas, quien la describió como precursora del feminismo literario.

### Bibliografía

- Arambel-Guiñazú, María Cristina/Martin, Claire Emilie (2001): *Las mujeres toman la palabra. Escritura femenina del siglo XIX en Hispanoamérica*, Tomo 1. Madrid: Iberoamericana/Frankfurt am Main: Vervuert.
- Araujo, Nara (ed.) (1983): *Viajeras al Caribe*. La Habana: Casa de las Américas.
- Barcía, María del Carmen/García, Gloria/Torres-Cuevas, Eduardo (eds.) (1994-1998): *Historia de Cuba*, 3 Tomos. La Habana: Ed. Política.
- Bassanville, Mme. la Comtesse (1862): *Les salons d'autrefois. Souvenirs intimes*. Prefacio de Louis Enault, Nouvelle Edition. Paris: P. Brunet.
- Bremer, Fredrika (1981): *Cartas desde Cuba*. La Habana: Ed. arte y literatura (primera edición: 1853-1854, Stockholm).
- Calcagno, Francisco (1878-1886): *Diccionario biográfico cubano*. New York: N. Ponce de León.
- Clément, Jean-Paul (1998): *Chateaubriand, Biographie morale et intellectuelle*. Paris: Flammarion.
- Franco, José Luciano (1963): *La conspiración de Aponte: 1812*. La Habana: Publicaciones del Archivo Nacional de Cuba.
- García, Gloria (2003): *Conspiraciones y revuelta. La actividad de los negros en Cuba (1790-1845)*. Santiago de Cuba: Ed. Oriente.
- Gay, Sophie (1837): *Salons célèbres*. Bruxelles: Meline, Cans & Cie.
- Hell, Jürgen (1989): *Geschichte Kubas*. Berlin: Deutscher Verlag der Wissenschaften.
- Herrero Mediavilla Victor (ed.) (1991): *Archivo Biográfico de España, Portugal e Ibero América* (microforma). Munich: Saur <<http://www.academie-francaise.fr/>>

48 Traducción de Agustín de Palma, La Habana 1853: "Memorias y recuerdos de la Señora condesa de Merlin". Méndez Rodenas (2002: 34) menciona una traducción anterior de fragmentos hecha por Rosa Aldama, esposa de Domingo Del Monte, publicado bajo el título "Fragmentos de los 'Recuerdos de una criolla'" en el *Aguinaldo Habanero* (1837: 73-84).

49 Santa Cruz y Montalvo (1974), con una introducción de Salvador Bueno, quien expresa cierta ambigüedad en aceptara Mercedes de Santa Cruz y Montalvo como escritora cubana.

- immortels/base/academiciens/fiche.asp?param=397> (8.04.2005); <<http://www.georgesand.culture.fr/>> (03.12.2005).
- Hurlbut, William H. (1855): *Pictures of Cuba*. London: Longman, Brown, Green, and Longmans.
- Jennings, Lawrence C. (2000): *French Anti-Slavery Movement for the Abolition of Slavery in France 1802-1848*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Marrero, Levi (1983-1984): *Cuba: Economía y sociedad, Azúcar, Ilustración y Conciencia, 1763-1868*, I-III (Tomos IX-XI). Río Piedras (Puert.): Ed. San Juan.
- Massari, Roberto (1992): *Geschichte Kubas. Von den Anfängen bis zur Revolution*. Frankfurt am Main: Dipa.
- Mayberry, Nancy (1988): *Francisco Martínez de la Rosa*. Boston: Twayne Publishers.
- Méndez Rodenas, Adriana (1986): “‘Voyage to La Habane’: The Countess of Merlin’s Preview of National Identity”. En: *Cuban Studies*, Vol. 16. Pittsburgh/ London: Pittsburgh University Press, pp. 71-99.
- (1998): *Gender und Nationalism in Colonial Cuba. The Travels of Santa Cruz de Montalvo, Condesa de Merlin*. Nashville/London: Vanderbilt University Press.
- (1999): “Tropics of Deceit, Desire and the Double in Cuban Antislavery Narrative”. En: *Cuban Studies*, Vol. 28. Pittsburgh/London: University of Pittsburgh Press, pp. 83-99.
- (2002): “‘Las mugeres de La Habana’. Una polémica feminista en el romanticismo hispanoamericano”. En: Méndez Rodenas, Adriana: *Cuba en su imagen: Historia e identidad en la literatura cubana*. Madrid: Editorial Verbum, pp. 31-52.
- Mercader Riba, Juan (1983): *José Bonaparte, Rey de España (1808-1813). Estructura del Estado Español Bonapartista*. Madrid: C.S.I.C.
- Moreno Friginals, Manuel (1978): *El ingenio. Complejo económico social cubano del azúcar*, 3 Tomos. La Habana: Ed. de Ciencias Sociales.
- (1995): *Cuba/España, España/Cuba, Historia común*. Barcelona: Crítica, Grijalbo Mondadori.
- Motylewski, Patricia (1998): *La Société française pour l’abolition de l’esclavage, 1834-1850*. Paris: L’Harmattan.
- O’Connor, J. J./Robertson, E. F. (s.a.): “Pierre Charles François Dupin”. En: <<http://www-groups.dcs.st-and.ac.uk/~history/Mathematicians/Dupin.html>> (08.04.2005).
- Paquette, Robert L. (1988): *Sugar Is Made with Blood, The Conspiracy of La Escalera and the Conflict between Empires over Slavery in Cuba*. Middletown, Conn.: Wesleyan University Press.
- Pérez, Louis A., Jr. (1995): *Cuba. Between Reform and Revolution*, 2º ed. Oxford/ New York: Oxford University Press.
- (1999): *On Becoming Cuban, Identity, Nationality, and Culture*. Chapel Hill/ London: University of North Carolina Press.
- Prieto Benavent, José Luis (2002): “Mercedes de Santa Cruz y Montalvo, Condesa de Merlin, une femme du monde”. En: *Revista hispano cubana*, nº 13, pp. 83-96 <<http://dialnet.unirioja.es/servlet/oaiart?codigo=257823>> (07.04.2005).

- Sand, George ([1836] 1980): "Souvenirs de Madame Merlin". En: George Sand: *Œuvres Complètes, XXX, Questions d'art et de littérature*. Genève: Slatkine Reprints, pp. 53-60.
- Santa Cruz y Mallen, Francisco Xavier, 7º conde de San Juan de Jaruco (1940): *Historia de Familias cubanas*, Tomo 1. La Habana: Editorial Hercules.
- (1942): *Historia de Familias cubanas*, Tomo 3. La Habana: Editorial Hercules.
- Santa Cruz y Montalvo, María de Mercedes, Comtesse de Merlin (1841): "Les Esclaves dans les colonies espagnoles". En: *Revue des deux Mondes*, abril-junio, pp. 734-769.
- (1844a): *La Havane*, 3 Tomos. Paris: Librairie de Amyot.
- (1844b): *La Havane*, 3 Tomos. Bruxelles: Société Belge de Librairie Hauman et Cie.
- (1844c): *La Havane*, 5 Tomos en uno. Bruxelles: Société Typographique Berge.
- (1844d): *La Havane*, 3 Tomos. Leipzig/Bruxelles: Meline, Cans & Co.
- (1844e): *La Havane*. La Haya: Edición rara.
- (1974): *Viaje a La Habana*. La Habana: Ed. de Arte y Literatura.
- (1990): *Souvenirs et mémoires de Madame la Comtesse Merlin (1789-1852), Souvenirs d'une Créole*. Prefacio de Hector Bianciotti, Introducción y notas de Carmen Vásquez. Paris: Mercure de France.
- Schlienitz, Gisela (1987): *George Sand. Leben und Werk in Texten und Bildern*. Frankfurt am Main: Insel-Verlag.
- Schmidt-Nowara, Christopher (1999): *Empire and Antislavery, Spain, Cuba, and Puerto Rico 1833-1874*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press.
- Schmieder, Ulrike (1998): *Prusia y el Congreso de Verona. Estudio acerca de la política de la Santa Alianza en la cuestión española*. Madrid: Ediciones del Orto.
- (2003): *Geschlecht und Ethnizität in Lateinamerika im Spiegel von Reiseberichten: Mexiko, Brasilien, Kuba 1780-1880*. Historiamericana, Tomo 15. Stuttgart: Verlag Hans-Dieter Heinz, Akademischer Verlag.
- Sivers, Jégor (1861): *Cuba, die Perle der Antillen: Reisedenkwürdigkeiten und Forschungen*. Leipzig: Fleischer.
- Tuñón de Lara, Manuel/Valdeón Baroque, Julio/Domínguez Ortíz, Antonio (1991): *Historia de España*. Barcelona: Editorial Labor.
- Wiggershaus, Renate (1996): *George Sand mit Selbstzeugnissen und Bilddokumenten*, 7º ed. Hamburg: Rowohlt.
- Yviricu, Jorge (2003): "Los misterios de la condesa de Merlin". En: <<http://www.habanaelegante.com/Spring2003/Ronda.html>> (07.04.2005).
- Zeuske, Michael (2000): *Kleine Geschichte Kubas*. München: Verlag C. H. Beck.
- Zeuske, Michael (2002): "Humboldt, Historismus, Humboldtianisierung". En: *HiN (Humboldt en la Red)*, nº 3 y 4.
- Zeuske, Michael/Zeuske, Max (1998): *Kuba 1492-1902. Kolonialgeschichte, Unabhängigkeitskriege und die erste Okkupation durch die USA*. Leipzig: Leipziger Universitätsverlag.

Vavy Pacheco Borges

**O clã familiar Georges Leuzinger:  
negócios e afetos entre o Velho e o Novo Mundos  
(séculos XIX e XX)**

**1. A Casa Leuzinger, negócios e afetos, aspectos indissociáveis**

O suíço-alemão Georg Leuzinger migrou para o Rio de Janeiro em 1832, onde criou a chamada não oficialmente Casa Leuzinger, importante no campo da tipografia, editoração e fotografia. Ele nasceu em 31 de outubro de 1813 em Mollis, cidade do Cantão protestante de Glarus; estudara negócios de tecidos de algodão e de rendas em Saint Gallen e, aos 18/19 anos, veio arriscar-se no Novo Mundo, tentando a vida no Rio de Janeiro, na firma de exportação – importação Casa Leuzinger et compagnie, do tio Jean Jacques Leuzinger, que nunca pusera seus pés no Brasil. A família guarda ciosamente exemplares de uma documentação oficial fornecida pela administração de Glarus que nos informam sobre a participação de dois irmãos Leuzinger nas Cruzadas do século XII. Apesar de toda essa tradição familiar, a falta de opções fez com que Georg primeiro, e anos depois, seu único irmão Johannes (quatro anos mais novo) acabassem emigrando; o caçula foi para os EUA, para Muskatine, Iowa, onde temos notícia que a mãe Sabine o visitou, embora ela não tenha vindo ao Rio de Janeiro.

Vindo do Havre em embarcação a vela, depois de uma travessia de 54 dias, Georg Leuzinger desembarcou no Rio no último dia de 1832. O choque dessa chegada é lembrado por ele 38 anos depois, em carta a seu filho Paul (então na Europa), tentando consolá-lo de seu afastamento da família:

Eu sei muito bem o que você está passando [...] posso assegurar que sua posição em Paris é muito melhor que aquela mesma do dia 30 de dezembro de 1832. Sozinho, desconhecido, entre pessoas que falavam o francês dentro de casa, que eu entendia muito mal, e, do lado de fora, o português que eu não conhecia absolutamente. País, nacionalidade, religião, usos, modo de vida, tudo novo, vendo apenas, por assim dizer, os negros meio selvagens da costa da África, sem um só amigo. Sem um outro conhecido além do sócio do meu tio, que juntamente à mulher que vivia

com ele me olhavam de lado. Onde eu me deitei pela primeira vez em um quarto sem janela. Nesse horror de posição um só pensamento me sustentou, sem o qual eu estaria morto: o amor de mãe. Por causa deste amor por minha mãe eu superei todas as vicissitudes de minha primeira existência muito dura no Rio, este Rio que é minha segunda pátria, onde eu me sinto ainda estranho e onde eu morrerei estranho, porque tudo é estranho aos meus ouvidos e ao meu coração, a língua, a religião, as leis, os usos.<sup>1</sup>

Como os negócios familiares iam mal, Georg Leuzinger se desentendeu com o sócio francês e, em 1840, já economizara o bastante para comprar a mais antiga papelaria da cidade –Ao Livro Vermelho– do suíço-francês Jean Charles Bouvier, papelaria e pequena encadernação para obras impressas e álbuns na famosa artéria de comércio, a rua do Ouvidor, no centro da cidade. Foi nessa artéria que os negócios foram crescendo, tornando a firma Leuzinger um local de referência obrigatória na vida cultural brasileira da segunda metade do século, e seus produtos uma marca de reconhecida qualidade.

Georg Leuzinger casou-se, no mesmo ano, na Igreja do Outeiro da Glória, com uma francesa, Anne Antoinette du Authier (em família, Eleonore), chegada ao Rio em abril de 1839 para morar em casa de uma irmã casada, a Baronesa de Geslin, que tinha um colégio na Casa dos Rochedos, na praia do Russel. Por parte de pai, vinha de uma família de origem nobre de Limoges, na Gascogne, cujo antepassado Gauthier du Authier emigrara durante a Revolução Francesa para a Inglaterra, abandonando mulher e filhos e tendo os bens seqüestrados. O casal teve treze filhos, seis homens e sete mulheres, sendo que quatro não deixaram descendência. A vida dos filhos, netos e bisnetos de Georg Leuzinger foi um constante cruzar do Atlântico por razões afetivas e profissionais desde meados do século XIX até nossos dias.

A documentação familiar que nos permite retratar a história do clã Leuzinger se constitui de mais de 100 cartas, uma espécie de *livre de raison* (com os fatos importantes da vida de cada filho de Georg Leuzinger e de cada nova família) ou seja, um álbum com histórico familiar e lembranças, árvores genealógicas dos Leuzinger e dos De Authier, fotos e outros documentos familiares além de pequena tradição

---

1 Toda a correspondência citada é de propriedade do Instituto Moreira Salles, assim como fotos produzidas pelo atelier Georg Leuzinger. Os originais estão em francês e alemão. As citações feitas aqui foram traduzidas do francês por mim; os originais em alemão não foram citados.



oral. No final de sua vida, Georg Leuzinger encaminhou trabalhos seus à Biblioteca Nacional. Um seu contemporâneo, Ernesto Senna, ao escrever uma história do comércio do Rio constrói uma primeira e favorável imagem de Georg Leuzinger tanto como empresário, quanto como figura humana.

Em seu “negócio do papel”, como dizia, suas empresas mistas de artes gráficas se constituíram em: lojas e oficinas de papelaria, encadernação, pautação, edição de livros e outros impressos, gravuras e depois fotografias. Como os livros de escrituração eram importados, começou por montar uma oficina para fazer esses livros; sua tipografia contava com a ajuda de dois famosos técnicos alemães, Huselmann e Bollenberg, gravadores de medalhas, sinetes, chapas. Da metade dos anos 1840 a 1850, produziu e comercializou gravuras, feitas em litografia e estampadas em sua maioria na Casa Lemmercier (em Paris) e uma parte no Rio, na Haeaton & Rensburg. Sua empresa chamou-se, primeiramente, G. Leuzinger e, depois de 1873, G. Leuzinger e filhos.<sup>2</sup>

As constantes relações em torno do Atlântico se concretizavam de diversas maneiras: na educação e formação européia dos filhos para os negócios familiares (Suíça, França e Alemanha), na compra de aparelhagem editorial, na contratação de técnicos, no envio de gravuras, fotos, e outros produtos para venda e concursos na Europa e outros países. Foi graças à rede constituída por Georg Leuzinger e seus filhos que a empresa familiar conseguiu se destacar tanto no Velho como no Novo Mundo. Georg Leuzinger se tornou uma figura pública conhecida no mundo comercial e cultural da corte do Segundo Reinado que passava naquele momento por grandes transformações, pois

Se polia e amadurecia nos salões [...], nas maneiras fidalgas e no trato cerimonioso, no bom gosto revelado na preparação do interior dos lares, [e] era bem um reflexo da civilização que batia às portas do país entrando por sua porta principal. Os viajantes que a visitaram, como Saint-Hilaire,

---

2 Dois pesquisadores foram fundamentais no meu trajeto relativo à família Leuzinger: Renata Santos, cujo pioneiro mestrado na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) trata da Casa Leuzinger enquanto produtora no campo das artes gráficas, mas sobretudo editora de imagens, primeiro as gravuras e depois as fotografias. O segundo é o alemão Frank Kohl, que estuda o mercado das imagens fotográficas brasileiras na Europa e a formação da comunicação visual global na segunda metade do século XIX; focaliza em especial os fotógrafos de língua alemã, ativos no Brasil imperial a partir dos anos 1850.

Rugendas, Debret e Gardner são unânimes em constatar a mudança que se operava com rapidez e para a qual a contribuição estrangeira era visível e imensa (Santos 2003: 38-39).

Há menções nas cartas às suas inúmeras horas de trabalho, seu cansaço, sua dedicação. Assim, viveu como verdadeiro *self-made man* – ao mesmo tempo como responsável e como parte do que poderíamos ver como uma globalização *avant la lettre*, quando o entrecruzar de pessoas, idéias e gostos, capitais e negócios, embora em ritmo lento, era já uma constante no mundo ocidental através do Atlântico.

Desde o início, Georg Leuzinger servia toda uma freguesia do comércio para fazer diplomas, chapas para cartões de visitas, sinetes, brasões, letras de saque para os bancos, pastas, portfolios, cadernos de escrituração para escritórios e repartições, etc. Assim, circulava dentro da comunidade brasileira, vendendo até para a Corte (por vezes no lugar da própria Imprensa Régia). Era membro da Germania Deutsche Gesellschaft, uma espécie de câmara de comércio fundada em 1821. Composta dos *Kaufleute* (a gente do comércio de fala alemã), essa foi “o ponto de partida e a instituição em torno da qual se articulou a solidariedade étnica” e a *kultur* germânica, conjugando negociantes de importação-exportação –alguns dos quais serviram como representantes diplomáticos de algum país do centro ou do norte da Europa–, corretores de bolsa, livreiros e tipógrafos (como Georg Leuzinger e os irmãos Laemmert), além de médicos, engenheiros, taberneiros. A *Kaufleute* vivia de forma abastada; fundaram, em 1827, a primeira comunidade evangélica luterana, além de uma sociedade de beneficência, a Hilfsverein (1844) que conseguiu criar, somente em 1855, a primeira escola alemã (Seyferth 2000).

Mas essa imigração de fala teutônica compunha um contingente relativamente pequeno, se comparado, por exemplo, à francesa. O trilingüe Georg Leuzinger falava alemão pela criação, português e francês após a chegada ao Brasil. Por seu casamento e por relações de trabalho (Lemmercier, Martinet, etc.), teve também inserção no mundo de influência francesa: sua família falava francês em casa, ele mesmo deixou muitas cartas e, escreveu observações nas gravuras doadas à Biblioteca Nacional em francês. A versão de seu nome que se guardou foi a francesa, pois era chamado no Brasil de Georges. Seus filhos, batizados pelo pastor luterano Schmidt, acabaram por praticar o catolicismo como a mãe. Vivendo nessa dupla relação, Ge-

org Leuzinger teve contacto com muitos dos visitantes proeminentes que estiveram no Rio, dentre os quais Maximiliano da Áustria, o Príncipe de Joinville, artistas como Charles de Ribeyrolles e os pesquisadores e naturalistas Louis Agassiz e sua mulher Elisabeth.

Georg Leuzinger editou numerosas vistas do país e também dos costumes dos habitantes; ficou registrado o rigor de sua busca de perfeição nessas edições. Em coleções ou avulsas, por longos anos foram essas as únicas vistas do país que se encontravam, sendo muito procuradas e adquiridas pelos visitantes estrangeiros; certamente contribuíram muito –como, depois, as fotografias– para reforçar, no Velho Mundo, o imaginário sobre o Novo Mundo e seu “exotismo”. Anúncios para a venda por subscrição ofereciam a possibilidade de entregas em Paris, Londres, Hamburgo e Lisboa.

Em meados da década de 1860, sintonizado com seu momento, na linha de acompanhamento das tendências européias e na continuidade da representação imagética do país, Georg Leuzinger lançou-se no campo da fotografia, montando um ateliê completo com aparelhagem para viagens pelo interior, encomendando tarefas a fotógrafos hábeis, cujas fotos depois foram premiadas em exposições internacionais. Chegou a editar um catálogo com 337 fotos de locais do Rio, Petrópolis, Teresópolis e Nova Friburgo. Essas fotos e coleções eram vendidas internacionalmente, com suas legendas na língua da cultura na época, o francês; no século XX, segundo peritos na história da fotografia, fotos dessas coleções foram encontradas pelos pesquisadores em várias cidades européias até da Rússia, mas também nas Américas – nos Estados Unidos e na Argentina. Nesses anos, foram produzidas no ateliê lindas vistas não somente do Rio e redondezas mas também da Amazônia, mostrando a flora, a fauna e os indígenas.<sup>3</sup> O Imperador Pedro II foi aficionado da fotografia e, na coleção da Imperatriz Teresa Cristina, encontram-se fotos do ateliê Leuzinger; nos álbuns de família Leuzinger encontramos retratos de D Pedro II e da família

---

3 Fotos de Georg Leuzinger fazem parte do catálogo: *Mostra do redescobrimento: O olhar distante. The Distant View* (2000: 248-251). Ele recebeu a única distinção feita ao Brasil na Exposição Internacional de Paris em 1867. Ver também Fernandes Junior/Lago (2000). Outro livro recente traz fotos publicadas pela oficina dele, como as fotos atribuídas a seu genro, Franz Keller, que adotou no Brasil o sobrenome Leuzinger, e Albert Frisch. Ver Vasquez (2000); ver ainda Kossoy (2002: 201-206).

real. Como funcionava o ateliê de fotos é ainda controvertido: há suposições de que Georg Leuzinger tenha feito algumas das fotos, além da produção e comercialização; sabemos que dois de seus filhos se ocuparam das fotos nos momentos prévios às exposições, que lá trabalharam Marc Ferrez e Albert Frisch (enviado por Georg Leuzinger à Amazônia, onde fez as primeiras fotos de índios brasileiros). Entre as dúvidas que restam, a principal parece ser sobre a participação do genro Franz Keller no ateliê. A primeira foto brasileira a ser premiada na Exposição Internacional em Paris, em 1865, foi uma paisagem carioca feita no ateliê de Georg Leuzinger.<sup>4</sup> Mais tarde, Georg Leuzinger editou as gravuras de Victor Frond (1821-1881), feitas a partir de fotos. O ateliê foi fechado em meados dos anos 1870.

Os arquivos da Casa Leuzinger foram queimados em incêndio no final do século XIX. Porém, uma etiqueta na capa de um diário da filha Eugénie, escrito num caderno da tipografia familiar, lista as premiações conseguidas até aquela data pelos produtos tipográficos: em exposições no Brasil (1861, 1866, 1873, 1881), em Londres (1862), Paris (1867), Viena (1873), Buenos Aires (1882), além de duas medalhas na Exposição Universal de Filadélfia para livros de escrituração, encadernação e tipografia (sem data). No campo da edição, Georg Leuzinger imprimiu livros de muitos autores, entre os quais os mais conhecidos são A. de Taunay, Joaquim Nabuco e o historiador Capistrano de Abreu. Produziu catálogos famosos para a Biblioteca Nacional, além dos chamados “impressos efêmeros” – livros, revistas e jornais ilustrados. Nos anos 1850 editou diversas folhas diárias, por vezes em alemão, redigidas por alguns revolucionários e socialistas que a Revolução de 1848 havia afugentado da Europa, as quais eram, ainda segundo Senna, “folhas que curta existência tiveram à falta de leitores e por estarem os seus redatores em constantes lutas”. “O Emigrante”, a última editada em 1853, era redigida em português e seu principal redator foi um certo Dr. Kieckback. Alguns destes refugiados trabalharam para Georg Leuzinger.

Em 1873, quase um quarto de século após seu início nos negócios, tornou os filhos seus associados, procurando encarregá-los de diferentes seções. O mais velho, Henri, foi, até sua morte, o grande esteio do

---

4 Essa foto foi exibida em São Paulo, no ano 2000, na Exposição dos 500 anos do Descobrimento, no Parque Ibirapuera.

pai e da Casa. Victor morreu jovem, quatro anos depois, aos 28 anos, em Paris (em uma das viagens de negócios das quais tanto reclamava em suas cartas); o penúltimo dos filhos, também Georg, tomou seu lugar. Edmond, que se casara numa rica família brasileira, após três anos foi trabalhar com o sogro. Jules, o caçula, foi a Nova York para tentar abrir um negócio para o grupo, mas não teve êxito e morreu logo depois. Paul foi o último a permanecer na firma, tendo-a vendido no início da década de 1920. Franz Keller parece ter sido o único genro a ter realmente trabalhado com a família, no ateliê fotográfico. Georg Leuzinger era, segundo Senna, um grande amigo de seus empregados, incapaz de exercer sobre eles qualquer ato de rigor, esquecendo-se até de abusos que sofrera e que o tinham prejudicado “pecuniariamente”. Em 1885, foi formada uma sociedade beneficente para os empregados; em 1892 alguns contratados de muitos anos adquiriram interesses nos negócios.

Ernesto Senna coloca Georg Leuzinger como tendo amado muito o Brasil. Ele realmente aqui se enraizou, não tendo voltado a morar no Velho Mundo após se enriquecer, como muitos; e por sua história familiar percebe-se que ele se adaptou muito bem, apesar do estranhamento mencionado em sua carta acima reproduzida. Aos sessenta anos, Georg Leuzinger empreendeu sua única viagem de volta à sua terra natal, quando seus pais estavam mortos e seu irmão não mais lá vivia e da qual nos deixou, em carta, um relato emocionado. Vinte anos depois, logo após festejar suas Bodas de Ouro, “bastante robusto e em pleno gozo de suas faculdades”, depois de breve enfermidade, Georg Leuzinger faleceu, cinco dias antes de completar oitenta anos.

Morto Georg Leuzinger, seu filho Henri, junto com Paul e a viúva-mãe como comanditária da sociedade, manteve-se, como já fazia antes, à frente dos negócios. Em 1898, morre a viúva Eleonore e, em 1906, Henri. Na verdade, a firma que, em 1940, festejou seu centenário como Casa Leuzinger, nada mais tinha a ver com a família, nem com aquela grande e próspera firma fundada e dirigida com grande criatividade e sensibilidade por Georg Leuzinger no século XIX.

## **2. A organização familiar e os padrões de comportamento no clã Leuzinger**

A imagem de uma figura bondosa e sensível, mostrada nos negócios, conforme aponta Senna (1908), se confirma pelas cartas. Mas Georg Leuzinger foi um pai muito rígido, como era de se esperar na época. Muito cuidadoso na educação dos filhos, preocupava-se com os laços afetivos que os filhos entretinham entre si quando crianças; depois, quando com ele trabalhavam, orientava sua inserção e comportamento nos negócios. Cuidava também do relacionamento dos filhos com a mãe, a quem elogiava muito. Um exemplo é a forma de orientar seu filho Paul, desanimado porque, já longe da casa paterna há tempos, ia mudar mais uma vez de domicílio europeu:

O que irá portanto mudar [?] seus hábitos [?] Oh [...] sim, eis o que te aflige mais, mas meu filho [...], para se tornar um homem, é preciso que nossa cabeça e nosso coração passem muitas vezes por uma crise. Infelizmente, sem crise não renascemos e a crise nos faz mais prudentes e melhor para as provações.

As intensas relações de afeto entre membros do clã evidenciam-se em cartas, presentes, deslocamentos para visitas e férias que procuravam aproximar uma família dispersa. Foi o décimo filho Paul (nove anos se educando na Europa) o grande responsável pela maioria das fontes sobre a vida do clã Georg Leuzinger. Paul reuniu mais de 100 cartas que nos permitem entrar na intimidade de Georg Leuzinger, sua mulher, seus filhos, noras, genros, netos, sobrinhos e agregados e que nos fazem perceber que, apesar de espalhados por vários países, havia uma grande união familiar. Essas cartas são uma explosão de sentimentos – expressões de saudades, encorajamentos, votos de felicitações por aniversários, finais de ano, nascimento, casamento, aniversário, lamentações por doenças, mortes, descrições de festas, recomendações de aceitação da “vontade de Deus”, de condutas éticas, etc. Anunciam também o envio de presentes, de objetos e /ou dinheiro que, como as cartas, cruzavam o Atlântico nos dois sentidos. Dessa correspondência resulta, de forma impressionista, a constatação de um afeto enorme entre duas e depois três gerações de Leuzinger. Se o constante vai e vem dos dois lados do Atlântico –de cartas, pessoas, máquinas, produtos– pode nos dar a impressão de que, ao contrário do que se poderia esperar, a distância então não significava muito, a tristeza, o trauma e

a sensação de violência por vezes sentida pela separação apontada por Georg Leuzinger como “necessária” entre pais, filhos e irmãos é pungente em algumas cartas e dá a verdadeira dimensão do que era a vastidão do Atlântico naqueles tempos.

Paul também é responsável pela outra fonte fundamental já citada, o registro familiar que ele redigiu durante anos (em parte ajudado por sua mulher, a partir de apontamentos de Georg Leuzinger e Eleonore). Em álbuns da Tipografia Leuzinger existem duas versões manuscritas, uma feita até 1905, e uma a partir dessa data, cópia melhorada da primeira. Trazem anotações sobre as origens do casal e, a partir de dados dos dois, os fatos importantes da vida de cada um deles, de cada filho e da nova família que cada filho veio a constituir. Alguns dados são completados mesmo depois da morte de Paul, de forma bem resumida. Encontramos notícias dos nascimentos e batismos. Pode-se acompanhar de forma clara os casamentos, nascimentos, doenças e mortes, assim como as viagens e as estadias, visitas dos filhos e filhas (mais ocasionalmente dos pais) para conhecer o local de origem da família na Suíça, para visitar os parentes Du Authier e Geslin na França. Como os filhos solteiros passaram anos no Velho Mundo em busca de educação e/ou formação profissional (estudo em escolas técnicas e estágios em lojas de comércio), as irmãs casadas e seus maridos que moravam na Europa deles se ocupavam, visitando-os, enviando correspondência e presentes, albergando-os para estadias e férias, etc. Mais tarde, quando começaram a trabalhar com o pai, os filhos – e em especial um deles, Victor, solteiro – partem em busca de novas técnicas, novas máquinas ou de pessoal qualificado.

O padrão de comportamento da prole parece ser semelhante por gênero. Os homens trabalharam na empresa familiar e casaram-se com brasileiras, o que fortalecia o entrosamento do clã familiar na sociedade local e concretizava a procura, provavelmente encorajada por Georg Leuzinger e sua mulher, de enraizar a família no país. As filhas seguiram o modelo materno: as quatro que se casaram (pois uma morreu aos 16 anos e duas outras ficaram solteiras) escolheram estrangeiros como o pai; três acabaram por morar na Alemanha (em Karlsruhe) e na França (em Paris, em Caen e no sul do país), perpetuando os laços do clã Leuzinger com o Velho Mundo. Aparentemente, todas estudaram e poderiam ter sido professoras, como por vezes fizeram, buscando saídas para sua difícil situação financeira, algumas mulheres

cultas, em especial as européias. O ensino privado (única forma então de ensino leigo) era realizado, em geral, nas próprias casas dos donos dos colégios. Algumas mulheres Leuzinger se inseriram na sociedade da Corte mantendo prestigiosos colégios privados de ensino leigo: a primeira foi a irmã de Eleonore Leuzinger, Baronesa ou Madame de Geslin, conhecida na corte do Rio de Janeiro pelo seu colégio, anunciado no Almanak Laemmert como um estabelecimento para educar “com esmero” as filhas das melhores famílias. Alguns anos depois, em 1865, entre dados de trinta e sete estabelecimentos de ensino feminino, há uma menção ao “Colégio de Madame Leuzinger”.<sup>5</sup> Este situava-se na rua do Príncipe do Catete, 25; o registro indica que era uma escola de sessenta e seis alunas, somente para “instrução primária”.<sup>6</sup> Ainda mais tarde, em 1880-1881, também na rua do Catete, Eugénie, a única filha casada no Rio, ficando viúva lançou-se no ensino profissional, fundando o Colégio Masset, seu sobrenome de casada.

Eugénie e a irmã mais velha Sabine são melhor conhecidas e constituem exemplos claros dos laços de afeto no interior da família, e da sua dispersão. Ambas nos legaram diários cobrindo algumas fases de suas vidas. O marido de Sabine foi um alemão de Mannheim, Franz Keller, engenheiro, cartógrafo desenhista, xilo-gravurista, pintor, que veio acompanhar o pai e o irmão para trabalhar nas primeiras estradas de ferro e em possíveis transportes fluviais. Esteve algumas vezes no Brasil e aqui se casou, em 1867, com a primogênita Sabine Christine, antes da viagem ao Amazonas, na qual ela acompanhou o marido. Durante as explorações realizadas, Franz Keller desenhou paisagens, animais, índios e outros aspectos encontrados; alguns dos seus desenhos foram comercializados pelo sogro e fazem parte, por exemplo, de uma série de imagens sobre a região do Amazonas. Sinal dos laços de afeto familiar é sobretudo a mudança do nome de Franz Keller: a partir de 1867, ele acrescentou o sobrenome Leuzinger e passou a se

---

5 *Relatório da Inspetoria Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte*. O texto traz matrículas em cursos especiais somente em três matérias: desenho (3) piano ou harpa (20) e dança.

6 Em uma das cartas de Georg Leuzinger a um filho na Europa, lê-se que sua mulher estava ocupada com o colégio e não podia empreender viagem à Europa. Eleonore também descreve, em carta aos filhos ausentes, uma festa que era oferecida anualmente aos alunos.



chamar Franz Keller-Leuzinger; para alguns, ele teria sido o responsável pelo ateliê de fotografia da família.

O casal Eugénie e o marido francês Gustave Masset (descendente de um editor francês e ele mesmo comerciante de roupas) evidenciam a coesão familiar de outra forma: Gustave e Eugénie, como os pais desta, também se casaram na Igreja do Outeiro da Glória, também moraram na rua do Ouvidor em cima da loja de Masset, e lá tiveram os primeiros quatro filhos (a primeira neta de Georg Leuzinger foi a primogênita Masset), o que permitia, segundo carta de Eugénie, “ter o prazer de ver todos os dias papai e meus irmãos”. Depois, moraram por anos com o casal Georg Leuzinger, a quem deram a primeira neta; as cartas mencionam o prazer dos patriarcas de abrigarem em sua casa a família Masset. O genro Masset escreve à mãe, dizendo que os sogros não queriam que eles saíssem para morar na nova casa, recém-construída.

O diário de Eugénie<sup>7</sup> nos permite um certo “mergulho em alma”, uma imagem de sua forma de se comportar. Esse diário pode ser pensado tanto como um sintoma, quanto como um remédio para sua situação de viuvez, em função da morte do cônjuge adorado (Borges 2002). O bom relacionamento do casal é confirmado também por cartas do marido na primeira metade dos anos 1870 à sua mãe Betsy Masset, então viúva do conhecido editor Victor Masset, dono da editora de música Le Menestrel, em Paris. Três dessas cartas atestam o bem sucedido romance dos dois, revivido depois no diário por Eugénie. Embora, segundo ele, o dinheiro não estivesse sobrando na vida do casal, afirma:

Ela é encantadora, minha mulherzinha, e nós nos entendemos perfeitamente bem. Fiz muito bem de não correr atrás de um dote que poderia ter tido com outras com as quais talvez não tivesse encontrado a felicidade que agora experimento.

Conta que viviam somente para os filhos “maravilhosos”, fala sobre seu amor por eles, seu cotidiano agradável, dizendo que a recepção do final do dia (descrita no diário tantos anos depois por sua mulher) é “a maior recompensa de suas fadigas”.<sup>8</sup> Sabe-se de três viagens de

---

<sup>7</sup> Caderno manuscrito pertencente à autora.

<sup>8</sup> São todas em francês; a primeira data de 6/11/1870, a segunda, de 21/11/1871 e a terceira, de 13/11/1874.

Gustave Masset para a França, uma das quais acompanhado da mulher e de sua primogênita.

A primeira característica de Eugénie que se percebe por seus escritos é a de uma mulher apaixonadíssima. Sua paixão é patente pela forma com que descreve os detalhes da sua vida com o marido. Talvez não difira aí do romantismo de muitas jovens de sua época, entendendo-se aqui o termo no senso-comum mais moderno do século XX. O temperamento apaixonado se evidencia também quando ela se confessa por mais de uma vez ciumenta, seja dos amigos de infância de Gustave (que, segundo ela, os defendia com eloquência e paixão), seja da família dele, à qual não se refere nem uma vez. Ela era uma mulher extremamente religiosa; no diário, seu amor por Deus e pelo marido morto parecem se mesclar.<sup>9</sup>

O sexo parece ser um componente importante da paixão de Eugénie; está subjacente em várias partes, pouco explicitado ou censurado (talvez temendo possíveis leitores). Sua forma de eliminar o relato que fizera sobre a consumação da noite de núpcias cortando duas páginas do caderno, é reveladora, assim como o relato da concepção de seu caçula, que descreve delicadamente através da metáfora de um beijo.<sup>10</sup> O diário indica que ela viveu sem muitas tensões a dicotomia entre a alma e o corpo (antiga discussão na filosofia e na religião), que atormentou por muitos tempos as católicas praticantes. Quando menciona algo sobre seu amor ser “louco” talvez seja ao sexo que esteja se referindo, por vezes em contraste com o amor “puro” (que seria o sentimento romântico). Em muitos casos, ficou documentado que, como afirma Peter Gay, “O amor era fundamental e indispensável para essas mulheres, constituindo o fundamento, a coroação e a razão de ser da sexualidade” (Gay 1988: 109).

Eugénie parece ter vivido bem o papel de esposa/amante pela sua enorme paixão por Gustave Masset, numa feliz combinação de sexualidade e afeto.

---

9 Nos conventos femininos, aliás, as religiosas são consideradas as “esposas do Senhor” ou “esposas de Cristo”.

10 Ela escreveu: “Essa criança, nascida depois de uma noite de baile e de loucura, e que brotou entre nossos lábios no momento em que os últimos véus da noite lutavam contra os primeiros raios do dia!”. Peter Gay menciona casos semelhantes, dizendo que “Por razões bastante óbvias, as relações sexuais, sendo experiências das mais íntimas e das mais importantes, também são as mais esparsamente documentadas” (Gay 1988: 61).

O amor aos filhos, aos quais dedicou seu tempo e todos seus esforços, tem uma presença muitíssimo menor no diário do que a paixão pelo marido. Chama os filhos de “as sete provas de seu amor por mim”, “nossa própria carne”; chama-os também de seus “anjos da guarda”. Diz querer criar o coração e espírito dos filhos à imagem do pai. Pede a Deus saúde, tempo e coragem para educá-los, pois tem uma “carga dupla para com os filhos, que não mais têm um pai, e para com as crianças que me são confiadas”. Assim, engloba sua missão de mãe e educadora numa tarefa única, sendo um exemplo da “mãe-professora se transformando na professora-mãe”, nessa passagem de uma esfera para outra da vida social (Fraisie/Perrot 1991: 15-16).

A outra característica marcante da imagem que ressalta do diário é de uma mulher cujo papel social se cindiu com a doença e perda do marido, “senhor e mestre”, como ela o qualifica em um trecho. Muitas passagens levaram-me a vê-la como que dividida entre os dois tipos de mulher que foi: a mulher tradicional, que viveu como esposa-mãe e dona de casa por 13 anos, papel que lhe dava o maior prazer, e a função na vida pública e profissional, que depois foi obrigada pelas circunstâncias a desenvolver. Ela deixou uma imagem de grande felicidade no exercício de seu primeiro papel. Eugénie se mostra tradicional e romântica em uma carta para a irmã Matilde na França que, ficando viúva, casou-se de novo, escrevendo que “é tão bom ser amada e protegida por um ser mais forte”. Para o novo cunhado, manda um recado:

Diga lhe de minha parte que é muito bom ter uma mulherzinha submissa e sempre alegre, mas também é bom ter um marido louco pela mulher, que seja criança de vez em quando, embora firme e sempre afetuoso. Veja você, não há pessoa alguma no mundo, nem pai, nem mãe, nem irmão, nem irmã, nem amiga nem filho que possa substituir o amor entre dois esposos.

Afirma que uma mulher sozinha na vida sente-se “um zero e gostaria de se apoiar na proteção de um homem de honra e de coração”. Por outro lado, reclama de ter que ganhar a vida para os sete filhos. Conta que o marido não gostara do fato de ela ter que trabalhar e ela concorda com ele. Em capítulo intitulado “Minha vida pública, minha vida de trabalho” mostra sua dificuldade de sair da segurança da vida privada para o risco e a exposição da vida pública:

Assim que vi que meu nome estava exposto a todos os olhares [refere-se ao nome do Colégio Masset] em letras grandes, em uma placa suspensa acima de minha porta, enquanto que eu deveria enfrentar em minha casa a presença dos primeiros candidatos, homem ou mulher, jovem ou velho, rico ou pobre, delicado ou grosseiro, chegando a maior parte do tempo, sem nem se apresentar, para me falar de uma criança para colocar no pensionato, isso me perturbava e durante muitas semanas, muitos meses fui acometida por uma febre dolorosa, não porque eu tivesse vergonha de meu trabalho, mas porque eu sofria por ter que me fazer conhecer, por não viver unicamente em e para minha família. Depois que a visita ia embora, eu tomava angustiada minha cabeça entre as mãos dizendo: Meu Deus, dá-me coragem e se eu tivesse ganho um aluno, acrescentava: Obrigada meu Deus por teres abençoado meu trabalho [...] O primeiro dinheiro que colocaram em minha mão para pagar o primeiro trimestre de minha primeira aluna, fez minhas lágrimas escorrerem... Depois, habituei-me pouco a pouco a assinar os recibos sem tremer, a estender a mão para receber o dinheiro leal e penosamente ganho –parece que é uma esmola que lhe fazem mas é preciso algumas vezes lutar demais para recebê-la– que diferença do dinheiro dado por uma mão amiga.

Outra mulher da família é mais um exemplo dos laços dos descendentes Leuzinger nos dois lados do Atlântico. A quinta filha de Eugénie e Gustave Masset, Gabrielle Louise, teve uma vida realmente aventureira, destacando-se, na primeira metade do século XX, nos cenários nacionais e internacionais. Depois dos sobressaltos financeiros na infância, bonita, educada, culta e falando várias línguas, casou-se com um alemão, Georg Brune, ligado à Casa Oscar Phillipi (Rio de Janeiro/Manchester) e grande capitalista; bem mais velho que ela, ele morreu em 1912, deixando-a uma viúva multi-milionária, com bens espalhados pelo Velho e Novo Mundo. Ela casou-se novamente com outro alemão, bem mais jovem e sem fortuna, funcionário do *Brasilianische Bank für Deutschland* [que participava da moratória do governo brasileiro do Governo Campos Salles e onde estava parte da fortuna de Gabrielle]. Este tentou matá-la e esse episódio a marcou como famosa, tornando-a inspiradora de um personagem de romance *As razões do coração*, de Afrânio Peixoto. A Primeira Guerra complicou a posse de bens herdados do alemão, embargados pelas potências aliadas; acabada a guerra, esse fato gerou um sem fim de viagens internacionais e processos feitos por Gabrielle, tentando recuperar parte de sua imensa fortuna na Inglaterra, França, Alemanha, Estados Unidos, Canadá e Argentina. Para reaver seus bens, ela buscava contatos diretos com embaixadores, primeiros-ministros e até com o Kaiser alemão. Em 1924, em Paris, ao querer ser recebida por Édouard Hériot, então

Presidente do conselho de ministros, envolveu-se num incidente com a polícia parisiense, sendo repatriada pelo Cônsul brasileiro. Seu irmão Gustave Masset, então na cidade junto com primos franceses, negou-se a ajudá-la. Por várias vezes, as famílias alemãs dos dois maridos tentaram embargar a herança da por duas vezes viúva, o que a envolveu em mais processos nacionais e internacionais.

Ao envelhecer, foi acusada de desequilibrada pela família e interdita; muito independente, fugiu do controle do tutor, escondendo-se em hotéis pelo estado do Rio e de São Paulo. Descoberta por repórteres, foi novamente objeto de muito estardalhaço na imprensa. Depois de sua morte, em 1940, não tendo deixado descendentes diretos, seus irmãos conseguiram revogar em segunda instância seu testamento –que deixava seus bens para pobres, doentes e prisioneiros–, pois ela foi julgada incapaz de testar por suas condições mentais. Os advogados e psiquiatras ligados ao processo foram figuras importantes no mundo carioca, como Luis Gonzaga do Nascimento Silva, Santiago Dantas, Américo Jacobina Lacombe. O volume do processo foi publicado pelo Supremo Tribunal em 1946.

Pode-se aventar, como conclusão, que mãe e filha, pessoas muito fortes foram, empurradas pelas circunstâncias, daquelas que ajudaram a transformar o tripé dos papéis que as mulheres desempenhavam como esposas-mães e donas de casa. Sem desejarem ser o que hoje chamaríamos de feministas foram, cada uma em sua própria experiência de vida, o que muitos chamam de “nova mulher”.

### Bibliografia

- AA. VV. (2000): *Mostra do redescobrimento: O olhar distante. The Distant View*. São Paulo: Fundação Bienal de São Paulo.
- Borges, Vavy Pacheco (2002): “Uma mulher e suas emoções”. Em: *Cadernos Pagu*, 19, pp. 113-143.
- Fernandes Junior, Rubens/Lago, Pedro Correa (2000): *O século XIX na fotografia brasileira: Coleção Pedro Correia do Lago*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- Fraisse, Geneviève/Perrot, Michelle (1991): “Ordres et libertés”. Em: Duby, Georges/Perrot, Michelle (eds.): *Histoire des Femmes en Occident. Le XIX<sup>e</sup> siècle*, Vol. 4. Paris: Plon, pp. 13-18.
- Fundação Bienal de São Paulo (ed.) (2000): *Mostra do redescobrimento*. Vol. 8: *O olhar distante*. São Paulo, pp. 248-251.

- Gardiner, Juliet (1993): *The New Woman: Women's Voices – 1880-1918*. London: Collins & Browns.
- Gay, Peter (1988): *A experiência burguesa da rainha Victória a Freud: A Educação dos Sentidos*. São Paulo: Cia. das Letras.
- Hallewell, Laurence (1985): *O livro no Brasil (sua história)*. São Paulo: T. A. Queiroz/EDUSP.
- Kossoy, Boris (2002): *Dicionário Histórico-Fotográfico Brasileiro – fotógrafos e ofício da fotografia no Brasil (1833-1910)*. São Paulo: Instituto Moreira Salles.
- Sanson, M. Lucia D. de et al. (1998): *O Rio de Janeiro do fotógrafo Leuzinger: 1860-1870*. Rio de Janeiro: Sextante Artes.
- Santos, Renata (2003): *A imagem negociada: A Casa Leuzinger e a Edição de Imagem no Rio de Janeiro do século XIX*. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro: IFCS, UFRJ.
- Senna Ernesto (1908): *O Velho commercio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Livraria Garnier Irmãos.
- Seyferth, Giralda (2000): “A imigração alemã no Rio de Janeiro”. Em: Gomes, Angela de Castro: *Histórias de imigrantes e de imigração no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 7 Letras.
- Vasquez, Pedro K. (2000): *Fotógrafos alemães no Brasil do século XIX*. São Paulo: Metalivros.

Eugenia Scarzanella

**Amistad y diferencias políticas:  
Clara Campoamor, Paulina Luisi y  
la Guerra Civil española**

[...] reciba estas palabras mas como las de una madre al hijo prodigo, como el consejo sano de quien la quiere y desea tenderle la mano viendo venir sobre Ud males mayores que su estado de ánimo no le permite apreciar con la debida claridad, de quien desea con el corazon salvarla de mayores errores (carta de Paulina Luisi a Clara Campoamor, Montevideo 5 de diciembre de 1937).

Un afecto debe acusarse de todo menos de haber callado cuando debía hablar (carta de Clara Campoamor a Paulina Luisi, Lausanne, 30 de diciembre de 1937).\*

## **1. Introducción**

En el archivo literario de la Biblioteca Nacional de Montevideo se conserva, entre las cartas de Paulina Luisi, su correspondencia con Clara Campoamor. La componen 41 cartas, todas inéditas, 39 de Clara a Paulina y dos de Paulina a Clara. El epistolario abarca los años que van desde 1920 hasta 1937.<sup>1</sup> Mi ensayo se centra sobre todo en las siete cartas (dos de Paulina y cinco de Clara), escritas en 1937, en vísperas del exilio de Clara en América Latina. A diferencia de las anteriores no se ocupan de su actividad común en las organizaciones femeninas internacionales y en la Sociedad de las Naciones, terreno en el que se había consolidado la amistad entre la feminista uruguaya y la feminista española. Tema central de estas dramáticas cartas, que atestiguan una incomprensión profunda entre las dos amigas y anuncian la amarga ruptura de la relación, es la situación política española.

---

\* Las citas de las cartas han sido transcritas literalmente, manteniendo la ortografía y sintaxis originales.

1 Cuando consulté el archivo, el material no estaba catalogado, por lo cual es posible que durante próximas investigaciones aparezcan otras cartas pertenecientes a este cartero. Tengo intención de buscar también en el archivo de Clara Campoamor cartas de Paulina Luisi.

Clara Campoamor, abogada, liberal y republicana, es una de las figuras más importantes del feminismo español, elegida en el Parlamento en los comicios de 1931. Es artífice de muchas reformas en favor de las mujeres de la República y, en particular, de la ley sobre el voto femenino (Fagoaga/Saavedra 1981).

Paulina Luisi, médica, socialista, es la pionera del feminismo en Uruguay. Lucha en su país y en ámbito internacional contra la trata de mujeres, la prostitución reglamentada y por el voto femenino (Sapriza 1988).

Los frecuentes encuentros en Europa, las cartas intercambiadas durante casi veinte años, la batalla común en el feminismo, la ternura y la estima recíproca, no bastan para llenar la brecha de desconfianza y hostilidad que la política abre entre ellas al estallar la Guerra Civil en España.

El feminismo, desde sus comienzos, nunca fue un campo neutro; en su interior hubo divisiones, teorías contrapuestas, rivalidades personales, que frecuentemente quedaron escondidas tras el objetivo común de llevar la “cuestión femenina” a la política. Esta meta parece haber sido alcanzada en España y en Uruguay, al extenderse el derecho de voto a las mujeres, a principios de los años treinta (1931 en España y 1932 en Uruguay). Al mismo tiempo las feministas deben medirse con las grandes opciones ideológicas de la época y con la urgencia que imponen los dramáticos acontecimientos de uno y otro lado del océano: es en ese momento que la solidaridad entre mujeres se quiebra y muchas amistades se derrumban. Salen a relucir diferencias antes inestimadas. El voto femenino para algunas había sido el lema útil para crear un movimiento de opinión en el marco de un proyecto reformista o revolucionario y una meta final a la cual llegar sólo en circunstancias oportunas; para otras, en cambio, había sido un objetivo inmediato, el presupuesto indispensable para hacer continuar la batalla feminista en las instituciones.

Mi ensayo encara estos temas y se propone vincular la dimensión política con la personal, los sentimientos con las pasiones políticas, con la intención de trazar una “emotional history” (Preston 2002: 8).



## 2. Clara Campoamor en Madrid: mayo-julio de 1936

No sé si usted estará más al corriente de nuestro intenso y grave momento. El triunfo del Frente Popular no ha traído, no, la calma a España, y los ánimos están cada día mas excitados. [...] Aquí no hay más que odios y pasiones y luchas, sin árbitro que las dirima (Clara Campoamor a Paulina Luisi, Madrid, 25 de junio de 1936).

Al imponerse definitivamente los métodos anarquistas, Madrid vivió, desde mediados de mayo hasta el inicio de la guerra civil, en una situación caótica: los obreros comían en hoteles, restaurantes y cafés, y se negaban a pagar sus cuentas, amenazando a los dueños de estos establecimientos cuando manifestaban la intención de reclamar la ayuda de la policía. Las mujeres de los trabajadores hacían sus compras en las tiendas de alimentación sin pagarlas, por la sencilla razón de que estaban acompañadas de un aguerrido mozo que blandía un revólver elocuente. Además, incluso en pleno día, en los barrios alejados y hasta en el centro de la ciudad, saqueaban pequeñas tiendas y se llevaban todos los géneros amenazando con el revólver a los comerciantes que protestaban (Campoamor 2002: 72).

Se organizaban masacres contra gentes de la derecha bajo pretextos pueriles. Así es como el 5 de Mayo se hizo correr las noticias de que damas católicas y sacerdotes mataban a niños distribuyéndoles caramelos envenenados. Un ataque de locura colectiva se adueñó de los barrios populares, donde se incendiaron iglesias, se mató a sacerdotes, mujeres e incluso vendedoras de caramelos en la calle (Campoamor 2002: 77).

Pero lo peor todavía debía llegar: Clara describe el colapso del orden y la impotencia del gobierno del Frente Popular, en una carta a Paulina y luego en un libro, que escribe y publica en 1937 durante su primer exilio en Francia, *La révolution espagnole vue par une républicaine* (que será la principal causa de la ruptura entre las dos amigas).

La situación en España precipita con el asesinato del jefe de la oposición Calvo Sotelo y el comienzo de la insurrección militar. A este punto el gobierno comete –según Clara– el error más grave al decidir armar a las organizaciones políticas, “[...] el gobierno entregó la España gubernamental a la anarquía” (Campoamor 2002: 98).

En Madrid como en las otras ciudades bajo control gubernamental, se desencadena el terror: los milicianos arrestan y fusilan a “sospechosos” y enemigos personales. Los enemigos que hay que eliminar primero son los fascistas, luego todos los simpatizantes de derechas, luego los miembros de los partidos republicanos. Los “sospechosos” tratan de esconderse y de camuflarse, desaparecen los sombreros femeninos, los zapatos de cuero elegantes, las corbatas. “Numerosos republicanos, incluso afiliados a los partidos del Frente Popular, co-

menzaron a intercambiar reflexiones sobre los asesinatos.” “Mañana nos tocará a nosotros” (Campoamor 2002: 139).

Clara sabe que los autores de estos crímenes se disculparán diciendo que las revoluciones se juzgan por el resultado general y no por los detalles, pero no quiere ser “unos de esos detalles sacrificados inútilmente” (Campoamor 2002: 209). Ella intenta huir con una nave argentina desde el puerto de Alicante, pero se le impide y se embarca en una nave alemana con destino a Génova.<sup>2</sup> Desde allí, tras una detención por parte de la policía fascista italiana, llega primero a Lausana y luego a París.

En un volumen que publicará en Buenos Aires en 1939 con otro exiliado español, Federico Fernández Castillejo, *Heroísmo criollo. La marina argentina en el drama español*, relatará el caos en el puerto de Alicante en manos de milicianos, los trucos de los marineros argentinos para hacer subir a bordo de sus naves a los “insalvables”, para librarlos de la furia indiscriminada de los revolucionarios (Campoamor/Fernández Castillejo 1983)

Como Clara, parten muchos de los intelectuales que “habían llevado a cuestras” la República:<sup>3</sup> hombres como Menéndez Pidal, Américo Castro, Claudio Sánchez Albornoz, Salvador de Madariaga, Unamuno, Gregorio Marañón, Pío Baroja (Ranzato 2004: 149). Como Clara, pertenecen a la “tercera España” aplastada entre fascismo y comunismo, conscientes de los errores de la República, liberales que “fueron reducidos al silencio por resultado final de la guerra civil, y al imponerse un régimen fascista despiadado” (Ranzato 2004: 361).

Es un exilio que conducirá a orillas del Río de la Plata también a muchos políticos republicanos, un grupo de desterrados entre quienes Clara, una vez establecida en la Argentina, encontrará amigos. Son españoles, como escribe Niceto Alcalá Zamora,

[A los españoles,] para quienes la convivencia no es odio, ni el saludo trágala, ni la República anarquía, ni el orden explotación del trabajo, ni la justicia social guerra de clases, ni la separación de la Iglesia del Estado es incendio de templos, ni la libertad de conciencia asesinato del clero, ni la fe católica persecución inquisitorial, ni el amor a la patria nuestra plagio de exóticos nacionalismos, ni la relación humana exterminio del adversario (Alcalá-Zamora/Torres 2000: 67).

---

2 Como cuenta a Paulina el 7 de junio de 1937, mencionando incluso que los falangistas que también se encontraban a bordo habían intentado matarla.

3 Traducción del italiano.

### 3. Paulina Luisi en Montevideo, julio de 1936-abril de 1937

En 1933 un golpe de estado del presidente Terra había disuelto el Parlamento e interrumpido la larga trayectoria de la democracia liberal uruguaya, caracterizada, a través del battlismo,<sup>4</sup> por una decidida acción en el campo del bienestar urbano.

Paulina Luisi, aun sosteniendo la autonomía del feminismo con respecto a la política, había contado para su actuación en la Sociedad de las Naciones con un mentor político, el ex-presidente Baltasar Brum (así como para Clara lo había sido el republicano Lerroux). El dramático suicidio de este hombre, después del golpe, la deja trastornada y la empuja a acercarse al Partido Socialista. Este último es muy diferente al español: esta diversidad será una de las razones de la incomprensión entre Paulina y Clara. Para la primera el socialismo es gradualista y humanitario, para la segunda, en cambio, tiene las facciones del maximalismo revolucionario.

Hasta 1936 la oposición a Terra estaba dividida y no era influyente. Para las feministas el nuevo gobierno autoritario representaba una paradoja: de hecho aprobaba una serie de medidas que el movimiento de las mujeres venía pidiendo desde hacía tiempo. No se trataba solo de las leyes que protegían el trabajo femenino,<sup>5</sup> subsidios familiares, jubilaciones, sino también de medidas más radicales, que iban desde el Código del Niño (tutela de los derechos de la infancia), a la patria potestad compartida, llegando incluso a la despenalización del aborto.

Algunas feministas, sobre todo, Sofía Álvarez Vignoli, con quien Paulina había polemizado frecuentemente, se vincularon al terrismo consiguiendo desempeñar un papel importante en el fomento de la legislación antes citada (Lavrin 1995: 220).

El comienzo de la Guerra Civil española da nuevo empuje a la oposición anti-terrista, que encuentra un aglutinante en la solidaridad al pueblo español (Sapriza 1988: 167).

El gobierno uruguayo, tras haber propuesto inútilmente a mediados de agosto de 1936 al gobierno argentino promover juntos una

---

4 La corriente política que seguía al ex-presidente J. Battle y Ordoñez.

5 Medidas de protección que, en realidad, eran vistas con sospecha por quien, como Paulina Luisi, pertenecía al Open Door International y temía sus consecuencias negativas (encarecimiento del costo del trabajo femenino y preferencia por el masculino).

mediación entre las partes en conflicto en España, el 22 de septiembre de 1936, rompe las relaciones diplomáticas con la República española y en abril de 1938 nombra a propios “agentes diplomáticos” ante el gobierno de Burgos (Falcoff/Pike 1982: 314). Frente a esta decisión, la oposición se organiza para sostener a los republicanos.

El Ministro de Italia encubiertamente tiene alta injerencia en el Gobierno [...]. La propaganda de las ideas democráticas casi prohibida, las radios intervenidas al igual que los teléfonos, prohibido hacer propaganda ni siquiera comentarios a favor del Gobierno leal de España, ni una reflexión en la calle al leerse los pizarrones de los periódicos (Paulina Luisi a Clara Campoamor, Montevideo, 14 de junio de 1937).

Paulina entra en 1936 en la Comisión de Ayuda al pueblo español. Las relaciones entre “los partidos de clase” son difíciles y Paulina deja pronto el cargo por discrepancias con los representantes del Partido Comunista. No obstante, no abandona su compromiso a favor de la causa española y, a partir de 1937, se dedica al Comité pro-casa para niños de España leal. Junta fondos que se destinan al funcionamiento de una Casita “Democracia uruguaya” para 50 niños, situada en Torrente (Valencia). La “abuelita” Paulina recibe de los pequeños fotos y cartas de agradecimiento.

Como las iniciativas paralelas en favor de la infancia en ámbito nacionalista (Preston 2002: 267), esta obra asistencial, si bien declarándose abierta a todos los niños, independientemente del color político de sus padres, asumía junto al indudable valor humanitario una fuerte connotación político-propagandística (como se puede apreciar también en los textos ingenuos que los niños “antifascistas” escriben a su benefactora, conservados en el archivo de Paulina Luisi, en el Archivo Nacional de Montevideo).

Paulina está entonces “completamente entregada a la lucha por la República Española en su defensa moral y material”. Al mismo tiempo es una “militante activa en el partido socialista” (Paulina Luisi a Clara Campoamor, Montevideo, 5 de diciembre de 1937). Vigilada por la policía, atacada por el embajador italiano Mazzolini, Paulina teme por su vida.

#### 4. Los años veinte: nacimiento de una amistad

El día de su marcha se nos entró en la casa un pajarito, un canario muy lindo, escapado sin duda de la vecindad y al que nadie reclama hasta ahora. Venido así, el día que usted levantaba el vuelo, le llamamos Luisi, lo que es en suma sino un pretexto de que su nombre suene siempre más que sotto voce entre nosotros (Clara Campoamor a Paulina Luisi, Madrid, 28 de abril de 1928).

Los primeros contactos entre Paulina y Clara se remontan a 1920, cuando a Paulina le llama la atención la joven española, que ni siquiera había comenzado a estudiar Derecho, por un texto sobre la nacionalidad de la mujer, en el que se mencionaba la situación paradójica (“ilegal”) de la mujer uruguaya, a la que la Constitución no le atribuía la nacionalidad. De estos temas se ocupaba entonces la Sociedad de las Naciones en cuyos debates de Comisión participaban Paulina como delegada de Uruguay y Pedro Sangro –con quien presumiblemente colaboraba Clara– como delegado español (Scarzanella 2001).

A continuación los intereses comunes en el campo de la trata de mujeres y la prostitución reglamentada<sup>6</sup> y del asociacionismo femenino universitario las mantienen en contacto. Paulina sugiere a Clara proponerse para un puesto de delegada o experta en la Comisión sobre la trata.

Clara, más joven (nacida en 1888), considera que Paulina (nacida en 1875) ha desempeñado para ella el papel de maestra “en mi formación social y espiritual ha cabido a usted siempre una gran parte” (Clara Campoamor a Paulina Luisi, Madrid, 18 de abril de 1928).

Al ir profundizándose con el tiempo su amistad y estima, Clara varias veces representa su relación en términos de parentela electiva, asignando a Paulina el papel de madre.

Yo la tengo a usted un sólido afecto. Más intenso y positivo que el que pueda tener a miembros de mi familia. Debe usted conocer mi criterio sobre la superioridad de la familia espiritual, que uno se busca, sobre la física, que le dan a uno hecha (Clara Campoamor a Paulina Luisi, Lausanne, 15 de diciembre de 1937).

[...] no son ficciones sentimentales esas de la familia que uno se hace frente a la que nos dan hecha, y no sé si intuitivamente, pero el caso es que yo tengo un sincero afecto a Mariette [conocida gracias a Paulina]

---

6 En 1922 Clara Campoamor había fundado junto a otras mujeres la Sociedad Española de Abolicionismo.

que tomo bastante en serio esa fraternidad, nacida de la maternidad de usted (Clara Campoamor a Paulina Luisi, Madrid, 19 de junio de 1929).

Las cartas que Clara envía a Paulina no atestiguan solo los intereses comunes, sino un cariño construido en los encuentros durante las breves estadias de Paulina en España “[...] me acuerdo de aquella célebre noche en que nos paseamos por Málaga como en día de verbena madrileña a la manera clásica en una manuela y con cuatro o cinco macetas de claveles” (Clara Campoamor a Paulina Luisi, Madrid, mayo de 1929).

Su amistad se afianza en junio de 1929, cuando ambas participan en el congreso de la Alianza Internacional para el Sufragio Femenino, celebrado en Berlín y en las excursiones organizadas por el congreso, sobre todo un paseo por el río Reno (“nuestras encantadoras aventuras”). Durante el viaje de regreso, Paulina recibe la noticia de la muerte de su padre en Montevideo y Clara le escribe algunas cartas cariñosas.

Durante los años 1930 y 1931, Clara comienza a interesarse activamente de la política interna española. A diferencia de Paulina, que sostenía la necesidad de mantener la autonomía del feminismo con respecto a los partidos y no aprobaba ni la participación de las mujeres en los partidos existentes, ni la constitución de partidos formados solo por mujeres, Clara pasa por una breve experiencia en un grupo liberal-socialista con Matilde Huici, para entrar después en Acción Republicana de Azaña y luego en el Partido Radical de Lerroux. La urgencia de participar en la política está motivada por el momento particular que vive España. En marzo de 1931, en San Sebastián, Clara se hace cargo de la defensa de los acusados (entre los que estaba su hermano Ignacio) por la insurrección republicana de 1930. Cuando en las elecciones municipales de 1931, las fuerzas republicanas obtienen la mayoría, se abre el camino para la proclamación de la República (14 de abril de 1931). Clara es candidata por el Partido Radical y en las siguientes elecciones parlamentarias resulta elegida (sobre la base de una reforma electoral llevada adelante por Alcalá Zamora, que otorga el electorado pasivo a las mujeres).

Los acontecimientos se suceden rápidamente. Paulina se queja de que no la hayan tenido al corriente de la inesperada y brillante carrera política de la amiga. Clara la tranquiliza: “Supongo que hará un poco de broma por su parte al decir que las cosas han cambiado porque yo

soy todo un personaje: Sólo bromas alegres de usted, porque yo soy lo que he sido siempre [...]”.

Pero para ella el nuevo compromiso en la lucha política en España le lleva la delantera a los viejos intereses comunes a Paulina: por ejemplo, no tiene ganas de ir a la Asamblea de la Sociedad de las Naciones de septiembre de 1931 “[...] no tengo en ello mucho interés porque lo que me apasiona en estos momentos es la constitución que a España ha de darse y ante esto el resto palidece y se desdibuja” (Clara Campoamor a Paulina Luisi, Madrid, 29 de julio de 1931). Muy pronto en Ginebra los socialistas le cerrarán el paso, proponiendo a Isabel Oyarzábal de Palencia en su lugar en la delegación española.

Querida Paulina: No se si he dado a usted cuenta de las anteriores gestiones. Le decia que se me habia nublado la Delegacion en Ginebra porque se habia interpuesto con sus intrigas de siempre Isabel Oyarzábal de Palencia, y en efecto, fué, dandome el Ministro explicaciones porque su propuesta a mi favor fué desechada en el Consejo (esto se lo notifico con caracter confidencial, naturalmente) pues los Ministros socialistas proponian a Isabel de Palencia.

Lo gracioso es que yo no se como se ha desenvuelto la cuestión, sino que a fin de cuentas no fue enviada por el Ministerio de Estado, como yo he ido, sino que han inventado no se que camelo y la ha enviado el Ministerio de Trabajo en nombre del BIT. Lo lamentable es que ha mantenido en las Comisiones y esencialmente en la de nacionalidad puntos de vista opuestos a todos los deseos femeninos (26 de octubre de 1932).

También la propuesta de Paulina de celebrar un Congreso Internacional de la Alianza sobre el voto femenino en Madrid, le parece inoportuna a Clara:

[...] he aquí la consulta, ¿le parece a Vd. oportuno en este momento, todavía de peligro, se celebre aquí ese Congreso Internacional, en el que hay tipos como ese fantástico de la policía femenina inglesa, que logicamente estará en opinión siempre con nuestro sentido de la estética? No temeria Vd. que ese Congreso que nada va a servir al derecho de la mujer en España, le sea al contrario nocivo? Yo si me lo temo y creo que debe retardarse para la próxima vez, aparte que la acción de la alianza es ir a los países donde su labor puede ser útil al derecho femenino pero no donde este se ha conseguido ya sin su intervención, y no lo digo con animo de censura, sino para evitar ese peligro que yo atisbo y acerca del cual solicito su opinión autorizada.

Ella teme que el acontecimiento pueda servir como pretexto a quien quiere atrasar la aplicación del voto en España, ese voto que con tan duro empeño acaba de obtener, del que apenas consigue informar a

Paulina con dos brevísimas cartas (5 de octubre 1931 y s.d.) a causa del “vértigo de trabajo”.

De todas maneras no faltan ocasiones para un trabajo común en ámbito internacional gracias a la participación de ambas en la Liga Internacional de Mujeres Hispanoamericanas, presidida por Carmen de Burgos.<sup>7</sup>

La batalla de Clara en el Parlamento la muestra aislada de las otras dos mujeres presentes, Victoria Kent, elegida por el Partido Radical Socialista, y Margarita Nelken, elegida por el Partido Socialista. Kent y Nelken quieren aplazar el voto femenino, porque están convencidas de que las mujeres votarán por los partidos de la derecha. Clara está aislada de las compañeras feministas en el Parlamento, y también de la mayoría de su partido, pero igualmente lleva adelante y gana su batalla, porque como había escrito a Paulina en una ocasión<sup>8</sup> “la mujer que se considera animada por algo interior, lo que tiene que hacer, por fuero de personalidad, es seguir adelante y no cobardear [...]” (4 de abril de 1930).

Las dos amigas transcurren juntas la Navidad de 1933 “como chicos en libertad que sólo aspiran a reír olvidando sinsabores y amarguras” Clara ya no está en el Parlamento.<sup>9</sup> En las elecciones de noviembre ganó la coalición de derechas, victoria por la cual “de vez en cuando siguen atacándome los cretinos y los maricas” (22 de enero de 1935). De hecho, muchos de los que se habían opuesto al voto de las mujeres ven confirmados sus temores. El socialista Jiménez de Asúa había escrito en 1930: “mientras nuestras mujeres no estén preparadas y no sean independientes, su voto será un arma de regresión más que de avance” (Jiménez de Asúa 1930: 110).<sup>10</sup>

---

7 De Burgos, amiga de Clara y Lerroux, escribe a Paulina Luisi con entusiasmo de las posibilidades que el nuevo gobierno brinda para realizar reformas en favor de las mujeres. Véanse las cartas de Burgos a Luisi del 20 de enero de 1931 y del 25 de octubre el mismo año.

8 Relacionado con las intrigas para obstaculizar su candidatura en Ginebra.

9 No la reeligen.

10 En una carta del 1937 Clara atacará Asúa para escándalo de Paulina: “[...] y me escribe Vd de mis amigos Asúa en su carta 26 de Julio [...] es inmoral de la clase de todos los socialistas [...]”. La tesis de la victoria de las derechas gracias a las mujeres no queda confirmada por los datos electorales: en Madrid donde el 52% del electorado estaba formado por mujeres, ganó la lista socialista (Ranzato 2004: 189).



Al año siguiente Clara abandona (en octubre de 1934) también el cargo de Directora de Beneficiencia que el gobierno de Lerroux le había conferido, tras una pelea con el ministro de Trabajo cedista (que relata palabra por palabra a Paulina, 22 de enero de 1935).

La represión en Asturias (adonde va para asistir a la infancia abandonada) la lleva a la ruptura con Lerroux y a dejar el Partido Radical, de lo que informa a Paulina. Siguen días difíciles para Clara que no consigue que la presenten como candidata para las elecciones del 1936<sup>11</sup> y se dedica a redactar su personal mensaje político: *El voto femenino y yo, Mi pecado mortal* del que envía copia a Paulina como “justificación de mis silencios” (25 de junio de 1936), junto a los primeros comentarios preocupados por la situación española

[...] aparece cada día más claro que la República sólo ha valido para que se aupen a los hitos de responsabilidad toda la mediocridad y la -impreparación nacional [...]. Todo el mundo habla ya de dictadura, los unos proletaria, los otros fascista y hasta los republicanos hablan de empezar por la suya. Creo que atravesamos un periodo de verdadera locura colectiva [...].

##### 5. Cartas amargas: Suiza – Montevideo, abril-diciembre 1937

Ginebra y su ciudadela de las Naciones Unidas, isla de utopía que había acogido al variado mundo del feminismo internacional, fueron un punto de encuentro constante para Clara y Paulina. Aquí se refugia Clara<sup>12</sup> en su exilio y desde aquí, en abril de 1937, retoma los contactos con la amiga uruguaya. Lo hace con cautela: “Ignoro cuáles sean las [noticias] que tiene usted de España y desde que ángulo enfocará usted los problemas”, pero al mismo tiempo aclara netamente su posición:

Mi posición es neta ante el conflicto: estoy lo mismo contra los unos que contra los otros. La rebelión militar, que como tal rebelión no puede ser aprobada, ha sido el resultado único de la incapacidad y la debilidad del Gobierno del Frente Popular, que tenía España mansamente –mansamente por su inacción– sumida en la anarquía desde el mes de Febrero.

---

11 Se rechaza su solicitud para entrar en Izquierda Republicana así como su solicitud de inscribirse en el Frente Popular como representante de la Unión Republicana Femenina, grupo que había fundado en 1931.

12 Encuentra trabajo en la Woman's Research Foundation americana para ocuparse de la cuestión de la nacionalidad de la mujer que se debe discutir en la asamblea de septiembre 1937.

Clara ha decidido trasladarse a una república americana y le pide un consejo a Paulina, sin dejar por eso de expresarle claramente lo que piensa de la Guerra Civil y su previsión para el futuro “[...] si triunfaran definitivamente unos u otros el país se vería sumido en una dictadura roja o blanca [...]”.

Paulina responde enseguida a la amiga, lo que alegra a Clara, quien escribe una carta más detallada que la anterior el 7 de junio, en la que confirma sus tristes previsiones sobre el futuro de España

La España del futuro no es más que dolor y lágrimas [...].

Hay además para mí una enorme repugnancia, física y moral, por las violencias cometidas del lado de Madrid, de que he sido testigo, y todas mis reflexiones no pueden jamás llegar a reducir el abismo de sangre y de horrores que se ha abierto entre mí y las gentes que se llaman de izquierda.

Ha visto la violencia en Madrid, querría no haber estado allí,

[...] de ese modo no habiendo presenciado nada podría seguir creyendo, como creen muchos que cuanto se les atribuye es falso y al menos tendría una fe y un ideal: ahora no puedo tener ninguno y enfoco el problemático triunfo de unos o de otros, como una misma calamidad.

En junio siguiente sale en París el libro de Clara *La révolution espagnole vue par une républicaine*, su opinión sobre el drama español así llega a ser de dominio público.

Pero la respuesta de Paulina tarda en llegar y Clara, desconcertada, le escribe que decidió ir a la Argentina o Chile, en vez de a Uruguay. En realidad Paulina le escribió el 14 de junio, aclarando cómo se presenta el panorama para ella, tanto en cuanto al exilio como en cuanto al juicio sobre la situación española.

Y si los leales cometieron errores y crímenes, ellos eran de prever, pues quien siembra vientos recoge tempestades! Y no fueron ellos quienes desencadenaron el huracán aunque según Ud. me dice fueran débiles pues a hombres como Azaña no puede decirse incapaces. Ya me ve terriblemente leal, porque forzosamente tiene que serlo quien es antifascista.

En cuanto a las posibilidades laborales, le escribe que se necesitan “cuñas”, padrinos para encontrar un empleo público y le sugiere, considerándolo un recurso un poco vergonzoso pero justificado por la

necesidad, que se dirija a Marañón, quien ha tenido contactos con el gobierno Terra.<sup>13</sup>

Las cosas precipitan entre julio y agosto, cuando Paulina lee “para mi desgracia” el libro de Clara. Es una lectura que le provoca dolor “Como ha podido dejarse arrastrar por la pasión a tal extremo!”

Pienso, como una obsesión, en su libro ... Como ha podido olvidarse Ud. de su vida anterior para no aguantarse ahora, y en homenaje a su patria, callar mientras dure la guerra ... esas cosas debió guardarlas para decirlas después y no hacer con su libro un arma contra los que defienden su territorio del dominio fascista ...! Primero ganar la guerra, después a rendir cuentas ... pero ahora, ahora, una republicana dando armas a los que la combaten! Hasta donde la ha cegado la pasión. Créame, retire los ejemplares que quedan en librería o por ahí de su libro, guárdelos para después ... si es que cree que en la España blanca no hubo lo mismo que en la roja en cuanto a crueldades y horrores ... Lea si no lo ha hecho, el libro de Vilaplan<sup>14</sup> titulado “Doy Fé”. Yo bien sé que de uno y otro lado hubo excesos, recuerde la revolución francesa [...].

La ira de Paulina es tal que sugiere a Clara no venir a América o, si acaso decidiera ir a Chile o la Argentina, hacerlo anónimamente, para hacer olvidar lo que había escrito.

Le asegura que le habla como una madre al hijo pródigo, y no sabe explicarse la actitud de Clara, si no como el producto de un momentáneo terrible “estado espiritual”, que la ha confundido y desviado.

Clara replica con dos cartas seguidas el 15 y el 30 de diciembre a las duras acusaciones de Paulina. En la primera aclara netamente su punto de vista.

A mi querida Paulina, no se me pueden dar razones de cristal, como se daban cuentas a los negros a cambio de valores. Y todo eso de la democracia y de la libertad y de la justicia vinculada en los gubernamentales de España, en los rojos, como yo los llamo porque tintos en sangre los veo, si no fuera porque el dolor de España me sierra las entrañas, me haría lanzar carcajadas desaforadas. Para mí no puede ser democracia, ni libertad, ni justicia, el asesinato, el robo, el pillaje, la violación, el atropello, la ausencia total de poder y de autoridad. Todo ello anterior a la vuelta militar y causa de ella, aunque ustedes no quieran oírlo.

No quiere callar lo que ha vivido porque piensa tener una responsabilidad: “rendir cuentas ante la pequeña historia de todos los días que

---

13 Había sostenido la inferioridad natural de la mujer, contra lo que había luchado Concepción Arenal, a quien Paulina y Clara admiraban.

14 Se trata de Antonio Ruiz Vilaplana (1938).

forma la historia de mañana”, responsabilidad como liberal y democrática que nunca ha cambiado su punto de vista (como en cambio han hecho otros tras la victoria del Frente Popular). No ve ningún motivo que justifique la violencia revolucionaria, ningún ideal superior en cuyo nombre desencadenar el horror. Preferir la victoria de los nacionalistas en la contienda que se está desarrollando, es para ella preferir el orden al caos y cultiva la esperanza de que una España moderada no dejará este orden en manos del fascismo.

Escribe todo esto a Paulina, una amiga de la que la separa una posición ideológica

Usted se ha vinculado a una ideología política de clase, que yo no he profesado jamás, y mucho menos en estos trágicos instantes de mi desventurada patria, toda ella debida, en mi juicio y sentir a los partidos de clase. Usted tiene que ser lógica consigo misma, y a menos de renegar de su ideología, estar donde está, mientras los hechos no la despierten a usted dolorosamente, como tengo la evidencia que ocurrirá un día (Clara Campoamor a Paulina Luisi, Lausana, 15 de diciembre de 1937).

Sin embargo esta carta no la satisface, no renuncia a la idea de que la amistad pueda prescindir de las diferencias ideológicas y vuelve a escribir. Llama también a Paulina a esa

responsabilidad que ante la historia en general, y ante nuestros respectivos países en particular, hemos contraído o están en camino de contraer, todos los elementos liberales y demócratas. Y entre ellos la incluyo a usted, a pesar de su afiliación al socialismo, porque creo que usted ha ido a ese campo más bien por motivos sentimentales, una valoración de la justicia, etc. pero no por política de clase, porque creo que usted, como yo, no ama la lucha de clases, pero si la amara se debería a su clase, a aquella que libremente eligió y en la que permaneció durante tanto tiempo.

Recuerda a Paulina la común militancia feminista contra la hostilidad de la Iglesia

Usted como yo, que rehusa acatar el dogma católico, se encuentra usted de pronto, por una falsa ecuación del sentido liberal, encuadrada dentro de otro dogma, tan estúpido como el que rechazaba, pero además más peligroso y más tiránico.

Le quiere evitar las dramáticas experiencias que ella misma ha vivido, ofrecerle su experiencia

Observe usted lo que ocurre en todas partes donde existe [el Frente Popular], como en España, que los que están fuera son considerados fascistas y los que están dentro no pueden abandonarlo sin perder, cuanto menos la vida.

Clara no comprende que en la polarización política contra la que pone en guardia a Paulina se enraízan las dos cartas indignadas que la amiga le ha enviado. Como atestigua otra feminista uruguaya, Luce Fabri: “Entonces la diferencia entre los partidos se establecía casi como una calidad moral” (Sapriza 1988: 163).

No hay lugar para las distinciones en el frente antifascista, ni siquiera para el socialismo clásico, evolucionista que, así escribe Clara, como el liberalismo es la primera víctima al imponerse “elementos revolucionarios de la izquierda, tan enemigos del liberalismo y de la democracia como el fascismo, si no lo son más aún” (23 de diciembre 1937).

Clara no comprende que su voz, como la de tantos que con todo habían entrado a formar parte del Frente y ahora están exiliados, no va a ser escuchada; su testimonio será rechazado.<sup>15</sup>

Las diferencias ideológicas entre las dos amigas, a diferencia de lo que cree Clara, ya existían desde antes del drama español.

Clara había conquistado un lugar en el mundo masculino de la política (lo que le había valido juicios negativos del socialista de Asúa así como del republicano Azaña),<sup>16</sup> Paulina en cambio, cultivaba, como muchas feministas de su tiempo, la idea del feminismo como misión moral. No aceptaba que las mujeres tuvieran ambiciones políticas como los hombres. Sobre todo compartía con socialistas como de Asúa y Margarita Nelken una profunda desconfianza en la madurez política de las mujeres. Si Clara creía que “la mujer [...] votará como el hombre” para Paulina (que en 1938 invitará a las mujeres a abstenerse), el voto femenino reforzaba a las derechas. Las electoras eran como “ovejas del mismo rebaño”, los suyos eran “votos gregarios” (Sapriza 1988: 182).

No son sólo razones de oportunidad las que están tras el llamado a la abstención de Paulina: hay también una visión del feminismo como afirmación de la diferencia, más que de la igualdad. Para ella las mujeres deben llevar a la política valores morales superiores y para hacerlo deben ser educadas. No pueden –al igual que los hombres– elegir so-

---

15 El libro de Clara recién se publica en español en 2002.

16 De Asúa la había tildado de descarada trepadora por su deseo de presentarse como candidata a las elecciones de 1936.

bre la base de opciones contingentes y evaluaciones –sean estas racionales o emotivas–, como en cambio creía Clara

por reacciones y estímulos de orden general, sobre todo de orden de política nacional [...] votará en la mayoría de los casos contra los que han gobernado, por el solo hecho de haber gobernado y porque gobernando no los hicieron felices [...] (Campoamor 1981: 312).

Otra diferencia reside en el hecho de que Campoamor creía en las instituciones y en los procedimientos democráticos, en esa “juridicidad” que los partidos de izquierdas despreciaban. Había querido el voto y su ejercicio y no quiso la anarquía y la Guerra Civil.<sup>17</sup>

Para Paulina en cambio contaba en primer lugar la oposición extraparlamentaria (en 1942 renuncia a presentarse como candidata a las elecciones) y el testimonio contra el régimen “fascista” de Terra.

## 6. Conclusiones

Muchas cosas más le diría a usted, pero temo caer en la zona sagrada que es la conciencia de cada cual. Con nuestra formación y a nuestros años, cada uno tiene su criterio muy bien formado, solamente a veces le despierta a uno la terrible lección de la realidad. A mí en parte me ha despertado bien trágicamente (Clara Campoamor a Paulina Luisi, Lausanne, 15 de diciembre de 1937).

Le dije: entonces Ud. no es Republicana! Tomó su sombrero y se marchó llevando sus cosas [...] sin más palabra que adiós dejándome petrificada [...] cuando corrí a la calle yo no la ví [...]. Infeliz. No le guardo rencor por su conducta conmigo, pero le tengo una inmensa lástima [...]. Ha arruinado su bella actuación anterior [...] y para todos es traidora [...] a sus principios, a sus trabajos, a todo (Paulina Luisi a Consuelo Berges, Montevideo, 1939).

No la ven ni los unos ni los otros! Ha tenido un horrible complejo de miedo, puedo asegurárselo por lo que pasó conmigo [...] y luego aquel libro ignominioso [...]! No me consuelo de ello y queda siempre la herida abierta en mi corazón. (Paulina Luisi a Consuelo Berges, Montevideo, 12 de marzo de 1946).

La amistad entre Clara y Paulina se interrumpe bruscamente en 1939 y probablemente ya no se reanuda hasta la muerte de Paulina en 1950, como atestiguan dos cartas de la feminista uruguaya a una común amiga española, Consuelo Berges, en 1939 y 1946.

---

17 Para algunas feministas quizás vale lo contrario. La participación en la Guerra Civil fue vista como una posibilidad de rescatarse de la acusación de que el voto femenino hubiese entregado en 1933 el gobierno a las derechas.

Algunos de los motivos de la fractura se han mencionado en las páginas anteriores, sin embargo, merece una última consideración el inicuo juicio de Paulina sobre el volumen que Clara escribió en París.

Para Luisi el libro es inexplicable, puede comprenderlo solo como producto de una experiencia terrible, un miedo espantoso, que ha obnubilado el juicio de Clara.

Releyendo el libro de Campoamor años más tarde, aparece como un análisis sorprendentemente agudo de los acontecimientos españoles. Muchas de las cuestiones que plantea, de hecho, han sido retomadas por la historiografía más reciente.

Me refiero, por ejemplo, a la identificación del error fundamental cometido por el gobierno del Frente al entregar armas a los partidos y a los sindicatos y al destruir la disciplina dentro del ejército. Ranzato escribe que fue el “acontecimiento-clave”, el punto de no retorno, que marcó el alejamiento del sistema democrático parlamentario (Ranzato 2004: 297).

Lo mismo puede decirse de las consideraciones de Clara acerca de la incapacidad de los políticos españoles para comprender que el de julio de 1936 no era un clásico “pronunciamiento”, que los militares esa vez no habrían vuelto a sus cuarteles.

También sus evaluaciones sobre el papel minoritario del fascismo español antes del comienzo de la Guerra Civil, sobre la “mística revolucionaria” que animaba a buena parte del proletariado español, sobre la “mimetización” de los programas comunistas y socialistas bajo los lemas antifascistas aparecen anticipar los estudios históricos recientes.

Sin embargo, su voz estuvo destinada en buena medida a ser una “voz clamando en el desierto” (subtítulo que, citando a la abolicionista Josefina Butler, Paulina había puesto a su libro sobre la trata). El desierto fue el del franquismo, un régimen mucho más duro de lo que había imaginado Clara y que la proscribió para siempre.<sup>18</sup>

En el exilio de Buenos Aires experimentó la hostilidad de la “comunidad de republicanos”, de quienes habían combatido y dejado España recién después de la derrota de 1939. Se consideraban una “aristocracia, los representantes de la verdadera y única España”, idealizaban la Guerra Civil y a sí mismos como “defensores de una causa noble y generosa, los paladines de un ideal sagrado” (Schwarzstein

---

18 Sus intentos por volver a España fracasaron y falleció en Lausana en 1972.

2001: 267). Tras la publicación de *Heroísmo criollo*, Clara dejó de participar en el debate político. Debió de costarle mucho. En 1936 había reivindicado orgullosamente su decisión de presentarse como candidata con el Frente: “amo la lucha política, creo tener en ella algún valor” (Campoamor 1981: 309).

Con la presidencia de Perón, para Clara se cierra cualquier espacio político posible. Escribe a Consuelo Berges en 1957 que en la Argentina se sentía como en casa “si el maldito Perón no hubiera venido a trastornarlo todo porque ante una dictadura como aquella tan similar por otra parte a todas las demas” (Fagoaga/Saavedra 2006: 313).

Paulina Luisi, por su parte, compartió con muchos antifascistas una creciente desconfianza en la democracia y decidió ignorar en nombre del “valor simbólico” de la lucha que se combatía en España la crisis que había precedido la Guerra Civil, los errores y horrores de la República.

Clara se habrá sentido particularmente dolida cuando Paulina la acusa de ya no ser republicana (término que a ese punto Luisa identificaba *tout court* con el Frente). Clara se había negado a entrar en los organismos consultores creados por Primo de Rivera (a diferencia de la socialista Kent) en nombre de su republicanismo intransigente y de sus ideas democráticas.

La convicción de Paulina de que la emotividad impidiera a Clara analizar racionalmente la realidad era equivocada y mezquina. Tanto más que Luisi sabía bien que Campoamor había juzgado severamente el comportamiento del gobierno en ocasión de la represión en Asturias y que no se había dejado engañar por la propaganda partidaria y que por eso mismo había roto relaciones con Lerroux y renunciado a su cargo de Directora de Beneficencia.

Clara, por otra parte, no comprendió que su ideal de “una política liberal, burguesa, evolucionista” ya no encontraba cabida después de 1936 y que, justamente, su intento y el de los radicales de “centrar la República” los exponía desde ese momento a la persecución y al aislamiento tanto desde la derecha como desde la izquierda (Townson 2002: 414).

Creo que en el fondo de la incapacidad de aceptar recíprocamente las razones de la otra, había para Clara y Paulina también un juicio fundamentalmente diferente sobre la relación entre política y feminismo: para una el feminismo no se podía escindir de los valores de la



democracia y de los derechos humanos, para la otra, estaba vinculado al socialismo, a la revolución, a la derrota del fascismo, objetivos a los que había que sacrificar –por largo tiempo– cualquier otro ideal.

## Bibliografía

### Archivos

BNM, AL: Biblioteca Nacional de Montevideo, Archivo Literario.

### Libros y artículos

- Alcalá-Zamora/Torres, Niceto (2000): *Obra Completa. La guerra civil ante el derecho internacional – Régimen político de convivencia en España. Lo que no debe ser y lo que debe ser*. Priego de Córdoba: Editor Patronato Alcalá-Zamora y Torres.
- Campoamor, Clara (1981): *Mi pecado mortal. El voto femenino y yo*. Introducción de Concha Fagoaga y Paloma Saavedra. La Riveta: Lasal, Edicions de les Dones (primera edición: 1936, Madrid: Librería Beltrán).
- (2002): *La revolución española vista por una republicana*. Traducción: Eugenia Quereda Belmonte. Estudio introductorio, edición y notas: Neus Samblancat Miranda. Bellaterra: Universitat Autònoma de Barcelona, Servei de Publicacions. [Traducción de Campoamor, Clara (1937): *La révolution espagnole vue par une républicaine*. Traduit de l'espagnol par Antoinette Quinche. Paris: Plon.]
- Campoamor, Clara/Fernandez Castillejo, Federico (1983): *Heroísmo criollo. La Marina Argentina en el drama español*. Buenos Aires: Instituto de Publicaciones Navales (primera edición: 1939; Buenos Aires: Talleres Gráficos Fanetti).
- Fagoaga, Concha/Saavedra, Paloma (1981): *Clara Campoamor. La sufragista española*. Madrid: Ministerio de Cultura, Instituto de la Mujer.
- (2006): *Clara Campoamor. La sufragista española*. Madrid: Ministerio de Cultura, Instituto de la Mujer [reedición].
- Falcoff, Mark/Pike, Frederick B. (eds.) (1982): *The Spanish Civil War, 1936-39. American Hemispheric Perspectives*. Lincoln: University of Nebraska Press.
- Jiménez de Asúa, Luis (1930): *Al servicio de la nueva generación*. Madrid: Javier Morata editor.
- Lavrin, Asunción (1995): *Women, Feminism, & Social Change in Argentina Chile & Uruguay, 1890-1940*. Lincoln/London: University of Nebraska Press.
- Nash Rojas, Mary (1999): *Las mujeres republicanas en la guerra civil*. Madrid: Taurus.
- Neus Samblancat, Miranda (2004): “Clara Campoamor: cartas desde el exilio”. En: Lerner, Isaías/Nival, Robert/Alonso, Alejandro: *Actas del XIV Congreso de la Asociación Internacional de Hispanistas*, III. Newark/Delaware: Juan de la Cuesta, pp. 521-535.
- Preston, Paul (2002): *Doves of War. Four Women of Spain*. London: Harper Collins Publishers.

- Ranzato, Gabriele (2004): *L'eclissi della democrazia. La guerra civile spagnola e le sue origini, 1931-1939*. Torino: Bollati Boringhieri.
- Ruiz Vilaplana, Antonio (1938): *Doy Fe. Un año de actuación en la España nacionalista*. Buenos Aires: Perseo.
- Sapriza, Graciela (1988): *Historias de rebeldía. 7 historias de vida*. Montevideo: Punto Sur Editores.
- Scarzanella, Eugenia (2001): "Proteger a las mujeres y los niños: El internacionalismo humanitario de la Sociedad de las Naciones y las delegadas sudamericanas". En: Potthast, Barbara/Scarzanella, Eugenia (eds): *Mujeres y naciones en América Latina. Problemas de inclusión y exclusión*. Frankfurt am Main: Vervuert/Madrid: Iberoamericana, pp. 205-222.
- Schwarzstein, Dora (2001): *Entre Franco y Perón. Memoria e identidad del exilio republicano español en Argentina*. Barcelona: Crítica.
- Townson, Nigel (2002): *La República que no pudo ser. La política de centro en España (1931-1936)*. Madrid: Taurus.

**Mônica Raisal Schpun**

**Aracy Moebius de Carvalho Tess e  
Maria Margarethe Bretel Levy:  
História de um *happy-end* transatlântico**

**1. Aracy**

Aracy Moebius de Carvalho Tess nasceu em Rio Negro (estado do Paraná, no Sul do Brasil) em 1908. Até 1935, viveu em São Paulo. É então que, já separada do primeiro marido, com o qual teve seu único filho, e graças à interferência que ela mesma solicitara do Ministro das Relações Exteriores da época, José Carlos de Macedo Soares, obtém uma vaga para trabalhar no Consulado brasileiro de Hamburgo. Filha de uma imigrante alemã, Aracy de Carvalho fala correntemente alemão –além de inglês e francês– e tem na época parentes próximos vivendo na Alemanha. Ela chega em Hamburgo em 1936, como Chefe do setor de passaportes do consulado brasileiro da cidade, ali permanecendo até 1942. Em Hamburgo, conhece o futuro escritor João Guimarães Rosa (1908-1967), que começa ali sua carreira diplomática, em 1938, como Cônsul adjunto; ele foi seu segundo marido.

Em 1985, Aracy de Carvalho recebe o título de “Justa entre as Nações”<sup>1</sup> por ter salvo judeus alemães fornecendo-lhes vistos de entrada no Brasil, apesar das orientações claramente contrárias emitidas pelo governo de Getúlio Vargas.

De fato, se o decreto-lei nº 406, de 4 de maio de 1938, apresenta uma lista detalhada dos imigrantes indesejáveis, que inclui os judeus, as autoridades diplomáticas brasileiras já recusavam vistos aos judeus desde 1935. O texto do decreto em questão fornece aos responsáveis dos diversos consulados e embaixadas um argumento suplementar para tanto. E os funcionários da diplomacia, que exercem um papel fundamental na política de portas fechadas exercida pelo país em relação aos judeus, seguem geralmente ao pé da letra as recomendações

---

1 Dois brasileiros encontram-se nessa categoria: Aracy de Carvalho e o embaixador brasileiro em Paris Luiz Martins de Souza Dantas (1876-1954).

recebidas. Até abril de 1941, a questão é administrada por uma série de numerosas “Circulares secretas” tratando especificamente do assunto e enviadas pelo governo às representações diplomáticas no exterior. Estas últimas são efetivamente as principais responsáveis pelos procedimentos de entrada de estrangeiros no território nacional, e isso justamente graças ao decreto citado, de maio de 1938, e ao decreto-lei nº 3.010, de 20 de agosto do mesmo ano, que o regulamenta. A primeira Circular secreta (nº 1.127), assinada pelo Ministro das Relações Exteriores em 7 de junho de 1937, trata particularmente das restrições à admissão de judeus no Brasil e responde às pressões exercidas nesse sentido por membros do governo, e por alguns diplomatas preocupados com o aumento dos pedidos de visto por parte de judeus europeus. Essas circulares exprimem claramente –mas discretamente– o anti-semitismo das elites políticas brasileiras do período. Elas são, porém, irregularmente aplicadas: dependendo da interpretação e da visão de mundo de cada diplomata em função, elas tornam possível a existência de negociações individuais, em cada caso, de derrogações e de atos de desobediência pura e simples. A Circular nº 1.249, de 27 de setembro de 1938, permite um aumento temporário das entradas de judeus no país. Estabelecendo categorias particulares de judeus para as quais os vistos são autorizados, esse texto exprime o pensamento de uma corrente menos radicalmente oposta à imigração judaica, representada principalmente por Oswaldo Aranha; ele privilegia não somente cientistas, artistas e técnicos especializados, mas também “capitalistas e industriais” capazes de depositar no Banco do Brasil as elevadas somas exigidas.

O número exato de judeus salvos graças à ação de Aracy de Carvalho não é conhecido. Alguns o estimam em oitenta, outros falam em centenas. Outros ainda pensam, a posteriori, que a iniciativa coube a Guimarães Rosa, superior na hierarquia consular, homem de letras importante, e homem. Apesar de conhecer a atuação de sua companheira, Rosa nunca participou ativamente de qualquer de seus atos a respeito. Além disso, Aracy de Carvalho não se limitou a fornecer vistos, mas distribuiu víveres, escondeu alguns de seus protegidos em

sua casa,<sup>2</sup> ou no bagageiro do carro, protegido por placas do Corpo consular, antes de atravessar a fronteira dinamarquesa.

Várias lacunas existem sobre sua ação, durante muito tempo desconhecida no Brasil. Além disso, a maioria das testemunhas diretas já faleceram e Aracy de Carvalho, ainda viva, não dispõe mais de suas faculdades, nem de sua memória. Graças às narrativas das testemunhas que pude encontrar, e às discretas declarações de Aracy de Carvalho, notadamente na ocasião das homenagens que lhe foram prestadas, no Brasil e em Israel, após ter sido reconhecida como Justa, colecionei uma pequena série de ações, de fatos isolados. Esse material ilumina, por contraste, a espessura da sombra que cobre situações cujo caráter clandestino supõe justamente o segredo. Ora, a impossibilidade de recompor um cotidiano marcado por deslocamentos secretos, notas truncadas, encontros misteriosos e diálogos incompletos combina perfeitamente com o ambiente urbano dentro do qual tal cotidiano se desenrola. Aí, o medo de ser descoberto, a precariedade dos direitos e as estratégias de fuga repousam sobre frágeis redes de auxílio, solidariedades incertas, trocas de favores e negócios arriscados. Assim, alguns acontecimentos humanos e urbanos dessa história ganham em densidade; eles concorrem para pintura de um retrato cuja camada brumosa e a obscuridade são inseparáveis do ar dos tempos.

## 2. Margarethe

Maria Margarethe Bertel Levy, nasceu em Hamburgo em 1908 e tem hoje 97 anos, como Aracy de Carvalho, alguns meses mais velha. Ela foi a segunda filha de uma mãe russa e de um pai polonês, tendo ambos imigrado para a Alemanha. A família tem uma situação financeira muito favorável. O pai trabalha com importação e exportação e eles vivem viajando: até 12 anos, Margarethe Levy, então Bertel, vive em hotéis de luxo, sobretudo na Suíça, onde concentram-se os negócios de seu pai. É nesse momento que seus pais decidem se fixar na casa de Hamburgo, para dotar a menina de uma escolaridade da qual fora até então privada pelas constantes viagens.

Viúva de Hugo Levy (1892-1977), dentista, Margarethe o conhece frequentando como paciente seu consultório, situado em pleno cora-

---

2 Ela vive com a mãe e o filho, não tendo dividido a casa com Guimarães Rosa durante os anos alemães do casal.

ção da cidade. Depois de casados, vão morar no mesmo imóvel do consultório, no apartamento em frente, situado no 2º andar do número 43 da Jungfernstieg, rua descrita por Margarethe Levy como sendo a principal de Hamburgo.

Judeus não praticantes, extremamente liberais,<sup>3</sup> o casal leva uma vida sofisticada, viaja muito e, fruto de uma escolha deliberada, não tem filhos. Os únicos parentes de Margarethe Levy atualmente vivos são os filhos de sua irmã, que vivem nos Estados Unidos.<sup>4</sup>

### 3. Ara e Gretel (salvamento e amizade)

No final dos anos 1930, a necessidade de deixar a Alemanha se impõe. Para os Levy, as opções incluem Baltimore, nos Estados Unidos, onde já vive um dos irmãos Levy, e São Paulo, no Brasil, onde instalou-se a irmã Levy. Na época, o casal ouve falar de alguém no consulado brasileiro que estaria emitindo vistos, e a escolha é feita. De uma lucidez invejável, falando um excelente francês –uma das sete línguas que ela afirma ter aprendido viajando–, Margarethe Levy recebeu-me em sua casa para duas longas entrevistas.

### 4. Antes

A primeira menção a Margarethe Levy nas agendas de Aracy de Carvalho data de março 1938: no final da página tomada pela semana dos dias 20 a 26 daquele mês, ela anotou o número de telefone dos Levy. As duas mulheres conhecem-se então bem antes da Noite de Cristal, quando o centro de Hamburgo também transforma-se em palco de violências, notadamente de incêndios. Vivendo em pleno coração da cidade, Margarethe Levy teme sobretudo por seu marido, cujo consultório dentário é bem conhecido, e exibe placa dourada pouco discreta na fachada do imóvel. Esses acontecimentos precipitam a partida de muitos judeus alemães, e particularmente daqueles que escolhem o Brasil como destino. A comunidade alemã de São Paulo, organizada

---

3 O casamento religioso não faz parte dos planos do casal, que decide limitar-se ao civil. Por insistência da mãe Bertel, que não reconhece o laço criado pelo rito civil, eles acabam cedendo.

4 Sua irmã mais velha, já casada, vive em Trieste enquanto Margarethe ainda está na Alemanha. De Trieste, parte com a família para a Palestina, antes de imigrar, mais tarde, para os Estados Unidos.

em torno à Congregação Israelita Paulista (CIP),<sup>5</sup> fundada em 1936, conta, dentre seus membros, com um pequeno grupo de Hamburgueses que se conhecem entre si, dos quais alguns chegaram ao Brasil graças a Aracy de Carvalho.<sup>6</sup> Se a grande maioria das pessoas que tiveram uma relação direta com ela já faleceram –só pude localizar seus filhos, que não acompanharam de perto os preparativos da partida–, algumas notas presentes nas agendas da Chefe do setor de passaportes do consulado referem-se de modo discreto a seus atos em relação aos judeus. Essas notas mostram que os judeus salvados não eram exclusivamente Hamburgueses, apesar do recorte da Alemanha em circunscrições, segundo as zonas de responsabilidade de cada uma das representações consulares existentes. Aracy de Carvalho organizou-se para poder ajudar pessoas cujo local de residência não justificava sua passagem pelos serviços de Hamburgo. O proprietário da auto-escola onde ela aprende a guiar, um antigo guarda civil de Hamburgo, senhor Hardner, torna-se seu amigo e, anti-nazista, produz falsos atestados de residência. Assim, no dia 21 de novembro de 1938, ela escreve em sua agenda: “Recebi 2 cortes de vestido de freguezes de Munich”. Uma semana depois, ela recebe uma pulseira de “freguezes” vindo de uma outra cidade (nome ilegível).

Estaria Margarethe Levy informada dessas trocas de presentes? Em sua fala, ela menciona dois casacos de pele que comprou para Aracy de Carvalho, a título de agradecimento, tendo pedido ao peleiteiro que somente os enviasse à sua benfeitora após a partida do navio para o Brasil. Na agenda de 1938 de Aracy de Carvalho encontra-se porém, na data de 29 de outubro, a segunda menção a dona Margarethe: “Recebi do Brager meu casaco de peles dado pela Gretel L.”. As duas já são íntimas na época, levando em conta o diminutivo de Margarethe empregado. O modo codificado da notação, que se reproduz em seguida sob outras formas, já aparece aqui.

Trata-se talvez de um branco de memória de dona Margarethe que, em sua longa entrevista comigo, trocou algumas vezes a ordem dos acontecimentos, apesar da remarcável precisão de sua narrativa. Mas pode também ser ato deliberado pois ela esforçou-se em demonstrar

5 Em 1938, a CIP conta com mais 800 sócios (Cytrynowicz 2002: 414).

6 Alguns encontraram outros meios para deixar a Europa, passando pela Holanda ou pela Bélgica, por exemplo, segundo as redes de conhecimento e os eventuais passadores de que dispunham.

que Aracy de Carvalho nunca pediu nada às famílias assistidas pelos serviços que lhes prestava. Uma tal preocupação explica-se facilmente pelos boatos que circulam na época sobre as extorsões das quais os candidatos à imigração seriam vítimas, da parte de autoridades diplomáticas e da polícia brasileira dos portos.<sup>7</sup>

Não tendo filhos para criar, vivendo uma relação conjugal estável com seu marido, cuja situação social afastou-a completamente de qualquer embaraço financeiro e, sobretudo, do trabalho assalariado, Margarethe Levy leva uma vida muito diferente da de sua benfeitora. Separada do primeiro marido, criando sozinha seu filho pequeno e devendo controlar constantemente suas despesas –às vezes nas páginas de suas agendas–, Aracy de Carvalho está habituada aos inconvenientes da vida profissional, que se tornam, no seu caso, mais fortes no período em questão. Isso tudo aumenta a admiração profunda que dona Margarethe sente por sua amiga. Ela manifestou de fato, mais de uma vez, ao longo de seu depoimento, a forte impressão que lhe causou essa capacidade de dona Aracy em não se deixar seduzir pelo dinheiro fácil –visivelmente acessível–, o que a seus olhos seria justificável pelas dificuldades próprias à vida desta Justa, que lhe parecem importantes. De qualquer modo, se as famílias certamente desesperadas puderam oferecer-lhe presentes, isto coube antes de mais nada a Margarethe Levy, ao menos segundo as notas quotidianas tomadas por Aracy de Carvalho: além dos casacos, ela registra em sua agenda o recebimento de um “lindo santo”, no dia 3 de novembro, e de um vestido, dois dias depois.<sup>8</sup> Vale notar que estes presentes foram oferecidos antes da Noite de Cristal, indicando preparativos precoces para a partida: as duas mulheres estão em contato desde março de 1938, e acredito que Aracy de Carvalho ajuda os Levy ao menos a partir de outubro. As providências exigidas pelas autoridades brasileiras são não somente complicadas, mas longas, notadamente o depósito de uma soma estabelecida numa conta bancária no Rio de Janeiro, como medida prévia à assinatura dos vistos. Previdentes, os Levy já haviam

---

7 Um dos Hamburgueses que contatei, e que não chegou ao Brasil pelas mãos de Aracy de Carvalho, acredita que ela pedia dinheiro pelos vistos concedidos, informação que não foi confirmada por mais ninguém – e que contraria o sentido geral da narrativa de dona Margarethe.

8 Em ambos os casos, a notação é feita em código: “Mme Lev”, para o primeiro presente, e “Senhora G. L.” (Gretel Levy), para o segundo.



retirado suas economias da Alemanha;<sup>9</sup> foi necessário então prevenir o cunhado de dona Margarethe, em Tel Aviv, para que este enviasse o dinheiro em nome deles ao Brasil. É dona Aracy quem envia a carta pelo correio diplomático, a fim de evitar a censura alemã.

## 5. Durante

No dia seguinte à Noite de Cristal, 10 de novembro, Margarethe Levy está no consulado da Polônia, tentando regularizar os documentos de sua mãe, portadora de um passaporte polonês, quando ouve falar das violências que tomam o centro da cidade naquele mesmo momento. Ela telefona imediatamente para o marido a fim de ter notícias e dizer-lhe que vá diretamente para o consulado brasileiro. Naquele mesmo dia, ela leva-o para a casa de Aracy de Carvalho. Voltando para sua casa, dona Margarethe procura o dinheiro que o casal escondia no apartamento e percebe que o marido também pensara no assunto, tendo levado consigo tais reservas. Dona Margarethe tinha razão em temer por seu marido. No dia em que ela decidiu escondê-lo, enquanto esperavam a partida, os SS e a Gestapo prenderam cerca de 30.000 homens judeus e internaram-nos nos campos de Dachau, Buchenwald e Sachsenhausen. A política alemã até outubro de 1941 encorajou a emigração dos judeus, e os detidos foram liberados nos três meses que seguiram as prisões, com a condição de deixarem o país. Alguns dos judeus salvos por Aracy de Carvalho confirmaram tal contexto. Egon Katz e Hannelore Meyer tinham seus pais internados; eles foram liberados graças aos vistos para o Brasil, apresentados por suas esposas e concedidos por Aracy de Carvalho.

Para os Levy, os acontecimentos se precipitam. Por temor de possíveis indiscrições da parte do filho de dona Aracy, as amigas decidem esconder Hugo Levy em outro lugar e dona Margarethe leva-o à casa de antigos pacientes vivendo fora da cidade. Aracy de Carvalho empresta-lhe então seu carro consular, aconselhando-a a não se deslocar mais a pé, nem a usar seu próprio carro. Os Plambeck escondem seu dentista durante doze dias. Mais tarde, do Brasil, os Levy enviam pacotes de víveres e de roupas de inverno para aliviar as dificuldades

---

9 O registro dos bens dos judeus alemães data de abril de 1938; ao que tudo indica, os Levy conseguiram driblar este controle.

dessa família, que deve enfrentar os duros anos da guerra e do pós--guerra.

Como os Plambeck, outros atores tomam parte dessa história, ajudando os Levy de maneira considerável. Assim, Zunkley, um oficial SS, bate um dia na porta do consultório de Hugo Levy e apresenta-se dizendo que a mãe Levy salvara-lhe a vida quando era ainda um bebê, dando-lhe seu seio, e que chegara sua vez de salvar. Adverte-o dizendo que não poderá ficar por muito tempo na Alemanha, e que ele mesmo encarregar-se-á de preveni-lo quando o momento da partida se impuser. O casal recebe efetivamente, algumas semanas depois, um cartão assinado “Z” no qual o remetente anuncia que “chegara a hora”. Dona Margarethe afirmou, em seu depoimento, que “tudo começou aí”, sem conseguir precisar o momento exato do acontecimento, anterior à Noite de Cristal.

Essa rede de auxílio que se mobiliza e determina a extraordinária sorte dos Levy, fazendo dessa história um contra-exemplo para o contexto no qual ela se insere, inclui ainda dois atores de primeira importância do lado alemão. O primeiro é um antigo paciente do senhor Levy, o único personagem do qual dona Margarethe não conseguiu lembrar o nome. Trata-se de um ex-empresário que, tendo falido, anuncia um dia ao seu dentista que, por falta de dinheiro, não pode mais tratar seus dentes ali. A resposta recebida cria laços duradouros entre os dois: Hugo Levy afirma já ter recebido o suficiente durante vários anos para pagar o restante do tratamento. Reconvertendo-se profissionalmente, seu paciente torna-se funcionário público e, no final dos anos 1930 é, segundo dona Margarethe, um dos encarregados em fazer os inventários de bens pertencentes aos judeus que deixam a Alemanha. Apesar da repartição das tarefas dentro de sua equipe, ele consegue recuperar os Levy com seu colega responsável pelos “L” e vem avaliar os bens do casal e determinar o que terão de pagar ao Reich para levá-los embora.<sup>10</sup> Tudo será então claramente sub-avaliado; os Levy entram no navio com tudo o que possuem, inclusive o

---

10 Não podemos ter certeza de que tal inventário concerne unicamente os judeus que deixam a Alemanha, como aparece no depoimento de dona Margarethe. Um erro na ordem dos fatos pode ter colocado nessa hora, perto da partida, um inventário que teria sido feito, segundo as leis raciais, alguns meses antes, em abril. Mesmo assim, a lembrança da intervenção do antigo paciente de Hugo Levy liberou o casal dessa expropriação legal instituída pelo Regime.

consultório dentário, que será reativado logo após a chegada no Brasil, sem contar os bens mais fúteis, tendo em vista as circunstâncias, como seus dois cachorros. Logo antes da partida, Margarethe Levy compra um carro, que também despacha, com o intuito de fazer uma surpresa ao marido na chegada, conforme me disse. As jóias são colocadas num pequeno saco que Aracy de Carvalho encarrega-se de levar até a cabine do casal e de escondê-las. Além disso, dona Aracy escreve uma carta de recomendação, endereçada ao inspetor da aduana do porto de desembarque, em Santos, para evitar que os bens dos Levy sejam submetidos a uma pesada taxação na chegada. Entretanto, se a carta de recomendação escrita por Aracy de Carvalho não foi suficiente, o casal tinha condições para suprir sem problemas, ao que tudo indica, eventuais obstáculos criados por parte de funcionários ou policiais responsáveis pelo controle de sua entrada no território nacional. Quanto a isso, alguns estudos tratando da imigração judaica no período referem-se às práticas irregulares envolvendo concessões de vistos e autorizações de entrada no território para refugiados judeus que, mais que quaisquer outros estrangeiros, esperavam desesperadamente poder ingressar no país, e não se encontravam numa posição que lhes permitisse denunciar tais práticas (Koifman 2002: 143, 151-158, 291-292, 303-3055; Lesser 1995: 227-231, 236-237). Dona Margarethe parece informada sobre a existência desse tipo de ambição ilícita ou, ao menos, sobre o que se dizia a respeito já na época.

Enfim, voltando aos protetores dos Levy, um outro antigo paciente do doutor Hugo prontifica-se a ajudá-los no momento da partida. Trata-se de um amigo do proprietário da companhia de navegação à qual pertencia o Cap Ancona, navio no qual o casal fará a travessia.<sup>11</sup> Ele acompanha Margarethe Levy aos escritórios da companhia, levando-a à direção, onde trabalha seu amigo. Dona Margarethe estava convencida, pelos boatos que corriam, que os judeus não poderiam sair de suas cabines durante a viagem; ela quer então comprar duas cabines, a fim de viajar confortavelmente. Graças à intervenção de mais esse protetor e, me disse ela, de seu charme pessoal, o diretor da companhia de navegação oferece-lhe de presente duas outras cabines – os Levy tiveram quatro ao todo. Tal conforto durante a viagem não é um

---

11 Não pude descobrir o nome da companhia proprietária deste transatlântico, bastante presente nas costas brasileiras no início do século XX.

fato banal se lembrarmos das condições nas quais imigrantes pobres, não só judeus, atravessavam o Atlântico nas terceiras classes dos navios, e se pensarmos no desespero das famílias judias deixando a Europa na época e aceitando todas as condições para tal. Os Levy provavelmente não se reconheceriam na série de pontas-secas “Imigrantes” realizada por Lasar Segall em 1929 ou, ainda menos, em seu grande óleo “Navio de Imigrantes”, de 1939-1941, que conforta um imaginário social bastante difundido, passando dos navios negreiros àqueles mais modernos, a vapor, que levaram imigrantes de todas as origens ao Novo Mundo e, particularmente, os refugiados judeus que conseguiram escapar da barbárie nazista. Esse elemento diferencial pode implicar uma diferença de estado de espírito tanto no momento da partida como, sobretudo, no da chegada ao novo país, indicando talvez uma ruptura menos radical, já que o ambiente da travessia aparenta-se mais ao de uma viagem – experiência mais familiar aos Levy que a muitos dos judeus, alemães ou não, viajando com eles, no mesmo navio ou em outros.

Paralelamente, uma outra questão está em jogo: os vistos dados aos judeus desejosos de trocar a Europa pelo Brasil são vistos temporários. Chegando no Brasil, eles têm uma validade de três meses, renovável uma vez. Para além dos seis meses de cobertura, os portadores destes documentos entram na clandestinidade, o que implica várias dificuldades de ordem prática, a começar pela proibição legal de trabalhar. É verdade que existem várias acomodações possíveis, e o apoio fundamental das redes comunitárias e familiares de auxílio mútuo, que se mobilizam. E o mercado de trabalho funciona em vários ramos sem passar obrigatoriamente pela legalidade. Mas algumas profissões simplesmente não podem ser exercidas nessas condições e, de modo geral, a precariedade está à espreita de situações irregulares. Sem contar a instabilidade estatutária desses estrangeiros, constantemente sob a ameaça de expulsão. Na verdade, mais de uma vez evocadas, as medidas de expulsão não são jamais empregadas e processos de regularização são progressivamente organizados. O que não basta para retirar a tensão que envolve a vida dos clandestinos, as dificuldades financeiras de suas famílias e o medo de uma eventual expulsão, com o pano de fundo da guerra na Europa. Margarethe Levy foi muito clara quanto a isso, e voltou ao tema várias vezes durante nossos encontros: “um visto temporário não servia para nada”. Ora, a grande

maioria dos judeus que foram para o Brasil eram portadores desse documento, e viveram, na chegada, as dificuldades que ele implicava. Para os Levy, graças à amizade que ligou Margarethe e Aracy, as coisas se passaram de outro modo. Segundo dona Margarethe, no momento de submeter os vistos do casal à assinatura do Cônsul, sua amiga consegue inserir, num espaço branco do formulário, e sem que o signatário dê-se conta, a menção “deve ser transformado em visto permanente após a chegada”. Dona Margarethe afirmou ainda que a seu próprio risco Aracy de Carvalho teria coberto a inscrição suplementar enquanto submetia o documento a seu superior hierárquico. Fica difícil saber se o Cônsul em questão, Joaquim Antonio de Souza Ribeiro, desconhecia realmente os esforços de Aracy de Carvalho para dotar a amiga de um visto permanente. O que parece certo, contudo, é que a inscrição foi realmente incluída no formulário, do qual dona Margarethe recebeu uma cópia: o visto do casal foi efetivamente transformado em permanente logo após a chegada.

No dia 23 de novembro de 1938, Aracy de Carvalho escreve a um de seus amigos de São Paulo, Armando Soares Caiuby, delegado, solicitando-lhe, ao que tudo indica, que cuide dessa regularização de documentos. No dia seguinte, ela anota em sua agenda: “Gretel partiu para o Brasil”. Margarethe Levy lembra-se efetivamente de Armando Soares Caiuby, com quem esteve em contato no Brasil. Num depoimento escrito em 1980, tratando das ações de Aracy de Carvalho, ela indica explicitamente que Armando Caiuby transformara os vistos temporários do casal em permanentes – precisão que não foi capaz de dar-me oralmente vinte e cinco anos depois. Membro de uma família das elites tradicionais da cidade, Armando Caiuby ocupava uma posição profissional e dispunha de redes de relações permitindo-lhe regularizar sem demora a situação do casal Levy.

A clandestinidade que implicam os vistos temporários geralmente fornecidos, mencionada por outras pessoas que pude ouvir, não faz parte da narrativa de Margarethe Levy. É verdade que os diplomas de seu marido, portador de dois doutorados alemães, não eram válidos no Brasil. Mas isso nunca o atrapalhou. Ele se instala profissionalmente logo após a chegada e começa muito rapidamente a trabalhar por conta própria, num país onde os profissionais trazendo uma bagagem técnica, científica, universitária e especializada são ainda poucos na época, em relação à demanda, e num contexto de forte crescimento

urbano e de expansão do mercado de trabalho. Apesar das dificuldades inerentes à imigração, vividas por todos, as lembranças de dona Margarethe sobre sua chegada ao Brasil não trazem referências a um período inicial difícil, mas sim de uma integração imediata, sem rugosidades. Descontado o trabalho do tempo, que pode ter dourado tais recordações, a clandestinidade, para os Levy, ficara para trás.

## 6. Depois

Além do contato feito com Armando Caiuby, que se tornou um amigo dos Levy no Brasil, Aracy de Carvalho manda a amiga Margarethe à sua mãe, que vive em São Paulo. É assim que as duas não se perdem de vista depois da separação em Hamburgo.

Os diplomatas brasileiros permanecem em seus postos na Alemanha até a ruptura das relações diplomáticas com os países do Eixo, em janeiro de 1942. Eles são em seguida internados em campos, antes de serem trocados por diplomatas alemães trabalhando no Brasil. É o caso de Aracy de Carvalho e de seu companheiro João Guimarães Rosa, que passam três meses no campo de Baden-Baden. De volta ao Brasil, e antes da designação do próximo posto diplomático de Rosa, o casal instala-se no Rio de Janeiro. Mas vindo a São Paulo para ver a mãe, Aracy de Carvalho encontra também a amiga hamburguesa, que permanece ligada aos Carvalhos Tess até os dias de hoje. O filho de Aracy de Carvalho, Eduardo de Carvalho Tess, sua mulher, seus filhos e netos tornaram-se para ela uma espécie de família de adoção, e ainda mais após a morte de Hugo Levy, em 1977. Foi aliás graças a Eduardo Tess que eu pude encontrá-la: ele filtra esse tipo de solicitação e recebeu-me antes de telefonar-lhe e de me conduzir à sua casa.

E foi graças a uma iniciativa de Margarethe Levy, tomada em 1980, enviando a Israel seu depoimento de salvada, que Aracy de Carvalho recebeu, cinco anos mais tarde, o título de Justa entre as nações.

## 7. Gênero

O depoimento de Margarethe Levy, associado a outras fontes consultadas –que são por ele iluminadas–, trouxe-me material para uma reflexão sobre a construção do gênero, enlaçada aos itinerários cruzados das duas protagonistas desta história. Isso porque, em primeiro lugar,

dona Margarethe constrói uma imagem de sua amiga Aracy, e de si mesma, em que o gênero é parte integrante e, a meu ver, de destaque.

Margarethe Levy tem uma grande preocupação em positivar ao máximo o retrato de Aracy de Carvalho. Termos como “fantástica”, “extraordinária” e “fora do comum” aparecem diversas vezes em sua fala. Além disso, no momento em que cheguei ao Brasil para essa pesquisa, e solicitei encontrá-la, dona Margarethe estava muito contrariada com a visita recente de duas jornalistas alemãs em busca de material para um documentário sobre a presença de João Guimarães Rosa na Alemanha nazista e, notadamente, sobre eventuais declarações públicas de oposição ao Reich que este teria feito enquanto ocupava seu posto diplomático em Hamburgo. O fato de terem colocado Rosa no centro das investigações, sem se interessarem pelas atividades de dona Aracy irritou muito dona Margarethe que, para me receber, quis assegurar-se que eu não estava ligada às duas moças, que ao dizer que vinha da França não estaria disfarçando minha ligação com a Alemanha e com o documentário em questão. Por sorte, meu interesse era justamente colocar no centro da cena as duas amigas, e recuperar as atividades clandestinas de Aracy de Carvalho em benefício dos judeus que salvou. A anedota serve para demonstrar o esforço de dona Margarethe em construir e preservar a memória de dona Aracy, esforço que está na base do envio de seu depoimento a Yad Vashem em 1980.

Três características da amiga e benfeitora destacam-se em sua fala:

1. A beleza física. Dona Margarethe referiu-se mais de uma vez às formas perfeitas do corpo da amiga, à beleza do seu rosto, ao fato de exercer uma sedução involuntária que atraía “fãs” logo que aparecia em público. Trata-se de um elemento forte do perfil que desenhou para a amiga, e de um atributo inseparável do ser mulher.



Aracy de Carvalho, 1939



2. A retidão. Traço fundamental da imagem construída, pois diretamente ligado à questão da corrupção do pessoal diplomático em relação às demandas desesperadas de vistos da parte dos judeus europeus. Já mencionei a insistência de dona Margarethe em sublinhar que dona Aracy jamais aceitou nada em troca dos vistos. Porém, indiquei também que ela mesma, e outros, ofereceram presentes à amiga e protetora, a título de agradecimento. O que nos interessa aqui, é que os presentes dos quais temos notícias não são objetos neutros, mas diretamente ligados à feminilidade (casacos de pele, vestido, cortes de vestido, pulseira).
3. A coragem. Dona Margarethe insiste em demonstrar a excepcionalidade da amiga que, destemida, arriscou-se a si mesma e à própria carreira para salvar os judeus e, em particular, ela própria e o marido. Mas essa coragem se exprime também, segundo dona Margarethe, pelo fato de que a amiga era uma mulher desquitada, que foi para a Alemanha com um filho pequeno, e que trabalhava, tendo inclusive horários fixos a respeitar. Trata-se, no conjunto, de obrigações que dona Margarethe nunca conheceu – a separação conjugal e suas conseqüências para uma mulher, a responsabilidade com filhos, a vida profissional e a condição de assalariada. De tudo isso emerge uma imagem feminina, em absoluto neutra, de alguém cuja coragem aparece indissociada da retidão mencionada acima, o que torna seu caráter ainda mais raro e excepcional, digno de nota.

Dessa coragem, Aracy de Carvalho tinha plena consciência, pois afirmou, em uma das poucas entrevistas que deu, já idosa, referindo-se a ter enfrentado os nazistas e as regras impostas pelo governo brasileiro, que “Mesmo hoje, aos 80 anos, se fatos dessa natureza se repetissem, eu faria o mesmo. Nunca tive medo de nada nem de ninguém”.<sup>12</sup>

A partir do tema fundamental do medo, evocado aqui, e que retomarei adiante, apresento a seguir o retrato que Margarethe Levy deu de si mesma em seu depoimento:

1. Convencionalismo e liberalismo. Dona Margarethe apresenta-se como uma mulher do mundo; as viagens que fez, desde pequena,

---

12 *Resenha Judaica*, Rio de Janeiro, primeira quinzena de junho de 1988.

seu gosto e seu hábito de viajar compõem talvez o tema mais frequente de sua narrativa.

2. Ateísmo. Como o marido, dona Margarethe nunca seguiu a religião judaica, o que coloca-a em oposição direta a dona Aracy, extremamente católica. Em seu depoimento, afirmou que “infelizmente” não é religiosa, que isto é um “apoio” que lhe “falta muito”. Um dos presentes que deu à amiga, como mencionei acima, era uma imagem de santo, “lindo”, segundo Aracy. Trata-se aqui de um outro modo de expressão do desenraizamento geral de dona Margarethe. Em sua narrativa, ela explica a adaptação fácil ao Brasil pelo fato de nunca ter tido realmente pátria, estando habituada a viver em todas as partes, sem qualquer enraizamento nacional. O exercício do judaísmo dar-lhe-ia, pela identidade religiosa, uma pertença étnica que também não tem, nem reivindica. Nem ela, nem o marido conviveram com os judeus de Hamburgo, ou com os de São Paulo – nem mesmo com o grupo originário de Hamburgo, segundo me disse.
3. Falta de obrigações familiares. Dona Margarethe não teve filhos porque não quis, afirmou ter feito vários abortos, o que não era fácil na Alemanha da época. Afirmou ainda que tal decisão não estava ligada à diferença de idade entre ela e o marido, 16 anos mais velho, mas sim à vida que ambos levavam, “fora do comum”, tendo voltado então a falar da falta de enraizamento fixo, que sempre recusou, e das viagens constantes, feitas em companhia do marido ou sozinha, enquanto este trabalhava. Essa independência, se pensarmos na situação de Aracy de Carvalho, tem seus limites: mais sujeita às obrigações quotidianas, profissionais e familiares, mas não conjugais, esta última é uma mulher separada, enquanto que dona Margarethe tem uma vida conjugal estável, tendo insistido, quanto à questão das viagens, que o marido não se opunha a que ela viajasse sozinha, permitindo que fosse. Daí a mescla que mencionei acima, de convencionalismo e liberalismo.
4. Beleza. Trata-se então, para dona Margarethe e dona Aracy, de duas histórias de vida muito diferentes e de dois modos também diferentes de construção da feminilidade, que aparecem com atributos diversos. Entretanto, um traço comum as reúne, ao menos na fala de Margarethe Levy. Tendo falado com ênfase da beleza física de sua amiga, ele refere-se com modéstia à sua própria: “Eu

fiquei uma mocinha atraente, para não dizer bonita, atraente, um pequeno nariz assim." Em outro momento, diz ainda que quando jovem era "muito vistosa", contando que os cabelos eram tingidos de loiro e que esses dois elementos juntos, a beleza, cujo detalhe do nariz pequeno evocado não é gratuito, e a cor dos cabelos, trouxeram-lhe grandes vantagens e confirmam sua idéia, expressa mais de uma vez, de que os trunfos físicos são algo muito útil na vida de alguém. No seu caso, para além de pequenas vantagens, cuja obtenção parece imputar à beleza, esta serviu-lhe num ponto fundamental: graças a seu aspecto físico, a seu rosto, segundo afirmou, "ninguém acreditava que era judia" (eis a força do detalhe do nariz, único elemento concreto mencionado para descrever sua beleza, além da cor, loira, dos cabelos). Dona Margarethe repetiu essa idéia muitas vezes, mostrando-se plenamente convencida do fato. Essa crença fornece uma base fundamental para que ela afirme também, em diversos momentos de seu depoimento, espontaneamente ou interrogada por mim, que jamais teve medo.

Volto então ao tema do medo, antes de concluir. Os Levy, segundo dona Margarethe, não pensavam que pudessem ser perseguidos em Hamburgo, que ela define como um porto internacional, que teria ficado, ainda segundo ela, social-democrata até mais tarde. Outra pessoa chegou a me dizer que efetivamente "Hamburgo era diferente". A informação não procede. Se Hamburgo fora antes uma cidade cosmopolita e avançada, como afirma dona Margarethe, a chegada de Hitler muda a situação. Em 8 de março de 1933 é eleito um novo Senado (órgão de direção das três cidades-estado do país, Bremen, Berlim e Hamburgo), já dominado pelo Partido Nazista. O anti-semitismo avança a passos largos, como no resto do país: o primeiro boicote aos judeus ocorre no dia 1º de abril daquele ano, menos de um mês após a eleição do novo Senado. Mas voltemos ao depoimento de dona Margarethe que, pessoalmente, não se sentia ameaçada, sobretudo graças a seu físico, mas também porque, inexplicavelmente, seu passaporte não exibia o "J" imposto aos judeus.



Margareth Lévy, 1939

Existem diferentes níveis para o medo, ou diferentes traduções deste sentimento. A afirmação de Margarethe Levy de nunca ter tido medo é algo totalmente diverso da coragem que descreve como sendo um dos elementos marcantes da personalidade de sua amiga Aracy. Pois apesar de tudo, e dos traços físicos protetores em particular, Margarethe procura deixar a Alemanha com o marido, mesmo se eles não estão dentre os primeiros a partir. E ela também esforça-se em tirar de lá sua mãe que, gozando de uma situação financeira muito favorável, resiste a tal idéia. Do Brasil, dona Margarethe tenta trazê-la, desta vez de Bruxelas, para onde acabou partindo. Com o visto de entrada nas mãos, numa época em que isto não é absolutamente fácil de ser obtido das autoridades brasileiras, ela vê a mãe recusar-se a deixar a Europa sem antes despedir-se dos irmãos, que vivem... em Varsóvia. Em plena guerra, a senhora Bertel faz esta última viagem, sem retorno; é em Varsóvia, numa Polônia já ocupada, que ela será pega. Foi com emoção que Margarethe Levy descreveu-me como ela não pôde fazer por sua mãe o que sua amiga fizera por ela, e que contou-me esse último deslocamento infeliz, que foi obrigada a seguir de tão longe. O medo irrompeu finalmente. Sem porém apagar a coragem.

### **Bibliografia**

- Cytrynowicz, Ronei (2002): "Além do Estado e da ideologia: imigração judaica, Estado-Novo e Segunda Guerra Mundial". Em: *Revista Brasileira de História*, ANPUH/Humanitas, 22, 44, pp. 393-423.
- Koifman, Fabio (2002): *Quixote nas trevas: o embaixador Souza Dantas e os refugiados do nazismo*. Rio de Janeiro: Record.
- Lesser, Jeffrey (1995): *O Brasil e a questão judaica: imigração, diplomacia, e preconceito*. Rio de Janeiro: Imago (*Welcoming the undesirables: Brazil and the Jewish question*, University of California Press, 1994).



## Sobre los autores

**Vavy Pacheco Borges** é Bacharel, Licenciada e Mestre em História, Doutora em Ciências Sociais, Professora no Departamento de História da Faculdade de Ciências Sociais e Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) de 1973-1987; Professora Doutora no Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) a partir do segundo semestre de 1987. Pesquisadora em História do Brasil, com vários livros e artigos publicados no Brasil e no exterior no campo de suas especialidades como história política brasileira, ensino da história e, ultimamente, no da biografia.

**Sandra Carreras** se graduó en Historia en la Universidad de Buenos Aires, se doctoró la Universidad de Maguncia, Alemania. Actualmente es investigadora del Instituto Ibero-Americano de Berlín y se especializa en la historia social y política de Argentina y Uruguay en los siglos XIX y XX, y en la historia de la circulación de conocimientos entre Argentina y Alemania. Sus publicaciones más recientes son: *Preußen und Lateinamerika im Spannungsfeld von Kommerz, Macht und Kultur* (en coedición con Günther Maihold, 2004); *Entre la familia, la sociedad y el Estado. Niños y jóvenes en América Latina (siglos XIX-XX)* (en coedición con Barbara Potthast, 2005); *Der Nationalsozialismus und Lateinamerika. Institutionen – Repräsentationen – Wissenskonstrukte* (ed. 2005); y *Los socialistas alemanes y la formación del movimiento obrero argentino. Antología del Vorwärts, 1886-1901* (en coedición con Horacio Tarcus y Jessica Zeller, 2007).

**Katrin Hoffmann** cursó estudios en Sevilla (España), Rosario (Argentina) y Berlín (Alemania). En esta última ciudad obtuvo, en 2005, la licenciatura en Historia, Ciencias Políticas y Estudios Latinoamericanos (Freie Universität Berlin). Se especializa en estudios de género y de transferencia cultural.

**Sergio Miceli** é doutor em sociologia pela Universidade de São Paulo e pela Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales (Paris), sendo atualmente professor titular de sociologia na Universidade de São Paulo e titular da cátedra “Sergio Buarque de Hollanda” em Paris (EHESS/MSH) no período 2004-2008. Entre seus principais trabalhos publicados: *A elite eclesiástica brasileira, 1890-1930*, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1988; *Imagens negociadas: retratos da elite brasileira 1920-1940*, São Paulo, Cia. das Letras, 1996; *Intelectuais à brasileira*, São Paulo, Cia. das Letras, 2001; *Nacional estrangeiro, história social e cultural do modernismo artístico em São Paulo*, São Paulo, Cia. das Letras, 2003; *A noite da madrinha e outros ensaios sobre o éter nacional*, São Paulo, Cia. das Letras, 2005.

**Heloisa Pontes** é doutora em sociologia pela Universidade de São Paulo (Brasil). Professora do Departamento de Antropologia da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas), pesquisadora do Pagu, Núcleo de Estudos de Gênero da Unicamp, bolsista de produtividade em pesquisa do Cnpq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). Autora, entre outros, de *Destinos mistos: os críticos do Grupo Clima em São Paulo* (Companhia das Letras, prêmio Cnpq-Anpocs de melhor obra científica em ciências sociais editada no ano de 1998) e *Antropologias, histórias, experiências* (organizado em conjunto com Fernanda Peixoto e Lilia Schwarcz), Belo Horizonte, Ed. da UFMG/Fapesp, 2004. Suas pesquisas estão voltadas para a sociologia e a etnografia da vida intelectual, a história social do teatro brasileiro, e as relações entre gênero e corporalidade.

**Carmen Ramos Escandón** es investigadora titular del Centro de Estudios Superiores en Antropología Social (CIESAS) en la ciudad de México. En 1987, publicó la primera antología de estudios de historia de la mujer *Presencia y Transparencia*, Colegio de México, reeditado en 2006. En 1992, publicó dos antologías en metodología de género: *Género e historia*, México, Inst. Mora y *El género en perspectiva*, México, Universidad Autónoma Metropolitana (UAM). Su libro *Industrialización, género y trabajo femenino en el sector textil mexicano: El obraje, la fábrica y la compañía industrial* se editó por el CIESAS en 2004 y reimprimió en 2005. En 2006 coordinó la colección de



ensayos *Orden social e identidad de género. México, siglos XIX y XX*, junto con María Teresa Fernández y Susie Porter.

**Eugenia Scarzanella** es doctora en Ciencias Políticas y profesora de Historia e Instituciones de América latina en la Facultad de Ciencia Política de la Universidad de Bolonia. Sus áreas de especialización son la historia argentina y los estudios migratorios y de género. Ha publicado *Italiani d'Argentina: Storie di industriali, contadini e missionari italiani in Argentina, 1850-1914* (1983); *Mujeres y Naciones en América latina. Problemas de inclusión y exclusión* (en coedición con Barbara Potthast, 2001); *Ni gringos ni indios. Inmigración, criminalidad y racismo en Argentina* (2002); *Fascisti in Sud America* (coordinadora, 2005).

**Ulrike Schmieder** es actualmente docente de Historia de América Latina en la Universidad de Hannover (Alemania), y enseñó en las Universidades de Leipzig, Colonia y Zacatecas (México). Sus temas de investigación actuales son historia comparativa de género e historia comparativa de esclavitud y post-emancipación en América Latina y el Caribe. Su primera tesis doctoral fue: *Prusia y el Congreso de Verona. Estudio acerca de la política de la Santa Alianza en la cuestión española*, Madrid 1998. Su segunda tesis doctoral fue publicada en Stuttgart 2003, el título traducido es: *Género y etnicidad en América Latina en el espejo de relatos de viaje: México, Brasil, Cuba 1780-1880*. Además publicó un libro sobre la percepción de América Latina en revistas alemanas.

**Mônica Raisa Schpun** é doutora em história pela Universidade Paris 7 (França). Pesquisadora do Centre de Recherches sur le Brésil Contemporain, da Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales (Paris), leciona História das migrações internacionais nesta instituição. Vivendo na Itália, de 1997 a 2002, lecionou na Universidade de Milão. Publicou sobretudo *Les Années folles à São Paulo: hommes et femmes au temps de l'explosion urbaine* (IHEAL/l'Harmattan, 1997) e *Beleza em jogo: cultura física e comportamento em São Paulo nos anos vinte* (SENAC/Boitempo, 1999). É especialista em história urbana, história das elites, das relações de gênero e dos processos migratórios, sendo autora de diversos artigos nessas áreas.

**Rosalie Sitman** es investigadora del Instituto de Historia y Cultura de América Latina de la Universidad de Tel Aviv y co-editora de la revista *Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe*. Asimismo, coordina los cursos de español en el Depto. de Lenguas Extranjeras de esta misma Universidad y colabora con los cursos de formación de profesores organizados por el Instituto Cervantes de Tel Aviv. Pionera en el ámbito de la aplicación de las nuevas tecnologías a la enseñanza del español como lengua extranjera, ha publicado numerosos artículos sobre la didáctica del español y sobre historia cultural argentina. Su libro, *Victoria Ocampo y Sur: entre Europa y América*, fue publicado por Ediciones Lumière de Buenos Aires (2003) y su antología y estudio de la revista *Sur* por la Fundación Carolina en Buenos Aires (2005). En colaboración con Raanan Rein, compiló *El primer peronismo: de regreso a los comienzos* (Buenos Aires, 2005).